

Viabilidade Económica e Financeira de uma Unidade Apícola

Ana Sofia Garcia Ramos

Trabalho de Projeto apresentado ao Instituto Politécnico de Castelo Branco para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas, realizado sob a orientação científica da Doutora Rute Maria Gomes Abreu Teixeira de Matos, Professora Adjunta da Unidade Técnico-Científica de Gestão e Economia da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda.

Pela infinita admiração que sinto, dedico este projeto aos meus pais.

“Parecia-me que a Terra não seria habitável se não houvesse alguém que eu pudesse admirar.”

Simone de Beauvoir

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho de projeto do Mestrado em Gestão de Empresa é e foi, sem dúvida, um trabalho que requer e requereu bastante ajuda não só a nível de partilha de conhecimentos como também de ajuda pessoal, na ultrapassagem de diversas barreiras e obstáculos que a vida por vezes nos traça.

Contudo, com grande orgulho, quero expressar os meus agradecimentos, pela simpatia e carinho de todas as pessoas que me ajudaram e assim me permitiram conseguir vencer esta batalha.

Manifesto o meu agradecimento, sem qualquer ordem ou preferência mas, fundamentalmente a todos de modo igual:

- aos meus pais, pelo apoio e compreensão incondicional;
- ao meu namorado, Marco, pela sua paciência e compreensão;
- à minha orientadora, Professora Rute Abreu, pela partilha do seu saber, por toda a sua disponibilidade, dedicação e incentivo que me proporcionou;
- à Professora Fátima David que sempre colaborou neste projeto de modo desinteressado e com total espírito colaborativo;
- à minha colega de trabalho, Sílvia Rosa, por toda a ajuda dispensada bem como em todo o apoio;
- ao Sr. Apicultor Manuel Roda, que sempre me ajudou em todas as questões da apicultura;
- à minha amiga, Nádia Mendonça, pela sua ajuda preciosa para definir o layout da unidade apícola;
- aos meus amigos de Lavacinhos pela ajuda na fase da distribuição dos questionários, sem eles não teria sido possível concretizar essa etapa do projeto;
- A todas as pessoas, amigos e conhecidos, pela ajuda na fase da distribuição dos questionários pelas restantes freguesias do concelho do Fundão;
- Aos meus colegas de mestrado pela partilha de saberes, de experiência e de frustrações e sobretudo pela saudável e alegre convivência;
- Aos meus professores do mestrado pela partilha de saberes e conhecimentos.

A todos, o meu sincero

Bem-haja!

Palavras-chave

Viabilidade económica financeira; Apicultura; Unidade Apícola; Fundão

Resumo

Face à biodiversidade do território Português, a atividade apícola pode desempenhar um papel importante na sustentabilidade de qualquer exploração agrícola, bem como constituir uma fonte de rendimento para os agricultores e, em simultâneo, desenvolver-se como ponto de equilíbrio entre o impacto social e ambiental das regiões, em que as mesmas se dinamizam. Fundamentalmente, o acréscimo de produtividade através do alargamento de produtos e serviços inerente à atividade apícola, a preservação dos ecossistemas através da ação polinizadora das abelhas e, ainda, o estímulo à rendibilidade desta atividade face à diversidade de culturas agrícolas, contrariando a atual tendência depressiva, constituem-se como condições evolutivas excecionais para o desenvolvimento deste Trabalho de Projeto.

Metodologicamente procedeu-se, por um lado, à revisão da literatura, conceitos, legislação e normas que regulam a atividade apícola, e, por outro lado, ao estudo da viabilidade económico-financeira de uma unidade instalada na Serra da Gardunha (Fundão). O projeto de investimento suporta-se na recolha de dados para contextualizar a análise de viabilidade, em termos demográficos, económicos e sociais, no concelho do Fundão. Paralelamente, desenvolveu-se, ainda, uma avaliação do consumo e comercialização de produtos e serviços apícolas nesse mesmo concelho.

Os resultados deste Trabalho de Projeto permitem concluir sobre as diferentes variáveis que influenciam a viabilidade de uma unidade apícola, ao serem consideradas essenciais para o sucesso do projeto de investimento realizado, em favor da atividade agrícola. Para a sua prossecução foi essencial o processo de recolha de informações, sem descurar o reconhecimento do meio envolvente que conduziu a uma melhor avaliação da viabilidade dessa unidade. No que se refere à partilha de informação foi indiscutível a cooperação científica e técnica de diversos apicultores, bem como a transferência de conhecimento entre os restantes especialistas. Em suma, a criação da unidade apícola terá um significativo impacto na vida, pessoal e profissional, da mestranda, ao constituir uma possível saída profissional, bem como na região, na qual o projeto de investimento se irá desenvolver.

Keywords

Economic and Financial Assessment; beekeeping activity; Bees Unit; Fundão

Abstract

Due to the biodiversity of the Portuguese territory, the beekeeping activity plays an important role in the sustainability of any agricultural exploration, as well as being a major income for the farmers and at the same time, it is a point of balance between the social and environmental impacts in the region in which these are enhanced. Fundamentally, the increase in productivity through the expansion of products and services inherent to the beekeeping activity, the preservation of the ecosystems through polonization by the bees and also the stimulation of rentability brought by this activity due to the diversity of agricultural products, contradicting the current depressive tendencies, are considered as exceptional evolutionary conditions for the development of this project.

Methodologically, we proceeded to, on the one hand, the literature review, concepts, legislation and rules that regulate the beekeeping activity, and on the other hand, study the economic and financial viability of a unit installed in *Serra da Gardunha*, on the council of *Fundão*. The investment project is supported by collecting data to contextualize the viability analysis in demographic, economical and social terms in the council of *Fundão*. At the same time, we also developed an evaluation towards the consumption and commercialization of products and beekeeping services made in this same city.

The results of this Work Project enable to conclude how the different variables influence the viability of a beekeeping unit, for these are considered essential for the success of this project of investigation made in favour of the agricultural activity. For this procedure, it was essential to collect information without minimizing the recognition of the environment that led to a better evaluation of the viability of that unit. As for sharing information, the scientific and technical cooperation of several beekeepers, as well as transferring knowledge between specialists is indisputable. Summarizing, creating a beekeeping unit will have a significant impact in the personal and professional life of the applicant to the masters degree, as being a professional possibility, as well as for the region in which the project will be developed.

Índice geral

Glossário de Siglas	viii
Índice de Figuras	x
Índice de Tabelas	xi
Introdução	1

PARTE I - ANÁLISE TEÓRICA

Capítulo 1. Revisão de literatura

1.1. Enquadramento.....	8
1.2. Análise de projeto de investimento	8
1.2.1. Conceito, fases e tipos de projeto de investimento.....	8
1.2.2. Técnicas de análise de projeto de investimento.....	11
1.3. Análise de viabilidade de projeto de investimento	13
1.3.1. Noções de viabilidade de projeto de investimento.....	13
1.3.2. Tipos de viabilidade de projeto de investimento	15
1.4. Restrições técnicas no projeto de investimento.....	19
1.4.1. Evolução histórica no sector apícola	19
1.4.2. Enquadramento normativo e legal no sector apícola	33
1.4.3. Norma contabilística e de relato financeiro relativa à atividade agrícola	44
1.5. Considerações finais	48

Capítulo 2. Caracterização do concelho do Fundão

2.1. Enquadramento.....	49
2.2. Análise demográfica	50
2.2.1. Território e população	50
2.2.2. Educação	54
2.3. Análise económica	55
2.3.1. Caracterização sectorial.....	56
2.3.2. Emprego e tecido empresarial	57
2.4. Análise social	59
2.4.1. Infraestruturas	62
2.4.2. Condições de vida	63
2.5. Considerações finais	70

PARTE II - ANÁLISE EMPÍRICA

Capítulo 3. Consumo e comercialização de produtos e serviços apícolas no concelho do Fundão

3.1. Enquadramento	73
3.2. Investigação de campo	73
3.2.1. Objetivos da investigação de campo	74
3.2.2. Vantagens e desvantagens da investigação de campo	74
3.3. Metodologia de investigação	74
3.3.1. Universo e amostra em estudo	74
3.3.2. Instrumento de recolha de dados	75
3.4. Avaliação de resultados	77
3.4.1. Análise univariante de resultados.....	77
3.4.2. Análise multivariante de resultados.....	108
3.5. Considerações finais	118

Capítulo 4. Viabilidade económico-financeira da unidade apícola

4.1. Enquadramento.....	120
4.2. Caracterização da unidade apícola	122
4.2.1. Planeamento estratégico da unidade apícola	122
4.2.2. Planeamento da localização da unidade apícola.....	128
4.3. Viabilidade da Unidade Apícola.....	135
4.3.1. Pressupostos	135
4.3.2. Variáveis económicas da unidade apícola	142
4.3.3. Variáveis financeiras da unidade apícola.....	153
4.4. Avaliação da unidade apícola	158
4.4.1. Análise económico-financeira da unidade apícola	158
4.4.2. Avaliação financeira da unidade apícola	166
4.5. Considerações finais	170

Conclusão	172
Bibliografia	179
Anexos.....	188

Glossário de Siglas e Abreviaturas

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AJEM - Associação dos Jovens Empresários da Madeira
APISNORTE - Associação de Apicultores do Norte de Mina
ATA - Autoridade Tributária e Aduaneira
BP - Banco de Portugal
CAP - Confederação de Agricultura Portuguesa
CCE - Comissão das Comunidades Europeias
CE - Comunidade Europeia
CESC - Comité Económico e Social Europeu
CIRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CIRS - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
CIVA - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CMF - Câmara Municipal do Fundão
CMVM - Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CNC - Comissão Normalização Contabilística
CUE - Conselho da União Europeia
DGV - Direção-Geral de Veterinária
DL - Decreto-Lei
DO - Denominação de Origem
DOP - Denominação de Origem Protegida
ETG - Especialidade Tradicional Garantida
FAO - *Food and Agriculture Organization*
FAOSTAT - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FAOUN - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
FNAP - Federação Nacional dos apicultores
GCCC - Governo Civil de Castelo Branco
GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento
GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas.
HACCP - Hazard Analysis and Critical Control Points
IAS - Indexante do Apoio Social
IFOAM - *International Federation of Organic Agriculture Movements*
IG - Indicação Geográfica
IGP - Índice Geral de Preços
INE - Instituto Nacional de Estatística
IPC - Índice de Preço ao Consumidor
IPCB - Instituto Politécnico de Castelo Branco
IPQ - Instituto Português da Qualidade
IR - Índice de Rendibilidade
IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS - Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IUC - Imposto Único de Circulação
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
KMO - Estatístico Kaiser-Meyer-Olkin
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente, e do Ordenamento do Território
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEIADRP - Ministério da Economia e da Inovação e da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MFAP - Ministério das Finanças e da Administração Pública
NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NCRF- PE - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais
OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
PAN - Programa Apícola Nacional
PE - Parlamento Europeu
PME - Pequena e Média Empresa
PRI - Prazo de Recuperação do Investimento
PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural
PSA - Programa Sanitário Apícola
SNC - Sistema de Normalização Contabilístico
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats
TIR - Taxa Interna de Rentabilidade
TSU - Taxa Social Única
UE - União Europeia
VAL - Valor Atual líquido

Índice de Figuras

	Página
Figura 1 - Fases de um projeto de investimento	9
Figura 2 - Demonstrações financeiras previsionais de um projeto de investimento	15
Figura 3 - Produtos da atividade apícola	20
Figura 4 - Espécies de flora melífera em Portugal Continental	21
Figura 5 - Identificação dos apiários	33
Figura 6 - Regras de implantação dos apiários	34
Figura 7 - Localização de um apiário.....	34
Figura 8 - Distribuição espacial das entidades gestoras da zona controlada na apicultura ...	35
Figura 9 - Processo de fabrico do mel.....	40
Figura 10 - Processo de fabrico da cera	41
Figura 11 - Equipamento de apicultura: Caldeira a vapor.....	41
Figura 12 - Processo de recolha de Pólen	42
Figura 13 - Equipamento de apicultura: Capta-pólen e secador	42
Figura 14 - Equipamento de apicultura: Rede de plástico para recolha de própolis	43
Figura 15 - Equipamento de apicultura: Placa colectora de apitoxina.....	44
Figura 16 - Mapa do concelho do Fundão, 2011	50
Figura 17 - Vantagens e desvantagens dos produtos biológicos	89
Figura 18 - Fatores que influenciam o processo de decisão do consumidor.....	96
Figura 19 - Definição de unidade de produção primária.....	120
Figura 20 - Definição de estabelecimento.....	121
Figura 21 - Proposta de metodologia de planeamento estratégico	122
Figura 22 - Logótipo da unidade apícola.....	123
Figura 23 - Estratégia corporativa	124
Figura 24 - Estratégia de negócio	125
Figura 25 - Estratégia funcional	126
Figura 26 - Posicionamento e os fatores de diferenciação	128
Figura 27 - Identificação da localização da unidade apícola e da zona de transumância	130
Figura 28 - Rótulo do mel de cerejeira da unidade apícola	131
Figura 29 - Frasco de mel de cerejeira da unidade apícola	131
Figura 30 - Saco e frasco de mel da unidade apícola.....	132
Figura 31 - Instrumentos da Política de Divulgação da unidade apícola	132
Figura 32 - Site da unidade apícola.....	133
Figura 33 - Edifício da unidade apícola	134
Figura 34 - Planta do interior do edifício da unidade apícola	135
Figura 35 - Brindes de oferta da unidade apícola.....	140

Índice de Tabelas

	Página
Tabela 1 - Evolução da produção nacional de mel e cera, 2004-2008	22
Tabela 2 - Evolução dos agregados “Abelhas” em modo de produção biológico, 2002-2009	25
Tabela 3 - Quadro legal por categoria da densidade de instalação dos apiários	27
Tabela 4 - Calendário de operações das atividades apícolas	28
Tabela 5 - Evolução da produção, aprovisionamento e consumo de mel em Portugal, 2004-2010	30
Tabela 6 - Distribuição por região de Portugal da produção de mel em modo biológico	31
Tabela 7 - Evolução dos maiores produtores de mel na União Europeia, 2003-2011	32
Tabela 8 - Evolução dos maiores consumidores de mel na União Europeia, 2003-2009.....	32
Tabela 9 - Aplicação da NCRF - 17 relativo a Ativos Biológicos	45
Tabela 10 - Distribuição da população residente por freguesia do concelho do Fundão, 2011	51
Tabela 11 - Indicadores demográficos do concelho do Fundão, 2001 e 2011	52
Tabela 12 - Evolução de indicadores populacionais, 2005-2011.....	52
Tabela 13 - Distribuição por grupo etário da população do concelho do Fundão, 1991- 2001-2011	53
Tabela 14 - Distribuição por estado civil da população do concelho do Fundão, 2011.....	53
Tabela 15 - Evolução por sexo da taxa de abandono precoce no processo de educação e formação na Cova da Beira, 2005-2010	54
Tabela 16 - Distribuição por nível de escolaridade da população do concelho do Fundão, 2001-2011	55
Tabela 17 - Distribuição por região de Portugal da taxa de desemprego trimestral, 2011 - 2012	57
Tabela 18 - Distribuição por nível de escolaridade/idade da população empregada do concelho do Fundão, 2011.....	58
Tabela 19 - Evolução do ganho médio mensal no concelho do Fundão, 2004-2009.....	58
Tabela 20 - Distribuição por região de Portugal do rendimento médio trimestral, 2011	59
Tabela 21 - Evolução de indicadores económicos da região centro, 2005-2009	60
Tabela 22 - Distribuição por região de Portugal das empresas e pessoal ao serviço, 2009...	60
Tabela 23 - Distribuição por região de Portugal das empresas e pessoal ao serviço por sector de atividade, 2009	60
Tabela 24 - Distribuição por região de Portugal do volume de negócios e valor acrescentado bruto a preço de mercado por sector de atividade, 2009	61
Tabela 25 - Evolução dos indicadores de saúde no Concelho do Fundão, 2005-2011.....	62
Tabela 26 - Infraestruturas básicas no concelho do Fundão, 2011	63
Tabela 27 - Distribuição por região de Portugal da mão-de-obra da população agrícola familiar, 2009.....	64
Tabela 28 - Distribuição por região de Portugal da mão-de-obra pela população agrícola singular, 2009.....	65

Tabela 29 - Distribuição por região de Portugal da mão-de-obra pelos trabalhadores permanentes, 2009	66
Tabela 30 - Distribuição por região de Portugal das maiores produções agrícolas, 2011	67
Tabela 31 - Distribuição dos espaços culturais	68
Tabela 32 - Distribuição dos grupos desportivos e de aventura	69
Tabela 33 - Distribuição por tipologia de alojamento.....	69
Tabela 34 - Distribuição por região das dormidas, 2010 e 2011	70
Tabela 35 - Distribuição por região da taxa de ocupação-cama e estada média, 2010-2011	70
Tabela 36 - Distribuição da população / amostra por freguesia	79
Tabela 37 - Distribuição dos inquiridos por sexo	80
Tabela 38 - Distribuição dos inquiridos por estado civil	80
Tabela 39 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária	80
Tabela 40 - Distribuição dos inquiridos por habilitação literária.....	81
Tabela 41 - Distribuição dos inquiridos por setor de atividade económica do emprego	81
Tabela 42 - Distribuição dos inquiridos por enquadramento organizacional	82
Tabela 43 - Distribuição dos inquiridos por situação face ao emprego	82
Tabela 44 - Distribuição dos inquiridos por salário médio mensal	83
Tabela 45 - Distribuição dos inquiridos por conhecimento do produto apícola.....	85
Tabela 46 - Distribuição dos inquiridos por produto apícola que costuma consumir com maior frequência.....	86
Tabela 47 - Distribuição dos inquiridos por preferência da produção agrícola	88
Tabela 48 - Distribuição dos inquiridos pela utilidade da compra do produto apícola	92
Tabela 49 - Distribuição dos inquiridos por local de compra habitualmente dos produtos...	95
Tabela 50 - Distribuição dos inquiridos segundo a forma de aquisição dos produtos.....	98
Tabela 51 - Distribuição dos inquiridos por preferência de um determinado produtor	98
Tabela 52 - Distribuição dos inquiridos pela área de influência do produtor	99
Tabela 53 - Distribuição dos inquiridos segundo a comercialização no concelho do Fundão de produtos apícolas	100
Tabela 54 - Distribuição dos inquiridos pelo conhecimento sobre o funcionamento da apicultura	100
Tabela 55 - Distribuição dos inquiridos pelo gosto em conhecer o funcionamento da apicultura	101
Tabela 56 - Distribuição dos inquiridos pelo interesse na participação das atividades ligadas à apicultura na região	101
Tabela 57 - Distribuição dos inquiridos por motivo que levariam a frequentar atividades ligadas à Apicultura.....	103
Tabela 58 - Distribuição dos inquiridos com um membro na família que seja apicultor	104
Tabela 59 - Distribuição dos inquiridos pela opinião da comunidade se envolver em questões ambientais, culturais e turísticas	104
Tabela 60 - Distribuição dos inquiridos por criação de fatores distintivos na região	105

Tabela 61 - Distribuição dos inquiridos pela opinião sobre a contribuição para a criação de oportunidades de negócio na região	105
Tabela 62 - Distribuição dos inquiridos pelo grau de contribuição para fixar pessoas na região	106
Tabela 63 - Distribuição dos inquiridos pela opinião da contribuição para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região	107
Tabela 64 - Distribuição dos inquiridos pela opinião da contribuição para a valorização externa dos produtos da região	108
Tabela 65 - Análise SWOT	110
Tabela 66 - Matriz de coeficiente de correlação.....	113
Tabela 67 - Testes estatísticos de robustez do modelo	114
Tabela 68 - Análise de Componentes Principais.....	116
Tabela 69 - Quantidade estimada por produtos apícolas em cada colmeia	136
Tabela 70 - Evolução da quantidade estimada por produtos apícolas.....	137
Tabela 71 - Evolução de preço de venda estimado, 2014-2018	138
Tabela 72 - Quantidade estimada de cada prestação de serviços	139
Tabela 73 - Preço estimado de cada prestação de serviços.....	139
Tabela 74 - Evolução previsional da prestação de serviços, 2014-2018	142
Tabela 75 - Evolução previsional da Vendas, 2014-2018	143
Tabela 76 - Evolução previsional do Volume de Negócios, 2014-2018	143
Tabela 77 - Evolução previsional do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, 2014-2018	144
Tabela 78 - Evolução previsional dos Fornecimentos e Serviços Externos, 2014-2018	145
Tabela 79 - Cronograma anual de atividades dos trabalhadores	146
Tabela 80 - Evolução previsional das remunerações, 2014-2018	147
Tabela 81 - Evolução previsional dos Encargos da Entidade Empregadora, 2014-2018	148
Tabela 82 - Evolução previsional dos Encargos dos Trabalhadores, 2014-2018	150
Tabela 83 - Evolução previsional dos Gastos com o Pessoal, 2014-2018	150
Tabela 84 - Evolução previsional do Imposto de Circulação de Veículos, 2014-2018.....	151
Tabela 85 - Evolução previsional de Outros Gastos e Perdas, 2014-2018.....	151
Tabela 86 - Evolução previsional das Depreciações, 2014-2018	152
Tabela 87 - Evolução previsional da Quota de Depreciação, 2014-2018.....	152
Tabela 88 - Evolução previsional do Imposto sobre o Rendimento do Exercício, 2014-2018	153
Tabela 89 - Evolução previsional do Ativo Não Corrente, 2014-2018	154
Tabela 90 - Orçamento Financeiro, 2014-2018	155
Tabela 91 - Orçamento de Tesouraria, 2014-2018	155
Tabela 92 - Evolução previsional da política de recebimentos, 2014-2018	155
Tabela 93 - Evolução previsional da política de pagamentos, 2014-2018	156
Tabela 94 - Distribuição das Taxas de IVA por produto da atividade apícola	157
Tabela 95 - Evolução previsional do Apuramento do Imposto sobre o Valor Acrescentado, 2014-2018.....	157

Tabela 96 - Evolução previsional do Estado e Outros Entes Públicos, 2014-2018	158
Tabela 97 - Evolução previsional da Demonstração de Resultados por natureza, 2014- 2018	159
Tabela 98 - Evolução previsional do Balanço, 2014-2018.....	161
Tabela 99 - Evolução previsional dos Indicadores de Rendibilidade, 2014-2018	162
Tabela 100 - Evolução previsional dos Indicadores de Liquidez, 2014-2018	164
Tabela 101 - Evolução previsional dos Indicadores Financeiros, 2014-2018	165
Tabela 102 - Evolução previsional do Mapa dos Cash-Flows, 2014-2018	166
Tabela 103 - Evolução previsional do Payback, 2014-2018.....	169
Tabela 104 - Evolução previsional do Payback (atualizado), 2014-2018	169
Tabela 105 - Evolução previsional do Índice de Rendibilidade, 2014-2018	170

INTRODUÇÃO

Introdução

A apicultura é uma atividade de grande importância económica, apresentando-se como uma alternativa de ocupação e de rendimento para as explorações agrícolas. Para além de ser uma atividade de fácil manutenção e de reduzido investimento inicial, esta atividade desperta muito interesse em diversos segmentos da sociedade por se tratar de uma atividade que é social, económica e ambientalmente sustentável (Bradbear, 2004). Social, por se tratar de uma forma de ocupação e emprego no setor agrícola. Económica, por permitir obter um rendimento, com possibilidade de incrementar o mesmo. Ambiental, por perceber o papel da apicultura e da abelha, como polinizador natural de espécies nativas e cultivadas, preservando-as e, conseqüentemente, contribuindo para o equilíbrio do ecossistema e a manutenção da biodiversidade.

Socialmente, esta atividade económica é centrada na utilização dos produtos apícolas para fins alimentares e terapêuticos, como uma das práticas mais universais e que remonta às mais antigas civilizações. Na época contemporânea e nos países ocidentais, o valor da Apiterapia decaiu, sendo apenas a partir da segunda metade do século XX que a Apiterapia recomeçou a suscitar um crescente interesse nas sociedades ocidentais. Em Portugal, e no que respeita aos produtos apícolas, à exceção do mel, a sua oferta é reduzida, abastecendo a indústria e o comércio com produtos importados (Abreu et al., 2009).

Ambientalmente, esta atividade económica é bastante importante dado que as abelhas são insetos essenciais para a polinização de espécies nativas e cultivadas e a preservação dos ecossistemas, bem como para a própria saúde do Homem, pelos benefícios existentes nos diversos produtos apícolas, considerando que o mel é um alimento e medicamento; a cera é de grande valor de mercado pelas inúmeras aplicações; a geleia real é uma fonte de energia para a saúde e a apitoxina é utilizada como medicamento para diversos fins terapêuticos.

Economicamente, nesta atividade, segundo a Direção-Geral de Veterinária (DGV) e a Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP), existem atualmente em Portugal cerca de 15 mil apicultores registados, correspondendo a um universo de, aproximadamente, 33 mil apiários e 555 mil colmeias (MADRP, 2010a). A apicultura portuguesa é maioritariamente detida por pequenos apicultores e trata-se de uma atividade exercida a título acessório, isto é, como complemento de uma atividade principal agrícola ou não, com efetivos médios inferiores a 50 colmeias e constituindo uma apicultura que, sobretudo no escalão inferior a 25 colmeias, é fundamentalmente baseada no autoconsumo (MADRP, 2010a). Na maioria das explorações, uma vez que a apicultura não constitui a atividade principal, a produção encontra-se orientada para os resultados de curto prazo, verificando-se uma quase inexistência de planeamento estratégico e de orientação para o mercado (MADRP, 2010a).

➤ Definição do problema

Assim, não constitui objeto de controvérsia deste trabalho de projeto, o relacionamento entre a unidade apícola e o seu meio envolvente, apesar de todas as ameaças e oportunidades que daí advêm, dando, portanto, sentido ao conceito de estratégia, porque lhe faz sobressair os pontos fortes e fracos que a unidade de exploração agrícola promove (Azeitão e Roberto, 2010). Nesta medida, o presente trabalho de projeto apresenta a criação de uma unidade apícola que visa o desenvolvimento sustentável de uma região periférica, como o concelho do Fundão, ao mesmo tempo que promove a gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, privilegiando a oferta de produtos não agressivos à natureza e, no global, preservando o meio ambiente.

Para concretizar tal processo, desenvolveu-se, por um lado, a análise de um projeto de investimento baseada em estudos que sustentamos requisitos estratégicos e de localização da unidade, ao mesmo tempo que se debate com estudos de carácter técnico, económico e financeiro, permitindo analisar e avaliar a sua rentabilidade e, conseqüentemente, a sua realização (ou não) (Barros, 2008).

Esta análise é subdividida em duas análises complementares: análise financeira; e análise económica. No que se refere à análise financeira, a mesma estuda, no quadro das condições atuais e futuras, os processos de investimento e financiamento que devem ser, suficientemente, remunerados e reembolsados, considerando que os rendimentos gerados no futuro superam os gastos realizados num determinado período de tempo.

Por outro lado, a análise económica é baseada em previsões no que concerne à sua atividade, tais como: o número de produtos ou serviços que se pretende comercializar/prestar; o preço atribuído aos mesmos; a estimativa das vendas ou da prestação de serviços efetuadas por cada ano; os fornecimentos e serviços externos; os gastos com o pessoal; entre outros gastos e rendimentos. Para além de que, deve ter consideração que o investimento irá ter repercussões na unidade apícola, durante os 5 anos do projeto de investimento (AJEM, 2008) e ainda nas estratégias de gestão corrente como: o prazo médio de recebimento dos clientes; e o prazo médio de pagamento aos fornecedores. Assim, o estudo da viabilidade económica e financeira é considerado um instrumento essencial no apoio à tomada de decisão de criação de uma unidade apícola.

➤ **Objetivos**

O objetivo principal deste trabalho de projeto centra-se no estudo da viabilidade económica e financeira de uma unidade apícola. Contudo, esta análise de viabilidade esteve condicionada pelos conceitos e teorias propostos por diversos investigadores que abordaram a temática da análise económica e financeira de projetos de investimento (Fernández, 2001), bem como toda a legislação, normas e regulamentos que orientam este setor de atividade económica (Vilas-Boas, 2008).

O estudo da viabilidade proporcionou um processo de aprendizagem desenvolvido ao longo de todo o mestrado em Gestão de Empresas e consolidou a investigação académica que implicou o objetivo secundário deste trabalho de projeto. Assim, a mestranda poderá obter num futuro próximo uma remuneração justa, uma maior motivação profissional e realização pessoal com a criação de uma unidade apícola no concelho do Fundão, bem como o estímulo à participação no processo de tomada de decisão do dia-a-dia de uma empresa agrícola que será sempre um enriquecimento e uma maior dinamização para uma região como a Beira Interior. Por conseguinte, a decisão de efetuar este trabalho de projeto deveu-se à curiosidade existente pela apicultura por parte da mestranda e, ainda, as dinâmicas da ruralidade e, fundamentalmente, o assumir de responsabilidades numa estratégia de viabilidade económica e financeira de um projeto de investimento.

➤ **Metodologia**

Como metodologia de investigação recorreu-se, para a análise teórica, à revisão de literatura identificando modelos e métodos de análise de investimentos. Paralelamente, estudaram-se conceitos, legislação, normas e regulamentos para caracterizar a atividade económica objeto de estudo. E, ainda, contextualizou-se a viabilidade do projeto de investimento através da recolha dos dados para caracterizar uma análise demográfica, económica e social do concelho do Fundão.

Para a análise empírica recorreu-se a um levantamento do consumo e comercialização de produtos apícolas no concelho do Fundão, o qual foi realizado através da técnica de recolha de dados por inquérito (Wooldridge, 2010), procurando uma população aleatória de inquiridos, através de uma amostra das trinta e uma freguesias do concelho do Fundão (Hair et al., 2010). O método de investigação por inquérito, tendo como instrumento de aplicação um questionário, permitiu aferir a opinião dos consumidores, dos produtos e serviços apícolas e passar a conhecer qual o consumo e comercialização destes produtos e serviços no concelho do Fundão, considerando-se como uma fundamentação imprescindível para a criação de uma unidade apícola. A análise estatística exploratória permitiu desenvolver uma análise univariante e uma

análise multivariante das variáveis, alicerçando a análise de resultados que levará a uma adequada interpretação e discussão dos mesmos (Maroco, 2011).

Para a análise da viabilidade recolheram-se dados e informações de mercado que irão ser tratados em termos financeiros para permitir avaliar os investimentos necessários para implementar uma unidade apícola, bem como obtiveram-se todos os elementos face às alternativas possíveis, nomeadamente: de localização; de tipologia dos processos produtivos; e de dimensão do projeto de investimento (Penman, 2013). A questão da dimensão da unidade apícola vem ao encontro do objetivo de satisfação do mercado local, sendo que quanto maior for a procura destes produtos e serviços, maior será a dimensão do investimento a realizar (Helay e Papelu, 2013).

Face ao exposto, o presente trabalho de projeto estuda a viabilidade económica e financeira de uma unidade apícola e, deste modo, pretende responder às seguintes questões:

- *Quais as características do concelho do Fundão?*
- *Quais os fatores que influenciam o consumo e a comercialização do mel no concelho do Fundão?*
- *Qual é a viável económica e financeira de uma unidade apícola no concelho do Fundão?*

A resposta à primeira questão foi o ponto de partida para a elaboração de um questionário (2ª questão a investigar) que, por sua vez, serviu de suporte estratégico para responder à terceira questão. Assim, todas as questões se integram no estudo da viabilidade económico-financeira de uma unidade apícola.

➤ **Estrutura do documento**

O trabalho de projeto encontra-se estruturado, para além da introdução e da conclusão, em quatro capítulos que se agregam em duas partes, a análise teórica e a análise empírica. No que se refere à primeira parte, a análise teórica está repartida em dois capítulos. No primeiro capítulo será desenvolvida toda a revisão de literatura respeitante à análise de projetos de investimento, análise de viabilidade do projeto de investimento, restrições técnicas dos mesmos, bem como as respetivas considerações finais. No segundo capítulo será caracterizado o concelho do Fundão, com o enquadramento do mesmo, a análise demográfica, a análise económica, a análise social e, por último, serão tecidas as considerações finais. Estas análises serão, por sua vez, consideradas de grande importância no que se refere à análise empírica.

Relativamente à segunda parte do trabalho de projeto, a análise empírica encontra-se desagregada no terceiro e quarto capítulo. O terceiro capítulo refere-se ao estudo do consumo e comercialização de produtos e serviços apícolas no concelho do Fundão. Este capítulo está repartido no enquadramento deste estudo, na explicação do processo da investigação de campo,

onde constam os objetivos e as limitações da investigação, na metodologia de investigação desenvolvida, na avaliação de resultados e, por último, nas considerações finais deste capítulo.

O quarto capítulo dedica-se à viabilidade económico-financeira da unidade apícola e encontra-se dividido em cinco pontos: no primeiro é feito um enquadramento; no segundo é caracterizada a unidade apícola, onde será focado o planeamento estratégico e de localização da unidade; no terceiro estuda-se a viabilidade propriamente dita, com os pressupostos, as variáveis económicas e as variáveis financeiras da mesma; o quarto dedica-se à avaliação da unidade apícola abordando uma análise económica e financeira e uma avaliação financeira da unidade; e são apresentadas as considerações finais.

Por último, são apresentadas as conclusões, as limitações e os desenvolvimentos futuros do trabalho de projeto, o qual se centra na viabilidade económico-financeira de uma unidade apícola.

Parte I - Análise Teórica

Capítulo I. Revisão de literatura

1.1. Enquadramento

O primeiro capítulo da revisão da literatura é baseado na procura de definições e explicações de diversos autores que permitem enquadrar a análise teórica face à análise empírica deste trabalho de projeto. Assim, neste capítulo procurou-se uma pesquisa documental em que todas as informações foram obtidas através da internet e respetivas bases de dados de artigos científicos, bem como de livros que posteriormente foram objeto de estudo e uma leitura mais detalhada.

Esta parte é essencial para a elaboração da análise empírica deste projeto e é fundamental para perceber e conhecer todas as noções e todos os procedimentos adequados a adaptar para a fase empírica tendo como etapas metodológicas:

- a pesquisa e respetiva revisão da literatura sobre desenho de projetos de investimento e análise da sua viabilidade (FAOUN, 1993, Kurowki e Sussman, 2011);
- a conjugação da literatura e integração empírica no tema, enquadrando o sector apícola, a sua história, as suas normas e legislação aplicada, bem como todas as especificidades (Hilmi *et al.*, 2012).
- a pesquisa das medidas a aplicar e a seleção dos fatores estratégicos de uma unidade apícola, relativas ao processo de marketing, processamentos dos produtos e fornecimentos de materiais (Azeitão e Roberto, 2010).
- a análise da relação entre as atividades de administração, gestão e planeamento, para que seja possível criar um projeto de sucesso, relacionando as vantagens dos incentivos disponíveis como reforço no desenvolvimento dos objetivos.
- a pesquisa da literatura necessária para estudar a viabilidade económica e financeira da unidade apícola, no que diz respeito aos critérios de avaliação financeira (Pike and Neale, 1999; Vernimmen *et al.*, 2009).
- e a redação de conclusões após a complementaridade da análise teórica com a empírica estudada por diversos autores.

1.2. Análise de projeto de investimento

1.2.1. Conceito, fases e tipos de projeto de investimento

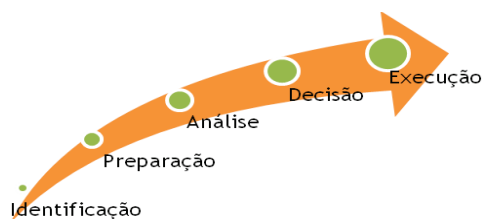
O projeto é uma proposta de aplicação de recursos escassos que possuem aplicações alternativas a um negócio, que gerara rendimentos futuros durante um determinado tempo, capaz de remunerar a aplicação. Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2003) é considerado uma série de ações indivisíveis no plano económico, associadas a uma função técnica específica e dotadas de objetivos identificáveis. Uma fase de projeto é técnica e financeiramente independente e tem a sua eficiência própria.

O projeto poderá ser implantado se o benefício for superior ao custo, caso contrário obterá prejuízo (Barros, 2007). Assim, pode ser considerado, simultaneamente, uma ideia e um plano de investimento que se propõe integrar recursos escassos a uma aplicação particular com o objetivo de obter um rendimento durante um certo tempo que remunere a aplicação. O método que decide a implementação ou não do projeto depende da avaliação realizada consoante as alternativas de investimento.

O investimento é uma ação que visa obter uma determinada rentabilidade e para tal é essencial fazer a sua avaliação, quer numa perspetiva microeconómica, quer numa perspetiva macroeconómica, dependendo da aplicabilidade dos recursos inseridos (Neves, 2001a). Num processo de elaboração de um projeto de investimento torna-se importante definir o âmbito de aplicação do investimento, a sua rentabilidade e, principalmente, o objetivo final que se pretende alcançar (Neves, 2000b). Na fase de planeamento é importante analisar: a definição de sucesso e fracasso, alvos, objetivos, políticas e orientações; assim como os níveis de aceitabilidade ou de envolvimento no projeto de investimento; os aspetos comportamentais do projeto e os respetivos prémios de risco; o nível de rentabilidade, positiva e negativa, quer em termos financeiros, quer em termos económicos; os processos de gestão e relações daí resultantes para o projeto.

Neste sentido é necessário seguir um fio condutor que pode ser representado por fases, as quais incluem aspetos necessários à sua implementação. Durante a elaboração de um projeto de investimento tem que se ter em conta cinco fases essenciais ao seu desenvolvimento para se conseguir obter com sucesso. Tal como se verifica na Figura 1, as fases para a elaboração de um projeto tem início na identificação do projeto a realizar, passando para a sua preparação, análise, decisão e execução.

Figura 1 - Fases de um projeto de investimento



Fonte: Adaptado de Barros (2007)

A primeira fase conhecida pela identificação do projeto, considerada a mais importante de todas formalizando as ideias que se pretende e por ser uma fase onde se efetua um levantamento das necessidades estratégicas e identificação das oportunidades de investimentos. A segunda fase diz respeito a preparação de vários estudos nomeadamente, técnicos, económicos, financeiros, jurídicos e políticos o que permite que os mesmos prossigam a fase de

análise. É a partir destes estudos que se efetua o registo previsional dos rendimentos e gastos desse mesmo projeto. A terceira fase pode revelar a tomada de decisão final quanto à realização ou não do projeto. Esta análise segue duas ópticas sendo a análise financeira sob o ponto de vista da rentabilidade empresarial e a análise económica sob o ponto de vista da rentabilidade para a coletividade. Na quarta fase, o projeto encontra-se pronto para a tomada de decisão, podendo ser aceite ou rejeitado dependendo da satisfação das perspetivas da entidade promotora. Esta mesma decisão tem que ser efetuada com máxima consciência, para que se for aceite passar-se á fase seguinte de execução. Na quinta fase procede-se à revisão dos estudos realizados e efetuados do calendário de realização de projetos, sendo que nesta fase decorrem as ações necessárias para pôr em funcionamento o projeto nomeadamente: a construção civil, a montagem de equipamentos, o recrutamento e formação de pessoal, entre outros.

Face ao exposto será ainda de considerar que o processo produtivo para conseguir obter um serviço tem inúmeros fatores que podem influenciar a escolha das técnicas para atingir o resultado obtido. Entre as técnicas que se apresentam ao investidor distinguem-se as matérias, os fatores produtivos e a qualidade do produto final. Por último, não menos importante é a localização do projeto de investimento. Este deve ser considerado como um elemento importante para o seu êxito, quanto maior for a proximidade entre o produtor e o consumidor menores serão os custos de deslocação e de distribuição (Barros, 2008).

Na elaboração dos projetos de investimentos considera-se uma tipologia variada dos investimentos utilizados, de acordo com diferentes critérios e podem ser classificados quanto ao objetivo, à dependência, ao tipo de relação cliente/fornecedor e à origem do capital.

Os projetos de investimento por objetivo estão diretamente relacionados com a resposta pela qual se pretende efetuar o investimento, ou seja, é utilizado uma classificação sobretudo ao nível das empresas em que engloba cinco tipos de projetos diferentes.

Os projetos de investimento por reposição e/ou modernização são relativos à substituição de um equipamento por outro análogo ou mais evoluído. Por vezes não se encontram disponíveis dados que permitam a avaliação isolada das variantes com ou sem o investimento. Os investimentos de inovação e/ou expansão enfrentam o problema da importância a dar ao estudo de mercado e ao investimento em marketing. No caso dos investimentos de inovação torna-se necessário prever as vendas futuras sem a comparação de dados históricos. Investimentos de expansão estão associados à classificação de investimento e de modernização, tendo precisamente a ver com a importância do estudo de mercado; e, por último, os investimentos de estratégicos referem-se a projetos de redução de risco com diversificação de atividades, projetos de carácter social, com implicações na melhoria das condições de trabalho ou em ganhos de produtividade (Neves, 2000a).

Os projetos de investimento por dependência significam que existe efetivamente uma dependência entre os projetos, sendo um aspeto essencial a ponderar nas técnicas de avaliação.

Segundo Ricciulli (2010: 14) existem três tipos de dependência: os investimentos independentes, em que não tem qualquer ligação com mais nenhum investimento; os investimentos dependentes, mutuamente exclusivos têm que optar entre um dos dois, dado que apenas um se pode realizar; e por último, nos investimentos dependentes complementares, a decisão de investimento tem que ser fundamentada em ambos os projetos.

Os projetos de investimento por tipo de relação entre cliente e fornecedor, são de acordo com os contratos celebrados para aquisição de materiais a um determinado fornecedor mediante um pagamento acordado entre ambas as partes. Nos projetos tende em haver diversos fornecedores dos quais para cada um existe uma relação específica dependendo da relação contratual celebrada.

Os projetos de investimento por origem de capital, consideram a própria perspectiva de origem de capital nos investimentos e é sobretudo relevante numa ótica nacional, em que o capital pertence a residentes no país onde se efetua o investimento. Deste modo, é estrangeiro, quando o capital pertence a residentes no estrangeiro, esta tipologia pode assumir duas formas distintas sendo um investimento direto e indireto. Estrangeiro direto, refere-se ao investimento efetuado diretamente pela empresa estrangeira que exerce um controlo direto sobre o projeto, nomeadamente as filiais construídas por multinacionais em países diferentes do país de origem da empresa. Estrangeiro indireto, quando um investidor estrangeiro não constrói um projeto de raiz, limitando-se a adquirir uma participação em empresas existentes no país sem exercer um controlo direto sobre o negócio.

1.2.2. Técnicas de análise de projeto de investimento

A análise de projetos de investimento pode ser feita por duas formas de avaliação. A avaliação financeira tem como objetivo a determinação dos recursos financeiros, que consistem nos capitais próprios e nos empréstimos que por sua vez podem ser recuperados e remunerados adequadamente durante o período de vida económica do projeto. E a avaliação económica deve averiguar se o projeto está inserido num sector determinante para o desenvolvimento da economia e se contribuirá para o desenvolvimento do sector e se os benefícios económicos gerados serão ou não superiores aos recursos aplicados.

Segundo Ricciulli (2010), a teoria financeira tem um maior número de técnicas de análise de investimento e são cada vez mais sofisticadas em que algumas foram substituídas por outras mais representativas da complexidade a sistematizar. As técnicas mais adotadas são sempre referidas e explicadas nos manuais de finanças. Ricciulli (2010) escolheu algumas técnicas que considerou mais importantes, que tomamos também como referência, considerando-as com maior relevância neste estudo.

A análise com base no resultado económico é utilizada para calcular o capital investido e estabelece a relação entre o resultado contabilístico e esse capital. A aceitação ou a rejeição do projeto é proveniente da comparação entre a rentabilidade obtida para o capital investido e o custo desse mesmo capital. Neste caso se o custo do capital for inferior a rentabilidade a decisão será no sentido de aceitar o projeto e, caso contrário, será de rejeitar.

Segundo Ricciulli (2010) existem algumas dificuldades na aplicação deste método, nomeadamente: a aplicação ao longo de vários períodos, exige o cálculo de médias de resultados e de capital investido, sendo que o ritmo de depreciação influencia o valor dos ativos e dos resultados, determinando uma taxa de rentabilidade diferente. O conceito de resultado é uma noção de ordem económica, e portanto longe de representar um fluxo financeiro que, todavia, se compara com o desembolso associado ao investimento; e não considera o valor do dinheiro ao longo do tempo.

A análise com base nos cash-flows permite a comparação entre os fluxos financeiros atualizados associados ao projeto de investimento. O resultado é um valor final positivo, negativo ou igual a zero, aos quais correspondem a decisão de aceitar ou rejeitar o projeto. Portanto a comparação entre fluxos de entrada e saída de dinheiro ocorrem com a realização do projeto de investimento e que podem ser atualizados.

O somatório dos cash-flows esperados em cada um dos períodos de realização do projeto comparado com o pagamento do investimento corresponde a medida de mérito para o projeto e que se designa por Valor Atual Líquido (VAL). A determinação do Valor Atual Líquido de um projeto requer as seguintes etapas: Fixar a taxa de atualização; Determinar o cash flow investido e de exploração; Atualizar todos os cash-flows; Somar os cash-flows de exploração atualizados e os de investimento; Subtrair o valor atual dos cash-flows de exploração ao cash-flow de investimento.

Segundo Pike and Neale (1999) pode associar-se ao VAL o cálculo da Taxa Interna de Rentabilidade (TIR), sendo que esta taxa de atualização torna nulo o VAL de um projeto de investimento. A TIR permite avaliar os projetos de uma forma imediata, selecionando os projetos cuja TIR se situa acima de um valor dado predefinido e eliminando aqueles cuja TIR está abaixo desse valor. De acordo com os cash-flows, também é possível calcular o prazo de recuperação do investimento, é um método que procura indicar qual o período de recuperação do capital investido.

A análise com base no risco pode afetar vários elementos de um investimento nomeadamente, o capital investido, os cash-flows esperados, a duração de vida do projeto, o valor residual e a taxa de atualização escolhida. Segundo Vernimmen *et al.* (2009), os critérios de análise com base no risco foram evoluindo, podendo atualmente subdividir os critérios em tradicionais e modernos.

Relativamente aos critérios tradicionais, estes permitem tomar uma decisão em face de variantes alternativas e são de aplicação fácil. Estes critérios são o prazo de recuperação do capital investido, ponto crítico, elevação da taxa de atualização, redução do período de vida do equipamento, não entrar em linha de conta com o valor residual dos equipamentos e correção dos cash-flows de investimento. Relativamente aos critérios modernos, estes implicam conhecimentos mais profundos, tais como a econometria e estes critérios permitem racionalizar as tomadas de decisão a fim de minimizar o risco e a incerteza envolvente.

A análise com base em modelos de simulação implica plataformas informáticas que trazem vantagens na execução de modelos matemáticos e que poderão desempenhar um papel importante no processo de decisão. Apesar das soluções que estes modelos podem implicar, comportam dificuldades que surgem da teoria para a prática, como o elevado custo de cada modelo, a perda de eficácia pela dificuldade de tratamento de dados e a exigência de extenso volume de informação.

1.3. Análise de viabilidade do projeto de investimento

A análise de viabilidade do projeto de investimento implica um sistema de informação composta por vários documentos previsionais, como sejam: o plano de investimento, o plano de exploração, o plano de financiamento, o balanço e a demonstração de resultados previsional. O plano de investimento é onde se regista o custo do investimento a realizar, ou seja, todos os gastos necessários à implementação do projeto. O plano de exploração regista os rendimentos e os gastos da exploração corrente do projeto. O plano de financiamento evidencia a origem de fundos necessários ao projeto para a posterior aplicação. O balanço previsional traduz a situação patrimonial previsional do projeto e permite analisar a solvabilidade e a liquidez do projeto. A demonstração de resultados previsional identifica o desempenho do projeto. Estes planos são os documentos básicos necessários à avaliação financeira de projetos de investimentos, na medida em que são necessários à definição do mapa de cash-flow previsional.

1.3.1. Noções de viabilidade de um projeto de investimento

A viabilidade também é conhecida pela rendibilidade ou a capacidade do projeto gerar um excedente líquido positivo no seu processo produtivo e essa capacidade será determinada tanto pelo mercado como também pela empresa. O mercado refere-se a variáveis que não dependem da ação da empresa. A empresa trata de variáveis, diretamente, dependentes da ação de gestão (Barros, 2007).

A análise de viabilidade consiste num estudo técnico de cariz financeiro que procura determinar as possibilidades de obter sucesso ou insucesso económico e financeiro de um determinado projeto. Através desta análise são efetuadas previsões dos rendimentos e dos gastos gerados pelo projeto e calculados diversos indicadores de viabilidade, baseados na avaliação dos

fluxos de caixa, entre os quais a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR), o Valor Atual Líquido (VAL) e o Prazo de Recuperação do Investimentos (PRI) ou Payback. Ao basear-se em dados previsionais, qualquer estudo de viabilidade envolve um elevado grau de incerteza. Para limitar os efeitos dessa incerteza e avaliar os resultados do projeto poderá também ser efetuada uma análise de sensibilidade, na qual são testados diversos cenários pessimistas e otimistas.

Para avaliar a rentabilidade de um projeto podem ser usadas diversas variáveis, por exemplo, o resultado líquido do período que mede o desempenho económico de uma organização. Contudo, esta variável depende dos métodos do registo contabilístico e na perspetiva de Miguel (2006: 10):

“Esta dependência dos critérios contabilísticos poderia provocar, caso se utilizasse o lucro como critério de medida da rentabilidade de um projeto, uma situação de impasse: segundo um determinado procedimento contabilístico o projeto seria aceitável e, de acordo com outros procedimentos, o mesmo projeto poderia ser inaceitável”.

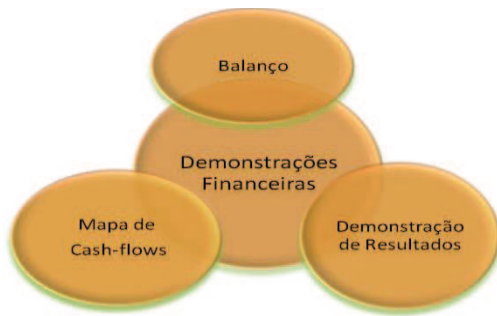
A viabilidade é a determinação de que um projeto ou plano possa ser efetuado satisfatoriamente num prazo requerido, ou seja, é utilizada em várias análises para determinar e concluir se o projeto se encontra viável dentro dos parâmetros exigidos do mesmo. Assim, nas palavras de Cerbasi (2003: 10):

“A avaliação ou valoração de empresas - o termo valoração é a correta tradução para a língua portuguesa do popular termo valuation - tem sido objeto de diversas correntes de pesquisa, que buscam no seu arcabouço teórico conceber modelos que ofereçam às negociações empresariais uma avaliação justa de quanto vale uma empresa ou quanto se deve pagar pelos resultados esperados da empresa, considerando o risco a ser assumido pelo eventual comprador”.

A viabilidade do projeto de investimento pode ser obtida através de um estudo realizado com base nas demonstrações financeiras, onde podemos retirar todos os dados necessários para obter conclusões, têm como objetivo principal fornecer dados históricos, que permita prever o futuro na tomada de decisão de gestão. É através das demonstrações financeiras que são retiradas as informações que irão ter uma imagem transparente, verdadeira e apropriada do relato financeiro. Para a sua elaboração devemos ter em consideração a estrutura contabilística existente e da qual é retirada a informação, sendo que as rubricas que a compõem sofreram uma redenominação, reestruturação de valorimetria (mensuração) e adaptadas de acordo com a correspondência entre as atuais classes de contas.

Na Figura 2 são apresentadas as demonstrações financeiras previsionais obrigatórias, verifica-se que o novo normativo contabilístico prevê a inclusão de uma demonstração das alterações no capital próprio, a obrigatoriedade da demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto e a obrigatoriedade de elaboração da demonstração da demonstração dos resultados por natureza, sendo opcional a por funções (Encarnação, 2009).

Figura 2 - Demonstrações financeiras previsionais de um projeto de investimento



Fonte: Elaboração própria

O Balanço proporciona informação sobre a posição financeira de uma entidade, numa determinada data. Um ativo é um recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que obtenham benefícios económicos futuros. Por outro lado, um passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte com base nos recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. A demonstração dos resultados permite avaliar o desempenho económico da entidade reportado a um determinado período e é composta pelas componentes positivas e negativas do resultado relativo ao intervalo de tempo entre as duas datas de balanço. Os Gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de deprecimentos de ativos ou na incoerência de passivos que resultem em diminuições no capital próprio. O Mapa de cash-flow permite identificar os fluxos líquidos gerados pelo projecto que remuneram o capital, assim como o período de tempo em que se verifica esse fluxo (Encarnação, 2009).

1.3.2. Tipos de viabilidade de projeto de investimento

A análise de viabilidade implica conhecer muito bem a atividade que se pretende implantar, sendo necessário examinar previamente todos os vários aspetos que envolvem uma determinada atividade económica. Assim, aumenta a possibilidade de êxito do projeto e evita o fracasso. A análise engloba vários tipos de viabilidade que, por sua vez, juntas formam aspetos importantes e essenciais na elaboração do projeto de investimento. Estes tipos de viabilidade estão repartidos pela viabilidade económica, viabilidade financeira, viabilidade ambiental e viabilidade social.

A viabilidade económica do projeto pode responder as seguintes questões: O quê, quanto, como e onde será produzido? Onde será comercializado? Qual a procura do produto nos mercados-alvo? A mesma será obtida através de um estudo de mercado? O projeto gerará emprego? O capital inicial do projeto mais o resultado líquido do período será suficiente para cobrir a diferença entre rendimentos e gastos? Os preços de venda estarão compatíveis com os preços de mercado? Como será usado o resultado líquido do período? No caso de haver crédito, qual a capacidade de pagamento?

A análise de viabilidade económica é dividida em dois aspetos importantes. O primeiro aspeto é a formulação de questões sobre o projeto de investimento propriamente dito, de modo a aperfeiçoar o conhecimento sobre atividade que se pretende implantar. O segundo aspeto surge, após a formulação de questões, que corresponde à análise de sensibilidade. Assim, para o desenvolvimento de ambos os aspetos recorreu-se às propostas de Gotze *et al.* (2008), permitindo implementar uma análise económica de um projeto de investimento. Esta análise identificou variáveis relevantes para o mesmo, nomeadamente: Capital investido - É necessário definir, da forma mais precisa possível, os valores a investir na aquisição e instalação do ativo tangível (terrenos, edifícios, equipamentos), bem como na aquisição de ativos intangíveis necessários à implementação da organização. Assim, como quantificar os aumentos do ativo resultantes da vida útil do projeto de investimento. E, os Resultados de exploração que são necessários ser estimados face à totalidade dos rendimentos e gastos em que a organização incorre e que derivam, diretamente, do projeto, tornando possível a obtenção dos mesmos.

De acordo com MDA (2004), a preocupação com a viabilidade económica deve levar em conta o sistema produtivo como um todo. O corpo do projeto deve refletir o funcionamento deste sistema de maneira clara e objetiva. Nele devem estar explicitados o mercado alvo, a estratégia de acesso a ser adotada, como se dará a logística de comercialização e se existe capacidade organizativa correspondente para implantar estas estratégias. A viabilidade económica, entretanto, deve ser demonstrada em números. É muito importante, que o projeto aponte com detalhes todas as características relacionadas aos rendimentos e gastos envolvidos no sistema produtivo.

A análise do rendimento do projeto observa-se na relação de compatibilidade entre os preços de venda e os preços de mercado. A análise dos gastos observará primeiramente se estão contidos todos os itens necessários e se os mesmos estão bem dimensionados. As principais categorias de gastos são os gastos produtivos (material de consumo, matéria prima, remunerações, encargos, depreciação, conservação e outros) e gastos de comercialização (viagens, fretes e outros).

A análise da temporalidade do projeto implica a definição do valor residual que a empresa poder vir a concretizar, no final da vida útil do projeto, pela alienação dos seus ativos adstritos ao projeto. Ao mesmo tempo é necessário estabelecer o período de vida útil que representa o tempo que é suposto o projeto começar a ser planeando até à fase de gerar resultados de forma sustentável.

A viabilidade financeira apresenta critérios de análise de investimentos e trata da avaliação do projeto que permite suportar uma avaliação da sua decisão. Esses critérios são: Valor atual Líquido (VAL), a Taxa interna de rendibilidade (TIR), o Índice de Rendibilidade (IR) e o Período de recuperação do investimento (ou Payback) que pode ser ou não atualizado.

No que diz respeito ao critério do Valor Atual Líquido (VAL) é o somatório dos cash-flows líquidos atualizados, referindo assim o projeto é rentável quando o valor líquido atual é positivo à taxa de atualização escolhida. Em termos matemáticos, a equação 1 foi adaptada de Fernández (2001), Neves (2000a), João *et al.* (2007), Penman (2013) e Helay e Palepu (2013).

Equação 1 - Valor atual líquido

$$VAL = \sum_{t=0}^n \frac{\text{cash} - \text{flow líquido}}{(1+i)^t}$$

s.a.

t = Tempo

n = Vida útil do projeto

i = taxa de atualização (custo de oportunidade do capital investido)

Cada resultado obtido representa um significado do mérito do projeto e a orientação quanto à decisão de o aceitar ou rejeitar, designadamente: VAL > 0 - O projeto oferece fundos suficientes para recuperar o investimento, ou seja, deve ser aceite; VAL = 0 - O projeto remunera o investimento sem o exceder, torna-se indiferente realizar ou não o projeto, mas continuam a ser interessantes, uma vez que recuperam o capital investido e ainda o remuneram à taxa desejada, cobrindo assim o risco; e VAL < 0 - O projeto não oferece fundos suficientes para recuperar o investimento, ou seja, deve ser rejeitado.

Segundo Fernández (2001), Neves (2000a), João *et al.* (2007), Penman (2013) e Helay e Palepu (2013), este critério tem como vantagens associadas a facilidades de cálculo e o facto de a taxa de atualização associada ao VAL ser mais realista. Apontando como desvantagem o prévio conhecimento da taxa de atualização para a sua determinação. De acordo com a taxa interna de rentabilidade (TIR) é considerada a taxa de atualização do projeto que dá o valor atual líquido nulo, ou seja, é a taxa máxima a que um investidor pode remunerar os capitais investidos. O critério que consiste na implementação do projeto é sempre que a TIR respetiva seja superior a taxa de juro de referência. Em que a taxa de referência é o custo de oportunidade do capital investido, querendo isto dizer que é o rendimento perdido na alternativa mais rentável ao investimento aplicado no projeto. Representa-se pela seguinte expressão:

Equação 2 - Taxa interna de rentabilidade

$$TIR = \sum_{t=0}^n \frac{CF_t}{(1+t)^t} = 0$$

s.a.

t = Tempo

n = Vida útil do projeto

i = taxa de atualização (custo de oportunidade do capital investido)

Segundo Fernández (2001), Neves (2000a), João *et al.* (2007), Penman (2013) e Helay e Palepu (2013), este critério apresenta três motivos de superioridade da TIR relativamente ao VAL, dado que a TIR é mais fácil de interpretar e visualizar; Não requer o prévio conhecimento da taxa de atualização; e os gestores sentem-se mais confortáveis com este indicador. As principais limitações para a utilização deste critério é devido a possibilidade de existir múltiplas TIR ou até mesmo nenhuma, em caso de mais do que uma inversão de sinal nos cash-flows e também pela dificuldade em obter uma taxa de referencia quando o custo de oportunidade do capital não se mantem constante ao longo da vida útil do projeto.

Segundo Fernández (2001), Neves (2000a), João *et al.* (2007), Penman (2013) e Helay e Palepu (2013), o índice de rendibilidade do projeto (IR) retracta a rendibilidade gerada por unidade de capital investido, representando-se na seguinte equação.

Equação 3 - Índice de rendibilidade

$$IR = \frac{RLt}{CFInt}$$

s.a.

RLt = Resultado Líquido do ano t

CFInt = Cash-flow Investimento no ano t

n = Vida útil do projeto

i = taxa de atualização (custo de oportunidade do capital investido)

Com base neste critério verifica-se que um projeto é viável quando o IR é superior à unidade. As vantagens da utilização deste critério são a possibilidade hierarquizar projetos tendo por base a dimensão dos mesmos e é recomendável quando existem restrições financeiras para realização de novos investimentos. Fernández (2001), Neves (2000a), João *et al.* (2007), Penman (2013) e Helay e Palepu (2013) destacam que a desvantagem na sua utilização é a necessidade de aplicar a taxa de atualização.

No que diz respeito ao *payback* atualizado é igualmente avaliado segundo o período de recuperação do investimento (PRI), obtendo-se calculando o número de anos que decorrerão até os fluxos de tesouraria acumulados previsionais igualarem o montante do investimento inicial, mostrando-se matematicamente da seguinte equação 4.

Equação 4 - Payback Atualizado

$$\sum_{t=1}^n \frac{\text{cash} - \text{flow líquido}}{(1+i)^t} = I_0$$

s.a.

t = Tempo

i = taxa de atualização (custo de oportunidade do capital investido)

O período de recuperação pode ser ou não atualizado, sendo que o mais utilizado é o método que recorre a atualização. De acordo com este método são viáveis os projetos que possuam um payback inferior ao período de recuperação do capital investido, no entanto quando o período não é fixado tornam-se viáveis os projetos cujo payback seja inferior ao período de vida do projeto.

As desvantagens apresentadas na utilização deste critério é devido a ser um critério inadequado para projetos que o investimento seja distribuído ao longo do tempo e pelo facto de não ter em conta o escalonamento dos cash-flows que ocorrem após o PRI. As vantagens retiradas para a utilização deste critério são, o facto de ser considerado preferível em situações onde as tecnologias estão em constante mutação e pela sua fácil fundamentação teórica e simplicidade sendo considerada uma das alternativas ao VAL principalmente em investimentos de montantes reduzidos.

1.4. Restrições técnicas no projeto de investimento

1.4.1. Evolução histórica no setor apícola

De acordo com o Spurgin (1966: 11), a atividade apícola é difícil de determinar a data em que o Homem começou a dedicar-se a ela e pode afirmar-se que:

“Na Europa Central, em Feddersen Wierde entre as embocaduras dos rios Elba e Weser, encontrou-se uma colmeia, a mais antiga do mundo, em tal estado que durante muito tempo se pensou tratar-se de uma espécie de cesto para pescar. Esta colmeia de verga com quase 2000 anos, a mais antiga no género, terá sido feita num entrançado de vime com a forma de campânula (vaso em forma de sino) e coberta com argila e estrume de vaca.”

Isto para dizer que o surgimento da atividade apícola foi aparecendo com base nas descobertas das colmeias e do poder que as abelhas têm em produzir mel, tinha como dificuldade as colmeias muitas vezes se situarem em locais pouco acessíveis para o homem. Em outras culturas existia uma enorme procura do mel e da geleia produzida pelas abelhas, ainda hoje na Índia faz parte integrante da medicina tradicional.

O que fazia do mel um produto tão cobiçado é a doçura incomparável que só encontrou concorrente na cana-de-açúcar a procura foi aumentando assim como a exploração das colmeias naturais foi dando lugar à criação das abelhas da floresta. Os primeiros apicultores tinham as colmeias em troncos de árvore ocos, escavando os troncos para servir de cortiço aos enxames que procurassem habitação. Tinham que aguardar até que as abelhas entrassem no tronco. Quando se descobriu a cera, o apicultor tinha que pagar ao senhor feudal a renda pela utilização da floresta em géneros, neste caso o mel e a cera, em que a cera era para a fabricação das velas da igreja.

Na apicultura moderna as abelhas passaram a ser alojadas em caixas compostas por várias tábuas, permitindo que as abelhas construíssem os seus favos em varas e régua que podiam ser destacadas individualmente e inspecionadas, o que trouxe estabilidade ao processo de construção de favos. A partir daqui começou-se a observar-se a vida das abelhas, desde a construção dos favos ao desenvolvimento das crias das abelhas.

Atualmente a atividade apícola na sua vertente económica constitui na maior parte dos casos um complemento relevante ao rendimento das explorações, a sua importância ultrapassa a sua vertente económica, tendo um papel importante no equilíbrio ecológico da flora através da atividade de polinizadora das abelhas o que torna um acréscimo da produtividade e uma rentabilidade de diversas culturas agrícolas (Decreto-Lei n.º 37/2000). É uma das atividades capazes de causar mais impactos positivos, tanto sociais quanto económicos, além de contribuir também para a manutenção e preservação dos ecossistemas existentes. A cadeia produtiva da apicultura propicia a geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e fluxo de renda, principalmente no ambiente da agricultura familiar, sendo, dessa forma, determinante na melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural.

A importância económica da apicultura foi conhecida pelas repercussões positivas que tem sobre a economia agrária, dado que o primeiro grande lucro das abelhas é considerado indiscreto pelo que consiste na polinização de muitas plantas cultivadas, realizada pelas abelhas no seu trabalho diário que ocasiona uma fecundação muito mais rápida e completa que realizada pela simples ação do vento ou de outros animais. Entre os animais considerados polinizadores a abelha representa cerca de 90% de todos os animais visitantes das flores é um dos únicos que pode ser criado e explorado com finalidade económica pelo homem.

A (Figura 3) evidencia dos produtos da atividade apícola para a produção agrícola e florestal e a contribuição da mesma para a proteção do meio-ambiente. Assim, pela diversidade dos produtos podem ser obtidos: mel, própolis, cera, geleia real, apitoxina, pólen e, em paralelo, a criação de abelhas e rainhas que representa um papel significativo na economia das explorações agrária.

Figura 3 - Produtos da atividade apícola



Fonte: Adaptado de MADRP (2010a)

Mel. Segundo Pereira (2008: 2), o mel é um produto com utilizações diversas e daí o facto de se referir que a atividade apícola tem uma grande importância nos dias que correm, nomeadamente:

“O mel é um produto natural utilizado desde os primórdios da humanidade na medicina tradicional, tendo adquirido popularidade entre os Egípcios, Árabes, Gregos e outras civilizações. É consumido no mundo inteiro e desempenha um papel importante na dieta humana, sendo também utilizado nas indústrias alimentar, farmacêutica, e de cosméticos. Ao nível da agricultura Portuguesa, o mel é um produto alimentar de grande relevância, envolvendo mais de 26000 apicultores, com um valor de produção na ordem das 11000 toneladas por ano”.

Em relação à produção de mel, no ano de 1979, nos países de agricultura intensiva a produção de mel era baixa e insuficiente para recompensar o trabalho e os investimentos que se faziam na criação de abelhas (Biri, 1979). Assim, o mel pode ser dividido: de acordo com a sua origem, o mel de néctar que se trata de um mel obtido a partir do néctar das plantas, e o mel de melada que é obtido a partir de extrações de insetos sugadores de plantas que ficam sobre as partes vivas das plantas; e, ainda, de acordo com o modo de produção, o mel de favos, mel com pedaços de favos, mel escorrido, mel centrifugado, mel prensado e mel filtrado (MADRP, 2003:6057).

Paralelamente, entre as medidas de valorização do mel, pode ser associada a cor e o sabor do mesmo, que são fortemente condicionados pela sua origem floral. De acordo com a sua origem floral, encontram-se vários tipos de méis tal como se pode observar na Figura 4.

Figura 4 - Espécies de flora melífera em Portugal Continental



Fonte: MADRP (2010a: 45)

Tal como se pode verificar na Figura 4, é muito comum no distrito de Castelo Branco, o rosmaninho, que é uma planta aromática, cujas flores estão dotadas de propriedades estimulantes, podendo chegar a atingir mais de dois metros de altura. O mel nesta região tem as

propriedades do rosmaninho e apresenta, geralmente, um tom claro e com uma elevada concentração de frutose.

Face ao exposto, na tabela 1 seguinte é apresentada a evolução da produção nacional de mel e cera, entre 2004-2008. Desde 2005, que a produção de mel tende a subir gradualmente, enquanto a produção nacional de cera se tem mantido sempre dentro dos mesmos valores com uma diferença entre anos pouco significativa.

Tabela 1 - Evolução da produção nacional de mel e cera, 2004-2008

Produção Nacional	2004	2005	2006	2007	2008
Mel	6737	5686	5978	6907	6654
Cera	255	206	219	253	235
Mel/cera (%)	3,8	3,6	3,7	3,7	3,5

Fonte: MADRP (2010a: 37)

Cera. Por outro lado, a produção mundial de cera atinge entre 11.500 e 19.000 toneladas anuais, sendo que os países asiáticos são os principais produtores mundiais, por exemplo: China, Índia, Indonésia, Malásia, Paquistão e Tailândia. Os Estados Unidos, a Alemanha, o Reino Unido, o Japão e a França são os principais importadores mundiais de cera. Os preços variam extremamente de acordo com o país de origem, podendo estimar-se que em média, a cera escura tenha um preço de mercador cerca de 10% a 20% inferior ao da cera de cor clara (MADRP, 2010a: 37). As indústrias de cosméticos e farmacêutica são as principais utilizadoras da cera de abelha, que é também muito utilizada na indústria têxtil, de papel, de polidores, de vernizes e de impermeabilizantes, bem como no processamento de alimentos e na indústria tecnológica. Na agricultura é utilizada para melhorar o aspeto e o estado de conservação da fruta (MADRP, 2010a: 37).

Própolis. O Própolis é uma substância resinosa recolhida pelas abelhas de certas partes de algumas plantas é usada para revestir o interior das "células de cria", tapar buracos e fendas existentes na colónia, para estabilizar a temperatura e humidade da colónia e mumificar cadáveres. O própolis é o produto da colónia que reúne as principais propriedades farmacológicas, com um alto valor bacteriostático e bactericida, sendo principalmente usada pelas indústrias de farmacêutica e de cosméticos, Os maiores produtores mundiais de própolis são a China, a América do Sul, a Austrália, a Bulgária, a Alemanha, a França e a Rússia. Os maiores importadores são a União Europeia, o Japão e os EUA (MADRP, 2010: 39).

Geleia Real. A Geleia Real é segregada pelas obreiras, serve de alimento à rainha durante toda a sua vida, embora não seja armazenada na colónia como o mel e o pólen, é produzida por alguns apicultores para comercialização *in natura* ou misturada com mel (MADRP, 2010a: 39). A China é o maior produtor mundial de geleia real, sendo responsável por uma produção de cerca de 2.000 toneladas/ano (cerca de 60% da produção mundial) e exportando aproximadamente 450 toneladas/ano para o Japão, Estados Unidos e Europa. A China é também o principal fornecedor

do mercado europeu, sendo responsável pela quase totalidade da geleia real comercializada em Portugal. A França é o maior produtor europeu, com uma produção exclusivamente dirigida ao seu próprio mercado interno (MADRP, 2010a: 37).

Apitoxina. O veneno de abelhas mais conhecido como apitoxina vem do latim com a junção de abelha e veneno (*apis* e *toxikon*). É um produto apícola que é produzido por glândulas de secreção ácida e de secreção alcalina que existem dentro do abdómen da abelha operária, segundo (MADRP, 2010a), cada abelha operaria produz cerca de 0,3 mg de veneno e é utilizado pela própria abelha para defesa da colónia através do seu ferrão. No que diz respeito ao produto em si, este é utilizado para fabrico de produtos de medicina e na investigação biológica sendo que tomado em grande quantidade pode ser letal para o ser humano. As propriedades curativas de veneno de abelha têm uma tradição muito longa vindo já do antigo Egipto onde foram tratadas muitas doenças com medicamentos feito de abelhas.

Este produto é preparado para injeções ou vendidas em pequenas quantidades, os preços podem ser muito elevados mas o apicultor muitas vezes não recebe este valor. Os preços praticados nos mercados europeus e asiáticos são geralmente mais baixos. A fabricação do veneno puro é relativamente fácil e fabricado por muitos apicultores, sem tecnologia de processamento. A sua viabilidade económica depende do acesso aos poucos compradores especializados. Em contraste, o veneno em doses menos controladas está disponível em quase toda parte, de um apicultor ou uma de colmeia própria, gratuitamente ou a custo muito baixo.

Nesta linha, existem várias substâncias farmacologicamente resultantes do veneno das abelhas que permitem o desenvolvimento da apiterapia. No entanto, muito depende da aceitação oficial da terapia do veneno da abelha. Além da extração do veneno a apiterapia é uma atividade que integrado no turismo, permite aos seus investidores o trabalho no campo e promove-se assim um nicho de mercado na área do Turismo. Atualmente no ambiente económico onde as informações circulam em curto espaço de tempo os investimentos em unidades apícolas tornam-se essenciais para o desenvolvimento e sobrevivência das comunidades do interior de Portugal.

Pólen. O Pólen é um elemento masculino da fecundação das flores, serve de alimento às larvas, tem um papel importante na rentabilidade e na qualidade dos produtos da colónia. É usado como suplemento alimentar, sendo comercializado misturado com o mel, seco ou em cápsulas, tendo inúmeras aplicações na farmacologia e também utilizado na indústria cosmética (MADRP, 2010a: 38).

A produção mundial de pólen situa-se na ordem das 1.500 toneladas anuais, sendo que a Espanha é o maior produtor mundial (constituindo a principal origem do pólen comercializado em Portugal), seguida da China, da Austrália e da Argentina. Do ponto de vista do comércio mundial, a Espanha, a China, a Argentina e a Hungria são os maiores exportadores mundiais e os EUA, o

Reino Unido, a Alemanha, a França e a Itália são os principais importadores mundiais (MADRP, 2010a: 38).

O grande problema vivido na atividade apícola são as doenças das abelhas, todos os produtos das abelhas contêm diversas substâncias naturais que protegem de doenças graves, as abelhas responsáveis por guardar a colmeia afastam dela as abelhas doentes ou que apresentem um comportamento anormal. Para que este procedimento natural resulte é necessário assegurar uma boa alimentação e um bom desenvolvimento das crias. Tem que haver uma renovação constante dos favos e a colmeia tem que se encontrar localizada numa zona onde apanhe sol e que seja seca (Spurgin 1997: 75).

Atualmente os apicultores em Portugal são maioritariamente de pequena dimensão e a taxa de profissionalização do sector é extremamente reduzida em que atualmente a dimensão média, por apicultor, é de 33 colónias. Trata-se de uma atividade exercida a título acessório, como complemento de uma atividade principal agrícola ou não, com efetivos médios inferiores a 50 colónias e constituindo uma apicultura que, sobretudo no escalão inferior a 25 colónias e fundamentalmente baseada no autoconsumo.

Na maioria das explorações, e uma vez que a apicultura não constitui a atividade principal, a produção encontra-se orientada para resultados de curto prazo, verificando-se uma quase inexistência de planeamento estratégico e de orientação para o mercado. Tecnicamente, as explorações possuem efetivos de baixa produtividade, falta de mão-de-obra especializada duradoura, carências a nível de manejo sanitário e um deficiente manejo técnico que se trata principalmente de escasso recurso a alimentação artificial, insuficiente substituição de rainhas, falta de controlo da enxameação, escasso recurso a prática da transumância e inadequada instalação dos apiários (MADRP, 2010a).

De acordo com os dados revelado pelo PAN (MADRP, 2010a), nos anos de 2004 a 2007 existiam cerca de 17.000 apicultores registados o que corresponde a 38.000 apiários e 562.000 colmeias o que significa que houve um acréscimo do número de apicultores e um aumento do número de colónias. Os dados da DGV e analisados através do PAN, permitem verificar que a região centro é onde se encontra o maior número de apicultores com um total de 38%. A região que apresenta menor número de apicultores, mas com maior dimensão média é o Algarve, com 108,5 colónias por apicultor face ao Alentejo, com 59,5 por apicultor.

A apicultura apresenta hoje mais um novo método de produção, conhecida como a produção em modo biológico, esta encontra-se estreitamente ligada às características dos tratamentos efetuados nas colmeias como à qualidade do meio-ambiente o que permite consolidar métodos alternativos mais saudáveis e origina um aumento de curiosidade por parte de diferentes stakeholders dessa atividade. Este método, de acordo com os dados estatísticos retirados do manual de apicultura biológica (Vilas-Boas, 2008), refere que os valores publicados entre 1995 e 2006 para a área agrícola Europeia sob produção biológica passaram de 1.000.000

de hectare (50.000 operadores) para 6.000.000 (160.000 operadores), correspondendo a 23% da área agrícola mundial convertida para este modo de produção e a 4 % do total da área agrícola da Europa. Portugal apresentava em 2006, 269.000 hectares (1696 operadores) em agricultura biológica, equivalendo a 7,3% de toda a área agrícola Nacional.

A agricultura biológica difere dos restantes sistemas agrícolas em diversos modos. Favorece o uso de recursos renováveis e recicláveis, devolvendo ao solo os nutrientes presentes nos resíduos. Usa os sistemas do próprio meio para controlar pragas e doenças, na melhoria das colheitas e produção animal e evita o uso de pesticidas sintéticos, herbicidas, fertilizantes químicos, hormonas do crescimento, antibióticos ou manipulações genéticas. Alternativamente, os agricultores biológicos utilizam um leque de técnicas que ajudam a sustentar os ecossistemas e a reduzir a poluição, (Vilas-Boas, 2008).

Esta evolução de conceito, apresenta o produto de origem animal - “mel” - enquanto principal produto direto da apicultura nacional e, ao mesmo tempo, constitui um produto estratégico do ponto de vista de um aproveitamento integrado do espaço rural (GPP, 2010). Na tabela 2 são apresentados dois indicadores dos agregados “Abelhas”, em modo de produção biológico, nomeadamente: o número de colmeias e de produtores (apicultores). Segundo a alínea f) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 203/2005, de 25 de Novembro (MADRP, 2005: 6704), uma unidade apícola corresponde:

“a pessoa singular ou coletiva que possua uma exploração apícola”.

Tabela 2 - Evolução dos agregados “Abelhas” em modo de produção biológico, 2002-2009

Agregados “Abelhas”	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Colmeias	130	248	738	1.439	1.499	3.608	6.122	9.494
Produtores	n.d.	n.d.	10	19	19	40	47	62

Fonte: MADRP (2010a)

Na Tabela 2 verifica-se um crescimento muito significativo ascendendo a 7.28% a variação do número de colmeias entre 2002 e 2009 e na alínea h) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 203/2005 (MADRP, 2005: 6704), entende-se por colmeia que é:

“o suporte físico em que os quadros de sustentação dos favos são amovíveis, que pode ou não albergar uma colónia e a sua produção”

O Regulamento (UE) nº 726/2010 da Comissão, de 12 de Agosto (CE, 2010) veio alterar o Regulamento (CE) nº 917/2004 (CCE, 2004b) da Comissão que estabelecia as normas de execução do Regulamento (CE) nº 797/2004 (CUE, 2004) do Conselho relativo a ações de melhoria das condições de produção e comercialização de produtos da apicultura impondo pela primeira vez um limite do número de colmeias do efetivo apícola para cada estado membro. No caso Português ascende a 562.557 colmeias e destas, registam-se, em 2009, apenas 9.494.

Contudo, a variação do número de produtores em modo biológico, no período 2004 a 2009, correspondeu a 520%, justificando a necessidade de preservar a biodiversidade, para a qual a apicultura contribui de forma substancial mediante a atividade de polinização cruzada (PE, 2010). Nesta linha, a Agricultura em Modo de Produção Biológico tem vindo a ser promovida por muitas entidades, das quais se destaca a nível internacional, desde 1972, o *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), chegando mesmo aprovar 4 princípios essenciais (IFOAM, 2008:86):

“Saúde - o papel da Agricultura Biológica, tanto na produção como na transformação, distribuição ou consumo, é produzir alimentos nutritivos e de alta qualidade, que contribuam para a saúde e o bem-estar. Considera-se, numa abordagem mais abrangente, que a saúde dos ecossistemas, animais e plantas é indissociável da saúde do Homem.

Ecologia - o respeito pelo ambiente leva, em Agricultura Biológica, ao desenho de sistemas agrícolas onde se inclui a criação de habitats e a manutenção da diversidade genética e agrícola, onde se fomentam ciclos fechados de nutrientes e materiais e o uso eficiente da energia e onde se preservam e beneficiam as paisagens e os recursos naturais.

Justiça - o objetivo de contribuir para a soberania alimentar e para a eliminação da pobreza, através da produção de alimentos nutritivos e em quantidade suficiente, o respeito pela qualidade de vida de todos os intervenientes, partindo dos agricultores e mão-de-obra agrícola, até ao consumidor final, e uma atitude respeitadora para com os outros seres vivos e os recursos naturais, são princípios que norteiam a Agricultura Biológica.

Precaução - a precaução, a responsabilidade e a transparência são as principais preocupações na escolha e desenvolvimento de métodos e tecnologias aplicáveis em Agricultura Biológica.”

Atualmente, a atividade apícola tem como efeitos benéficos para todo o ecossistema e é essencial, em especial, para o ecossistema agrícola, não só se preocupa com a questão ambiental, ao defender a conservação e o respeito pelos recursos e valores naturais, mas implica que a sua existência seja sempre garantida. Analogamente, o Decreto-Lei n.º 203/2005 (MADRP, 2005), veio estabelecer o regime jurídico do ordenamento e sanidade apícolas, que revogou o Decreto-Lei n.º 37/2000 (MADRP, 2000a), que estabelecia o regime jurídico da atividade apícola, e o Decreto-Lei n.º 74/2000 (MADRP, 2000b), que criou as normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas da espécie *Apis mellifera*.

Neste novo quadro legal surgiu a necessidade de avaliar a densidade de instalação de colmeias face ao número de colmeias móveis por apiário e à distância entre os mesmos, na medida em que se pretende desenvolver uma capacidade de gestão adequada às suas necessidades e dos demais apicultores, tal como se apresenta na tabela 3.

Tabela 3 - Quadro legal por categorias da densidade de instalação dos apiários

Categorias	Decreto-Lei nº 37/2000		Decreto-Lei nº 203/2005	
	Número de colmeias móveis por apiário	Distância de instalação mínima do apiário mais próximo	Número de colmeias móveis por apiário	Distância de instalação mínima do apiário mais próximo
1	de 1 a 10	100 m	-----	-----
2	de 11 a 30	400 m	de 11 a 30	400 m
3	de 31 a 100	800 m	de 31 a 100	800 m

Fonte: Adaptado de MADRP (2000a) e MADRP (2005)

Na tabela 3 anterior aparece expressa a categoria 1, sendo que a distância de 100 metro pode ser inferior no caso de os apiários se encontrarem situados em propriedades diferentes. Os resultados apresentados sugerem que não ocorreu qualquer alteração no âmbito da densidade. Contudo, há ainda a considerar que os apiários devem estar implantados a mais de 50 metro da via pública e 100 metro de qualquer edificação em utilização, com exceção dos caminhos rurais e agrícolas, bem como as edificações destinadas à atividade apícola do apicultor detentor do apiário, tal como expressa o artigo 5º do Decreto-Lei n.º 203/2005 (MADRP, 2005).

Estes aspetos legais não condicionam o Parecer do Comité das Regiões sobre os Projetos transregionais no domínio do turismo rural no contexto da Agenda 21 (PE, 2010) dado que:

“Encara os usos e costumes do campo como contributos particularmente no domínio da saúde (visa o bem-estar físico e psíquico dos visitantes) convincentes para aumentar os atrativos do turismo rural”.

Com o passar dos anos tem sido verificado que os produtos produzidos com base em materiais naturais dão uma aparência e consistência de alta qualidade usando um mínimo de tecnologia com ingredientes de alta qualidade e conhecimentos especializados. A adição específica de produtos apícolas para tais fins adiciona um aspeto muito mais amplo de ação do que é possível produzir com ingredientes sintéticos. Os produtos provenientes da apicultura são usados para todo o tipo de cosmética, utilizado cada produto para cada benefício e aplicado a cosmética pretendida. Assim, pode referir-se o seguinte: O mel é uma substância utilizada como adoçante, hidratante, emoliente, tónico, anti irritante, amaciador de pele e reconstituição capilar, temos por exemplo, os sabonetes e a pasta dentífrica; A cera por sua vez é utilizada como protetor, produtos depilatórios, anti irritante e emoliente, por exemplo, cera depilatória e batons; o própolis serve para produtos anticasma, antirrugas, condicionadores de cabelo, desodorizante, purificador, tónico, desinfetante e antioxidante, sendo por exemplo a pasta detrífrica e o desodorizante. E a apitoxina é o veneno das abelhas utilizado em produtos farmacêuticos, tais como nos anti-inflamatórios, antidepressivos, imunomoduladora, hipotensora e antitumoral. O Pólen e a Geleia Real servem de antirrugas, anti estrias, revitalizante, condicionador de cabelo, tónico e equalizador de sebo. Temos como exemplos, utilizados com o pólen o bronzeador, quanto a Geleia real é as mascaras faciais.

De todos os produtos apícolas existentes, o produto que é menos conhecido é o veneno de abelha sendo que segundo Leite e Rocha (2005), esse produto tem sido utilizado na cidade de Beijing, na China, no tratamento de artrite. Nos EUA as companhias farmacêuticas têm manipulado o veneno de abelhas para confecção de remédios, até mesmo para esclerose múltipla terapia tradicional envolvendo a aplicação de picaduras de abelha, durante um certo tempo, na área afetada do paciente. Segundo Leite e Rocha (2005), a apiterapia tem sido usada para determinados problemas de saúde, tais como, os de pele, infeções, viral, reumatológica, cardiovascular, pulmonar; sensorial, ortopédico, psicológico, endócrino, cancro, antibiótica e sistema nervoso.

Tabela 4 - Calendário de operações das atividades apícolas

Operações	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mel						X	X	X	X			
Pólen					X	X						
Própolis			X	X	X							
Geleia Real				X	X							
Substituição Rainhas					X			X	X			
Tratamentos		X	X					X		X	X	
Alimentação		X	X							X		X
Substituição de Cera		X										
Preparar material	X	X										
Comercialização	X	X	X	X					X	X	X	X
Avaliar Rainhas			X							X		
Substituir Rainhas				X								
Substituir colmeias									X	X		
Conservar Ceras								X				

Fonte: Adaptado de Spurgin (1997) e Vilas-Boas (2008)

A atividade apícola tem diferentes tarefas ao longo do ano, tal como podemos observar na tabela 4, em todos os meses ao longo do ano existem operações nas quais se têm que ter em atenção e dedicação para que o processo se torne produtivo.

O primeiro mês do ano é o mais calmo, trata-se de uma altura de temperaturas baixas, sendo a época ideal para começar a atividade de apicultura dado que se trata de um novo começo do processo de apicultura. O apicultor tem que preparar todo o material necessário à sua atividade, inclusive a construção de novas colmeias e novos quadros. Uma outra operação nesse mesmo mês é a comercialização, o produtor poderá dedicar-se a comercialização de todos os produtos produzido.

Em Fevereiro verificam-se o estado das ceras e se a criação das abelhas é regular procedendo-se à continuação das operações do mês anterior incluindo a alimentação e os tratamentos. A alimentação é feita com a colmeia fechada e é administrado um alimento líquido

(xarope de açúcar ou xarope de mel). Relativamente aos tratamentos estes referem-se às prevenções das doenças que possam aparecer. Este mês também tem uma operação bastante rigorosa que se trata da substituição da cera na colmeia.

Em Março dá-se grande importância a avaliação das rainhas, continua-se com a alimentação e os tratamentos como também a parte da comercialização dos produtos que é bastante importante. É a partir de Março que as abelhas começam a extrair a própolis. No mês de Abril é um mês com alterações climatéricas muito acentuadas o que torna uma época muito delicada para a apicultura. Neste mês começa-se a produzir a geleia real e a continuação da produção de própolis. Quando começa a aquecer o tempo, é o período em que as rainhas estão mais férteis sendo que se dá o processo de substituição de rainha.

Em Maio procede-se à continuação do processo de produção dos produtos apícolas inclusive o começo do pólen dado que é neste mês que se vê um maior florir das flores. Em Junho, a operação mais abundante dos próximos meses é a extração do mel, começando nas zonas onde tenha terminado a floração. O mês de Junho sendo ele um mês em que as temperaturas aumentam bastante é neste mês que as abelhas produzem o mel assim como também continuam com a produção do pólen.

Como a floração no mês de Julho já terminou, a operação de extração do mel é mais abundante, durante este mês devido às temperaturas elevadas tem que se ter especial atenção aos fogos e o excesso de temperatura sobre as colmeias. Em Agosto procede-se à continuação do processo de extração de mel e começa-se com a cresta do mesmo, é a época em que serve para renovar as rainhas das colmeias que tenham fraca produtividade, assim que terminar a cresta iniciar os tratamentos contra a varrosa.

O mês de Setembro serve para terminar o processo da cresta assim como os tratamentos a varrosa e vigiar as doenças que possam aparecer. Substituir as colmeias para umas pequenas ou até mesmo só para o ninho para se manter a temperatura. Volta-se a dar atenção a comercialização dos produtos. Em Outubro é altura para substituir colmeias para que estas possam passar o inverno sem problemas, verificar a presença das rainhas, a alimentação das colmeias e ter especial atenção às doenças.

Em Novembro regista temperaturas baixas em que o apicultor tem que dar especial atenção aos tratamentos e a comercialização dos produtos. Em Dezembro, sendo o último mês do ano apresenta temperaturas baixas dá-se continuidade à alimentação das colmeias e a comercialização dos produtos apícolas.

Segundo Spurgin (1997: 103), as abelhas fornecem uma vasta gama de produtos que são desconhecidos pela maioria das pessoas. Com o veneno da abelha preparam-se bálsamos e injeções para o reumático, bem com a cera das abelhas tem uma vasta preparação de produtos farmacêuticos e de cosmética. Esta componente natural é retirada das paredes intermédias dos

favos sendo utilizada na fabricação de velas e para acabamentos, isto é, as substâncias que servem para polimentos e para dar brilho a móveis, pode também ser utilizada como isolante na fabricação das embalagens. O própolis é utilizado pela medicina natural e em tratamentos caseiros.

O pólen e a geleia real juntamente com o própolis são muito valiosos nos produtos apícolas, podendo ser encontrados em farmácias, lojas de produtos naturais. Estes produtos têm um processo muito trabalhoso sendo eles importados de países onde a mão-de-obra é mais barata. O pólen é tomado como um fortificante nas alturas de muito frio principalmente no inverno, na culinária é utilizado para enriquecer as sobremesas como os gelados. O mel é muito utilizado e pode ser empregue como um simples adoçante ou até mesmo utilizado como um ingrediente essencial na culinária.

Na tabela 5 são apresentados os dados da produção e consumo de mel em Portugal tal como se pode verificar a produção mantém-se em valores estáveis. O grau de aprovisionamento até 2005 tem valores inferiores a 90% sendo que importação colmata as necessidades de consumo. A partir de 2006 aumenta para 100,00 chegando a 116,00 em 2010. O consumo *per capita* é de 0,8 kg por habitante/ano baixando para níveis de 0,6 sendo destinado ao consumo humano pois a utilização na indústria alimentar e farmacêutica não tem expressão (Almeida, 2010: 23).

Tabela 5 - Evolução da produção, aprovisionamento e consumo de mel em Portugal, 2004-2010

Portugal	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Produção	(t)	6.737	5.686	5.978	6.907	6.654	6.919	7.426
Autoaprovisionamento	(%)	87,50	87,50	100,00	100,00	100,00	100,00	116,00
Consumo <i>per capita</i>	kg	0,8	0,8	0,6	0,6	0,7	0,7	0,6

Fonte: Almeida (2010: 22)

Na década de 1920 surgiram vários movimentos orgânicos em todo o mundo, estes movimentos faziam parte de uma corrente de pensamentos que contestavam o desenvolvimento industrial e urbano da época. Segundo Darolt (2010), o desenvolvimento desses pensamentos originou métodos orgânicos de produção, nomeadamente:

- A agricultura biodinâmica é baseada na ciência espiritual de antroposofia preparando práticas que permitam a interação entre animais e vegetais respeitando o calendário astronómico de Maria Thun, tendo por objetivo reativar as forças vitais da natureza e medidas de proteção e conservação do meio ambiente. A aplicação de alguns preparados é baseada numa perspectiva energética e em conformidade com a disposição dos astros.
- A agricultura biológica tem uma ligação forte com o movimento ecológico em que a sua preocupação é a proteção ambiental e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Os princípios básicos da agricultura biológica são baseados na saúde da planta que por sua vez tem ligação a própria saúde dos solos, tornando assim os alimentos com maiores valores biológicos.

- A agricultura orgânica trata dos mesmos princípios da agricultura biológica, baseando-se na fertilidade do solo por um processo biológico natural. Um dos princípios básicos destes tipos de agricultura é não fazer uso de químicos. Apresentando um vasto conjunto de normas bem definidas para produção e comercialização da sua produção bem como sendo aceites internacionalmente e nacionalmente.
- A agricultura natural e permacultura têm como princípio principal é o de que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza, reduzindo ao mínimo possível a interferência sobre o ecossistema e potencializar os processos naturais evitando perdas de energia no sistema. A prática desta modalidade é utilizada o revolvimento do solo e rejeitando todo o composto orgânico vindo de animais.

Estes conjuntos de vários tipos de agricultura designam-se por agricultura alternativa, onde se reúnem todas as diferenças da agricultura convencional. A agricultura biológica surgiu em meados de 1976, após 9 anos fundou-se uma Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AGROBIO), servindo para trocar experiências e informação sobre essa mesma temática. Desde o início dos anos 90 que se tem verificado um crescimento bastante acentuado da agricultura biológica, tanto em área de produção como em número de produtores que convertem as suas explorações a este modo de produção.

Em 2009 foram recenseadas 1.300 unidades produtivas certificadas em modo de produção biológica, 37% das quais dirigidas à pecuária, 1% destinam-se à produção hortícola e vinha, 2% a pomares e 3% a olival, sendo a Beira Interior com maior expressão em termos de distribuição regional desse tipo de produção. No mesmo ano foi aprovado um projeto de agricultura biológica que prevê a conversão e instalação de 5 mil hectares de olival em 24 concelhos da Beira Interior, até 2013. Sendo considerada atualmente a terceira maior produtora de azeite, com uma área de olival de 52,6 mil hectares e 27,7 mil explorações (AICEP, 2011).

Atualmente, na tabela 6 e segundo os dados obtidos através do (INE, 2011a), verifica-se que Trás-os-Montes é a região de Portugal continental onde se encontram maior número de produtores e de colmeias em relação às restantes regiões em modo biológico.

Tabela 6 - Distribuição por região de Portugal da produção de mel em modo biológico

Regiões	Nº de Colmeias	Nº de Produtores
Portugal	9.494	62
Entre Douro e Minho	n.d.	n.d.
Trás-os-Montes	4.970	34
Beira Litoral	21	2
Beira Interior	520	3
Ribatejo e Oeste	268	2
Alentejo	2.435	18
Algarve	1.280	3

Fonte: INE (2011a)

O maior produtor de mel da Europa é a Espanha em seguida da Alemanha, Roménia e por último a França tal como se pode verificar na tabela 7. Verifica-se que esta tendência mantém-se desde o ano 2003 até 2011. Contudo, Espanha é o país que produz quase mais de metade do que os restantes países.

Tabela 7 - Evolução dos maiores produtores de mel na União Europeia, 2003-2011

Produtores União Europeia (t)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Espanha	35.279	36.695	27.230	30.661	31.250	30.361	32.330	34.000	34.000
Grécia	15.700	15.911	16.267	16.218	17.690	15.682	16.000	14.300	14.300
Roménia	17.409	19.150	19.200	18.195	16.767	19.833	19.937	22.222	24.127
Alemanha	23.691	25.575	21.232	18.000	16.000	15.727	16.460	23.137	25.831
França	15.000	15.000	15.000	15.000	16.000	14.860	15.527	15.974	16.000

Fonte: Adaptação de Almeida (2010:17) e FAOSTAT (2011)

Os maiores consumidores na Europa são a Alemanha, Ucrânia, Federação Russa, Reino Unido e França tal como se pode constatar na tabela 8. Verifica-se desta forma que desde 2003 até ao ano de 2009 mantiveram-se sempre os mesmos países com maior consumo de mel, havendo algumas oscilações ao passar de um ano para o outro mas muito pouco significativo. Os principais exportadores de mel são a China, México e Argentina, mas os rendimentos mais altos são registados em colónias da Austrália e Canadá, que têm um ambiente favorável, bem como gestão de colónia altamente desenvolvida. Os maiores consumidores e importadores são os países industrializados liderados pela Alemanha, Japão, EUA e Reino Unido. O aumento do consumo ao longo dos últimos anos pode ser atribuído ao aumento geral nos padrões de vida e maior interesse em produtos naturais e saúde. O poder de compra será, provavelmente, o fator mais importante que influencia a possibilidade de expandir os mercados locais ou para o aumento da diversidade de produtos.

Tabela 8- Evolução dos maiores consumidores de mel na União Europeia, 2003-2009

Países da Europa (t)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alemanha	96.062	92.159	93.367	84.541	86.306	80.052	77.014
Ucrânia	53.550	53.236	67.648	69.039	67.700	71.764	66.668
Federação Russa	48.048	52.666	52.123	55.316	55.173	58.385	55.763
Reino Unido	28.867	30.893	32.980	36.180	37.309	36.289	36.711
França	30.165	32.081	34.261	33.121	34.869	38.736	36.351
Espanha	34.765	40.540	32.642	37.382	28.927	30.313	31.326
Itália	21.449	25.390	23.131	23.855	22.686	19.683	21.990
Bélgica	8.252	9.015	5.291	6.986	10.733	7.856	7.465
Países Baixos	9.575	7.279	11.517	10.317	8.436	6.276	8.214

Fonte: Almeida (2010:18) e FAOSTAT (2011)

A educação do consumidor é um fator forte dado que vem do hábito de cada indivíduo quanto à preferência pelos produtos da apicultura. O poder de compra será, provavelmente, o fator mais importante que influencia a possibilidade de expandir os mercados locais ou para o

aumento da diversidade de produtos. O aumento do consumo ao longo dos últimos anos pode ser atribuído ao aumento geral nos padrões de vida e maior interesse em produtos naturais e saúde.

As necessidades industriais são em grande parte fornecidas pelas importações de países com as técnicas de apicultura tradicional. Em muitas outras aplicações a cera de abelha é substituída por ceras sintéticas em que os compromissos em termos de qualidade são aceites pelos fabricantes devido à redução de custos e maior disponibilidade das mesmas. O uso industrial de cera de abelha tradicional pode aumentar se a sua disponibilidade também assim aumentar e a redução de preços praticados.

A dificuldade em estabelecer regras uniformes e normas de controlo de qualidade é um impedimento para o desenvolvimento do própolis no mercado. As preocupações dos importadores ou compradores sobre a eficácia do produto podem ser evitadas com a colaboração precoce com laboratórios bem estabelecidos e confiáveis.

1.4.2. Enquadramento normativo e legal no sector apícola

A profissionalização do sector apícola regulamenta ainda outras atividades que com o mesmo se encontram relacionadas como é o caso das indústrias e comércio de cera destinada diretamente à atividade apícola. Entende-se por atividade apícola a detenção de exploração apícola, com finalidade de obtenção de produtos apícolas, reprodução e multiplicação de enxames, polinização, didática e científica.

A prática da atividade apícola obriga ao registo do apicultor na DGV mediante entrega na DRAP de declaração de modelo a aprovar por despacho do diretor-geral de Veterinária, tornando-se desta forma obrigatório a entrega de declaração anual de existências. O numero de registo do apicultor, tal como se evidencia na Figura 5, tem que constar obrigatoriamente num local bem visível perto dos Apiários para identificação dos mesmos (MADRP, 2000a).

Figura 5 - Identificação dos apiários



Fonte: DRAPC (2013)

O apiário sendo ele, um conjunto de colónias de abelhas que devem estar implantados a mais de 100m da via pública e de qualquer edificação em utilização, excluindo os caminhos

rurais e agrícolas bem como as edificações destinadas à atividade apícola do apicultor, tal como se evidencia na Figura 6. O número de colmeias por apiário e apiário comum (local onde se encontram colónias de abelhas que pertencem a vários apicultores que acordaram partilha) tem como limite máximo nacional as 100 colónias. O número de colónias instaladas deve estar em relação direta com a área explorada, a capacidade apícola da cultura e o objeto da exploração (MADRP, 2005).

Figura 6 - Regras de implantação dos apiários



Fonte: DRAPC (2013)

Na Figura 7 identifica-se o local do apiário que deve ser de fácil acesso, dispondo de acesso a veículos o mais próximo possível das colmeias para facilitar acentuadamente o maneio, o transporte das alças para extração de mel e das próprias colmeias (Neves, 2006: 8).

Figura 7 - Localização de um apiário



Fonte: Neves (2006: 8).

Segundo Neves (2006), o terreno do apiário deve ser plano, com frente limpa, evitando-se áreas elevadas devido a ação negativa dos ventos fortes. Os terrenos devem evitar estar em declive para não dificultar o deslocamento do apicultor pelo apiário. De acordo com os locais de extração e processamento de produtos apícolas estes são classificados como unidades de produção primária em que consta de operações relacionadas com os produtos apícolas provenientes da sua própria exploração e também os estabelecimentos que se refere aos produtos apícolas provenientes do processo de extração com destino a introdução do mercado. Para tal carecem de registo na Direcção-Geral de Veterinária (DGV) em que o número de registo que é atribuído é coincidente com o número de apicultor.

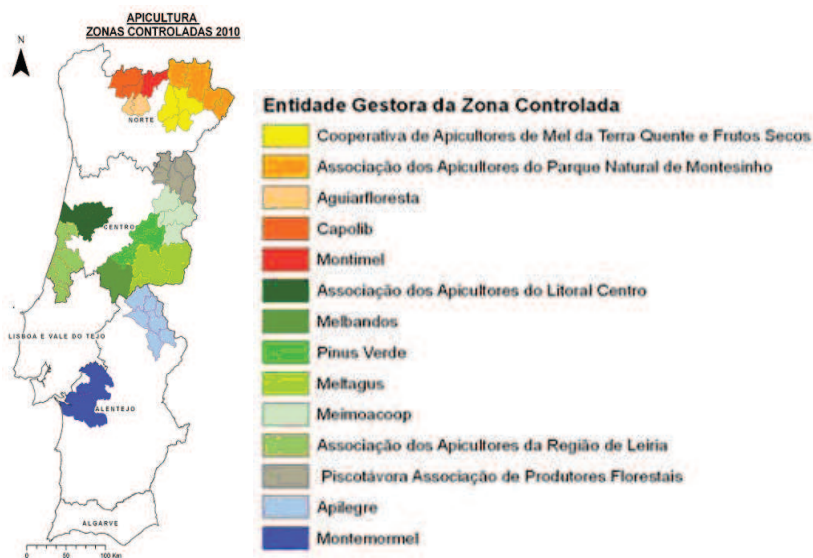
Também, a Direcção-Geral de Veterinária (DGV) elabora anualmente um programa sanitário para o estabelecimento das medidas da sanidade veterinária para defesa no território nacional das doenças que estabelecem no anexo II do Decreto-Lei nº 203/2005 (MADRP, 2005),

sendo as seguintes: Loque americana; Loque Europeia; Acarapiose; Varroose; Aethinose por *Aethina túmida*; *Tropilaelaps* por *Tropilaelaps* sp; Ascosferiose (unicamente em zonas controladas); e Nosemose (unicamente em zonas controladas).

Em caso de suspeita ou de ou aparecimento de doenças das abelhas os proprietários dos apiários estão obrigados a declararem à DGV para que se possa mandar executar as medidas de sanidade veterinária para evitar debelar as doenças. No caso dos proprietários de apiários estarem sujeitos a abate sanitário estes serão indemnizados.

Tal como se verifica na Figura 8, são consideradas zonas controladas às áreas geográficas que sejam reconhecidas pela autoridade sanitária veterinária nacional para tal os apicultores têm que apresentar um pedido à DGV. Nas zonas controladas podem ser introduzidas as abelhas, exames, colónias ou colmeias e seus produtos, bem como substâncias, materiais ou utensílios destinados à apicultura, estas carecem da autorização prévia da Direção Regional de Agricultura (MADRP, 2005).

Figura 8 - Distribuição espacial das entidades gestoras da zona controlada na apicultura



Fonte: MADRP (2010: 22)

Nos casos em que os apicultores dos apiários se encontram nas zonas controladas estes de acordo com o artigo 13º do Decreto-Lei nº 203/2005 (MADRP, 2005) estão obrigados a: Manter registo atualizado dos factos de natureza sanitária ocorridos na zona, devendo o registo ser de modelo a aprovar por despacho do diretor-geral de Veterinária; Possuir boletim de apiário de modelo a aprovar pelo diretor-geral de Veterinária, do qual constem, dispostas sequencialmente por data, as operações realizadas no apiário; Ter o registo e o boletim de apiário disponível e à disposição das autoridades durante um período mínimo de 3 anos; Proceder ao diagnóstico das doenças constantes de acordo com a periodicidade e metodologia definida pela DGV; e a Adotar as medidas de controlo das doenças em conformidade com as metodologias estabelecidas pela DGV.

Os produtos têm que cumprir a legislação relativa à rotulagem em que nesses mesmos produtos têm que constar o número do registo quando se trata de produtos provenientes de unidades de produção primária, a marca de identificação para os estabelecimentos e também a referência do país de origem dos lotes. Esses produtos apícolas destinados ao consumo humano só podem ser comercializados se forem provenientes de unidades de produção primária ou estabelecimentos aprovados. Caso contrário ao referido constitui contraordenação punível em coima ou com sanções acessórias consoante a gravidade da situação, conforme o Decreto-Lei n.º 1/2007 (MADRP, 2007).

No que diz respeito às unidades de produção primária são considerados locais que procedem a operações que assegurem, os produtos da produção primária sejam protegidos de contaminações, atendendo a qualquer transformação que esses produtos sofram posteriormente (n.º 2 anexo I do Regulamento (CE) n.º 852/2004 (CCE, 2004)) no caso do mel ou outros produtos apícolas provenientes da sua própria exploração, com destino a estabelecimentos ou venda/cedência.

Relativamente aos estabelecimentos que procedem a extração ou processamento do mel e/ou outros produtos apícolas destinados a sua introdução no mercado têm que respeitar os requisitos estabelecidos e com as devidas adaptações, sendo consideradas as seguintes de acordo com o anexo I do Regulamento (CE) n.º 852/2004 (CCE, 2004): Manter limpas todas as instalações utilizadas; Manter limpos e desinfetar devidamente os equipamentos; Utilizar água potável ou água limpa; Assegurar que o pessoal que vai manusear os géneros alimentícios está de boa saúde e recebe formação em matéria de riscos sanitários; Prevenir, tanto quanto possível, a contaminação causada por animais e parasitas; Ter em conta os resultados de quaisquer análises pertinentes efetuadas em amostras colhidas dos animais ou outras amostras que se possam revestir de importância para a saúde humana; e Utilizar corretamente os medicamentos veterinários, tal como exigido pela legislação pertinente.

De acordo com a alínea 4 do artigo 4º do Decreto-lei n.º 203/2005 (MADRP, 2005) as operações com o intuito de transformação da cera de abelha, que possam causar um grau de risco considerável para a saúde animal, devem ser realizadas em estabelecimentos previamente aprovados para tais operações pela autoridade competente (DGV). Para mais, neste mesmo decreto-lei é obrigatório o registo de industriais e comerciantes de cera com destino direto à atividade apícola (Neves, 2006). Desta forma as unidades primárias são os responsáveis pela produção dos subprodutos das ceras conhecidas por “broas de cera” pela eliminação de ceras com suspeita de doenças como a *loque americana* e pelo cumprimento das regras de utilização dos acaricidas. Este trabalho é realizado pelo apicultor devido a cera de abelha ser essencial para o desenvolvimento da criação, para o armazenamento do mel e pólen, para a regulação da temperatura da colónia e na discriminação de odores da colónia. Quando as “broas de cera” são entregues na indústria, estas deverão sofrer um método de tratamento adequado que minimize os riscos dos agentes patogénicos no produto final.

Ao que se refere à rotulagem, o termo “mel” é aplicado apenas ao produto e deve ser utilizado no comércio para designar esse produto. As denominações de venda podem ser substituídas pela simples denominação “mel” excepto no caso do mel filtrado, do mel em favos, do mel com pedaços de favos e do mel para uso industrial. As denominações de venda podem ser completadas por indicações que façam referência à origem floral ou vegetal do produto, como também, a origem regional, territorial ou topografia do produto.

De acordo com Decreto-Lei nº 214/2003 (MADRP, 2003) a rotulagem do mel tem indicações específicas a serem cumpridas, desta forma torna-se necessária a própria rotulagem conter as seguintes indicações: Denominação de Venda; Nome ou Firma ou Denominação Social e Morada do Produtor; Data de Durabilidade Mínima; Quantidade Líquida; Lote; Lista dos ingredientes; Registo ou licenciamento; Condições especiais de conservação e de utilização; Local de origem ou de proveniência; e Código de barras.

De acordo com o Decreto-Lei nº 214/2003 (MADRP, 2003) o mel é uma substância açucarada natural produzida pelas abelhas da espécie *Apis mellifera* a partir do néctar de plantas ou das secreções provenientes de partes vivas das plantas ou de excreções de insetos sugadores de plantas que ficam sobre partes vivas das plantas, que as abelhas recolhem, transformam por combinações com substâncias específicas próprias, depositam, desidratam, armazenam e deixam amadurecer nos favos da colmeia. Existem dois tipos de origem de mel, o mel de néctar e o mel de melada. O mel quando comercializado ou destinado ao consumo humano deve obedecer a vários critérios de composição, tais como, o teor de açúcares, o teor de sacarose, teor da água, teor de matérias insolúveis na água, condutividade elétrica e ácidos livres.

No que diz respeito à higiene do mel e de acordo com o referido no Decreto-Lei nº 131/85 (MADRP, 1985) deverá apresentar-se isento de matéria orgânica e inorgânicas estranhas à sua composição, por exemplo bolores, insetos, fragmentos de insetos, grãos de areia, quando é vendido a retalho ou utilizado em qualquer produto destinado ao consumo humano. Não sendo também permitido a adição de qualquer produto ao mel.

Segundo o Decreto-Lei nº 37/2000 (MADRP, 2000a), o mel só pode ser comercializado acondicionado em embalagens adequadas, limpas, estanques, de um matérias inócuas, inerente em relação ao conteúdo e impermeável. Face ao exposto, implicou que Gomes *et al.* (2005: 50-53) tivessem definido um conjunto de fatores de desenvolvimento das embalagens, especificamente:

- *“Marketing: O fator considerado mais relevante para o incremento da utilização da embalagem, podendo representar um papel decisivo na competitividade entre produtos similares.*
- *Conservação: A versatilidade da embalagem, permitiu uma multiplicidade de respostas para a conservação de produtos alimentares, no frio, o que vem demonstrar que, por*

vezes, da combinação de diversos fatores resulta uma nova forma para acrescentar valor aos produtos.

- *Segurança alimentar: A legislação determina, cada vez mais, maior rigor na utilização de materiais de embalagem, de modo a evitar os riscos no âmbito da saúde pública. Assim preserva as características dos produtos embalados e protege a saúde do consumidor.*
- *Proteção: Uma embalagem tem de garantir a preservação das condições físicas do produto e, por outro lado, tem de dar confiança ao consumidor sobre a inviolabilidade do produto embalado, sendo classificada pela segurança alimentar.*
- *Rotulagem: A inscrição de menções, indicações, imagens e marcas de fabrico ou comerciais sobre a embalagem, o rótulo, ou a etiqueta cumprindo as regras e a legislação aplicável e resulta da transposição de normas europeias.”*

Nos produtos tradicionais nomeadamente os produtos apícolas, a rotulagem serve para identificar o meio para se distinguirem dos restantes, no mercado. É por intermédio da colagem de rótulos especiais ou de inscrições no rótulo global, referindo as Denominações, que os produtos devidamente legalizados podem reforçar o seu valor face ao consumidor mais exigente.

Um Produto Tradicional tem que se identificar com uma determinada região do país para que, seja conferida legitimidade relativa à utilização da designação «Produto Tradicional», é necessário que a região onde é produzido tenha conseguido obter o «reconhecimento» de Denominação de Origem (DO) ou de Indicação Geográfica (IG).

Um Produto Tradicional com legitimidade, no espaço da UE, apresenta sempre uma rotulagem normalizada, sendo que constam, obrigatoriamente, as seguintes informações: Nome e Denominação (DOP, IGP ou ETG) a que o produto tem direito, conforme o respetivo registo oficial; Nome e morada do produtor; Marca de certificação numerada (garante que o produto foi sujeito a um sistema de controlo ao longo da sua cadeia produtiva, podendo ser rastreado até à sua origem); Logótipo comunitário (é facultativo e, quando utilizado, carece de autorização específica).

Por se tratar de um sistema cuja criação está suportada por uma legalidade institucional, quer a nível nacional quer a nível da UE, as marcas de certificação encontram-se, obrigatoriamente, registadas e são objeto de publicação no Diário da República.

Este tipo de produto pode desempenhar um importante papel no sentido de marcar a diferença entre uma Cozinha Regional de qualidade e uma cozinha regional tradicional. Desta forma o espaço destinado aos Produtos Regionais é vasto dado que se trata de produtos de valor acrescentado e a sua comercialização tem sucesso garantido. No que diz respeito às lojas destinadas a comercializar os produtos tradicionais, Gomes *et al.* (2005: 65) defendem que estas podem

“servir para alargar o mercado para a criação de espaços próprios, nas grandes superfícies, de modo a promover as vendas desses produtos, constituindo uma solução na divulgação dos mesmos”.

Por um lado, a relevância do estudo da população juntamente com o desempenho dado ao próprio produto, permitiu a Gomes *et al.* (2005: 66) identificar a existência de fatores, quer de ordem qualitativa, quer de ordem quantitativa, que afetam o mercado trazendo repercussões para o próprio e originando transferências de mercado-alvo e variações de consumo, sendo considerados os seguintes fenómenos: Envelhecimento da população; Fenómenos migratórios; Baixa taxa de natalidade; e Aumento da longevidade.

Gomes *et al.* (2005: 68) defendem que a Certificação incrementa os benefícios cujos principais atributos se caracterizam por:

“Melhoria na Organização Interna; Melhoria da Imagem; Aumento da Satisfação/Confiança dos Clientes; Aumento da Motivação/Envolvimento no Sistema, por parte dos Colaboradores Internos; Confiança no Sistema; Melhoria da Posição Competitiva; Aumento da Produtividade; Redução de Custos; Acesso a determinados Mercados e Concursos; e Facilidade de Acesso à Informação, entre outros.”

A qualidade dos produtos é uma das componentes mais apreciadas e de fator decisivo na aquisição e escolha de um determinado produto. Desta forma existe uma entidade responsável pela coordenação, gestão geral e desenvolvimento do Sistema Português da Qualidade designado pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), elaborando o enquadramento legal para os assuntos da Qualidade, a nível nacional, no domínio voluntário - bem como de outros sistemas de qualificação no domínio regulamentar, que lhe sejam conferidos por lei (Gomes *et al.*, 2005).

Cada vez mais a legislação europeia obriga a respostas céleres e controlo efetivo nas áreas alimentares, efetuando rastreabilidade ao longo de todo o ciclo produtivo, gestão dos espaços, gestão de produtos e matérias-primas, dentro dos armazéns e a necessidade de gerir e controlar os resíduos, têm uma acuidade cada vez mais elevada sendo no entanto preciosas. No sector alimentar existe um controlo cada vez mais implícito nos dias de hoje, sendo que existe um regulamento que é reconhecida internacionalmente, para analisar potenciais perigos para a saúde dos consumidores nas várias atividades das empresas, identificando onde é que esses perigos podem ocorrer e decidindo quais são críticos para a saúde do consumidor. Esta análise é conhecida por HACCP ou em inglês Hazard Analysis and Critical Control Points.

Os princípios fundamentais do HACCP descrevem-se através dos seguintes passos ou etapas: Identificar potenciais perigos; Determinar os Pontos críticos de controlo; Estabelecer limites de controlo; Estabelecer um sistema para monitorizar o controlo; Estabelecer ações corretivas; Verificar os procedimentos e a efetiva operacionalidade do HACCP; Efetuar registos e tratar documentação do sistema HACCP.

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1234/2005 (CCE, 2005), a apicultura enquanto sector agrícola, caracteriza-se pela diversidade das condições de produção e dos rendimentos, bem como pela dispersão e heterogeneidade dos agentes económicos aos níveis da produção e da comercialização. Atendendo à extensão da varrose nos últimos anos, em diversos Estados-Membros, e às dificuldades que esta doença implica para a produção de mel, continua a ser necessária uma ação ao nível da Comunidade, uma vez que não é possível erradicar totalmente a doença, que deve ser tratada com produtos autorizados. Em tais condições, e a fim de melhorar a produção e a comercialização dos produtos apícolas na Comunidade, deverão ser elaborados programas nacionais trienais que incluam ações de assistência técnica, combate à varrose, racionalização da transumância, gestão do repovoamento do efetivo apícola da Comunidade e colaboração em programas de investigação sobre a apicultura e os seus produtos, com vista a melhorar as condições gerais de produção e comercialização dos produtos apícolas. Esses programas nacionais deverão ser parcialmente financiados pela Comunidade.

O programa apícola é elaborado em estreita colaboração com as organizações representativas e as cooperativas do sector da apicultura e é submetido à aprovação da Comissão. Com o objetivo de melhorar as condições gerais de produção e comercialização de produtos da apicultura, cada Estado-Membro pode estabelecer um programa nacional por um período de três anos (programa apícola). Os produtos apícolas têm vários procedimentos no próprio processo de fabrico.

Mel. No que diz respeito ao processamento do mel primeiro é necessário recolher as alças para extração do mel sendo que tem várias regras a adotar tais como a manutenção de características originais e da qualidade do produto final. O fabrico do mel tem um processo bastante longo de suscetibilidade do produto (figura 9), sendo que tem que se ter em atenção as condições das instalações, dos equipamentos e também das condições ambientais para assim evitar a contaminação do mel ao longo de todo o processo.

Figura 9 - Processo de fabrico do mel

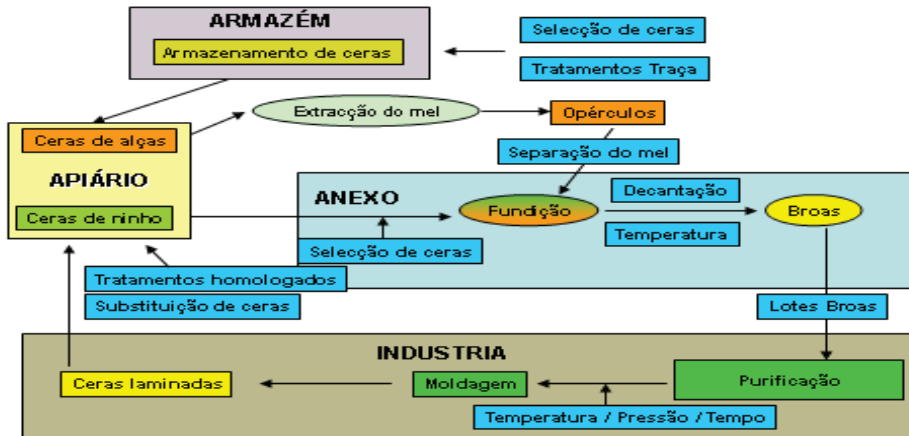


Fonte: Adaptado de MADRP (2010a: 55)

Um dos processos mais operacionais é a parte da cresta sendo que deve ser elaborado por mais do que um elemento, Barros *et al.* (2009: 12). Após a recolha das alças estas estando cheias não devem permanecer expostas ao sol por longos períodos de tempo, pois as elevadas temperaturas podem levar a um aumento do teor de hidroximetilfurfura no mel, podendo comprometer os valores paramétricos definidos em legislação (MADRP, 2003). A extração do mel é feita através dos favos e para tal são necessários equipamentos adequados para garantir a qualidade do produto.

Cera. A Cera é um produto que tem um processo de fabrico bastante longo tal como se pode observar na figura 10, começando pelo apiário na seleção de ceras rejeitando os quadros que contêm doenças. Para tal têm que ser vigiadas regularmente para verificar se as ceras foram bem “puxadas” de modo a estimular o crescimento da colónia ou se por sua vez tem que ser substituídas para proceder a uma melhoria de qualidade.

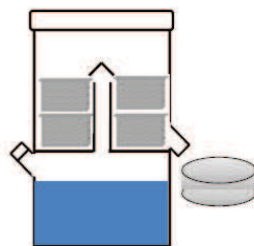
Figura 10 - Processo de fabrico da cera



Fonte: Barros *et al.* (2009:14)

De acordo com a recuperação da cera quando existe um número de colmeias elevado é utilizado uma caldeira a vapor, tal como se pode verificar na figura 11, que consiste em duas cubas concêntricas, com o interior com fundo cónico. O espaço circular entre elas constitui o recipiente que contém água e está aberto na sua parte superior para dar saída ao vapor que se gera ao fornecer calor. O vapor assegura uma temperatura uniforme no interior da caldeira. O tempo de fusão da cera varia consoante a temperatura, a pressão e a qualidade das ceras (ceras velhas ou opérculos).

Figura 11 - Equipamento de apicultura: Caldeira a vapor



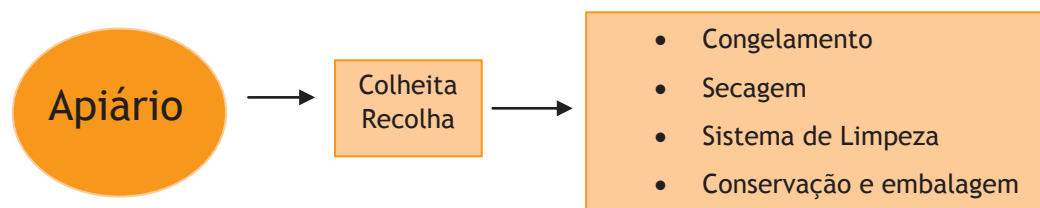
Fonte: Barros *et al.* (2009:18)

No interior da caldeira, é encontrado uma rede metálica destinada a reter as ceras que se fundem pela ação do vapor da água produzido. As impurezas da cera ficam retidas no interior e a cera flui para o exterior, sendo recolhida em um recipiente que permite, após a cera ficar sólida, uma fácil retirada da broa. Para a sua purificação, a cera necessita de sofrer um processo de fundição, de decantação e de filtração sendo que as temperaturas aconselhadas são de $\pm 80^{\circ}\text{C}$.

Após estes processos, a cera fundida é transferida para um recipiente onde a cera é esfriada e solidifica, sendo obtidas as broas. Nesta fase, é necessário uma correta decantação e uso da temperatura pois as broas produzidas são encaminhadas para as indústrias transformadoras, onde irão sofrer um novo processo de fundição com o intuito da sua “esterilização”.

Pólen. O processamento de recolha do pólen é menos demorado e trabalhoso que os restantes produtos apícolas tal como se pode observar na Figura 12, o pólen é obtido na colmeia com a ajuda de um capta-pólen.

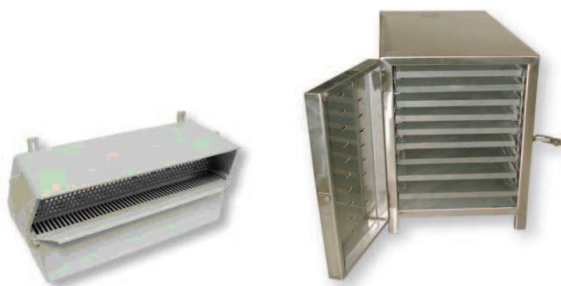
Figura 12 - Processamento de recolha de Pólen



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 13 evidencia-se que as abelhas irão transportar o pólen nas patas e ao entrar na colmeia tendo que passar por uma rede o pólen irá cair num recipiente. Os capta-pólen não devem ser colocados enquanto as condições climáticas não forem favoráveis, pois dificulta não só a recolha do pólen, mas sobretudo contribuem bastante para a sua degradação.

Figura 13 - Equipamento de apicultura: Capta-pólen e secador



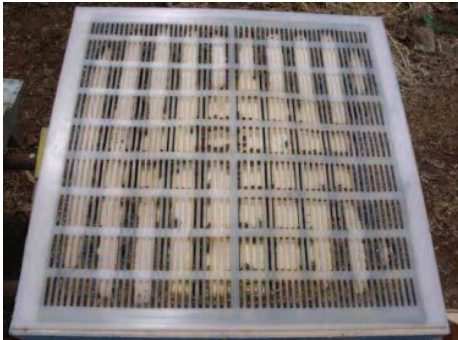
Fonte: Thomas Apiculture (2012)

Após a recolha do pólen seco, este é armazenado e colocado em bandejas durante 1 a 2 horas, após as quais deve ser mexido ou agitado, de forma a facilitar o congelamento e evitar a agregação das cargas polínicas. Depois deste procedimento o pólen deve descongelar à temperatura ambiente durante 3 a 4 horas, período após o qual deve ser introduzido no secador (figura 13), onde permanecerá por um período de 12 a 48 horas. Este equipamento não deverá ultrapassar os 40°C e possuir sistema de ar forçado, devendo inclusivamente a sala de processamento estar equipada com um dispositivo capaz de retirar o excesso de humidade do meio ambiente. A limpeza do pólen pode ser realizada de forma manual, através do uso de pinças. Depois de limpo e selecionado o pólen pode ser embalado em sacos plástico, hermeticamente fechados, ou em embalagens de vidro cujo destino será o comércio a retalho.

Própolis. O própolis é um produto apícola produzido pela colmeia que depende essencialmente do comportamento das abelhas para a sua produção e quantidade produzida. Para a recolha do própolis é utilizado umas redes de plástico (Figura 14) para colocar de forma simétrica a toda a largura sobre as alças, mudando-as para outro extremo passadas algumas semanas, de forma a incentivar as obreiras a preencher os espaços vazios, promovendo a recolha de resinas.

Segundo FNAP (2010: 11), para a introdução das redes nas colmeias a melhor altura do ano é a Primavera e o Outono, podendo ser retiradas em qualquer época do ano. Após a sua retirada devem ser de imediato congeladas (a temperaturas entre os -10°C e os -20°C) para que a própolis se torne dura e ao mesmo tempo frágil, logo fácil de separar através da manipulação da rede.

Figura 14 - Equipamento de apicultura: Rede de plástico para recolha de própolis



Fonte: FNAP (2010:15)

Na época do ano em que se encontram temperaturas baixas é feita a separação do própolis da madeira dado que se encontra em estado rígido. Esta separação é feita com a utilização de uma espátula de aço inoxidável, pouco afiada de forma a reduzir o risco de arrastar farpas de madeira.

Geleia Real. A geleia real é produzida pelas glândulas hipofaríngeas e mandibulares das operárias com idades até 14 dias sendo que na própria colmeia esta é usada como alimento das larvas e da rainha. É constituída de água, carboidratos, proteínas, lípidos e vitaminas, a geleia real é muito viscosa com cor branca e leitosa. A produção da geleia real é feita por uma interrupção do processo da produção de rainhas, é feita a orfanização de um enxame forte, seguida do enxerto de larvas de 12 a 36 horas num quadro com cúpulas artificiais, que é introduzido na colmeia. Três dias depois, o quadro é recolhido, as larvas descartadas e a geleia real retirada. Cada cúpula fornece entre 200 e 300 mg de geleia. Deve ser armazenada protegida da luz, em ambiente refrigerado, inclusive congelada (Apisnorte, 2012).

Apitoxina. A apitoxina ou veneno da abelha é um produto apícola produzido nas duas primeiras semanas de vida da operária por glândulas de secreção ácida e de secreção alcalina que existem dentro do seu abdómen, Sendo que cada operária produz 0,3 mg de veneno. Para a

produção da apitoxina é utilizado um aparelho (Figura 15) destinado a fazer a sua recolha em 10 colmeias ao mesmo tempo. A abelha para sua proteção é induzida a ferroar a placa coletora através de choque elétrico por sua vez ela não irá morrer pois desta forma a abelha não perde o ferrão.

Figura 15 - Equipamento de apicultura: Placa coletora de apitoxina



Fonte: GSBC (2013)

O processo de coleta do veneno de abelha é realizado de uma forma muito simples, colocando-se na entrada da colmeia uma placa de vidro com filamentos metálicos que são ligados a uma bateria elétrica. Ao pousar nessa placa a abelha leva um pequeno choque e automaticamente ferroa a placa deixando pequena porção do veneno. Recolhe-se as placas, raspa-se o veneno seco e depois é só purificá-lo para o uso terapêutico. O tempo utilizado para a recolha do veneno é de aproximadamente 20 minutos por cada 10 colmeias sendo que cada colmeia recebe uma placa coletora que poderá extrair aproximadamente 100 miligramas do produto.

1.4.3. Norma contabilística e de relato financeiro relativa à atividade agrícola

A Contabilidade é um sistema de informação que dispõe de um controlo e registo de fatos patrimoniais, variações e resultados para servir de tomada de decisões ao longo do período. Toda a informação contabilística é transmitida através das demonstrações financeiras tal como já foi referido no anterior ponto 1.2 (Análise de projeto de investimento).

O Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) foi publicado através do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (MFAP, 2009a), sendo que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010 e o seu principal objetivo é ir de encontro com a harmonização no domínio contabilístico na União Europeia. Durante três décadas Portugal utilizou um sistema contabilístico assente no custo histórico. Atualmente, a preferência pela aplicação do Justo Valor é demonstrada nas demonstrações financeiras (MFAP, 2009a).

Segundo Franco (2011: 7), a contabilidade agrícola distingue-se das restantes contabilidades por ter as seguintes características: Uma atividade muito específica; com uma NCRF própria; a contabilidade depende da informação interna e depende do Justo Valor, sendo que o justo valor é quase sempre considerado fiável.

A norma própria para a atividade agrícola é designada por NCRF - 17, esta Norma contabilística e de relato financeiro tem por base a norma internacional de contabilidade IAS 41 - Agricultura, adotada pelo regulamento (CE) n.º 1725/2002 da Comissão, de 21 de Setembro (CCE, 2002) com as alterações dos Regulamentos (CE) n.º 2236/2004 (CCE, 2004c), e n.º 2238/2004 (CCE, 2004d).

Esta NCRF tem como objetivo prescrever o tratamento contabilístico, a apresentação de demonstrações financeiras e as divulgações relativas à atividade agrícola. Esta norma deve estar relacionada com a atividade agrícola e relacionada com os ativos biológicos, produtos agrícolas no ponto da colheita e subsídios governamentais, sendo que não se aplica a terrenos relacionados com a atividade agrícola (NCRF 7 e NCRF 11) e a ativos intangíveis relacionados com a atividade agrícola (NCRF 6). Esta norma é aplicada ao produto agrícola colhido dos ativos biológicos apenas no momento da colheita, verificando-se que esta norma não trata do processamento do produto agrícola após a colheita (MFAP, 2009).

Na tabela 9, verificam-se diversos exemplos de ativos biológicos, produtos agrícolas e os restantes produtos de processamento após colheita. No que diz respeito aos ativos biológicos e produtos agrícolas são regulamentados pela NCRF 17 / IAS 41, e os produtos resultantes de processamento após colheita pela NCRF 18/ IAS 2.

Tabela 9 - Aplicação da NCRF - 17 relativo a Ativos Biológicos

Ativos biológicos	Produtos agrícolas	Produtos resultantes de processamento após colheita
Produção Animal		
Carneiros	Lã	Fio de lã, Carpetes
Gado Produtor de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaças	Salsichas, presuntos curados,
Abelhas	Favos	Mel
Produção Florestal		
Árvores	Troncos	Madeiras
Produção Vegetal		
Plantas	Algodão cana Colhida	Fio de Algodão, roupas, açúcar
Vinhas	Uvas	Vinho
Árvores de Fruto	Frutos Colhidos	Frutos processados

Fonte: Adaptação de Plácido e Ribeiro (2012: 87)

A atividade agrícola refere-se a uma variedade de atividades, nomeadamente a criação de gado, silvicultura, cultivo de pomares e de plantações, floricultura, aquacultura e apicultura, contudo para verificar se estamos perante uma atividade agrícola ou não, deve-se ter em atenção características comuns que este tipo de atividade tem, sendo as seguintes referidas por Plácido e Ribeiro (2012:88):

“As atividades agrícolas têm a capacidade de alteração, isto é, isto é, os animais vivos e as plantas são capazes de transformação biológica; As atividades agrícolas gerem essas alterações, isto é, a gestão dos processos facilita a transformação biológica pelo aumento, ou, pelo menos, estabilização das condições necessárias para que o processo tem lugar (por exemplo, níveis nutricionais, mistura, temperatura, fertilidade e luz)”.

Deste modo, a contabilidade agrícola enquadra-se nas especificidades da gestão efetuada por uma entidade na transformação biológica de ativos biológicos, em produto agrícola ou em ativos biológicos para venda. Segundo Franco (2011), os ativos biológicos são animais ou plantas vivas e o produto agrícola é um produto colhido dos ativos biológicos da entidade.

Os ativos biológicos são classificados de duas formas: Ativos biológicos e ativos biológicos de produção - definem-se como ativos biológicos consumíveis como sendo os que estejam para ser colhidos como produto agrícola ou vendido como ativo biológico. Os restantes ativos biológicos de produção existentes não são considerados produtos agrícolas antes da sua própria regeneração; Ativos biológicos maduros e ativos biológicos imaturos - são considerados desta forma os produtos aptos a serem colhidos capazes de sustenta as colheitas de forma regular, sendo que enquanto não se procederem desta forma são considerados imaturos.

Segundo Cardoso (2010:3),

“Os ativos biológicos consumíveis são produtos que estejam para ser colhidos como produto agrícolas ou vendidos como ativos biológicos, como por exemplo o gado destinado à produção de carne. Os activos biológicos de produção são os que não sejam activos biológicos consumíveis, como por exemplo, as abelhas das quais pode ser obtido o mel.”

Após a definição do conceito de atividade agrícola, e considerando que a aplicação da NCRF 17 implica na fase de reconhecimento inicial dos produtos agrícolas após a colheita, o definido na NCRF 18, tal confirma-se nas palavras de Mendes (2007: 34),

“o tratamento contabilístico dos ativos biológicos durante o período de crescimento, degeneração, produção e procriação, assim como a mensuração inicial de produtos agrícolas no ponto da colheita, não abrange o tratamento contabilístico depois da colheita. Sendo que após a colheita, os produtos agrícolas são tratados de acordo com uma outra norma aplicada”.

No que diz respeito ao reconhecimento de um ativo biológico ou produto agrícola, em cada data do balanço, por parte de uma entidade, segundo a NCRF 17 (MFAP, 2009c: 36317), esta deve considera-lo quando:

“A entidade controle o ativo como consequência de acontecimentos passados; Seja provável que futuros benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a entidade; O justo valor ou custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.”

No que diz respeito a mensuração de um ativo biológico ou produto agrícola, a norma assenta no modelo do justo valor, segundo a NCRF 17 (MFAP, 2009c: 36317):

“A determinação do justo valor de um activo biológico ou produto agrícola pode ser facilitada pelo agrupamento de activos biológicos ou de produto agrícola de acordo com atributos significativos, por exemplo, por idade ou qualidade. Uma entidade selecciona os atributos que correspondam aos atributos usados no mercado como base de apreamento.”

Segundo Mendes (2007) e numa adaptação da NCRF 17 (MFAP, 2009c: 36318), a estimação do justo valor poderá ser efetuada:

- Se existir um mercado ativo para um ativo biológico ou produto agrícola, organização poderá usar um ou mais dos seguintes indicadores, quando disponíveis, na estimação do justo valor:
 - O preço de mercado (cotação) é uma base apropriada para estimar o justo valor desse ativo;
 - O preço de mercado (cotação) quando a organização tem acesso a diferentes mercados ativos, pelo que usará a mais relevante;
 - O preço de mercado referência no setor ou cotação oficial de mercado disponibilizadas pelo Sistema de Informação de Mercados Agrícolas.
- Se não existir um mercado ativo para um ativo biológico ou produto agrícola, a organização poderá usar um ou mais dos seguintes indicadores, quando disponíveis, na estimação do justo valor:
 - O preço de mercado recentemente usado numa transação, desde que não tenha havido uma alteração significativa nas circunstâncias económicas entre a data dessa transação e a do balanço;
 - O preço de mercado de ativos semelhantes com ajustamento para refletir diferenças;
 - O preço de mercado designado por referência do setor.
- Se os preços determinados pelo mercado não estiverem disponíveis para um ativo biológico na sua condição atual, a organização usará para estimar o justo valor, o valor presente dos fluxos de caixa líquidos de um ativo, descontando uma taxa pré-imposto determinada no mercado corrente.

No que diz respeito aos custos estimados no ponto de venda, na perspetiva de Rodrigues (2005), podem ser classificados como custos de comercialização e tendem a incluir comissões a negociadores, taxas de agências reguladoras, taxas de bolsa de mercadorias e taxas de transferência de direitos, mas devem ser excluídos os custos de transporte e outros necessários para colocar o ativo biológico ou o produto agrícola no respetivo mercado.

1.5. Considerações finais

Em suma um projeto de investimento visa a obtenção de uma determinada rentabilidade e torna essencial fazer a sua avaliação numa perspetiva económica e financeira sendo imprescindível para a sua realização o conhecimento da atividade que se pretende implantar. No entanto deve ser considerada uma proposta na aplicação de recursos que possuem aplicações de negócio, de forma a gerir rendimentos futuros durante um determinado tempo, capaz de remunerar essa própria atividade. Por consequência, em Portugal a atividade apícola é de grande importância, pois apresenta uma alternativa de ocupação e de rendimento para as famílias e de grande interesse no que diz respeito a vários segmentos da sociedade.

A valorização da cadeia produtiva da apicultura é não só propícia a criação de postos de trabalho, mas fundamentalmente à geração de fluxos de rendimento, principalmente no ambiente da agricultura familiar, que é determinante na melhoria da qualidade de vida e na fixação de populações ao meio rural. Adicionalmente, a utilização dos produtos apícolas para fins alimentares e terapêuticos é uma das práticas mais universais.

No que se refere a legislação aplicada, a esta atividade que tem normas e regulamentos muito específicos, tanto na produção, como na comercialização dos produtos apícolas. Além disso, no caso dos produtos destinados ao consumo humano só podem ser comercializados se forem provenientes de unidades de produção primária ou estabelecimentos aprovados. No entanto, existe cada vez mais a preocupação na otimização dos espaços de produção e na conservação de produtos apícolas controlando as áreas alimentares, o ciclo produtivo do produto, a gestão dos espaços produtivos, a gestão de produtos e matérias-primas, dentro dos armazéns e a necessidade de controlar os resíduos, pois a legislação europeia assim o obriga.

No que diz respeito à contabilização da atividade apícola, conclui-se que esta é regulada por uma norma própria para a atividade agrícola sendo designada por NCRF - 17. A contabilidade agrícola está enquadrada nas especificidades da gestão agrícola efetuada por uma unidade apícola que transforma os seus ativos biológicos (abelhas e colmeias) em diversos produtos agrícolas para a sua venda.

Capítulo 2. Caracterização do concelho do Fundão

2.1. Enquadramento

O segundo capítulo incide sobre a caracterização do concelho do Fundão para possibilitar um maior conhecimento da região objeto de análise no estudo empírico que se irá desenvolver no capítulo terceiro e quarto. Nesse sentido, os pontos apresentados procuram caracterizar o concelho do Fundão ao nível da evolução demográfica, evolução económica e evolução social.

Assim para potenciar a escolha do local de um projeto de investimento, constitui-se como um exercício fundamental e crucial na medida em que concorre para a viabilização de um empreendimento numa óptica puramente privada. O conhecimento do local tem por base estudos já elaborados, nomeadamente, nas vertentes climatéricas e outras características geográficas, existência ou não de fontes de matérias-primas. A escolha do local revela-se de grande importância na medida em que fisicamente se torna difícil transportar infraestrutura já implantada de um projeto (Mithá, 2009).

No ponto 2.2 observa-se uma análise da evolução demográfica com base nos dados definitivos dos Censos (INE, 2012). Mais, especificamente a taxa de natalidade, mortalidade e a generalidade dinâmica populacional como também a sua dimensão. Este ponto é dividido em subpontos muito importantes tratando do território e a sua população retirando dessa análise o número de habitantes por freguesia e a evolução da emigração nos últimos anos e os seus efeitos. No seguimento deste ponto surge o subponto educação sendo este considerado um fenómeno responsável pela socialização entre a população, observando-se desta forma o nível de escolaridade e a quantidade de analfabetos existentes no concelho do Fundão.

No ponto 2.3 obtém-se a análise da evolução económica que se refere a caracterização sectorial e do tecido empresarial, sendo estes dois fatores os subpontos existentes. É neste ponto que se analisa o nível de desemprego em comparação com anos anteriores e a taxa de população empregada com base nas variáveis idade e escolaridade.

No ponto 2.4 examina-se a evolução social, trata-se da vida em sociedade nomeadamente as infraestruturas e as condições de vida existentes atualmente, obtendo-se os indicadores de saúde, o nível de turismo na região, o artesanato praticado em cada freguesia do concelho e a gastronomia típica da região.

concelho do Fundão pertence ao distrito de Castelo Branco e é dividido por um conjunto de 31 freguesias, tal como podemos observar na tabela 10 seguinte.

Tabela 10 - Distribuição da população residente por freguesia do concelho do Fundão, 2011

Concelho	2011	
	N	(%)
Alcaide	674	2,31%
Alcaria	1.181	4,04%
Alcongosta	468	1,60%
Aldeia de Joanes	1.334	4,57%
Aldeia Nova do Cabo	599	2,05%
Alpedrinha	1.087	3,72%
Atalaia do Campo	535	1,83%
Barroca	494	1,69%
Bogas de Baixo	192	0,66%
Bogas de Cima	327	1,12%
Capinha	491	1,68%
Castelejo	661	2,26%
Castelo Novo	404	1,38%
Donas	859	2,94%
Escarigo	224	0,77%
Enxames	516	1,77%
Fatela	563	1,93%
Fundão	9.268	31,73%
Janeiro de cima	306	1,05%
Lavacolhos	237	0,81%
Mata da Rainha	151	0,52%
Orca	648	2,22%
Peroviseu	731	2,50%
Póvoa de Atalaia	631	2,16%
Salgueiro	693	2,37%
Silvares	966	3,31%
Soalheira	877	3,00%
Souto da Casa	813	2,78%
Telhado	620	2,12%
Vale de Prazeres	1.264	4,33%
Valverde	1.399	4,79%
Total	29.213	100,00%

Fonte: Adaptado do INE (2012a)

Como se pode observar na tabela 11, a freguesia que tem maior número de habitantes é Valverde, esta freguesia é constituída por 1.399,00 habitantes, tem 14,51km² de área e situa-se a 3,4km da cidade do Fundão. A freguesia com menor número de habitantes é a Mata da Rainha com 232 habitantes que se situa a 22,8Km da cidade do Fundão, tem 20,36km² de área. Verifica-se que a população residente do concelho do Fundão teve uma quebra bastante significativa de população residente de 2001 para 2011 em menos 2.269 indivíduos o que originou uma diminuição de 108 famílias, no entanto o número de alojamentos aumentou em 1.209 e em 876 edifício concluindo assim que o concelho do Fundão continua em crescimento o que é positivo para o aumento dimensional da região.

Tabela 11 - Indicadores demográficos do concelho do Fundão, 2001 e 2011

Fundão	2001	2011	Var.
População Residente	31.482	29.213	-2.269
N.º de Famílias	12.120	12.012	-108
N.º de Alojamentos	20.849	22.058	1.209
N.º de Edifícios	17.292	18.168	876

Fonte: Adaptado do INE (2011c)

A desertificação alastra-se a uma parte significativa do território, contrastando com o aumento da densidade populacional verificado em algumas regiões. Agravou-se o desequilíbrio na distribuição da população pelo território. Os municípios do litoral registam indicadores de densidade populacional mais elevados que os do interior, dados definitivos dos censos (2012).

Tabela 12 - Evolução de indicadores populacionais, 2005-2011

Fundão	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Densidade Populacional (N.º/ km ²)	44,6	44,5	44,4	44,1	43,9	43,5	41,7
Taxa de Natalidade (%)	7,4	7,7	6,9	6,6	6,2	6	6
Taxa de Mortalidade (%)	13,8	12,1	12,5	13,6	13	13,9	13,9

Fonte: Adaptado do INE (2012a)

No concelho do fundão tal como podemos observar na tabela 12, observa-se uma diminuição gradual na densidade populacional e uma diminuição de população por km² desde o ano de 2005 até ao ano de 2011. Esta realidade pelo fenómeno do envelhecimento da população, apontando-se para a redução da natalidade, esta quebra deve-se à modernização das sociedades, ou seja, às oportunidades de mobilidade social. A taxa de mortalidade com base nos dados estatísticos, deparamos-mos com um nível de estabilidade desde 2005, notando-se que até 2008 houve uma pequena queda que após essa fase se continuou a manter nos 13%.

Nos últimos anos verifica-se diferentes fluxos migratórios, nascimentos e mortes ao nível das várias freguesias do concelho, fez com que de entre elas houvesse as que cresceram em termos de população residente e as que diminuíram distribuição territorial da população residente no concelho do Fundão revela assim uma desertificação de um grande número de aldeias. Registando-se Assim, a desertificação humana a nível geral no concelho do fundão verificada com o passar dos anos, provocada por movimentos migratórios para os grandes centros

urbanos e principalmente para o estrangeiro atingindo a população mais ativa e jovem. Estes movimentos migratórios são efeitos de falta de trabalho na área de residência e também devido a fatores como a educação.

O fenómeno do envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, continua bem vincado nos resultados dos Censos 2011. Há 20 anos, em 1991, o maior número de população pertencia ao grupo etário (25-64 anos). Em 2011, Portugal apresenta um número da população no grupo etário mais jovem mais baixo.

De acordo com os dados definitivos dos censos de 2012, verifica-se que a distribuição da população por sexo, mantendo-se um padrão semelhante ao da década passada. Na tabela 13 relativamente aos grupos etários mais jovens (até 24 anos) predominam os homens, relativamente às mulheres, 13,1 % contra 12,6% do total da população. Nos grupos etários com idades mais avançadas esta tendência inverte-se e passam a predominar as mulheres, relativamente aos homens. No grupo dos 25-64 anos de idade, a percentagem de mulheres é de pouco mais que e a de homens. Também no grupo etário dos 65 ou mais anos se verifica um maior número de mulheres (INE, 2012a).

Tabela 13 - Distribuição por grupo etário da população do concelho do Fundão, 1991-2001-2011

Fundão	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 ou mais anos
	HM	HM	HM	HM	HM
1991	31.687	5.504	4.256	15.108	6.819
2001	31.482	4.381	4.066	15.420	7.615
2011	29.213	3.435	2.900	14.743	8.135

Fonte: Adaptado do INE (2012a)

Na tabela 14 e em 2011 é apresentado o maior grupo de população com 15.296 casados, o segundo mais representativo é o solteiro com 9.784. As restantes categorias do estado civil, divorciado e viúvo, aparecem com resultados muito menores, o estado civil de casado predomina tanto no grupo dos homens como no grupo das mulheres. No grupo dos solteiros é o segundo mais importante estado civil em ambos os sexos, existe também uma das diferenças entre homens e mulheres diz respeito ao estado civil de divorciado e de viúvo em que as mulheres são maioritária total da população.

Tabela 14 - Distribuição por estado civil da população do concelho do Fundão, 2011

Total			Solteiro			Casado			Divorciado			Viúvo		
HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
29.213	14.002	15.211	9.784	5.292	4.492	15.296	7.627	7.669	1.089	505	584	3.044	578	2.466

Fonte: INE (2012a)

O envelhecimento da população representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes das sociedades modernas do século XXI. Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de

sustentabilidade, bem como alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida.

2.2.2. Educação

O espaço mais importante para o processo de educação e formação é a Escola, nesse espaço o cidadão é moldado de acordo com todo o projeto educacional da Escola e no contexto das regras emanadas pelo Ministério da Educação. Assim, a educação pode ser considerada um processo de sociabilização, sendo dinamizada nos diversos espaços de convívio social, para uma adequação do cidadão à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade.

Segundo Williams e Humphrys (2003: 146), a natureza do processo de aprendizagem é supostamente orientada para incrementar os valores de cada cidadão através da educação. Tal tendência deveria ser incrementada na Cova da Beira, porque tal como demonstra a tabela 15, apesar da taxa de abandono precoce no processo de educação e formação ter vindo a diminuir, tanto no sexo masculino como no sexo feminino, esta continua a existir implicando um combate a tal tendência, como preocupação para uma evolução social com maior qualidade.

Tabela 15 - Evolução por sexo da taxa de abandono precoce no processo de educação e formação na Cova da Beira, 2005-2010

Região	2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Cova da Beira	43,8	24,6	43,6	25,5	39,4	25,3	41,5	22,7	33,5	22,2	28,0	28,1

Fonte: Adaptado do INE (2011b)

Segundo os resultados do projeto de investigação social intitulado Diagnostico Social do Fundão desenvolvido pela Câmara Municipal do Concelho do Fundão (CMF, 2010: 378):

“Outras situações e ou problemas são ainda referidas pelos entrevistados, como sejam os casos do “abandono escolar” e da “demissão dos pais na educação dos filhos”.

Na tabela 16 continua-se assim a verificar que residam no Fundão mais pessoas com baixos níveis de escolaridade do que com elevados. Com base nos dados obtidos através dos Censos de 2011 pode-se concluir que a maioria das pessoas residentes no concelho ou detinha o 1º Ciclo de Ensino Básico ou não possuía Nenhum Nível de Ensino. Já em 2001 observa-se o mesmo nível de ensino mas com uma diferença acentuada no 1º ciclo do ensino básico em que se verifica um número muito mais elevado.

Tabela 16 - Distribuição por nível de escolaridade da população do concelho do Fundão, 2001-2011

Fundão	Total	Nenhum	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Ano	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM
2001	31.482	6.484	11.889	3.862	3.173	3.692	132	2.250
2011	29.213	6.905	8.492	3.395	4.573	3.003	327	2.518

Fonte: INE (2012a)

De acordo com as qualificações distintas entre homem e mulher de acordo com os dados estatísticos INE (2012a), as qualificações mais elevadas verificam-se nas mulheres, do total da população que possui o ensino superior, sendo que 1.585 são mulheres. Esta situação repete-se também para o ensino secundário, com predomínio das mulheres em que 1.610 são mulheres. No caso do 2º ciclo e 3º ciclo, o número de homens é superior à das mulheres, assim como também no nível de ensino básico 1º ciclo com 4.330.

Segundo os resultados do projeto de investigação social intitulado Diagnostico Social do Fundão desenvolvido pela Câmara Municipal do Concelho do Fundão (CMF, 2010: 378):

“Em relação às medidas de intervenção adotadas pela Câmara Municipal do Fundão na perspectiva do Desenvolvimento Educativo do concelho, podemos considera que as mesmas assentam em dois vetores: as Infraestruturas e equipamentos (melhorar as condições físicas e pedagógicas das Escolas do 1º ciclo e dos jardins de infância); Projeto Educativo (construído a partir de várias componentes, como seja a elaboração da Carta Escolar, a criação do Conselho Municipal de Educação, o desenho do novo Mapa Educativo do concelho, procedendo a definição dos agrupamentos escolares, a introdução nas escolas de componentes extracurriculares).”

2.3. Análise económica

O Fundão possui de uma zona industrial onde se encontra o maior número de empresas em atividade, a maioria de pequena dimensão (entre 5 a 50 trabalhadores), sendo a sua generalidade do tipo “Industria Transformadora” e “Comércio”, observa-se que existe uma baixa capacidade de atratividade para se conseguir angariar empresas de fora, isto é devido a falta de infraestruturas básicas. A grande maioria das empresas sediadas no concelho estrutura-se ao nível do sector terciário, sendo de reduzida dimensão e de natureza familiar, contribuindo as mesmas

Independentemente destas características para o aumento líquido de postos de trabalho no concelho, os indicadores de desemprego referem que nos dois últimos anos este se encontra fortemente associado à perda da Industria Têxtil e de Confeção de Vestuário, tendo vindo a aumentar progressivamente, refletindo-se mais nas mulheres do que nos homens, encontrando-se a maioria das pessoas em situação de desemprego há menos de um ano, o que pressupõe uma rotatividade muito forte entre situações de emprego e de desemprego.

A tendência do aumento de desemprego ao longo da última década é comum em todo o território nacional, embora no distrito de Castelo Branco tem vindo a agravar-se cada vez mais desde o ano de 2008. Neste contexto verifica-se a mobilidade laboral e populacional para os grandes centros urbanos tornando assim difícil para uma pequena região fixar e atrair a população ao longo de vários anos tornando assim a falta de vitalidade da economia. Deste modo, o Governo Civil de Castelo Branco no ano de 2010 (GCCC, 2010:10) referiu o seguinte:

“O fraco desempenho da economia do distrito de Castelo Branco na última década, traduzido na incapacidade da região em reter/atrair a população em qualquer dos grupos etários, tem igualmente dado origem a um aumento mais ou menos sistemático do desemprego entre a população ativa que permanece no distrito”.

“Este cenário económico, já por si preocupante, é agravado pelo facto de os rendimentos do trabalho e prestações sociais auferidos pela população do distrito ficarem em média bastante abaixo dos valores nacionais e regionais.”

2.3.1. Caracterização sectorial

A caracterização sectorial do Concelho do Fundão é caracterizada pelos sectores da atividade que correspondem a uma divisão das atividades económicas, de acordo com a essência de diversas tarefas, esses sectores estão divididos em três níveis. No sector primário obtém-se todas as atividades relacionadas com a natureza. No sector secundário, este refere-se as atividades industriais transformadoras, a construção e a produção de energia. Por último, o sector terciário engloba o comércio, o turismo, os transportes e as atividades financeiras.

Em relação ao sector primário, agricultura é ainda considerada como uma principal atividade de muitos dos habitantes da região principalmente da população mais idosa. A Beira Interior produz produtos muito apreciados. Destacam-se os vinhos, a cereja e a maçã da cova da Beira, e o azeite. A criação de gado é ainda hoje uma atividade para alguma população de muitas freguesias do concelho, o gado a que se refere é nomeadamente o bovino, ovino, suíno e caprino onde se encontram boas condições para se praticar essa atividade. A exploração de madeiras, nomeadamente o pinheiro e o carvalho, é também praticada com alguma rentabilidade.

Em relação ao sector secundário, a indústria tem vindo a diminuir atualmente vive-se tempos de crise nesse sector principalmente na indústria têxtil sendo em tempos uma grande fonte de rendimento para a maioria da população. Esta diminuição deve-se à falta de incentivos à fixação das empresas no interior, e à crise nacional e internacional, muitas empresas fecharam ou estão em risco de fechar, aumentando consideravelmente os níveis de desemprego da região. As energias renováveis vieram potencializar a região com um parque temático na serra da Gardunha onde se encontram aerogeradores onde produzem energia renovável.

Em relação ao sector terciário, os serviços na área do turismo tem vindo a potencializar este sector nos últimos anos. Na cidade, o comércio a retalho tem-se vindo a expandir, com a abertura de múltiplos supermercados e hipermercados. Contudo, o comércio tradicional tem entrado em grande declínio. As principais atividades do concelho estão por conseguinte associadas aos Sectores Secundário e Terciário que, juntos, empregam a esmagadora maioria da população ativa. Apesar da atividade agrícola que se desenvolve no concelho, o perfil comercial é o que predomina no concelho e sobretudo na cidade do Fundão.

2.3.2. Emprego e tecido empresarial

Atualmente vive-se uma grande dificuldade em encontrar trabalho em qualquer nível de escolaridade e em qualquer idade, são efeitos obtidos através do despovoamento da região e da diminuição de indústria e comércio que não sobrevive ao aumento dos impostos. Tal como se pode observar na tabela 17, verifica-se um aumento muito acentuado relativamente a taxa de desemprego de toda a população a nível nacional, verificando desta forma que a região de Portugal mais afetada é a região de Lisboa com um aumento que vai de 14.6% até aos 17.8% atualmente.

Tabela 17 - Distribuição por região de Portugal da taxa de desemprego trimestral, 2011 - 2012

Região	2011		2012		
	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre
Portugal	689.6	771.0	819.3	826.9	870.9
Norte	12.7	14.1	15.1	15.2	16.4
Centro	9.4	12.6	11.8	11.2	12.5
Lisboa	14.6	14.7	16.5	17.6	17.8
Alentejo	12.3	13.1	15.4	15.0	16.1
Algarve	13.3	17.5	20.00	17.4	14.7

Fonte: GEP (2012:8)

Quanto ao número de população empregada no ano de 2011 de acordo com a tabela 18 que são dados retirados do INE, observa-se que o maior número de população empregada pertence ao sexo masculino (646,4) tendo o 1º ciclo de escolaridade e idade compreendida entre os 45-64 anos (234,5), o mesmo acontece com a população ativa são também esses indicadores os mais notáveis.

Tabela 18 - Distribuição por nível de escolaridade/idade da população empregada do concelho do Fundão, 2011

População	Idade	Total	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
Homem	Total	646,4	30,6	202,2	121,6	136,1	106,7	49,1
	15 - 24 Anos	38,2	0,6	1,1	5,5	15,4	14,6	0,8
	25 - 34 Anos	145	2,4	8,9	28,4	45,1	45,8	14,4
	35 - 44 Anos	153,5	4,6	20,4	48,4	34	26,4	19,7
	45 - 64 Anos	234,5	8,7	116,9	37,5	38,9	19,4	13,2
	65 e mais anos	75,2	14,3	55	1,7	2,7	0,5	1
Mulher	Total	583,6	46,2	155,6	84,3	110,5	94,5	92,6
	15 - 24 Anos	33,4	-	0,5	2,8	14,6	12,1	3,3
	25 - 34 Anos	129,7	-	1,9	13,4	34,2	37	43,1
	35 - 44 Anos	133,3	-	18,7	36,1	26,3	25,2	27
	45 - 64 Anos	216,6	12	98,9	31,9	35,3	20	18,5
	65 e mais anos	70,7	34,2	35,5	-	-	-	0,7

Fonte: Adaptado do INE (2012)

Segundo dados estatísticos dos dados definitivos dos censos 2012, verifica-se que no concelho existe população economicamente ativa e empregada, mais pessoas do sexo masculino do que do sexo feminino, sendo que, na última década, a taxa de atividade feminina aumentou ligeiramente mais do que a masculina. No entanto, todos os indicadores referentes ao desemprego no concelho, para além de nos mostrarem, indiscutivelmente, um aumento do número de pessoas desempregadas, indicam nos que o mesmo assume um “rosto” marcadamente feminino. Como consequência do aumento do desemprego no concelho denota-se, por parte da população local, um pessimismo a propósito da melhoria da sua situação económica e profissional. Na tabela 19 verifica-se que o ganho médio mensal tem vindo a aumentar com o passar dos anos, segundo os dados obtidos, de 2004 até 2009 houve um aumento de €64,30 em 5 anos. De acordo com a pesquisa efetuada aos dados definitivos dos censos de 2012 ainda não se verificam dados da evolução do ganho médio mensal no concelho do Fundão com ano superior a 2009.

Tabela 19 - Evolução do ganho médio mensal no concelho do Fundão, 2004-2009

Região	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Fundão (€)	683,2	659,7	674,4	689,9	729,5	747,5

Fonte: Adaptado do INE (2012a)

Em termos comparativos das unidades territoriais NUTS II, com base no rendimento médio do último trimestre de 2011, na tabela 20 observa-se que o local onde tem menor rendimento na agricultura é a região centro (510) sendo também atividade dos serviços (774), nos serviços da indústria o local com menos rendimento médio mensal é o Algarve (701).

Tabela 20 - Distribuição por região de Portugal do rendimento médio trimestral, 2011

Região (€)	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre		
	Agricultura	Industria	Serviços	Agricultura	Industria	Serviços	Agricultura	Industria	Serviços
Norte	506	655	819	611	653	808	669	662	812
Centro	606	709	771	617	731	768	510	718	774
Lisboa	628	984	963	678	990	952	686	913	939
Alentejo	624	838	799	599	793	790	584	775	803
Algarve	652	748	799	560	760	799	565	701	786

Fonte: Adaptado do INE (2011d)

2.4. Análise social

De acordo com o índice de desenvolvimento social do concelho, assiste-se nos anos mais recentes ao aparecimento e desenvolvimento de um conjunto significativo de projetos de cariz social, que apesar de pouco partilhados e potenciados a partir de uma rede de parceiros, se assumem como importantes mobilizadores de iniciativas tendentes à promoção do desenvolvimento social local, assumindo uma grande relevância a dinâmica local implementada pelas Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social, bem como pela Câmara Municipal do Fundão.

A vitalidade e dinâmica, quer das Autarquias quer das Instituições de cariz social é tanto mais importante quanto é sobre elas que a população residente de maiores responsabilidades deposita no sentido do combate à pobreza e exclusão social, considerando-os mesmo como principais fatores-chave.

Existe uma tendência para o aumento da pobreza no concelho, uma vez que irão nela residir mais pessoas em situação de exclusão social e pobreza, devendo-se esse facto a uma correlação direta entre fenómenos de ordem social e de ordem individual, sendo um pouco mais significativos os fatores ligados ao nível social, como sejam, por exemplo, os casos do desemprego de longa duração, a inadequação das políticas de combate à pobreza e exclusão e a precariedade do emprego.

As medidas mais importantes de erradicação da pobreza, devem situar-se na perspetiva de uma linha de atuação preventiva do tipo investimento, como sejam os casos da criação de emprego, da promoção de iniciativas de formação profissional e da conceção e desenvolvimento de projetos sociais, sendo igualmente importante a criação de mais equipamentos e infraestruturas de cariz social como forma de apoio às medidas sociais a implementar (CMF, 2010).

De acordo com AICEP (2011:44) tal com se pode verificar na tabela 21, a Região Centro em 2009, registou uma taxa de crescimento nominal do PIB negativa acompanhando a quebra a nível nacional. Considera-se a região com maior nº de população com idade superior a 65 anos é a que apresenta a taxa de atividade (15 e mais anos) mais alta (65,6%) e superior à média nacional

(61,9%) e a que tem uma taxa de emprego de 61% da sua população ativa, com 15 e mais anos, que se distribui maioritariamente pelos sectores secundário e dos serviços. No período do ano de 2005 a 2009 a produtividade do trabalho aumentou e o crescimento rondou os 3%. Considera-se que a região Centro apresenta uma balança comercial superavitária, e sendo responsável por cerca de 20% das exportações nacionais sendo de maior valor os produtos industriais. De acordo com a pesquisa efetuada aos dados definitivos dos censos de 2012 ainda não se verificam dados da evolução dos indicadores económicos da região centro com ano superior a 2009.

Tabela 21 - Evolução de indicadores económicos da região centro, 2005-2009

Indicadores económicos		2005	2006	2007	2008	2009
Produto interno bruto (PIB)	Milhões €	29.121	30.255	31.664	31.422	31.947
PIB <i>per capita</i>	Milhares €	12,2	12,7	13,3	13,2	13,4
Emprego	Milhares indivíduos	1.274	1.287	1.295	1.255	1.293
Produtividade (VAB/Emprego)	Milhares €	19,8	20,2	21,1	22,1	21,5
Exportações de bens	Milhões €	6.469	7.249	8.027	6.486	7.896
Importações de bens	Milhões €	5.875	6.427	7.324	5.377	7.515

Fonte: Adaptado de AICEP (2012:247)

Ao verificar-se na tabela 22 que a região centro para além de ter tido um decréscimo superior ao verificado no país, em Lisboa o decréscimo é mais acentuado dado que também tem mais empresas e pessoal ao serviço.

Tabela 22 - Distribuição por região de Portugal das empresas e pessoal ao serviço, 2009

Região	Empresas		Pessoal ao serviço	
	2009	2008/2009 (%)	2009	2008/2009 (%)
Portugal	1.060.906	-3,20	3 717 920	-3,70
Norte	342 044	-3,90	222 869	-4,00
Centro	229 099	-3,60	681 845	-3,90
Lisboa	324 872	-2,70	1 341 905	-3,10

Fonte: Adaptado de INE (2009b)

De acordo com a tabela 23, das 43.347 sociedades ativas existentes no país, pertencentes ao sector da Pesca, Indústria e Energia, 10574 tem a sua sede nas regiões Centro, sendo que o maior número de sociedades pertence ao comércio e serviços tornando assim o sector dos serviços predominante com 27.799 sociedades.

Tabela 23 - Distribuição por região de Portugal das empresas e pessoal ao serviço por sector de atividade, 2009

Região	Empresas				Pessoal ao serviço			
	Pesca, Indústria e energia	Construção	Comercio	Serviços	Pesca, Indústria e energia	Construção	Comercio	Serviços
Portugal	43.347	47.637	98.087	160.540	719.448	389.463	624.172	1.167.902
Norte	20.980	15.748	33.177	44.267	357.207	147.331	200.184	253.448
Centro	10.574	10.894	20.995	27.799	176.204	70.627	104.519	145.737
Lisboa	7.484	13.661	30.032	64.115	128.776	115.845	243.442	627.438

Fonte: Adaptado INE (2009b)

No que diz respeito ao sector de atividade tal como se verifica na tabela 24, observa-se que as sociedades do Comércio foram as que mais contribuíram em termos relativos para o volume de negócios em qualquer das regiões. Contudo o volume de negócios criado por este sector decresceu em todas as regiões. No que se refere ao valor acrescentado bruto a preço de mercado, verifica-se que o sector da Pesca, Indústria e Energia representa como maioria nos sectores sendo que o sector da construção aparece com um valor bastante baixo comparando com os demais sectores.

Tabela 24 - Distribuição por região de Portugal do volume de negócios e valor acrescentado bruto a preço de mercado por sector de atividade, 2009

Região	VN				VABpm			
	Pesca, Indústria e energia	Construção	Comercio	Serviços	Pesca, Indústria e energia	Construção	Comercio	Serviços
Portugal	89.690.412	32.821.065	119.027.108	76.351.827	21.710.198	8.845.389	15.626.646	31.161.078
Norte	27.115.131	11.412.416	32.856.575	13.998.051	7.640.146	3.064.274	4.198.441	5.857.906
Centro	17.244.292	5.162.110	17.302.965	7.189.632	4.994.555	1.409.752	2.189.589	3.141.763
Lisboa	39.322.026	12.695.827	56.800.330	47.399.259	7.340.202	3.286.980	7.632.710	18.989.779

Fonte: Adaptado INE (2009b)

Segundo AICEP (2011) relativamente a distribuição das atividades de indústrias estas fazem com que se destaquem três regiões, Lisboa, Centro e Norte, que representam cerca de 90% do emprego e do VAB da indústria transformadora. Sendo que na região centro predominam as indústrias do capital intensivo. A indústria têxtil e do vestuário é uma das indústrias com maior representatividade na estrutura industrial portuguesa assumindo um papel de grande importância na economia nacional. Na região da Beira Interior conhecida pelos lanifícios, é um sector formado por cerca de 4.000 empresas têxteis sem ser de vestuário e por cerca de 11.000 empresas de vestuário, que em conjunto representam cerca de 19% do total das unidades produtivas da Indústria Transformadora nacional e 1,4% das empresas a operar em Portugal. A região Centro concentra as serrações de madeira e as empresas produtoras de painéis de madeira. Sendo considerado um sector de grande predomínio das PME. Na cortiça, Portugal assume a liderança mundial na produção e transformação da cortiça, sendo responsável por cerca de 53% da produção mundial, que se destina na sua quase totalidade (90% do total produzido) ao mercado externo.

O conceito de indústria extrativa tem vindo a evoluir rapidamente, nomeadamente em questões ambientais, incluindo assim as atividades de extração de águas minerais e de nascente considerando que na região Centro é onde se localiza o segundo centro de produção mineiro mais importante do país, a mina da Panasqueira, produtora de minérios de volfrâmio.

Os pontos fortes deste sector são o potencial geológico do território português, a qualidade das matérias-primas, nomeadamente as destinadas à indústria cerâmica, a existência de empresas

dinâmicas, as adequadas infraestruturas tecnológicas e uma boa base industrial para desenvolver uma adequada internacionalização.

No que diz respeito ao subsector de águas minerais e de nascente, Portugal dispõe de um apreciável potencial hidromineral, evidenciado pelo elevado número de ocorrências e pela grande diversidade hidroquímica, decorrente de uma complexa e diversificada geologia do País. Constata-se que a região Centro detém grande parte dos recursos hidrominerais e águas de nascente em consequência das suas condições geológico-estruturais.

2.4.1. Infraestruturas

De acordo com a tabela 25 será efetuada uma análise à distribuição de indicadores de saúde sendo estes considerados bastante importantes para a sociedade e para a qualidade de vida da população. Assim, observa-se na tabela 25 que, desde 2005 a 2011 existe um hospital e um centro de saúde no concelho do fundão, estes situam-se próximos uns do outro e ambos no centro da cidade para maior facilidade de acesso. Existem 0,3 farmácias por 1000 habitantes o que é relativamente pouco em comparação com os restantes indicadores, mantendo-se sempre o mesmo indicador desde 2005. Ao que se refere aos enfermeiros nota-se um pequeno aumento com o passar dos anos se bem que no ano de 2007 e 2008 houve uma quebra. Relativamente ao número de médicos por 1000 habitantes é de 1,7 que também teve um aumento desde 2005 mas muito pouco significativos o número de médicos é bastante baixo em comparação com outros concelhos.

Tabela 25 - Evolução dos indicadores de saúde no Concelho do Fundão, 2005-2011

Indicadores de Saúde	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Hospitais	1	1	1	1	1	1	1
Farmácias (1000 habitantes)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Enfermeiros (1000 habitantes)	3	3,1	2,7	2,9	3,5	3,7	3,9
Médicos (1000 habitantes)	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,7
Centros de saúde (1000 habitantes)	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Adaptado do INE (2011b) e INE (2012a)

Segundo os resultados do projeto de investigação social intitulado Diagnostico Social do Fundão desenvolvido pela Câmara Municipal do Concelho do Fundão (CMF, 2010: 420):

“Verifica-se a existência de dificuldades por parte do pessoal médico, de enfermagem e administrativo em cobrir o concelho, uma vez que o mesmo é muito extenso (demoram muito tempo a chegarem aos seus locais de serviço e como têm de fazer a cobertura generalizada das freguesias somente em alguns dias e em algumas horas é que os serviços estão disponíveis) e igualmente uma deficiente qualidade de acesso dos utentes aos serviços, uma vez que como são poucos os dias de atendimento existe uma

concentração excessiva de utentes/dias/horas (muitos deles com pequenas necessidades médicas/enfermagem”.

As infraestruturas básicas, como a água canalizada, esgotos e casa de banho com banho e duche, estão hoje praticamente presentes em todas as casas. Verifica-se na tabela 26, que já existe na maior parte das casas o indispensável para se viver com melhor qualidade de vida, a água canalizada, sistema de drenagem de águas residuais e com instalação de banho/duche. Na maioria dos alojamentos de residência habitual dispõe de lugar de estacionamento, sendo que a região do interior é a que apresenta um maior número de estacionamentos. A maioria dos alojamentos de regime de propriedade é ocupada pelo proprietário ou coproprietário, sendo que se segue com o arrendamento e por fim outras situações, tais como, os empréstimos.

Tabela 26 - Infraestruturas básicas no concelho do Fundão, 2011

Fundão		
Total		11.939
Água	Com água canalizada	11.833
	Sem água canalizada	106
Sistema de drenagem de águas residuais	Com sistema de drenagem de águas residuais	11.841
	Sem sistema de drenagem de águas residuais	98
Instalação de banho ou duche	Com instalação	11.606
	Sem instalação	333
Lugar de estacionamento	Com estacionamento	6.082
	Sem estacionamento	5.834
Regime de propriedade	Proprietário ou coproprietário	9.615
	Arrendamento ou subarrendamento	1.514
	Outros	787

Fonte: INE (2012a)

Em termos evolutivos e tendo em conta o aumento verificado no número de alojamentos na última década, o número de casas próprias, arrendadas e outras situações também cresceu. Em 2011 há mais 243.462 casas próprias e mais 46.479 casas alugadas do que em 2001 (INE, 2012a).

2.4.2. Condições de vida

Em 2009 recensearam-se 105.000 explorações agrícolas -35% desde 1999, o que significa que em 10 anos 36.000 cessaram a sua atividade. De acordo com a mão de obra agrícola como se pode observar na tabela 27, no ano de 2009, constata-se que na região centro trabalham na exploração agrícola 268 indivíduos da população familiar, contribuindo os produtores agrícolas com 109 indivíduos seguindo de respetivos cônjuges e de restantes membros da família. Apenas 13% da população agrícola familiar trabalha a tempo completo enquanto que também a mesma

percentagem de 13% se refere a indivíduos que não exerceram qualquer atividade nas explorações agrícolas.

Tabela 27 - Distribuição por região de Portugal da mão-de-obra da população agrícola familiar, 2009

Mão-de-obra Agrícola	Unidade	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
<i>N.º indivíduos</i>	1000	793	302	268	18	93	29
Homens	(%)	51	50	51	53	53	52
Mulheres	(%)	49	50	49	47	47	48
<i>Idade</i>							
Média		52	51	54	54	54	58
< 35 anos	(%)	23	25	20	19	19	14
35 a < 45 anos	(%)	10	10	9	9	9	8
45 a < 65 anos	(%)	34	34	35	35	34	32
>= 65 anos	(%)	33	31	36	36	38	46
<i>Nível de instrução</i>							
Nenhum	(%)	22	23	21	20	20	24
Básico	(%)	63	62	64	66	60	60
Secundário/Pós-secundário	(%)	9	8	9	8	10	9
Superior	(%)	7	7	6	6	9	7
<i>Tempo de atividade</i>							
Sem atividade	(%)	17	16	13	16	20	14
Com atividade	(%)	83	84	87	84	80	86
>0 a < 50%	(%)	52	47	53	52	63	64
50 a <100%	(%)	18	20	21	18	11	16
Tempo completo	(%)	13	17	13	14	6	6

Fonte: INE (2011d:8)

Tabela 28 - Distribuição por região de Portugal da mão-de-obra pela população agrícola singular, 2009

Mão-de-obra Agrícola	Unidade	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
<i>Nº Indivíduos</i>		1.000	297	109	103	7	39
Homens	(%)	69	62	71	81	78	75
Mulheres	(%)	31	38	29	19	22	25
<i>Idade</i>							
Média		52	51	54	54	54	58
< 35 anos	(%)	2	2	1	2	3	1
35 a < 45 anos	(%)	8	8	6	7	8	4
45 a < 65 anos	(%)	42	44	42	39	38	32
>= 65 anos	(%)	48	45	51	52	52	62
<i>Nível de instrução</i>							
Nenhum	(%)	22	24	21	18	20	27
Básico	(%)	69	68	72	74	66	64
Secundário/Pós-secundário	(%)	4	4	4	4	7	5
Superior	(%)	4	5	3	4	7	4
<i>Tempo de actividade</i>							
>0 a < 50%	(%)	51	43	49	49	70	64
50 a <100%	(%)	28	30	31	28	18	25
Tempo completo	(%)	21	27	20	23	12	11

Fonte: Adaptado de INE (2011d:8)

A mão-de-obra agrícola baseia-se essencialmente na estrutura familiar (tabela 28), dado que existem num total de 268 indivíduos da população agrícola que assenta no trabalho agrícola familiar, contribuindo o produtor com mais de metade do volume de trabalho. A Beira Interior tem condições para ser um dos pilares da agricultura portuguesa. Porém, neste momento, a população agrícola encontra-se envelhecida, o que poderá hipotecar o futuro da atividade nesta região.

Relativamente aos trabalhadores permanentes (tabela 29), 71% dos indivíduos trabalham a tempo completo tendo a maioria idades compreendidas entre os 25 e 55 anos e maioritariamente indivíduos do sexo masculino.

Tabela 29 - Distribuição por região de Portugal da mão-de-obra pelos trabalhadores permanentes, 2009

Trabalhadores Permanentes	Unidade	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
<i>Nº Indivíduos</i>	1000	50	13	12	3	18	2
Homens	(%)	70	67	63	60	77	59
Mulheres	(%)	30	33	37	40	23	41
<i>Tempo de actividade</i>							
>0 a < 50%	(%)	19	26	15	13	18	12
50 a <100%	(%)	14	19	14	11	11	13
Tempo completo	(%)	67	54	71	76	72	75
<i>Idade</i>							
< 25 anos	(%)	4	3	5	4	3	3
25 a < 55 anos	(%)	74	75	73	75	72	77
55 a < 65 anos	(%)	16	16	17	15	17	13
>= 65 anos	(%)	6	6	6	6	7	6
<i>Unidades de Trabalho Ano</i>							
Total 1000	UTA	367	148	11	124	10	48
Mão-de-obra familiar	(%)	80	86	78	86	67	50
Produtor	(%)	44	44	46	46	39	32
Cônjuge	(%)	25	27	21	29	19	12
Outros membros da família	(%)	12	14	11	11	9	6
Mão-de-obra não familiar	(%)	20	14	22	14	33	50
Trabalhadores permanentes	(%)	11	7	15	8	24	31
Trabalhadores eventuais	(%)	8	7	5	6	9	15
Não contratada pelo produtor	(%)	1	1	2	0	1	4

Fonte: Adaptado de INE (2011d:8)

Segundo os dados do INE e como se pode observar na tabela 30, a região centro tem uma vasta gama de produtos com uma grande superfície e produção. Refere-se assim a mais conhecida produção da região centro, a cereja da cova da beira, tendo a maior produção em toneladas (9.507) a nível nacional (13.119), no entanto a região com maior superfície para esta produção é a zona norte (3.142). Seguidamente a maçã, a pera e o pêssigo com a maior produção e superfície disponível a nível nacional é também a região centro. A maior produção de uva de mesa a nível nacional é a região do Alentejo bem como a sua superfície de produção em contrapartida e a maior produção de batata a nível nacional é a região centro por outro lado a região com maior superfície de produção de batata é a região norte.

Tabela 30 - Distribuição por região de Portugal das maiores produções agrícolas, 2011

Regiões		Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Cereja	Superfície ha	5.554	3.142	2.334	8	66	55
	Produção t	13.119	3.458	9.507	30	115	8
Maçã	Superfície ha	12.383	5.157	6.646	173	394	13
	Produção t	244.841	86.799	149.373	3.076	5.490	104
Pêra	Superfície ha	10.947	465	9.971	87	397	26
	Produção t	230.099	3.566	220.135	777	5.410	211
Pêssego	Superfície ha	3.705	371	2.373	118	667	166
	Produção t	34.492	1.501	21.502	884	8.366	2.239
Uva de mesa	Superfície	2.497	137	864	187	895	384
	Produção	15.905	401	2.398	1.238	8.183	3.686
Batata	Superfície	24.312	10.397	9.121	2.245	2.266	283
	Produção	341.454	135.483	135.878	22.405	43.178	4.510

Fonte: Adaptado de INE (2012b:21,22)

No distrito de Castelo Branco existem vários produtos de origem agrícola certificados e de grande percentagem na produção nacional. Assim, destacam-se o azeite registado como “Azeite da Beira Interior” cujos olivais pertence a própria região; o “Queijo de Castelo Branco” fabricado em Castelo Branco; a “Cereja da Cova da beira”, onde é produzida de acordo com condições de produção, colheita e embalamento; a “Maçã da Cova da Beira” com características próprias da respetiva variedade; e o “Pêssego da Cova da Beira” com condições edafo-climáticas e de ótima qualidade.

O Concelho do Fundão é detentor de uma importante diversidade e identidade cultural na medida em que a Região Centro, por exemplo, integra uma rede de 24 Aldeias do Xisto espalhadas por 14 Municípios da Região Centro do País que tem como objetivos fundadores a melhoria da qualidade de vida das populações e a preservação da cultura e do ambiente.

Além do referido, possui várias aldeias históricas, bens imóveis culturais, diversas bibliotecas, galerias de arte e espaços de exposições temporárias, tais como a casa do bombo, a casa do cogumelo, a casa das tecedeiras, a casa do mel e as praias fluviais. Tem também uma serra bastante apreciada, a Serra da Gardunha situada no maciço de Entre Douro e Tejo e Entre-os-Rios Ponsul e Zêzere. Nela nasce o rio Ocrea, um dos afluentes do Rio Tejo. A Serra da Gardunha, também é conhecida por Gardunha (palavra árabe que significa "refúgio"). Tem 20km de comprimento e 10km de largura, atingindo os 1227 metros de altura e marca a divisão entre o Concelho de Castelo Branco e o Concelho do Fundão.

Segundo os resultados do projeto de investigação social intitulado Diagnostico Social do Fundão desenvolvido pela Câmara Municipal do Concelho do Fundão (CMF, 2010: 455):

“Encontra-se um índice bastante abaixo das suas potencialidades, encontrando-se as unidades de alojamento centradas no turismo de habitação e pensões. Sobre os recursos turísticos existentes vemos que os mesmos são consideravelmente diversificados e presentes na maioria das freguesias, possuindo por isso cada uma delas a condição

necessária para atrair turisticamente visitantes, sendo os menos bem explorados/aproveitados os estruturados no âmbito da capacidade de alojamento, das zonas de eventos e da restauração de qualidade.

O artesanato é um atrativo da região assim como os produtos regionais, podendo-se encontrar os seguintes artesanatos: arte floral, bordados, cestaria, instrumentos musicais (bombos), madeira, olaria, tecelagem e trapologia. Os produtos regionais são o azeite, a doçaria, cerejas, enchidos, mel, queijos e vinhos. Existem três lojas de produtos locais, duas delas na freguesia de Castelo Novo e uma na Barroca do Zêzere.

O turismo está diretamente ligado o património, podendo ser natural, construído ou mesmo arqueológicos, considerando-se os seguintes, os lagares, as capelas, as igrejas, os moinhos, as casas brasonadas, os solares, o rio, a zona de pinhal e as praias fluviais. A nível de restauração para além de haver diversos restaurantes na cidade do fundão, no próprio concelho há uma vasta oferta de restaurantes espalhados pelas diversas freguesias.

A cultura é um aspeto importante na atratividade dos turistas (tabela 31) no concelho realizam-se eventos culturais e recreativos estabelecidos em datas específicas, nomeadamente a semana cultural terras de xisto realizado na freguesia de Silvares, A festa da Cereja realizada em Alcongosta, os Chocalhos na freguesia de Alpedrinha, a maúncia realizada no açor e o festival do cogumelo mais conhecido pelos “Míscaros” realizado no Alcaide. Encontram-se também as festas religiosas em todas as freguesias do concelho.

Tabela 31 - Distribuição dos espaços culturais

Espaços Culturais	A moagem - Cidade do Engenho e das artes Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade Museu Arqueológico José Monteiro Espaço Internet Castelo de Castelo Novo Palácio do Picadeiro Centro Museológico António Guterres Casa Grande Casa das Tecedeiras Casa do mel Casa do Cogumelo Casa do Bombo
-------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente às atividades radicais e desportivas (tabela 32) o concelho do Fundão também tem grupos e empresas que se dedicam a este tipo de entretenimento não só direcionado para a população mais jovem mas sim para qualquer tipo de idade.

Tabela 32 - Distribuição dos Grupos desportivos e de aventura

Grupos e empresas Desportivas direcionadas para Atividades desportivas e de aventura	Associação Desportiva do Fundão Gardunha Viva Grau 5 Animação Salta Montes
--	---

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o alojamento encontra-se a transformação de quintas em unidades de alojamento turístico (tabela 33), hotéis, pousadas, pensões, estalagens, apartamentos turísticos e parque de campismo.

Tabela 33 - Distribuição por tipologia de alojamento

Tipologia	Designação Comercial
Hotéis	Alambique Príncipe da Beira Samasa Palace Casa petrus Guterri
Casas Turismo Rural	Casa do Cimo Casa de Janeiro Casa da Pedra Rolada Casa Maria Dias Casa do Barreiro Casa de Castelo Novo Casa da Era Pátio das Ideias Solar Dom Silvestre Casa das Magnólias Quinta do Ouriço Solar dos Caldeira e Bourdon
Pensões	Pensão Clara
Estalagens	Estalagem da Neve
Apartamentos Turísticos	Quinta do Anjo da Guarda
Pousadas	Pousada da Juventude da Mina
Parque de Campismo	Parque de Campismo do Fundão

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito a passeios turísticos e roteiros turísticos, o concelho do fundão tem o percurso interpretativo das antigas práticas de moagem cerealífera na freguesia de Castelo Novo, o turismo da natureza da serra da Gardunha, de acordo com os roteiros turísticos existem a rota da Gardunha viva, rota dos castros, a aldeia histórica de Castelo Novo e as gravuras rupestres do Zêzere na freguesia da Barroca do Zêzere.

Segundo os dados do INE apresentados na tabela 34 constata-se que no espaço de um ano houve uma variação positiva de 4.8% o que é bastante positivo verificando que nas restantes regiões a variação é negativa e até mesmo a nível nacional o índice encontra-se negativo. No entanto, pode significar que a região centro teve uma maior procura de alojamento que as restantes regiões.

Tabela 34 - Distribuição por região das dormidas, 2010 e 2011

Região	Dormidas		Variação
	Dez-2010	Dez-2011	%
Portugal	1.735,30	1.665,60	-4,00
Norte	271,20	263,50	-2,80
Centro	204,90	214,70	4,80
Lisboa	532,00	486,70	-8,50

Fonte: Adaptado de INE (2012a)

De acordo com a tabela 35, a taxa de ocupação-cama e a estada média (nº de noites), verifica-se que os valores se mantiveram sem alteração no período de um ano. Já num contexto nacional verifica-se que a taxa de ocupação diminuiu e a esta média aumentou.

Tabela 35 - Distribuição por região da taxa de ocupação-cama e estada média, 2010-2011

Região	Taxa de ocupação-cama (%)		Estada média (nº de noites)	
	Dez-2010	Dez-2011	Dez-2010	Dez-2011
Portugal	22,5	21,3	2,2	2,3
Norte	23,5	21,9	1,6	1,6
Centro	18,3	18,3	1,6	1,6
Lisboa	32,3	29,5	2,0	2,1

Fonte: Adaptado de INE (2012a)

2.5. Considerações finais

No concelho do Fundão regista-se uma diminuição bastante acentuada na população residente de 2.269 habitantes. Esta deve-se sobretudo à falta de emprego o que faz com que haja movimentos migratórios para os grandes centros urbanos e para o estrangeiro. A população é maioritariamente envelhecida onde se verifica uma grande redução de população jovem, mas continua-se a assistir a uma população residente no concelho com mais baixos níveis de escolaridade do que com elevados, ligeiramente mais as mulheres do que os homens, uma vez que a maioria das pessoas residentes apenas detém o 1º Ciclo do Ensino Básico ou não possui nenhum nível de ensino.

A atividade agrícola é uma atividade predominante do concelho, sendo principalmente desenvolvida nas aldeias. Na cidade do Fundão, o setor secundário e terciário e juntos empregam a maioria da população ativa. Atualmente, verifica-se um grande declínio devido ao encerramento da maioria das empresas, bem como do comércio a retalho. Ainda se agrava o aumento da pobreza no concelho devido aos casos do desemprego de longa duração, à inadequação das políticas de combate à pobreza, exclusão social e à precariedade do emprego.

A nível habitacional existem as condições mínimas de habitabilidade, dado que a maioria dos edifícios ocupados como residência habitual tem todos os requisitos básicos. Porém, alguns

alojamentos com poucas condições registam ausência de rede de água, de casas de banho e de ligação das suas instalações sanitárias à rede pública de esgotos.

Ao nível ambiental existem problemas devido às áreas desflorestadas, como consequência dos incêndios e da poluição do rio Zêzere e das várias ribeiras. Todavia, o recurso turístico é consideravelmente diversificado e está presente na maioria das freguesias, possuindo por isso cada uma delas a condição necessárias para atrair turisticamente visitantes.

O aumento de desemprego ao longo da última década é comum em todo o território nacional, embora se verifica que os indicadores de desemprego têm vindo a aumentar progressivamente verificando-se assim a mobilidade laboral e populacional para outros destinos. Desta forma torna-se difícil para o concelho do Fundão fixar e atrair população originando uma falta de vitalidade na económica.

A Beira Interior tem excelentes condições para a atividade agrícola tendo diversos produtos de origem agrícola já certificados e com uma grande percentagem na produção nacional. No entanto a sustentabilidade económica dos territórios rurais passa cada vez mais por atividades alternativas e/ou complementares à atividade agrícola. Contudo densificar a estrutura de micro empresas viáveis no território é uma aposta no concelho do Fundão.

O concelho do Fundão tem grandes potencialidades turísticas e rurais provenientes dos recursos turísticos e específicos da própria localização e outros recursos naturais ligados ao seu passado. Contudo, no que diz respeito à dinamização existente, referente aos espaços culturais, grupos desportivos e as diversas e variadas casas de alojamento, pode concluir-se que no que diz respeito às condições oferecidas no concelho do Fundão existem todos os fatores determinantes na fixação de empresas e de população dada a diversificação de atratividade na região.

Parte II - Análise Empírica

Capítulo 3. Consumo e Comercialização de Produtos e Serviços Apícolas no concelho do Fundão

3.1. Enquadramento

O estudo do consumo e comercialização de produtos e serviços apícolas no concelho do Fundão desperta muito interesse em diversos segmentos da sociedade por se tratar de uma atividade com elevada sustentabilidade social, económica e ambiental, criando benefícios potenciais associados à atividade que é desenvolvida em meios rurais como o Concelho do Fundão com caráter de complementaridade (Bradbear, 2004).

Nesta medida, um fator de grande relevância neste trabalho de projeto é o facto de ter dinamizado um estudo aplicado que permita deste modo analisar a viabilidade da unidade apícola de uma forma mais fundamentada. Assim, o conhecimento da tipologia do consumo, bem como o processo de comercialização de produtos e serviços na região do concelho do Fundão poderá ser aferida através da opinião dos consumidores dos produtos apícolas e residentes neste concelho. A metodologia de investigação terá uma fase de recolha de dados, antecedida da fase de elaboração e teste de um inquérito baseado na pesquisa da literatura.

3.2. Investigação de campo

A investigação em geral caracteriza-se por utilizar vários conceitos, teorias, linguagem, técnicas e instrumentos com a finalidade de dar resposta aos problemas e interrogações que se levantam nos mais diversos âmbitos do estudo de caso. Quando se refere um determinado tipo de investigação, está sempre subjacente a recolha de dados, ou seja, uma recolha de informações diretamente à população sobre os próprios objetivos que se pretende obter no estudo e após tratamento de dados e obtenção das conclusões. Segundo Rodrigues (2007:7), a investigação de campo é

“a observação dos fatos tal como ocorrem. Não permite isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas”.

Assim, pode concluir-se que a investigação de campo é uma forma de recolha de dados tendo várias técnicas de obtenção das mesmas e dependendo das técnicas utilizadas, é feita uma análise e interpretação de dados e pesquisa de campo que poderá ser realizada de duas formas distintas sendo de forma qualitativa e quantitativa. A técnica adotada neste estudo é a pesquisa quantitativa dado que se pretende traduzir em números as informações recolhidas sobre forma de análise estatística exploratória (Andrade, 2001).

A investigação de campo permitiu que o conhecimento da evidência da revisão da literatura que fundamenta as questões de relevância para o estudo da viabilidade. Neste caso

tendo em vista o propósito de investigar e conhecer o consumo e comercialização de produtos e serviços na região do concelho do Fundão.

3.2.1. Objetivos da Investigação de Campo

Os objetivos a atingir são fundamentais para obter um bom funcionamento da unidade apícola, sendo que para este estudo os objetivos pretendidos são os seguintes: Proporcionar meios que resultem na adequação da mão-de-obra do concelho às oportunidades oferecidas; Aproveitar as tradições locais para dinamizar os produtos apícolas; Estabelecer parcerias para dinamizar a economia da região; Aumentar a procura do turismo na região; Aproveitar o programa das terras do xisto para divulgação; Aumentar a divulgação das rotas turísticas para tornar mais apetecível aos turista visitar a região; Arranjar formas de ultrapassar as barreiras das portagens aos turistas; Envolver a comunidade em questões ambientais, culturais e turísticas; Criar fatores distintivos na região (gastronomia, cultura, entre outros); Contribuir para fixar pessoas na região; Contribuir para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região; e Contribuir para a valorização externa dos produtos da região.

3.2.2. Vantagens e desvantagens da Investigação de Campo

Segundo Hill e Hill (2005), a investigação por questionário apresenta entre outras vantagens, as seguintes: a forma eficiente de recolher informação de um grande número de inquiridos podendo ser utilizadas técnicas estatísticas para determinar a validade, a fiabilidade e a significância estatística; a flexibilidade no sentido em que pode ser recolhida uma grande variedade de informação e podem ser estudadas atitudes, valores, crenças e comportamentos; a facilidade e rapidez no modo de administrar; e a economia da recolha dos dados devido à focalização providenciada por questões padronizadas. As desvantagens podem ser a dependência da motivação, da honestidade, da memória e da capacidade de resposta dos inquiridos; pode ser inapropriado para estudar fenómenos sociais complexos; e se a amostra não for representativa da população então as características da população não podem ser inferidas (Hill e Hill 2005).

3.3. Metodologia de investigação

3.3.1. Universo e amostra em estudo

O universo do estudo incide precisamente no concelho do Fundão, com as 31 freguesias. A dimensão da amostra é dividida por estratos no entanto como existem quatro escalões diferentes de idade foi necessários recorrer à estratificação da amostra. A estratificação utilizada neste estudo foi a divisão da amostra por escalões de idade, sendo que para esse efeito foram realizados testes de representatividade, tais como, a representatividade por sexo e por idade para escolher qual o melhor número de representatividade e mais abrangente neste estudo. Ainda, foi realizado um teste com várias percentagens de representatividade de idade, nomeadamente 1%, 3% e 5%, para escolher qual a melhor evidência de inquiridos nesta amostra.

Contudo, após análise das diversas representatividades da amostra, optou-se por escolher a percentagem de 5% referindo-se assim a 48 inquiridos para cada freguesia do concelho do Fundão. No entanto a estratificação dessa amostra constante foi obtida por escalão de idades consoante o número de habitantes residentes em cada freguesia.

O estudo realiza-se em todas as freguesias do Concelho do Fundão, sendo efetuado a distribuição de questionário de forma aleatória dentro dos parâmetros da estratificação escolhida. A escolha da utilização deste método deve-se ao universo da amostra ser grande e de se pretender obter uma amostra representativa segundo a idade de cada habitante. A amostra da população é uma amostra probabilística em que cada indivíduo tem uma probabilidade conhecida e não nula de ser selecionado, existindo vários métodos de amostragem probabilística para tal, sendo que o método utilizado neste estudo é a amostragem estratificada.

Segundo Damacena e Szwarcwald (2008), a amostragem estratificada consiste em dividir a população em subgrupos homogéneos para determinadas características e selecionar uma amostra em cada um deles, separadamente. Cada uma das subdivisões populacionais é denominada de estrato. De acordo com Hill e Hill (2005) podem ser definidas três etapas para a amostra. Na primeira etapa podem ser definidos os estratos. Na segunda etapa põem ser selecionados os elementos dentro de cada estrato mediante um processo aleatório simples. E, a terceira etapa é a conjugação dos elementos selecionados em cada estrato, que na sua totalidade constituem a amostra.

3.3.2. Instrumento de recolha de dados

O instrumento de recolha de dados utilizado foi a realização de um inquérito por questionário que se encontra presente no Anexo 1. Este questionário tem como objetivo conhecer o consumo e comercialização de produtos e serviços no setor apícola no concelho do Fundão. O inquérito é composto por 26 questões repartido por três partes complementares e interligadas entre si. Na primeira parte do questionário será abordada a análise demográfica da população. Em seguida, a análise de conhecimentos e preferências sobre os produtos apícolas. Por último, será conhecida a opinião sobre afirmações relativas à apicultura na região. As perguntas presentes no questionário, a forma como foram elaboradas e a sua estruturação foi efetuada segundo algumas orientações da bibliografia consultada (Hill e Hill, 2005; Hair e tal., 2005).

Antes de proceder a entrega dos questionários aos inquiridos foi efetuado um teste piloto com 8 inquiridos não pertencentes à amostra. Assim, foram escolhidos 2 indivíduos de forma aleatória por cada faixa etária da população. Em função dos resultados obtidos do teste-piloto verificou-se que:

- a dificuldade de entendimento da questão n.º 5 que passou a ser 2.6 (diga como era antes e como ficou depois)

1. Antes:

5) Como compra produtos apícolas que conhece?

Compra por impulso	<input type="checkbox"/>	Compra com planeamento	<input type="checkbox"/>	Compra por conselho de amigos	<input type="checkbox"/>
--------------------	--------------------------	------------------------	--------------------------	-------------------------------	--------------------------

2. Depois:

2.6) Quando adquire produtos apícolas, faz:

Por impulso Com planeamento Por conselho de amigos Outra Qual? _____

- necessidade de reformulação da questão da situação de emprego, dado que faltavam opções de respostas: Estudante, Doméstico, Reformado e a procura do 1º emprego. Assim foi feita a alteração:

1. Antes:

6) Qual a sua situação face ao emprego:

a) Desempregado	<input type="checkbox"/>	b) Contrato a termo certo	<input type="checkbox"/>	b) Contrato a termo incerto - privado	<input type="checkbox"/>	b) Contrato a termo incerto - público	<input type="checkbox"/>	e) Sem termo	<input type="checkbox"/>
-----------------	--------------------------	---------------------------	--------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	--------------------------	--------------	--------------------------

2. Depois:

1.6) Qual a sua situação face ao emprego:

Desempregado Contrato a termo certo Contrato a termo incerto - privado Contrato a termo incerto - público Estudante

Sem termo Reformado Doméstico Procura 1º emprego

- aumento de duas questões dado que se verificou no teste-piloto poder vir a constituir-se como um elemento importante na análise de resultados:

1. Antes:

1.9) A que setor de actividade pertence?

Público Privado Outro Qual? _____

2. Depois:

2.3) Qual o tipo de produção agrícola que prefere?

Biológica Orgânica Outra Qual? _____

A distribuição dos questionários foi feita nos meses de Março e Abril de 2012 por quatro pessoas, em todas as freguesias do concelho do Fundão. A distribuição dos questionários era feita aos fins-de-semana e iniciava-se a seguir a hora da missa dado que ainda se mantém o hábito da população se dirigir a igreja ao domingo. Desta forma, alcançou-se um maior número de respostas. Também foi feita a entrega em cafés e minimercados das freguesias para alcançar uma amostra mais variada. No preenchimento do questionário esteve sempre presente um membro da equipa para uma eventual ajuda no seu preenchimento, principalmente porque o estrato da população mais idosa é bastante significativo e com níveis de escolaridade muito baixo.

O instrumento utilizado para a recolha de dados foi a realização de um questionário, sendo elaborado de acordo com os objetivos que se pretendem obter diretamente da informação que analisa o consumo e a comercialização de produtos e serviços apícolas. O questionário desenvolvido estruturou-se em duas partes, nomeadamente a identificação e a situação do inquirido e o conhecimento e preferências sobre os produtos e serviços apícolas.

A primeira parte do inquérito recolhe as informações relacionadas com o inquirido, mas como se trata de um questionário anónimo e com o objetivo de conhecer o tipo e possível futuro consumidor dos produtos produzidos na unidade apícola, desta forma as questões essenciais para definir e conhecer os inquiridos são de ordem demografia e situacional face ao seu emprego. No que diz respeito à segunda parte do inquérito, este pretende refletir os conhecimentos sobre a apicultura e as suas preferências sobre os diversos produtos apícolas.

3.4. Avaliação de resultados

3.4.1. Análise univariante de resultados

Após recolher todos os inquéritos, os resultados foram transpostos para suporte informático, tendo-se utilizado o programa informático SPSS Statistics 17.0, para organização, transformação e interpretação dos respetivos dados obtidos. O inquérito permitiu identificar o Perfil do Inquirido, a Análise da Tipologia de Consumo de Produtos Apícolas e, por último, obter conclusões com base nos dados dos inquéritos analisados recorrendo à análise univariante e exploratória de cada variável (Hair *et al.*, 2005).

➤ Perfil do Inquirido

Na tabela 36 apresenta-se a representatividade da amostra dos inquiridos que participaram nos preenchimentos dos questionários. Assim podendo se verificar que numa amostra inicial de 1.448 habitantes conseguiu-se obter 57,86% de representatividade da amostra em relação a inicial.

Ainda, são evidenciados aos inquiridos distribuídos por freguesia de residência. Assim, observou-se, por um lado, que as freguesias com maior número de inquiridos foram Capinha, Fundão, Orca, Lavacolhos e Souto da Casa registaram, cada um, 48 inquiridos ou 3,23% do total da população ou 5,57% da amostra. Por outro lado, a freguesia com menos inquiridos foi de Atalaia do Campo apenas 7 inquiridos ou 0,47% do total da população ou 0,81% da amostra.

Ainda se registam freguesias que obtiveram uma representatividade significativa de inquiridos, sendo que Enxames registou 47 inquiridos ou 5,46% do total da população ou 3,16% da amostra, Alpedrinha registou 44 inquiridos ou 5,11% do total da população ou 2,96% da amostra. As freguesias de Póvoa de Atalaia e Silvaes registaram 39 inquiridos ou 4,53% do total da

população ou 2,62% da amostra. Peroviseu registou 34 inquiridos ou 3,95% do total da população ou 2,28 da amostra, a Mata da Rainha registou 33 inquiridos ou 3,83% do total da população ou 2,22% da amostra, Bogas de Cima registou 30 inquiridos ou 3,48% do total da população ou 2,02% da amostra e por último a Soalheira registou 29 inquiridos ou 3,37% do total da população ou 1,95% da amostra.

Registam-se ainda freguesias que obtiveram um número de representatividade mais reduzido de amostra foram Alcongosta, Castelo Novo, e Janeiro de Cima registaram 24 inquiridos ou 2,79% do total da população ou 1,61% da amostra. As freguesias Aldeia Nova do Cabo, Castelejo, Fatela e Valverde registaram o menos número de inquiridos sendo de 20 inquiridos ou 2,32% do total da população ou 1,34% da amostra.

As restantes freguesias com o menor número de inquiridos obtidos foram as seguintes, Telhado registou 17 inquiridos ou 1,97% do total da população ou 1,14% da amostra, Bogas de Baixo registou 16 inquiridos ou 1,86% do total da população ou 1,08% da amostra. As freguesias Alcaide, Salgueiro e Vale de Prazeres registaram 15 inquiridos ou 1,74% do total da população ou 1,01% da amostra.

Por último, as freguesias que registaram menos de 1% da amostra, sendo que Barroca registou 14 inquiridos ou 1,63% do total da população ou 0,94% da amostra, Aldeia de Joanes registou 13 inquiridos ou 1,51% do total da população ou 0,87% da amostra e Donas registou 12 inquiridos ou 1,39% do total da população ou 0,81% da amostra.

Tabela 36 - Distribuição da população / amostra por freguesia

Freguesia	População		Amostra		Representatividade da Amostra
	Inquiridos	(%)	Inquiridos	(%)	Inquiridos
Alcaide	48	3,23%	15	1,74%	1,01%
Alçaria	48	3,23%	27	3,14%	1,81%
Alcongosta	48	3,23%	24	2,79%	1,61%
Aldeia de Joanes	48	3,23%	13	1,51%	0,87%
Aldeia Nova do Cabo	48	3,23%	20	2,32%	1,34%
Alpedrinha	48	3,23%	44	5,11%	2,96%
Atalaia do Campo	48	3,23%	7	0,81%	0,47%
Barroca	48	3,23%	14	1,63%	0,94%
Bogas de Baixo	48	3,23%	16	1,86%	1,08%
Bogas de Cima	48	3,23%	30	3,48%	2,02%
Capinha	48	3,23%	48	5,57%	3,23%
Castelejo	48	3,23%	20	2,32%	1,34%
Castelo Novo	48	3,23%	24	2,79%	1,61%
Donas	48	3,23%	12	1,39%	0,81%
Escarigo	48	3,23%	23	2,67%	1,55%
Enxames	48	3,23%	47	5,46%	3,16%
Fatela	48	3,23%	20	2,32%	1,34%
Fundão	48	3,23%	48	5,57%	3,23%
Janeiro de cima	48	3,23%	24	2,79%	1,61%
Lavacolhos	48	3,23%	48	5,57%	3,23%
Mata da Rainha	48	3,23%	33	3,83%	2,22%
Orca	48	3,23%	48	5,57%	3,23%
Peroviseu	48	3,23%	34	3,95%	2,28%
Póvoa de Atalaia	48	3,23%	39	4,53%	2,62%
Salgueiro	48	3,23%	15	1,74%	1,01%
Silvares	48	3,23%	39	4,53%	2,62%
Soalheira	48	3,23%	29	3,37%	1,95%
Souto da Casa	48	3,23%	48	5,57%	3,23%
Telhado	48	3,23%	17	1,97%	1,14%
Vale de Prazeres	48	3,23%	15	1,74%	1,01%
Valverde	48	3,23%	20	2,32%	1,34%
Total	1.488	100,00%	861	100,00%	57,86%

Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 37 são apresentados os inquiridos distribuídos por sexo. Assim, observou-se que 436 inquiridos ou 50,6% do total da amostra são do sexo feminino e 425 inquiridos ou 49,4% do total da amostra são do sexo masculino.

Tabela 37- Distribuição dos inquiridos por sexo

Sexo	N	%
Masculino	425	49,4
Feminino	436	50,6
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 38 são mostrados os inquiridos distribuídos por estado civil. Assim, observou-se que 414 inquiridos ou 48,1% do total da amostra são solteiros, 339 inquiridos ou 39,4% do total da amostra são casados, 62 inquiridos ou 7,2% do total da amostra são viúvos e os restantes 46 inquiridos ou 5,3% do total da amostra são divorciados.

Tabela 38 - Distribuição dos inquiridos por estado civil

Estado Civil	N	%
Solteiro	414	48,1
Casado	339	39,4
Divorciado	46	5,3
Viúvo	62	7,2
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 39 são apresentados os inquiridos distribuídos por faixa etária. Deste modo, verificou-se que: 415 inquiridos ou 48,2% do total da amostra têm idade compreendida entre os 25 e 64 anos, 227 inquiridos ou 26,4% do total da amostra têm 65 ou mais anos, 134 inquiridos ou 15,6% do total da amostra têm idade compreendida entre os 15 e 24 anos e 85 inquiridos ou 9,9% representam a faixa etária até aos 14 anos de idade.

A Faixa Etária dos inquiridos é um dado bastante importante neste estudo dado que é considerado um fator de influência do próprio indivíduo no processo de decisão de consumo e compra dos produtos apícolas. Mais se detalhe que, como esta análise foi estratificada por idade, existe um enviesamento da informação e conclui-se que, dentro do objetivo exigido, conseguiu-se obter as idades necessárias para validar a investigação.

Tabela 39- Distribuição dos inquiridos por faixa etária

Faixa Etária	N	%
0- 14 anos	85	9,9
15-24 anos	134	15,6
25-64 anos	415	48,2
65 ou + anos	227	26,4
Total	861	100,

Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 40 são apresentados os inquiridos distribuídos por habilitação literária. Deste modo, verificou-se que 382 inquiridos ou 44,4% do total da amostra têm ensino básico, 235 inquiridos ou 27,3% do total da amostra têm ensino secundário, 104 inquiridos ou 12,1% do total da amostra não têm qualquer habilitação literária, 79 inquiridos ou 9,2% do total da amostra têm ensino superior e 61 inquiridos ou 7,1% do total da amostra têm ensino pós-secundário.

Tabela 40 - Distribuição dos inquiridos por habilitação literária

Habilitação Literária	N	%
Ensino Básico	382	44,4
Ensino Secundário	235	27,3
Ensino Pós-secundário	61	7,1
Ensino Superior	79	9,2
Nenhum	104	12,1
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 41 são apresentados os inquiridos distribuídos por habilitação literária. Deste modo, verificou-se que 195 inquiridos ou 22,6% do total da amostra pertence ao sector terciário, 235 inquiridos ou 27,3% do total da amostra pertence ao sector secundário e 84 inquiridos ou 9,8% do total da amostra pertence ao sector primário. Contudo, 468 inquiridos ou 54,4% do total da amostra inquirida não respondeu a questão ou disse não saber responder.

O setor de atividade económico do emprego dos inquiridos é considerado um fator importante de influência do próprio indivíduo no processo de decisão de consumo e compra dos produtos. Este fator leva o consumidor a decidir a compra de um determinado produto.

Tabela 41- Distribuição dos inquiridos por setor de atividade económica do emprego

Sector de Atividade Económico do Emprego	N	%
Primário	84	9,8
Secundário	114	13,2
Terciário	195	22,6
Não sabe/não responde	468	54,4
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Tal como se pode observar no Tabela 42, as respostas relativas ao enquadramento organizacional do entidade do emprego do inquirido registou uma resposta de 466 inquiridos ou 54,1% do total da amostra como não sabendo ou simplesmente não querendo responder a questão, 250 inquiridos ou 29,0% do total da amostra responderam que se enquadram no setor privado, 129 inquiridos ou 15% do total da amostra ao setor público e, apenas, 16 inquiridos ou 1,7% do total da amostra responderam diversos enquadramentos, nomeadamente um dos inquiridos está enquadrado no setor eclesiástico.

Tabela 42- Distribuição dos inquiridos por enquadramento organizacional

Enquadramento organizacional	N	%
Público	129	15,0
Privado	250	29,0
Outro	16	1,8
Não sabe/não responde	466	54,1
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Tal como se pode observar na tabela 43, a distribuição dos inquiridos por situação face ao emprego implicou que 172 inquiridos ou 20,0% do total da amostra tem contrato a termo certo, 156 inquiridos ou 18,1% do total da amostra encontram-se desempregados, 154 inquiridos ou 17,9% do total da amostra estão reformados, 116 inquiridos ou 13,5% do total da amostra são estudantes, 72 inquiridos ou 8,4% do total da amostra tem contrato sem termo, 50 inquiridos ou 5,8% do total da amostra tem contrato a termo incerto no sector privado, bem como 26 inquiridos ou 3,0% do total da amostra tem contrato a termo incerto no sector público, 28 inquiridos ou 3,3% do total da amostra são domésticas e apenas 7 inquiridos ou 0,8% do total da amostra está a procura do primeiro emprego. Residualmente 80 inquiridos ou 9,3% do total da amostra não sabem ou simplesmente não quiseram responder a questão.

Tabela 43- Distribuição dos inquiridos por situação face ao emprego

Situação face ao emprego	N	%
Desempregado	156	18,1
Contrato a termo certo	172	20,0
Contrato a termo incerto - privado	50	5,8
Contrato a termo incerto - público	26	3,0
Estudante	116	13,5
Sem termo	72	8,4
Reformado	154	17,9
Doméstico	28	3,3
Procura 1º emprego	7	0,8
Não sabe/não responde	80	9,3
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

No que se refere ao salário médio mensal, na tabela 44 é apresentada a distribuição das respostas dos inquiridos, sendo que 346 inquiridos ou 40,2% do total da amostra não disponibilizou esta informação. Contudo, 276 inquiridos ou 32,1% do total da amostra respondeu que o salário se situou entre €475,00 e €949,00, 192 inquiridos ou 22,3% do total da amostra ganha menos de €475,00, 30 inquiridos ou 3,5% do total da amostra respondeu ganhar entre €950,00 e €1.425,00 e apenas 17 inquiridos ou 2,0% do total da amostra ganha mais de €1.425,00. O Salário Médio Mensal é um fator importante de um indivíduo na tomada de decisão

na compra de um determinado produto, sendo considerado um fator de influência no processo de decisão do consumidor.

Tabela 44- Distribuição dos inquiridos por salário médio mensal

Salário Médio Mensal	N	%
Não sabe/não responde	346	40,2
Menor que €475	192	22,3
Entre €475 e €949	276	32,1
Entre €950 e €1.425	30	3,5
Maior que €1.425	17	2,0
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Assim, conclui-se que os inquiridos são na sua maioria do sexo feminino 436 inquiridos ou 50,6% do total da amostra, têm como estado civil na sua maioria de solteiro 414 inquiridos ou 48,1% do total da amostra, têm idade entre os 25 e 64 anos 415 inquiridos ou 48,2% do total da amostra, possui na maioria o ensino básico 382 inquiridos ou 44,4% do total da amostra, relativamente à situação profissional a maioria pertence ao setor terciário 195 inquiridos ou 22,6% do total da amostra.

No que diz respeito à situação face ao emprego verifica-se 172 inquiridos ou 20,0% do total da amostra tem contrato a termo certo e quanto ao salário médio mensal, 276 inquiridos ou 32,1% do total da amostra entre os €475,00 e €949,00.

➤ **Análise da Tipologia de Consumo de Produtos Apícolas**

O mel é considerado o produto apícola mais conhecido dentro dos diversos produtos existentes na atividade, tal ocorre por haver muito pouca divulgação dos mesmos, segundo PAN (2011-2013: 34):

“Em Portugal, e no que respeita aos produtos apícolas que não mel, a sua oferta é reduzida abastecendo-se a indústria sobretudo com produtos importados. A maior parte dos apicultores tem uma informação deficiente sobre o mercado dos produtos apícolas que não mel e não maximiza a rentabilidade da sua exploração por esta via.”

No que se refere ao conhecimento dos diversos produtos apícolas existentes atualmente, no quadro 45 foi possível observar dois resultados opostos. 288 inquiridos ou 33,4% do total da amostra só conhece o mel, enquanto 132 inquiridos ou 15,3% do total da amostra afirmou que conhecem a cera, geleia real, mel, pólen e própolis.

O facto destes inquiridos conhecer todos os produtos apícolas existente deve-se bastante a sua utilização dado que segundo PAN (2011-2013: 34):

“A utilização dos produtos apícolas para fins alimentares e terapêuticos e uma das práticas mais universais e que remonta as mais antigas civilizações. Na época contemporânea e nos países ocidentais, o valor da Apiterapia decaiu, sendo apenas a partir da segunda metade do século XX que a Apiterapia começou a suscitar um crescente interesse nas sociedades ocidentais”.

Na tabela 45 são apresentados os inquiridos distribuídos por conhecimento que estes têm do Produto Apícola. Assim, os inquiridos que apenas afirmaram conhecer um dos produtos ascendeu a 318 inquiridos ou 36,9% do total da amostra, enquanto dois produtos foi 138 inquiridos ou 16,0% do total da amostra. Também foi muito similar quer para três, quatro ou cinco produtos apícolas, aproximadamente, 130 inquiridos ou 15% do total da amostra.

No que diz respeito ao conhecimento dos produtos apícolas tal como se pode observar no tabela 45, o produto mais conhecido por parte dos inquiridos é o mel sendo que

- 288 inquiridos ou 33,4% do total da amostra afirmou conhecer o Mel,
- 132 inquiridos ou 15,3% do total da amostra afirmaram conhecer todos os produtos apícolas apresentados sendo a Cera, Geleia Real, Mel, Pólen e Própolis.
- 95 inquiridos ou 11% do total da amostra afirmou conhecer o Mel, Geleia real, Cera e o Pólen, 55 inquiridos ou 6,4% do total da amostra afirmou conhecer o mel e a Geleia Real, 52 inquiridos ou 6% do total da amostra afirmou conhecer o Mel, Cera e Pólen
- 30 inquiridos ou 3,5% do total da amostra afirmaram conhecer o Mel e a Cera,
- 27 inquiridos ou 3,1% da amostra responderam preferir em simultâneo o mel e pólen como também o mel, Geleia Real e Cera.
- 22 inquiridos ou 2,6% do total da amostra afirmaram conhecer vários produtos apícolas o Mel, Própolis, Geleia real e Cera,
- 17 inquiridos ou 2% do total da amostra afirmaram conhecer o Mel, Geleia Real e Pólen.
- 16 inquiridos ou 1,9% do total da amostra afirmaram conhecer o Mel, Própolis e Geleia real,
- 15 inquiridos ou 1,7% do total da amostra responderam preferir em simultâneo dos produtos Mel e Própolis como também o Mel, Própolis e Pólen.
- 13 inquiridos ou 1.5 % da população não quis responder a questão ou não sabem qual a resposta a essa mesma questão, sendo que em simultâneo o mesmo número de inquiridos afirmou conhecer vários produtos apícolas sendo o Mel, Própolis, Cera e Pólen.
- 8 Inquiridos ou 0,9% do total da amostra respondeu conhecer a própolis como também o mesmo número de inquiridos respondeu conhecer a Geleia Real,
- 7 inquiridos ou 0,8% do total da amostra afirmou conhecer o Pólen como também o mesmo número de inquiridos afirmou conhecer a Cera.
- 4 inquiridos ou 0,5% do total da amostra afirmou conhecer a Geleia Real e o Pólen,

- 3 inquiridos ou 0,3% do total da amostra afirmou conhecer Própolis e Geleia Real, como também o mesmo número de inquiridos responde conhecer a Cera e Pólen.
- 2 inquiridos ou 0,2% do total da amostra afirmou conhecer o Mel, Própolis e Cera
- E, por último, 1 inquirido ou 0,1% do total da amostra afirmou conhecer a Própolis, geleia real, Cera como também em simultâneo 1 inquirido respondeu apenas conhecer a Própolis e Cera.

Tabela 45 - Distribuição dos inquiridos por conhecimento do produto apícola

Conhecimento do Produto Apícola	N	%
Cera	7	0,8
Geleia Real	8	0,9
Mel	288	33,4
Pólen	7	0,8
Própolis	8	0,9
Cera, Pólen	3	0,3
Geleia Real, Pólen	4	0,5
Mel, Própolis	15	1,7
Mel, Geleia Real	55	6,4
Mel, Cera	30	3,5
Mel, Pólen	27	3,1
Própolis, Geleia Real	3	0,3
Própolis, Cera	1	0,1
Mel, Cera, Pólen	52	6
Mel, Geleia Real, Pólen	17	2
Mel, Própolis, Geleia real	16	1,9
Mel, Própolis, Cera	2	0,2
Mel, própolis, Pólen	15	1,7
Mel, geleia real, Cera	27	3,1
Própolis, geleia real, Cera	1	0,1
Mel, Geleia real, Cera, Pólen	95	11
Mel, Própolis, Cera, Pólen	13	1,5
Mel, Própolis, Geleia real, Cera	22	2,6
Cera, Geleia Real, Mel, Pólen, Própolis	132	15,3
Não sabe/não responde	13	1,5
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 46 são apresentados os inquiridos distribuídos por produto apícola que costuma consumir com maior frequência. Verificou-se que os inquiridos que apenas afirmaram consumir com maior frequência um dos produtos ascendeu a 695 inquiridos ou 80,7% do total da amostra, enquanto dois produtos foi 93 inquiridos ou 10,80 do total da amostra. 22 Inquiridos ou 2,5% do total da amostra afirmaram consumir com maior frequência três produtos apícolas diferentes. Apenas 1 inquirido ou 0,1% do total da amostra respondeu a quadro produtos apícolas diferentes e 5 inquiridos ou 0,6% responderam a cinco produtos apícolas.

O produto apícola com maior consumo por indivíduo é considerado um fator importante de influência do de situação de compra no processo de decisão de consumo e compra dos produtos. Este fator leva o consumidor a decidir qual o produto que irá escolher para adquirir e se de facto gostar irá tornar-se um local frequente de compra.

Tabela 46 - Distribuição dos inquiridos por produto apícola que costuma consumir com maior frequência

Produto apícola que costuma consumir com maior frequência	N	%
Cera	19	2,2
Geleia Real	5	0,6
Mel	640	74,3
Pólen	9	1
Própolis	22	2,6
Geleia Real, Cera	1	0,1
Mel, Cera	16	1,9
Mel, Geleia Real	37	4,3
Mel, Pólen	21	2,4
Mel, Própolis	16	1,9
Própolis, Cera	1	0,1
Própolis, Geleia Real	1	0,1
Mel, Cera, Geleia Real	8	0,9
Mel, Cera, Pólen	2	0,2
Mel, Geleia Real, Pólen	2	0,2
Mel, Própolis, Geleia Real	7	0,8
Mel, Própolis, Pólen	2	0,2
Própolis, Geleia, Cera	1	0,1
Mel, Própolis, Geleia e Pólen	1	0,1
Cera, Geleia Real, Mel, Pólen e Própolis	5	0,6
Não sabe/não responde	45	5,2
Total	861	100

Fonte: Elaboração Própria.

Dos resultados obtidos e como se pode verificar no tabela 46, 45 inquiridos ou 5,2% do total da amostra não quiseram responder a questão ou não sabem qual a resposta a essa mesma questão, de seguida o mel e a geleia real são os produtos que em simultâneo os inquiridos têm como preferência, 2,6% do total da amostra preferem a própolis, 2,4% do total da amostra dão preferência ao mel e pólen em simultâneo, 2,2% do total da amostra preferem a cera e 1,9% da população respondeu preferir o mel e a cera tal como também o mel e a própolis como produto preferido. 2,2% do total da amostra preferem a cera. 0,6% do total da amostra preferem a geleia real e em simultâneo dos seguintes produtos Cera, Geleia Real, Mel, Pólen e Própolis. 0,2% do total da amostra responderam preferir em simultâneo o mel, cera e pólen como também o mel,

própolis e pólen. Os restantes inquiridos escolheram em simultâneo vários produtos apícolas dentro das várias opções apresentadas como diversos produtos apícolas.

Conclui-se assim que nos diversos produtos apícolas existente há uma grande variedade de procura de preferências entre a população, daí ter surgido a necessidade de começar a promover a apicultura em modo biológico sendo mais uma ferramenta ao dispor dos apicultores para o desenvolvimento da atividade dado que a própria agricultura também está a seguir essa vertente por ser vista como uma forma de produção ecológica.

A agricultura é utilizada e distinguida por vários tipos diferentes, sendo que já foram referidos anteriormente no ponto 1.4.1 Evolução histórica no setor apícola, assim surgiu a necessidade de verificar qual o tipo de agricultura que a população inquirida prefere.

De acordo com aos vários tipos de agricultura já referidos, identificam-se os seguintes produtos agrícolas na obtenção de respostas:

- **Biológica:** Este tipo de agricultura tem uma ligação forte com o movimento ecológico em que a sua preocupação é a proteção ambiental e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Os princípios básicos da agricultura biológica são baseados na saúde da planta que por sua vez tem ligação a própria saúde dos solos, tornando assim os alimentos com maiores valores biológicos.
- **Orgânica:** Este tipo de agricultura apresenta um vasto conjunto de normas bem definidas para produção e comercialização da sua produção, sendo as mesmas aceites internacional e nacionalmente. Os princípios desta agricultura são os mesmos da biológica, baseando-se na fertilidade do solo através de um processo biológico natural, sendo que não se pode fazer uso de químicos.
- **Tradicional:** Este tipo de agricultura utiliza diversas técnicas rudimentares e artesanais que se destinam a produção e consumo familiar apresentando um baixo rendimento e baixa produtividade. A maquinaria neste tipo de agricultura é praticamente inexistente praticado, todo o trabalho é manual e efetuado por todos os membros da família com o auxílio de animais.
- **Outra:** Este tipo de agricultura refere-se aos restantes tipos de agricultura existentes mas que no nosso país são pouco utilizados sendo conhecidos como agricultura alternativa. Estes tipos de agricultura são conhecidos como:
 - Agricultura biodinâmica é baseada na ciência espiritual de antroposofia preparando práticas que permitam a interação entre animais e vegetais respeitando o calendário astronómico de Maria Thun, tendo por objetivo reativar as forças vitais da natureza e medidas de proteção e conservação do meio ambiente. A aplicação de alguns preparados é baseada numa perspetiva energética e em conformidade com a disposição dos astros.
 - Agricultura natural e permacultura, sendo que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza, reduzindo ao mínimo possível a interferência sobre o ecossistema e potencializar os processos naturais evitando perdas de energia no

sistema. A prática desta modalidade é utilizada o revolvimento do solo e rejeitando todo o composto orgânico vindo de animais.

De acordo com os dados obtidos, e como se pode verificar no tabela 47, 628 inquiridos ou 72,9% do total da amostra tem preferência pela agricultura biológica, 145 inquiridos ou 16,8% do total da amostra preferem a agricultura orgânica e apenas 65 inquiridos ou 7,5% do total da amostra não sabiam ou não responderam. Nos restantes dados surgiu um 1 inquirido que prefere a agricultura sustentável. A taxa de resposta é perfeitamente justificável porque, na atualidade, cada vez mais pessoas procuram a agricultura biológica devido a sua influência no modo de vida mais saudável, diferenciando-se principalmente da agricultura orgânica pela sua componente ecológica.

Tabela 47 - Distribuição dos inquiridos por preferência da produção agrícola

Preferência da produção agrícola	N	%
Biológica	628	72,9
Orgânica	145	16,8
Tradicional	3	0,3
Outra	9	1,0
Biológica, Outra	3	0,3
Biológica, Orgânica	8	0,9
Não sabe/não responde	65	7,5
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

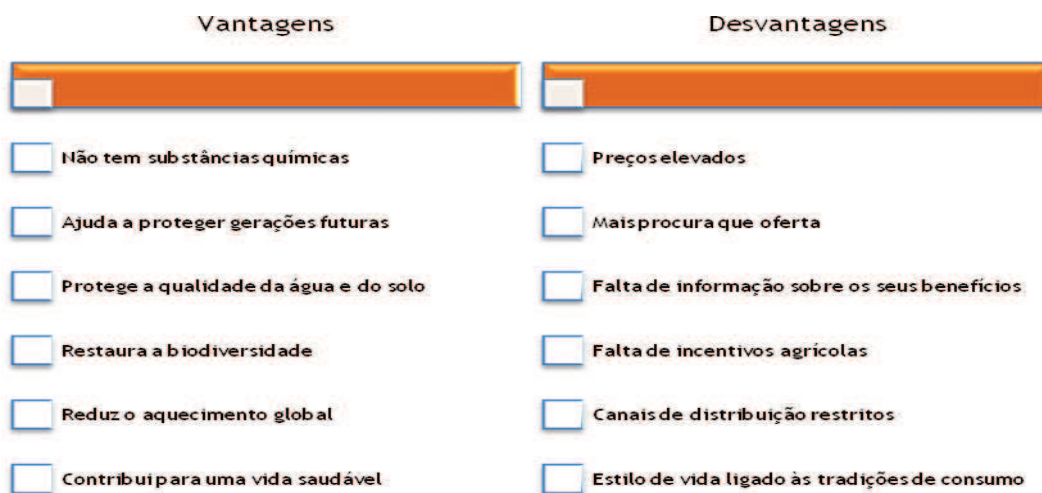
A preferência e a escolha no momento da compra dos produtos apícolas, bem como a própria tomada de decisão podem diferenciar-se muito. O comportamento do consumidor responde a variáveis externas e internas que influenciam a decisão de comprar um determinado produto ou serviço. Segundo Cruz (2011), as variáveis que influenciam os consumidores são divididas em:

1. Externas, como: cultura, classes sociais, grupos sociais, e fatores económicos.
2. Internas, como: a perceção, a aprendizagem, a motivação, e as atitudes. Assim, os consumidores preferem produtos biológicos porque:
 - Os alimentos biológicos são mais saudáveis, mais do que uma necessidade, é uma exigência crescente por parte dos consumidores. Os alimentos biológicos fornecem a resposta para a necessidade de uma alimentação saudável.
 - Os alimentos biológicos são mais seguros, despertaram a preocupação dos consumidores quanto aos métodos de produção e em resultado de algumas crises a nível de segurança alimentar como os nitrofuranos nas carnes, gripe das aves, BSE, e outras.
 - Os alimentos biológicos são mais saborosos, sendo considerado por muitos consumidores um fator importante na escolha do alimento biológico. Cada vez mais existe uma preocupação com a comparação dos sabores entre os produtos biológicos e os convencionais.

- Preocupação com o meio ambiente, sendo que os consumidores importam-se com o meio ambiente e as suas atitudes revela que não são apenas compradores de produtos biológicos, mas também de uma gama de produtos considerados ecológicos como: detergentes e embalagens recicláveis.
- Preocupação com o bem-estar animal, pelo que o manuseamento correto dos animais através de condições mais dignas também é considerado uma motivação para o consumo de alimentos biológicos.

Na Figura 17 são apresentadas as vantagens e desvantagens dos produtos biológicos, nomeadamente: a grande maioria das razões que levam os consumidores a optar pelo consumo de produtos biológicos e as principais são a procura e a preocupação cada vez maior em ter uma alimentação mais saudável, sem resíduos químicos nos alimentos, e a identificação com os objetivos ecológicos e princípios de respeito pela natureza defendidos por um conjunto extenso de práticas agrícolas.

Figura 17 - Vantagens e desvantagens dos produtos biológicos



Fonte: Elaboração Própria

Segundo Cruz (2011), os consumidores da agricultura biológica apresentam variáveis externas ao seu comportamento, tais como:

- Cultura - sendo considerado os hábitos alimentares, as motivações de cada cultura e os aspetos mais importantes de cada indivíduo que se diferenciam de cultura para cultura;
- Classes sociais - esta variável é muito importante dado que comportamento dentro delas pode determinar o poder de decisão de compra de todo grupo. Sendo a própria posição do consumidor na sociedade, tal como a sua origem e a profissão;
- Grupos Sociais - é uma forma básica de associação entre as pessoas com algo em comum e algum tipo de interação entre elas. A família também é considerada um grupo social em que exerce uma grande influência no comportamento do indivíduo;

- Fatores Económicos - são uma variável muito importante no acto de consumo e que de certa forma regula o mercado, pois é através desse fator que é determinado o poder de compra dos consumidores.

A apicultura nos dias de hoje não é apenas uma atividade de simples fabrico de mel, com o passar dos anos desde o seu aparecimento foram surgindo necessidades humanas em fabrico de produtos com base em produtos ligados a apicultura, nomeadamente na alimentação e medicação que já era utilizado em décadas anteriores mas pouco evoluídas, a cosmética é que foi uma grande evolução neste setor. A indústria de cosmética é vista como uma necessidade e os produtos cosméticos implicam desde perfumes, cremes, sabonetes, shampoos e condicionadores, loções de banho, cremes de base e rejuvenescedores para o corpo, rosto, mãos, lábios, boca, cabelo e unhas, hidratantes, produtos de limpeza de pele e protetores solares, entre muitos outros (Krell, 1996). Esta indústria tem um vasto conhecimento de farmacologia, dermatologia, fitoterapia e psicologia de marketing a fim de explorar os instintos ou necessidades da espécie humana.

Os produtos produzidos com base em materiais naturais dão uma aparência de sofisticação usando um mínimo de tecnologia com ingredientes de qualidade e conhecimentos especializados. A adição específica de produtos apícolas para tais fins adiciona um aspeto muito mais amplo de ação do que é possível produzir com ingredientes sintéticos. Segundo Krell (1996), entre muitos casos tem-se:

- Mel é uma substancia utilizada como adoçante, hidratante, emoliente, tónico, anti irritante, amaciador de pele e reconstituição capilar e pasta dentífrica;
- Cera é utilizada como protetor, produtos depilatórios, anti irritante e emoliente e batons.
- Própolis é utilizado para produtos anticaspa, antirrugas, condicionadores de cabelo, desodorizante, purificador, tónico, desinfetante e antioxidante.
- Pólen e a Geleia Real são utilizados como antirrugas, anti estrias, condicionador de cabelo, tónico, equalizador de sebo e mascaras faciais.

Paralelamente, importa referir que técnicas de marketing enganosas impedem os consumidores de serem informados sobre as condições necessárias ao processo de fabrico. A necessidade de um comportamento altamente ético e conhecimento em todos os níveis é um requisito para ser levada a sério, por quem está a iniciar um negócio, seja ele produtor, processador ou distribuidor. Formando uma organização autocontrole, que certifica e controla os produtores e os fabricantes podendo ser úteis ou necessárias para minimizar ou evitar a fraude qualidade. Assim, a expansão dos mercados com produtos da apicultura deve ser considerada a nível nacional e internacional

A educação do consumidor é um fator forte dado que vem do hábito de cada indivíduo quanto à preferência pelos produtos da apicultura. O poder de compra será, provavelmente, o fator mais importante que influencia a possibilidade de expandir os mercados locais ou para o

aumento da diversidade de produtos. O aumento do consumo ao longo dos últimos anos pode ser atribuído ao aumento geral nos padrões de vida e maior interesse em produtos naturais e saúde.

As necessidades industriais são em grande parte fornecidas pelas importações de países com as técnicas de apicultura tradicional. Em muitas outras aplicações a cera de abelha é substituída por ceras sintéticas em que os compromissos em termos de qualidade são aceites pelos fabricantes devido à redução de custos e maior disponibilidade das mesmas. O uso industrial de cera de abelha tradicional pode aumentar se a sua disponibilidade também assim aumentar e a redução de preços praticados. A dificuldade em estabelecer regras uniformes e normas de controlo de qualidade é um impedimento para o desenvolvimento do própolis no mercado. As preocupações dos importadores ou compradores sobre a eficácia do produto podem ser evitados com a colaboração precoce com laboratórios bem estabelecidos e confiáveis.

Dado que os produtos apícolas têm diversas formas de utilização, na tabela 48 são apresentados os inquiridos distribuídos pela utilidade da compra do produto apícola. Assim, os inquiridos que apenas afirmaram a utilidade da compra de um único do produto apícola ascendeu a 348 inquiridos ou 40,4% do total da amostra, enquanto duas utilidades foi de 233 inquiridos ou 27,0% do total da amostra, para três utilidades diferentes foram 32 inquiridos ou 3,7% do total da amostra. Para a utilidade de quatro produtos apícolas apenas 15 inquiridos ou 1,7% que responderam utilizar os produtos apícolas dessas formas.

Após análise de resultados pode-se verificar que 348 inquiridos ou 40,42% do total da amostra utilizam os produtos apícolas para a sua alimentação, 10% do total da amostra para a culinária, 8,2% do total da amostra para a saúde e 6,5% do total da amostra para a cosmética. Os inquiridos que responderam utilizar os produtos apícolas para mais do que uma utilidade, 77 inquiridos ou 8,9% do total da amostra afirmou utilizar para a alimentação e culinária, 69 inquiridos ou 8% do total da amostra afirmou utilizar para a culinária e cosmética, 51 inquiridos ou 5,9% do total da amostra afirmou utilizar para a culinária e saúde, 13 inquiridos ou 1,5% do total da amostra afirmou utilizar para a saúde e cosmética, 12 inquiridos ou 1,4% do total da amostra afirmou utilizar para a alimentação e saúde, 11 inquiridos ou 1,3% afirmou utilizar para a alimentação e cosmética os produtos apícolas.

Dos inquiridos que responderam utilizar em três utilidades os produtos apícolas, 29 inquiridos ou 3,4% do total da amostra afirmou utilizar na alimentação, culinária e saúde e 3 inquiridos ou 0,3% do total da amostra afirmou utilizar na alimentação, culinária e cosmética. Relativamente a escolha de quadro utilidades diferentes, 10 inquiridos ou 1,2% do total da amostra afirmou utilizar na alimentação, culinária, saúde e cosmética, 5 inquiridos ou 0,6% do total da amostra afirmou utilizar na alimentação, cosmética, culinária e saúde. Contudo, 18 inquiridos ou 2,1% do total da amostra inquirida não respondeu a questão ou disse não saber responder.

Sugere-se como inovação o mel ser de cerejeira sendo que os produtos produzidos na unidade apícola irão ser originários de uma floração distinta podendo mesmo considerar-se inovadora sendo que a localização principal do apiário será na serra da Gardunha onde se encontram maioritariamente cerejeiras dado que o mel e os seus derivados são distintos em função das características e localização geográfica das plantas de onde é extraído o néctar e dos tipos de abelhas produtoras.

Tabela 48 - Distribuição dos inquiridos pela utilidade da compra do produto apícola

Utilidade da Compra do produto apícola	N	%
Alimentação	348	40,4
Cosmética	56	6,5
Culinária	86	10
Saúde	71	8,2
Outra: Bagaço	2	0,2
Alimentação, Cosmética	11	1,3
Alimentação, Culinária	77	8,9
Alimentação, Saúde	12	1,4
Culinária, Cosmética	69	8
Culinária, Saúde	51	5,9
Saúde, Cosmética	13	1,5
Alimentação, Culinária, Saúde	29	3,4
Alimentação, Culinária, Saúde, Cosmética	10	1,2
Alimentação, Culinária, Cosmética	3	0,3
Alimentação, Cosmética, Culinária, Saúde	5	0,6
Não sabe/não responde	18	2,1
Total	861	100

Fonte: Elaboração Própria.

Os produtos apícolas têm vários mitos associados ao consumo, nomeadamente, o mel sendo a sua composição realizada a base de frutose e glicose o que significa que o consumo excessivo pode originar uma alteração nos níveis de gordura no sangue, ou seja, os triglicéridos. Para além de acumular gordura no fígado pode originar diabetes. Para quem já sofre das diabetes tem que ter muita atenção aos níveis de açúcar no sangue e ao seu tipo de doença.

Segundo Moraes (2009), os indivíduos que tenham diabetes devem evitar o consumo de glicose, uma vez que o organismo apresenta dificuldade na produção ou secreção de insulina, ou resistência a ela, originando um estado de hiperglicemia, ou seja, excesso de açúcar no sangue persistente. O mel por ser um nutriente que contém sacarose, pelo que é uma substância que precisa ser consumida moderadamente e, neste caso, o consumo de mel irá dependendo do tipo de diabetes que cada indivíduo tem.

Além disso o consumo de mel in natura, poderá elevar rapidamente o nível de glicemia. De um modo geral para analisar se um indivíduo pode ou não consumir mel tem a ver com o hábito

alimentar de cada indivíduos e o seu nível glicêmico que irá determinar se o mel poderá ser inserido na dieta. Segundo Moraes (2009:1):

“Nunca se deve dar mel às crianças com menos de um ano, já que elas não possuem anticorpos contra a perigosa bactéria Clostridium botulinum, que pode causar o tão temido botulismo, doença que provoca paralisia muscular. As bactérias necessárias para proteger o organismo aparecem após o primeiro ano de idade e são essenciais para preservar a saúde. Pessoas com mais de um ano de idade podem degustar o mel sem contra-indicações. O mel é considerado benéfico à saúde, pois possui carboidratos e energia.”

Os produtos apícolas encontram-se à venda em diversos estabelecimentos comerciais muitas vezes diferenciados por vários nichos de mercado daí se ter sentido a necessidade de colocar a questão aos inquiridos de onde compram habitualmente os produtos apícolas que costumam consumir.

Na tabela 49 são apresentados os inquiridos distribuídos por local de compra habitualmente dos produtos. Verificou-se que os inquiridos que apenas afirmaram comprar habitualmente um produto apícola ascenderam a 308 inquiridos ou 35,7% do total da amostra, enquanto dois produtos ascendeu a 470 inquiridos ou 54,5% do total da amostra; 41 inquiridos ou 4,7% do total da amostra afirmaram comprar habitualmente três produtos apícolas diferentes. Apenas 3 inquirido ou 0,3% do total da amostra respondeu comprar habitualmente quadro produtos apícolas diferentes.

Dos resultados obtidos e como se pode verificar no quadro 48, 260 inquiridos ou 30,2% do total da amostra compra os seus produtos apícolas diretamente aos produtores e 207 inquiridos ou 24% do total da amostra nos supermercados e hipermercados. Podendo assim referir que a maioria da população prefere adquirir os produtos por confiança ao produtor e pela forma fácil e direta de adquirir esses mesmos produtos. 100 Inquiridos ou 11,6% do total da amostra compra habitualmente nos minimercados e mercearias, 70 inquiridos ou 8,1% do total da amostra compra habitualmente nos supermercados e diretamente ao produtor, 39 inquiridos ou 4,5% do total da amostra compra habitualmente nos supermercados e minimercados, 28 inquiridos ou 3,3% do total da amostra compra habitualmente nos minimercados e diretamente ao produtor, 23 inquiridos ou 2,7% do total da amostra inquirida não respondeu a questão ou disse não saber responder. 22 Inquiridos ou 2,6% do total da amostra compra habitualmente nos supermercados, diretamente ao produtor e em lojas gourmet, 17 inquiridos ou 2% do total da amostra responderam comprar numa outra loja para além das mencionadas. 16 Inquiridos ou 1,9% do total da amostra compra habitualmente os produtos em centros dietéticos, 13 inquiridos ou 1,5% do total da amostra compra habitualmente nas farmácias, 12 inquiridos ou 1,4% compra através da internet, 8 inquiridos ou 0,9% do total da amostra compra diretamente ao produtor e também nas farmácias, 7 inquiridos ou 0,8% do total da amostra compram apenas nas lojas gourmet, 6 inquiridos ou 0,7% do total da amostra compra nos supermercados e nas farmácias, 3 inquiridos responderam comprar habitualmente nos supermercados, diretamente ao produtor e nas lojas

gourmet, como também o mesmo numero de inquiridos respondeu adquirir nos supermercados, nos minimercados e numa outra loja não mencionada no estudo.

Verifica-se que 2 inquiridos ou 0,2% do total da amostra responderam comprar habitualmente diretamente ao produtor e nos centros dietéticos, como também nos minimercados e lojas gourmet, nos supermercados e uma outra não especificada e por último nos centros dietéticos, supermercados e lojas gourmet. Os restantes inquiridos escolheram em simultâneos vários locais onde compram habitualmente os produtos apícolas dentro das várias opções apresentadas. Conclui-se que o número de inquiridos que adquiriram os produtos apícolas nas lojas gourmet é bastante baixo dado que no concelho do Fundão não existem lojas desse mesmo género para esse determinado nicho de mercado. Verificou-se uma grande quantidade de inquiridos que compra os produtos apícolas diretamente ao produtor esse facto deve-se ao número de apicultores existentes na região ser significativo.

O local de compra dos produtos habitual dos inquiridos é considerado um fator de grande importante de influência da situação de compra no processo de decisão de consumo e compra dos produtos. Este fator leva o consumidor a decidir qual o produto que irá escolher para adquirir e se de facto gostar irá tornar-se um local frequente de compra.

Tabela 49 - Distribuição dos inquiridos por local de compra habitualmente dos produtos

Local de compra habitualmente dos produtos	N	%
Centros dietéticos	16	1,9
Diretamente aos produtores	260	30,2
Farmácias	13	1,5
Internet	12	1,4
Lojas Gourmet	7	0,8
Outra	17	2
Centros dietéticos, farmácias	1	0,1
Diretamente aos produtores, centros dietéticos	2	0,2
Diretamente aos produtores, farmácias	8	0,9
Diretamente aos produtores, lojas Gourmet	1	0,1
Diretamente aos produtores, outra	1	0,1
Internet, outra	1	0,1
Minimercado, diretamente aos produtores	28	3,3
Minimercado, lojas Gourmet	2	0,2
Minimercado, mercearia	100	11,6
Minimercado, outra	1	0,1
Supermercado, Diretamente aos produtores	70	8,1
Supermercado, farmácias	6	0,7
Supermercado, hipermercado	207	24
Supermercado, internet	1	0,1
Supermercado, minimercado	39	4,5
Supermercado, outra	2	0,2
Centros dietéticos, farmácias, Lojas Gourmet	1	0,1
Supermercado, centros dietéticos, farmácias	1	0,1
Supermercado, centros dietéticos, lojas Gourmet	2	0,2
Supermercado, diretamente aos produtores, centros dietéticos	1	0,1
Supermercado, diretamente aos produtores, farmácias	4	0,5
Supermercado, diretamente aos produtores, minimercado	22	2,6
Supermercado, diretamente aos produtores, lojas Gourmet	3	0,3
Supermercado, minimercado, centros dietéticos	1	0,1
Supermercado, minimercado, farmácias	1	0,1
Supermercado, minimercado, feiras artesanais	1	0,1
Supermercado, minimercado, outra	3	0,3
Supermercado, Minimercado, centros dietéticos, farmácias	1	0,1
Diretamente aos produtores, farmácias, lojas Gourmet, Internet	1	0,1
Supermercado, centros dietéticos, farmácias, internet	1	0,1
Não sabe/não responde	23	2,7
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Na Figura 18 são apresentados os fatores que influenciam o processo de decisão do consumidor, especificamente: no ato da compra de um determinado produto aparecem diversos

fatores que influenciam o processo de decisão do consumidor, estando eles divididos por fatores do próprio produto, fatores inerentes ao indivíduo e fatores que aparecem na situação da compra.

Figura 18 - Fatores que influenciam o processo de decisão do consumidor



Fonte: Elaboração Própria.

O fator decisivo do consumidor ao adquirir um determinado produto é realizado de acordo com aspetos que o motivam para tal, são as diferentes necessidades de cada indivíduo que envolve a procura dos produtos por parte dos consumidores, tais como: os valores culturais, individuais ou coletivos que influenciam a sua decisão.

O comportamento do consumidor é bastante importante na decisão de compra e segundo Jacoby (1976) está dividido em cinco fases. Apesar de que, em compras efetuadas com maior frequência, os consumidores tendem a adquirir sempre o mesmo produto. As cinco fases da decisão do consumidor são as seguintes:

- Reconhecimento da Necessidade - Este reconhecimento pode resultar de estímulos internos, relacionados com as necessidades inerentes à existência humana ou de estímulos externos, quando resultam de publicidade, comentários de amigos ou da própria embalagem atrativa.
- Procura de Informação - Esta procura tem tendência para permitir a observação mais cuidadosamente de anúncios sobre produtos relacionados ou semelhantes ao que procura, ou levar a uma pesquisa avançada sobre marcas, modelos e opiniões de pessoas terceiras. Assim, o consumidor procura mais informação até encontrar um produto que lhe convêm. Entre as fontes que utiliza na recolha temos:
 - Pessoais: família, amigos e pessoas próximas;
 - Comerciais: anúncios, técnicos de vendas, internet;
 - Públicas: meios de comunicação, associação de consumidores;
 - Experimentais: uso e manuseamento do produto.

- Avaliação das Alternativas - Esta avaliação é assente durante a decisão de compra numa triagem de informação, pelo que o consumidor faz uma selecção de acordo com pressupostos.
- Expectativa da Compra - Esta expectativa está entre as alternativas da fase da avaliação e procura a satisfação da sua necessidade, obtendo utilidade do produto adquirido e a atribuição da importância aos atributos desse produto, caso este os considere, ou não, relevantes para a sua escolha.
- Processo de compra - Este processo é a escolha do consumidor. As opiniões favoráveis ou desfavoráveis podem fazê-lo mudar de reacção perante o produto. O consumidor hierarquiza as opções de compra por grau de utilidade. No entanto, entre a expectativa da compra e o processo de compra pode.
- Comportamento pós-compra - Este comportamento implica a preocupação de não fazer o cliente crer que o produto tem um desempenho muito acima do esperado. Se for o caso, este ficará insatisfeito e não voltará a comprar. A satisfação ou frustração da necessidade do consumidor resulta da relação entre as suas expectativas e performance do produto. Também, a satisfação do cliente depende principalmente do valor que é atribuído ao produto adquirido, sendo assim mais fácil para a empresa conseguir satisfazer estas expectativas.

Segundo Zamberlan e Denise (2010), as tendências que tem vindo a ser descobertas na relação das novas expectativas de consumo de produtos agroalimentares são divididas pelos seguintes fatores: Qualidade: Prevalência do produto como o sabor, aparência, aroma e higiene; Consumo de Produtos com “marcas fortes”. Marcas associadas a determinados produtos; Maior exigência em termos de embalagens: diversificação e *merchandising*; Conveniência e praticidade: fatores de comodidade e rapidez; e Produtos mais frescos: produtos sem conservantes e produzidos num menor e curto espaço de tempo.

Na tabela 50 são apresentados os inquiridos distribuídos por forma de aquisição dos produtos apícolas, 320 inquiridos ou 37% do total da amostra adquirem os seus produtos apícolas com planeamento, 266 inquiridos ou 30,9% do total da amostra por impulso, 151 inquiridos ou 17,5% do total da amostra adquiriram por conselho de amigos, 80 inquiridos ou 9,3% do total da amostra não sabem ou não responderam a questão, 11 inquiridos ou 1,3% do total da amostra adquirem os produtos por necessidades e outros mesmos inquiridos responderam adquirir por uma outra forma não especificada. 7 inquiridos ou 0,8% do total da amostra respondeu adquirir por planeamento e por conselho de amigos, 5 inquiridos ou 0,6% do total da amostra responderam adquirir por impulso e por conselho de amigos, 4 ou 0,5% do total da amostra inquiridos responderam adquirir por impulso e por planeamento, 3 inquiridos ou 0,3% responderam obter os produtos por produção própria e os restantes inquiridos adquirem por escolha pessoal, vontade e por conselho de amigos e produção própria.

Assim, conclui-se que, na generalidade, há uma maior preocupação na aquisição dos produtos dados que se verifica que o maior número de pessoas adquire os produtos por

planeamento o que significa que há uma avaliação de alternativas antes da aquisição, por outro lado a compra por impulso também se regista com bastantes inquiridos o que significa que há uma perceção da necessidade momentânea no ato da compra. O Conselho de amigos sendo considerado também uma forma de aquisição bastante requisitada, esta forma pode ser vista como a sua forma de decisão de compra.

Tabela 50 - Distribuição dos inquiridos segundo a forma de aquisição dos produtos

Forma de aquisição dos produtos	N	%
Conselho de amigos	151	17,5
Escolha Pessoal	1	0,1
Impulso	266	30,9
Necessidade	11	1,3
Planeamento	320	37
Produção própria	3	0,3
Vontade	1	0,1
Outra	11	1,3
Conselho de amigos, Produção própria	1	0,1
Impulso, Planeamento	4	0,5
Impulso, Conselho de amigos	5	0,6
Planeamento, Conselho de amigos	7	0,8
Não sabe/não responde	80	9,3
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Segundo os dados recolhidos e analisados no inquérito, como se pode verificar na tabela 51, 523 inquiridos ou 60,7% do total da amostra dão preferência a um determinado produtor apícola. Este facto pode dever-se, principalmente, ao conhecimento e à proximidade com o produtos e, ainda, por esse mesmo produtor, pertencer a sua família do inquirido. Ainda 236 inquiridos ou 27,4% do total da amostra não dão preferência a um determinado produtor apícola. Residualmente, 71 inquiridos ou 8,2% do total da amostra não sabem ou não respondem.

Tabela 51 - Distribuição dos Inquiridos por preferência de um determinado produtor

Preferência de um determinado produtor	N	%
Sim	523	60,7
Não	236	27,4
Outra	31	3,6
Não sabe/não responde	71	8,2
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Dos resultados obtidos e como se pode verificar na tabela 52 de acordo com a área de influência do produtor e tal como foi referido anteriormente a razão pela qual os inquiridos têm preferência por produtos locais é pelo mesmo motivo de que preferência de um determinado

produto. Destaca-se que 366 inquiridos ou 42,5% do total da amostra têm preferência por um produtor local, 252 inquiridos ou 29,2% do total da amostra dizem não saberem ou simplesmente não quiseram responder a essa mesma questão, 139 inquiridos ou 16,1% do total da amostra tem preferência por um produtor regional. Este fator deve-se ao facto de que a população preocupa-se com o desenvolvimento regional e com o impacto que esses produtos regionais podem ter a nível nacional. 36 Inquiridos ou 4,2% do total da amostra afirmam ter preferência por um produtor local e regional e apenas 7 inquiridos ou 0,8% do total da amostra afirmou preferir os produtos internacionais

Tabela 52- Distribuição dos inquiridos pela área de influência do produtor

Área de influência do produtor	F	%
Internacional	7	0,8
Local	366	42,5
Local, Nacional	2	0,2
Local, Regional	36	4,2
Local, Regional, Nacional	5	0,6
Local, Regional, Internacional	1	0,1
Local, Regional, Nacional, Internacional	2	0,2
Nacional	45	5,2
Nacional, Internacional	1	0,1
Regional	139	16,1
Regional, Nacional	4	0,5
Regional, Nacional, Internacional	1	0,1
Não sabe/não responde	252	29,2
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Os restantes inquiridos da Tabela 52 têm mais do que uma preferência, tendo 2 dos inquiridos ou 0,2% do total da amostra afirmou preferir um produtor local e nacional como também Local, Regional, Nacional e Internacional, apenas 1 inquirido ou 0,1% do total da amostra afirmou preferir um produtor local, regional e Internacional. Assim, a área de influência do produtor é um fator essencial no processo de decisão de compra, pelo que tal postura por parte dos clientes resulta na opinião dos especialistas, de numa nova oportunidade. Assim, Lopes (2011: 1) defende que:

“Os produtos locais, depois de tempos em que eram pouco valorizados, são hoje considerados produtos de elevada qualidade, muitas vezes até de requinte. Constituem um fator estruturante no desenvolvimento dos territórios rurais.

Deste modo verifica-se que a produção local e regional é uma forma de processo de expansão dos produtos para uma diversa gama de consumidores que transmitem confiança e enriquecem as suas populações trazendo-lhes vantagens a nível económicas. A importância dada pela parte dos inquiridos sobre o desenvolvimento do concelho e sobre a divulgação de determinados produtos tem a ver com a vontade da população para que a região seja dinamizada

e reconhecida a nível nacional bem como a economia e o seu valor financeiro venha a crescer dado que dessa forma a vertente social e a empregabilidade possa vir a melhorar. Na tabela 53 analisou-se a distribuição dos inquiridos segundo a comercialização no Concelho do Fundão de produtos apícolas, com a preocupação de procurar dinamizar a vertente apícola na região. Nesta análise, 577 inquiridos ou 67% do total da amostra responderam afirmativamente à questão e, apenas, 47 inquiridos ou 5,5% do total da amostra responderam negativamente. Interessante é que 209 inquiridos ou 24,3% do total da amostra demonstraram dúvidas.

Tabela 53 - Distribuição dos inquiridos segundo a comercialização no concelho do Fundão de produtos apícolas

Comercialização no Concelho do Fundão de Produtos Apícolas	N	%
Sim	577	67,0
Não	47	5,5
Talvez	209	24,3
Não sabe/não responde	28	3,0
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

A atividade apícola é uma temática que surge bastante interesse por parte da população tal como se pode verificar na análise dos resultados da tabela 54, sendo que 503 inquiridos ou 58,4% do total da amostra referiu ter conhecimento sobre o funcionamento da apicultura. Este facto pode ser dado pela existência da Casa do Mel, na freguesia de Bogas de Cima, o que pode originar um interesse maior por esta atividade aos residentes do concelho do Fundão,

Tabela 54 - Distribuição dos inquiridos pelo conhecimento sobre o funcionamento da apicultura

Conhecimento sobre o funcionamento da apicultura	N	%
Sim	503	58,4
Não	332	38,6
Não sabe/não responde	26	3,0
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Da análise da tabela 55 confirmam-se os resultados anteriores com 510 inquiridos ou 59,2% do total da amostra a responder que têm gosto em conhecer o funcionamento da apicultura. Importante é também o resultado de 235 inquiridos ou 27,3% do total da amostra a responder que talvez, demonstrando que será uma atividade com interesse na sua promoção e provavelmente é uma oportunidade de mercado.

Tabela 55 - Distribuição dos inquiridos pelo gosto em conhecer o funcionamento da apicultura

Gosto em conhecer o funcionamento da apicultura	N	%
Sim	510	59,2
Não	59	6,9
Talvez	235	27,3
Não sabe/não responde	57	6,6
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

A participação nas atividades ligadas à apicultura é de grande interesse por parte da população tal como se pode verificar na análise dos resultados da tabela 56, 445 inquiridos ou 51,7% do total da amostra respondeu afirmativamente e 298 inquiridos ou 34,6% do total da amostra não tem a certeza se teria interesse ou não na participação das atividades ligadas à apicultura. Apenas 94 inquiridos ou 10,9% do total da amostra afirmou não ter interesse na participação em atividades deste género. Contudo 24 inquiridos ou 2,8% do total da amostra inquirida não respondeu a questão ou disse não saber responder

Tabela 56 - Distribuição dos inquiridos pelo interesse na participação das atividades ligadas à apicultura na região

Interesse na participação das atividades ligadas à apicultura na região	N	%
Não sabe/não responde	24	2,8
Sim	445	51,7
Não	94	10,9
Talvez	298	34,6
Total	861	100

Fonte: Elaboração Própria.

Segundo os dados recolhidos e analisados no inquérito, as atividades ligadas à apicultura que surgiu maior interesse na participação foi as visitas guiadas pelos apiários sendo que foram 55 inquiridos ou 6,4% do total da amostra a afirmar essa atividade. 52 Inquiridos ou 6% do total da amostra afirmou ter interesse na participação nas atividades desportivas e lazer, 50 inquiridos ou 5,8% do total da amostra afirmou ter interesse em participar na gastronomia com mel, 45 inquiridos ou 5,2% do total da amostra referiu ter interesse em participar em workshop, 41 inquiridos ou 4,8% do total da amostra afirmou ter interesse no turismo rural, 35 inquiridos ou 4,1% do total da amostra afirmou ter interesse no SPA e tratamentos de beleza, 34 inquiridos ou 3,9% do total da amostra afirmou ter interesse em participar nas demonstrações de processos de fabrico, 29 inquiridos ou 3,4% do total da amostra referiu ter interesse na atividade ligada à descoberta da pastelaria. Contudo 43 inquiridos ou 5% do total da amostra inquirida não respondeu a questão ou disse não saber responder.

Os restantes inquiridos, sendo um total de 423 inquiridos ou 49,1% do total da amostra têm preferências por várias atividades ao mesmo tempo, referindo sempre duas ou mais atividades em conjunto.

Na tabela 57 analisou-se a distribuição dos inquiridos segundo o motivo que levariam a frequentar atividades ligadas à apicultura. Nesta análise, 286 inquiridos ou 33,2% do total da amostra afirmou que motivo que levariam a frequentar atividades ligadas à apicultura seria a curiosidade. 153 Inquiridos ou 17,8% do total da amostra afirmou que o motivo seria por gosto, 78 inquiridos ou 9,1% do total da amostra afirmou ser a diversão o motivo que o levaria a frequentar as atividades, 61 inquirido ou 7,1% do total da amostra referiu que a ocupação seria o motivo que o levariam a frequentar essas atividades.

De acordo com os inquiridos que apenas afirmaram um motivo que os levaria a participar nas atividades ligadas a apicultura ascendeu a 578 inquiridos ou 19,2% do total da amostra para dois motivos foi 166 inquiridos ou 67,1% do total da amostra, para três motivos foi 55 inquiridos ou 6,3% do total da amostra e para quatro motivos escolhidos foi 15 inquiridos ou 1,7% do total da amostra. Por último de modo similar quer para cinco ou seis motivos, foi 3 inquiridos ou 0,3% do total da amostra.

De acordo com as sugestões e opiniões dadas pelos inquiridos, 2 inquiridos ou 0,2% do total da amostra referiu precisamente a sugestão da organização em atividades ligadas com a apicultura nomeadamente workshop em que o inquirido referiu o seguinte: "Sugeria que no concelho ocorressem workshops sobre o tema para motivar as pessoas a interessarem-se mais pela apicultura"; e visitas guiadas aos apiários com o seguinte comentário: "Devia-se fazer visitas guiadas as casinhas das abelhas".

Tabela 57 - Distribuição dos inquiridos por motivo que levariam a frequentar atividades ligadas à Apicultura

Motivo que levariam a frequentar atividades ligadas à Apicultura	N	%
Curiosidade	286	33,2
Diversão	78	9,1
Gosto	153	17,8
Ocupação	61	7,1
Curiosidade, Diversão	17	2,0
Curiosidade, Ocupação	10	1,2
Curiosidade, Saúde	19	2,2
Diversão, Ocupação	6	0,7
Gosto, Curiosidade	30	3,5
Gosto, Diversão	4	0,5
Gosto, Ocupação	11	1,3
Saúde, Bem-estar	69	8,0
Curiosidade, Diversão, Saúde	3	0,3
Curiosidade, Ocupação, Saúde	6	0,7
Diversão, Saúde, Bem-estar	13	1,5
Gosto, Saúde, Bem-estar	13	1,5
Gosto, Curiosidade, Diversão	9	1,0
Gosto, Curiosidade, Ocupação	1	0,1
Gosto, Diversão, Ocupação	4	0,5
Gosto, Diversão, Saúde	1	0,1
Gosto, Ocupação, Saúde	3	0,3
Ocupação, Saúde, Bem-estar	2	0,2
Gosto, Curiosidade, Saúde, Bem-estar	10	1,2
Diversão, Ocupação, Saúde, Bem-estar	5	0,6
Gosto, Curiosidade, Diversão, Saúde, Bem-estar	3	0,3
Gosto, Curiosidade, Diversão, Ocupação, Saúde, Bem-estar	3	0,3
Não sabe/não responde	41	4,8
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

A opinião da população é fundamental quando se trata da implementação de um projeto com vista na dinamização da região bem como na produção de produtos ligados à apicultura sendo eles originários da sua própria natureza, dessa forma e tendo em conta os objetivos a atingir com este projeto optou-se por questionar a população sobre qual seria a sua opinião sobre os vários fatores que irão caracterizar o concelho com esta iniciativa.

A importância da produção de produtos ligados à apicultura e da prestação de serviços, ambas geradoras de emprego, é, fundamental para o desenvolvimento local, em geral, e do concelho do Fundão, em particular. Assim, do ponto de vista da literatura, Tibério (2011:6) afirma que

“Estes produtos constituem, em muitos casos, excelentes recursos com aproveitamento turístico, possibilitando, assim a diversificação de atividades em meio rural. Estes pequenos exemplos são elucidativos do interesse dos produtos agroalimentares locais para a sustentabilidade económica dos territórios onde são produzidos”.

Face ao exposto, a atividade apícola é desenvolvida na sua maioria como complemento de uma atividade agrícola principal e baseada numa perspetiva de autoconsumo, foi, fundamentalmente, averiguar se existem membros na família que fossem apicultores. Os resultados apresentados na tabela 58 evidenciaram que apenas 184 inquiridos ou 21,4% do total da amostra afirmaram que sim, enquanto 529 inquiridos ou 61,4% do total da amostra afirmaram que não, tendo 148 inquiridos ou 17,2% do total da amostra afirmado que não sabiam ou não respondiam.

Tabela 58 - Distribuição dos inquiridos com um membro na família que seja apicultor

Membro da família que seja apicultor	N	%
Sim	184	21,4
Não	529	61,4
Não sabe / Não responde	148	17,2
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 59 analisou-se a distribuição dos inquiridos pela opinião da comunidade se envolver em questões ambientais, culturais e turísticas, nesta análise verificou-se que 392 inquiridos ou que 45,5% do total da amostra concordam com esta afirmação, 236 inquiridos ou 27,4% do total da amostra concordam completamente com a afirmação dado que é de facto uma forma de dinamização da região como também 149 inquiridos ou 17,3% do total da amostra não concordam nem discordam com a afirmação. No entanto 30 inquiridos ou 3,4% do total da amostra referem discordar e discordar completamente da afirmação e 54 inquiridos ou 6,3% não respondeu a questão ou disse não saber responder

Tabela 59 - Distribuição dos inquiridos pela opinião da comunidade se envolver em questões ambientais, culturais e turísticas

Envolve a comunidade em questões ambientais, culturais e turísticas	N	%
Discordo Completamente	7	0,8
Discordo	23	2,7
Não Concordo, Nem Discordo	149	17,3
Concordo	392	45,5
Concordo Completamente	236	27,4
Não sabe / Não responde	54	6,3
Total	861	100,0

Fonte: Elaboração Própria.

A criação de fatores distintivos na região é de facto bastante preservada por parte da população tal como se pode verificar na análise dos resultados da tabela 60, sendo que 407 inquiridos ou 47,3% do total da amostra referiu concordar com a afirmação e 261 inquiridos ou 30,3% do total da amostra concordam completamente. Sendo que 117 inquiridos ou 13,6% do total da amostra não concordam nem discordam com a afirmação, 22 inquiridos no total ou 2,6% do total da amostra referiram discordar e apenas 4 inquiridos ou 0,5% do total da amostra referiram discordar completamente. No entanto 50 inquiridos ou 5,8% do total da amostra não respondeu a questão ou disse não saber responder.

Tabela 60 - Distribuição dos inquiridos por criação de fatores distintivos na região

Criação de fatores distintivos na região	N	%
Discordo Completamente	4	0,5
Discordo	22	2,6
Não Concordo, Nem discordo	117	13,6
Concordo	407	47,3
Concordo Completamente	261	30,3
Não sabe/não responde	50	5,8
Total	861	100

Fonte: Elaboração Própria.

Na tabela 61 analisou-se a distribuição dos inquiridos pela opinião sobre a contribuição para a criação de oportunidades de negócio na região, verificou-se que 353 inquiridos ou 41% do total da amostra revelou concordarem com a afirmação e 313 inquiridos ou 36,4% do total da amostra concordam plenamente, contudo 107 inquiridos ou 12,4% do total da amostra não concordam nem discordam com a afirmação. Apenas 21 inquiridos ou 2,4% do total da amostra afirmou discordar e discordar completamente da afirmação, sendo que também 67 inquiridos ou 7,8% do total da amostra não respondeu a questão ou disse não saber responder.

Os resultados obtidos afirmam precisamente que cada vez mais os produtos locais ligados a agricultura contribuem para a criação de oportunidades de negócios e de emprego ao nível da produção, transformação e comercialização

Tabela 61 - Distribuição dos inquiridos pela opinião sobre a contribuição para a criação de oportunidades de negócio na região

Contribui para a criação de oportunidades de negócio na região	N	%
Discordo Completamente	10	1,2
Discordo	11	1,3
Não Concordo, Nem discordo	107	12,4
Concordo	353	41
Concordo Completamente	313	36,4
Não sabe/não responde	67	7,8
Total	861	100

Fonte: Elaboração Própria.

Tal como se verificou na parte 2.2. Evolução demográfica, a população do concelho do Fundão é maioritariamente envelhecida onde se verifica uma grande redução de população jovem e também um grande numero de movimentos migratórios pelo que se torna importante arranjar formas e alternativas em contribuir na fixação de pessoas na região e essa forma apenas será possível se existirem postos de trabalho para essa mesma fixação.

Este ponto tornou-se um objetivo a ser cumprido e daí ter surgido a necessidade de questionar a população sobre a opinião desta mesma afirmação. Os resultados apresentados na tabela 62 evidenciaram que 317 inquiridos ou 36,8% do total da amostra afirmam concordar com o facto de contribuir para fixar pessoas na região a implementação deste projeto apícola e 232 inquiridos ou 26,9% do total da amostra referem concordar completamente, sendo que também 201 inquirido ou 23,3% do total da amostra afirmou não concordar nem discordar. Desta forma sendo considerado um fator importante a fixação de pessoas na região ainda assim 42 inquiridos ou 4,9% discorda com a afirmação e apenas 4 inquiridos ou 0,5% referiu discordar completamente. No entanto 65 inquiridos ou 7,5% do total da amostra não respondeu a questão ou disse não saber responder.

Tabela 62 - Distribuição dos inquiridos pelo grau de contribuição para fixar pessoas na região

Contribui para fixar pessoas na região	N	%
Discordo Completamente	4	0,5
Discordo	42	4,9
Não Concordo Nem discordo	201	23,3
Concordo	317	36,8
Concordo Completamente	232	26,9
Não sabe/não responde	65	7,5
Total	861	100

Fonte: Elaboração Própria.

A oferta de bens e serviços na área do turismo tem vindo a potencializar o sector agrícola da região e, cada vez mais, há necessidade de contribuir para o desenvolvimento local, na perspetiva defendida por Tibério (2011: 6) refere mesmo que:

“Apesar da desertificação do interior do país e do decréscimo populacional e agrícola a que temos vindo a assistir, em muitas regiões do nosso país a população ativa continua a ser, principalmente, agrícola e rural.

Desta forma, existe um grande potencial na região que permite atrair o turismo e aumentar o consumo de bens e serviço produzidos localmente. Fundamentalmente, tornou-se relevante abordar esta questão numa tendência evolutiva da integração da população na prática da atividade apícola e contribuir para nas palavras de Tibério (2011: 6)

“A importância social dos produtos em análise sai reforçada em períodos de crise económica e social como os que vivemos. São conhecidas algumas experiências de retorno

à terra e de investimento em atividades produtivas que (re) descubrem os produtos tradicionais e locais”.

Face ao exposto, a dinamização de um produto agrícola, como por exemplo, a cereja que é bastante apreciada em todo o território nacional, tem atraído população para as novas dinâmicas do turismo, bem a promoção de outros produtos tradicionais.

Os resultados apresentados na tabela 63, nesta análise 364 inquiridos ou 42,3% do total da amostra concordaram com a afirmação, 339 inquiridos ou 39,4% do total da amostra concorda completamente sendo que 83 inquiridos ou 9,6% do total da amostra não concorda nem discorda da afirmação. Apenas 8 inquiridos ou 0,9% do total da amostra discorda e 2 inquiridos ou 0,2% do total da amostra discorda completamente com a afirmação. Sendo que 65 inquiridos ou 7,5% do total da amostra não respondeu a questão ou disse não saber responder.

De acordo com as sugestões e opiniões dadas pelos inquiridos, 2 inquiridos ou 0,2% do total da amostra referiu precisamente uma sugestão para a contribuição para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região, sendo que um inquirido referiu o seguinte: *“Na minha opinião devemos cada vez mais adquirir produtos locais e regionais, pois contribuimos para a economia e desenvolvimento da região e deste modo temos contato direto com os respectivos produtores”*. O outro inquirido sugere a divulgação como ajuda no aumento de consumo sendo que refere o seguinte: *“Divulgar todos os produtos regionais, incentivando a comprar cada vez mais o que é nosso, o que é Português, será sempre o melhor”*.

Tabela 63 - Distribuição dos inquiridos pela opinião da contribuição para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região

Contribui para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região	N	%
Discordo Completamente	2	0,2
Discordo	8	0,9
Não Concordo / Nem discordo	83	9,6
Concordo	364	42,3
Concordo Completamente	339	39,4
Não sabe/não responde	65	7,5
Total	861	100

Fonte: Elaboração Própria.

Um fator bastante importante e considerado ser uma mais-valia na região e também designado com um dos objetivos deste projeto é o facto da valorização externa dos produtos na região, tal como o exemplo bastante apreciado do “Pastel de Cereja” com a dinamização da cereja conseguiu-se obter um produto fabricado com esse fruto e torna-lo como uma valorização externa da região. Assim sendo considera-se como um dos objetivos a atingir e daí termos pedido a opinião da população nessa mesma questão.

Tal como se pode observar na tabela 64, as respostas relativas a opinião da contribuição para a valorização externa dos produtos da região, verifica-se que 363 inquiridos ou 42,2% do total da amostra concorda com a afirmação, 335 inquiridos ou 38,9% do total da amostra concordam completamente, sendo que 73 inquiridos ou 8,5% do total da amostra afirmou não concordar nem discordar. Apenas 6 inquiridos ou 0,7 afirmou discordar com a afirmação e 5 inquiridos ou 0,6% discorda completamente. Contudo 79 inquiridos ou 9,2% do total da amostra não respondeu a questão ou disse não saber responder.

Tabela 64 - Distribuição dos inquiridos pela opinião da contribuição para a valorização externa dos produtos da região

Contribui para a valorização externa dos produtos da região	N	%
Não sabe/não responde	79	9,2
Discordo Completamente	5	0,6
Discordo	6	0,7
Não Concordo Nem discordo	73	8,5
Concordo	363	42,2
Concordo Completamente	335	38,9
Total	861	100

Fonte: Elaboração Própria.

De acordo com as sugestões e opiniões dadas pelos inquiridos, 32 inquiridos ou 3,7% do total da amostra referiu comentários e sugestões em que referem a opinião pessoal sobre os benefícios dos produtos apícolas, a importância da apicultura nos dias de hoje, na saúde e na região como fator de contribuição para região. Sendo que 829 inquiridos ou 96,3 do total da amostra não respondeu a questão ou disse não saber responder.

3.4.2. Análise multivariante de resultados

De modo a avaliar o mercado e de forma a tomar decisões inerentes a avaliação da viabilidade de uma unidade apícola após a avaliação dos resultados obtidos nos inquéritos sentiu-se a necessidade de elaborar uma matriz designada por SWOT que resulta da conjugação de Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). Segundo uma adaptação da citação de Stacey (1993: 52):

“é uma lista das forças e fraquezas de uma organização, tal como resulta de uma análise dos seus recursos e capacidades, para além de uma lista de ameaças e oportunidades que uma análise de seu ambiente permite identificar. A estratégia lógica requer, obviamente, que o padrão das ações futuras a serem tomadas devem fazer coincidir forças com oportunidades, afastar as ameaças, e procurar superar as fraquezas.”

Para a construção da matriz SWOT foi necessário distinguir as variáveis internas das externas da organização, sendo que é uma ferramenta de suporte importante para a tomada de

decisão e é, frequentemente, usada como forma de sistematicamente analisar os ambientes interno e externo da organização.

Para maior detalhe das diferenças entre as variáveis da matriz SWOT, Kottler e Armstrong (2009: 78) detalham que as variáveis:

- internas permite a identificação das fraquezas, ou seja, os pontos fracos que são as vulnerabilidades, sobre as quais é preciso atuar, para as controlar e mesmo minimizar o seu efeito; e as forças, ou seja, os pontos fortes onde a competência e o desempenho da organização podem incrementar o seu nível.
- externas permite a identificação das ameaças, ou seja, como fatores negativos que podem desestabilizar a situação da organização e podem potenciar uma ameaça ou desperdiçar uma oportunidade; e as oportunidades, ou seja, como fatores positivos que podem apresentar condições para a melhoria do desempenho da organização e ameaça combater uma ameaça ou aproveitar uma oportunidade.

As oportunidades apresentadas juntamente com os pontos fortes vão tirar o máximo partido dos pontos fortes para assim aproveitar as oportunidades detetada, verificando-se da seguinte forma: O incremento da atividade cultural na região origina uma crescente dinamização do turismo sustentável; A existência de produtos de qualidade e certificados vai dar origem a novos canais de distribuição e comercialização; O grande potencial agrícola beneficia o empreendedorismo na área agrícola; A formação regular entre apicultores são fatores complementares a existência de tradições locais; A especialização dos apicultores vai proporcionar as ligações a nível de estabelecimento de parcerias.

No que diz respeito às ameaças com os pontos fracos, estes devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças: A fraca divulgação da prestação de serviços turísticos vai fazer face ao Aumento do desemprego; A ineficiente comercialização origina uma fraca inovação; A concorrência entre produtores na região veio de encontro com a entrada de produtos alimentares vindos da Europa; A vulnerabilidade dos incêndios nas florestas vem de encontro com a falta de sensibilização para a atividade apícola; Fraca entreaajuda entre apicultores não ajuda nas constantes nas alterações climáticas

Tabela 65 - Análise SWOT

Matriz SWOT		Pontos Fracos				Pontos Fortes				
		Fraca divulgação da prestação de serviços turísticos	Ineficiente comercialização	Concorrência entre produtores na região	Falta de sensibilização para a atividade apícola	Fraca entreaajuda entre apicultores	Incremento da atividade cultural na região	Existência de produtos de qualidade e certificados	Grande potencial agrícola	Formação regular entre apicultores
Ameaças	Vulnerabilidade dos incêndios nas florestas			-	-	+			+	
	Entrada de produtos alimentares vindos da Europa		-	-			+	+		+
	Alterações climáticas				-	-	+		+	
	Aumento do desemprego	-			-				+	+
	Fraca inovação		-		-			+	+	+
Oportunidades	Dinamização do turismo sustentável	-			-		+			+
	Novos canais de distribuição e comercialização		-		-			+		+
	Existência de tradições locais	-				-	+		+	
	Empreendedorismo na área agrícola	-		-				+		+
	Estabelecimento de parcerias			-		-	+		+	+

(-) **Interação Negativa:** ameaça potenciada ou oportunidade desperdiçada

(+) **Interação Positiva:** ameaça combatida ou aproveitamento da oportunidade

Fonte: Elaboração Própria.

De acordo com a análise efetuada como se pode observar através da tabela 65, verifica-se que existem interações negativas no que diz respeito aos pontos fracos com as ameaças bem como com as oportunidades, querendo desta forma referir que existe uma ameaça potenciada ou oportunidade desperdiçada. De acordo com as interações positivas estas podem ser consideradas uma ameaça combatida ou o aproveitamento da oportunidade.

No que diz respeito aos indicadores das ameaças, verifica-se que a vulnerabilidade dos incêndios nas florestas é considerada uma ameaça potenciada, no que se refere, a falta de sensibilização para a atividade apícola e uma oportunidade desperdiçada no que diz respeito a fraca entre ajuda entre apicultores De certa forma este indicador é considerado uma ameaça combatida no que diz respeito ao incremento da atividade cultural na região e na formação regular entre apicultores.

No que se refere à entrada de produtos alimentares vindos da Europa verifica-se que existe uma oportunidade desperdiçada no facto de se verificar uma ineficiente comercialização e a existência de concorrência entre produtores na região. Desta forma um verifica-se um aproveitamento na oportunidade, no que se refere, Existência de produtos de qualidade e certificados e uma ameaça combatida na existência de um grande potencial agrícola.

As Alterações climáticas são consideradas uma ameaça potenciada, no que se refere, a falta de sensibilização para a atividade apícola e uma oportunidade desperdiçada na existência de uma fraca entre ajuda entre apicultores. De certa forma este indicador é considerado uma ameaça combatida no que diz respeito ao incremento da atividade cultural na região e Grande potencial agrícola.

O aumento do desemprego é um indicador considerado como uma ameaça potenciada e originaria da fraca divulgação da prestação de serviços turístico e da falta de sensibilização para a atividade apícola. Por sua vez, e desta forma existe um aproveitamento de oportunidade, no que se refere a formação regular entre apicultores e uma ameaça combatida no que se refere a especialização dos apicultores.

A fraca inovação existente é uma ameaça potencializada no que se refere a ineficiente comercialização e uma oportunidade desperdiçada no que se refere a existência de falta de sensibilização para a atividade apícola. Contudo, é considerado uma ameaça combatida no que diz respeito à existência de produtos de qualidade e certificados e um aproveitamento na forma de um grande potencial agrícola existente.

No que se refere às interações positivas podendo por sua vez ser consideradas uma ameaça combatida ou o aproveitamento da oportunidade, verifica-se de acordo com a tabela 65, que a dinamização do turismo sustentável têm uma oportunidade desperdiçada no que diz respeito a fraca divulgação da prestação de serviços turísticos e falta de sensibilização para a atividade apícola no entanto, existe um aproveitamento no Incremento da atividade cultural na região e na especialização dos apicultores.

A existência de novos canais de distribuição e comercialização é considerada uma oportunidade desperdiçada no que se refere a ineficiente comercialização e uma ameaça potenciada no que se refere a falta de sensibilização para a atividade apícola. Por sua vez, é uma ameaça combatida no que se refere a existência de produtos de qualidade e certificados e um aproveitamento da oportunidade na formação regular entre apicultores.

A existência de tradições locais é uma ameaça potenciada no que se refere a existência de uma fraca entre ajuda entre apicultores e uma oportunidade desperdiçada na existência de uma fraca divulgação da prestação de serviços turísticos. Contudo, é um aproveitamento da oportunidade de um incremento da atividade cultural na região e uma ameaça combatida no que se refere ao grande potencial agrícola.

O empreendedorismo na área agrícola é considerado uma ameaça potenciada no que se refere a uma oportunidade desperdiçada devido à fraca divulgação da prestação de serviços turísticos e no que diz respeito a existência de concorrência entre produtores na região. No entanto, é uma oportunidade aproveitada no que se refere a especialização dos apicultores e com o incremento da atividade cultural na região

No que se refere ao estabelecimento de parcerias, este indicador tem uma ameaça potenciada no que se refere a Concorrência entre produtores na região e fraca entre ajuda entre apicultores. Por sua vez, como aproveitamento de oportunidade surge o grande potencial agrícola existente e uma ameaça combatida no que se refere ao incremento da atividade cultural na região.

Após analisar todos os dados retirados da amostra, verificou-se a necessidade de analisar multivariadamente (Andrade, 2001; Hair et al., 2005; Greene, 2012). Neste estudo surgiu a necessidade de verificar testes de hipótese, tratando-se assim de uma forma de decidir se uma dada hipótese é ou não suportada pela informação fornecida através dos dados da amostra. Segundo Nunes (2010:7):

“Os testes de hipóteses têm como objectivo decidir, com base na informação fornecida pelos dados de uma amostra, sobre a aceitação ou não de uma dada hipótese (conjectura sobre aspectos desconhecidos da população)”.

Desta forma, o teste de hipóteses consiste em tentar suportar a validade de H1 mostrando que, com elevado grau de probabilidade, H0 é falsa. Para tal rejeitamos H0 se $p < 0,05$ dado que se considera uma probabilidade verdadeira (Nunes, 2010). Após a análise das hipóteses, verificou-se a necessidade de utilizar testes não paramétricos dado que se considera uma amostra recolhida por questionário, com dispersão de dados e o tamanho da amostra é desigual, não sendo possível assumir a normalidade da distribuição.

Para tal foi feito uma análise aos testes paramétricos e não paramétricos para decidir qual dos dois é que tem que ser utilizado sendo que os testes não paramétricos são considerados como uma alternativa aos testes paramétricos quando a normalidade da variável sob estudo e a homogeneidade de variância entre os grupos não se verifica (Maroco, 2011).

A matriz de correlação permite avaliar o grau de associação entre variáveis e é uma característica comum da maioria das técnicas multivariadas. Assim, segundo Andrade (2001), uma correlação igual a 0,00 significa que não existe associação entre as variáveis, pelo que quanto mais próximo seja o valor dos valores extremos (-1 e +1) maior será a associação. Nesta medida, os coeficientes de correlação assumem valores compreendidos entre -1 e +1, indicando o grau máximo de associação negativa e positiva, respectivamente (Hair et al., 2005) e ordenam os resultados (Cooper, 2001).

Na primeira fase obteve-se uma matriz dos coeficientes de correlação (tabela 66) sendo que a classificação desta correlação fornece um teste de distribuição de independência e uma medida da força de dependência entre duas variáveis. O coeficiente de correlação desenvolvido por Kendall (1938) é uma medida da associação frequentemente usada para medir a “força do relacionamento” entre duas variáveis. A tabela 66 identifica uma matriz de correlações Kendall’s tau.

Tabela 66 - Matriz de coeficiente de correlação

Matriz de correlação	1	2	3	4	5	6
1. Envolve a comunidade em questões ambientais, culturais e turísticas	1	,561**	,435**	,358**	,505**	,417**
2. Cria fatores distintivos na região (gastronomia, cultura, entre outros)	,561**	1	,423**	,408**	,513**	,496**
3. Contribui para a criação de oportunidades de negócio na região	,435**	,423**	1	,429**	,497**	,534**
4. Contribui para fixar pessoas na região	,358**	,408**	,429**	1	,466**	,404**
5. Contribui para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região	,505**	,513**	,497**	,466**	1	,556**
6. Contribui para a valorização externa dos produtos da região	,417**	,496**	,534**	,404**	,556**	1

** . Correlação é significativa ao nível 0.01 (2-caudas).

* . Correlação é significativa ao nível 0.05 (2-caudas).

Fonte: Elaboração Própria.

A matriz analisada demonstra correlações maiores ou iguais a 0,01, em números absolutos, considera que uma correlação inferior a 0,30 é má, entre 0,31 e 0,50 é medíocre, entre 0,51 e 0,70 é moderada, entre 0,71 e 0,90 é boa, e para valores superiores ou iguais a 0,91 é muito boa (Hair *et al.*, 2005). Da amostra extraída foi feito uma análise entre cada duas variáveis e avaliado o grau de associação entre si, sendo que foi feito uma análise de correlação para verificar qual é a relação existente entre elas. Algumas questões não se mostraram interpretáveis, apesar de apresentarem correlação significativa com as demais variáveis (por exemplo, a variável “1. Envolve a comunidade em questões ambientais, culturais e turísticas” com um correlação de 0,358 em relação à variável “4. Contribui para fixar pessoas na região”).

Posteriormente foi desenvolvida uma análise de componentes principais, como técnica estatística multivariada que justifica a correlação entre as variáveis observáveis, simplificando as variáveis originais através da redução do número de variáveis necessárias para os descrever os dados. Esta análise inclui um conjunto de técnicas estatísticas cujo objetivo é simplificar as

relações complexas por hipóteses. Por sua vez foi ainda rotada a solução com o método “varimax” para, essencialmente, reescrever as coordenadas dos resultados em outro sistema de eixos mais conveniente para a análise. Esta análise é muito relevante porque avalia a importância das variáveis originais selecionadas, ou seja, as variáveis originais com maior peso explicativo (Moita, 1998). Desta forma reduz-se a dimensão dos dados, sem perda de informação (Hair *et al.*, 2005, Filipe, 2007; Grene, 2012).

A análise de componentes principais foi avaliada pelo teste de esfericidade de Barlett, como teste estatístico que permite aferir a qualidade das correlações entre as variáveis e de forma a prosseguir com a análise entre elas. Também foi avaliado o teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) que estima a adequação da amostra para determinar se a correlação entre as variáveis pode ser explicada por outras variáveis (Hair *et al.*, 2005, Filipe, 2007; Grene, 2012)

Por um lado, Filipe (2007) argumenta que estatístico Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que varia entre zero e um, compara as correlações simples com as correlações parciais existentes entre as variáveis. Assim, quando o KMO está próximo do valor um, indica coeficientes de correlação forte entre as variáveis e um valor próximo de zero implica uma correlação fraca entre as variáveis.

Por outro lado, Oliveira *et al.* (2006), o teste de esfericidade de Bartlett é utilizado para avaliar a possibilidade de rejeição da hipótese nula e avançar para a correlação entre variáveis. De acordo com a análise factorial efetuada, efetuou-se o teste KMO tal como se pode observar a Tabela 67.

Tabela 67 - Testes estatísticos de robustez do modelo

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		0,836
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	4.421,249
	df	105
	Sig.	,000

Fonte: Elaboração Própria.

O *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) apresenta um resultado de 0,836 o que indica que a análise de componentes principais é boa e pode continuar (Pereira, 2006). O procedimento do teste KMO foi utilizado de forma a obter informações quanto à exequibilidade da análise de componentes principais (Oliveira *et al.*, 2006).

O *Bartlett's Test of Sphericity* apresenta um valor de $\chi^2 = 4.421,249$, com 105 graus de liberdade e nível de significância (sig. = 0,000). Assim, verifica-se que $\chi^2 > \chi^2_{0,95}$ pelo que se rejeita a hipótese nula, ou seja, as variáveis estão correlacionadas. No entanto, a consulta da tabela de distribuição de χ^2 pode ser dispensada, pois pela análise do nível de significância é inferior a 0,05, concluímos da mesma forma.

Na análise das componentes principais utilizou-se uma rotação que transforma os coeficientes das componentes principais retidas numa estrutura simplificada, tal como a Tabela 68 evidência. O objetivo é dividir o conjunto inicial de variáveis em subconjuntos com maior grau de independência possível e segundo Pereira (2006:103) a utilização do método Varimax:

“pretende que, para cada componente principal, existam apenas alguns pesos significativos e todos os outros sejam próximos de zero”

Em suma, a matriz das componentes principais apresenta coeficientes que relacionam as variáveis com os fatores antes da rotação. Estes coeficientes representam a correlação entre as variáveis e os fatores. Desta forma os dados foram submetidos a uma análise de componentes principais com rotação Varimax, sendo que se selecionou para cada componente, os itens com saturação superior a 0,50.

Segundo Hora *et al.* (2010), o coeficiente *Alfa de Cronbach* foi apresentado por Lee J. *Cronbach*, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado numa pesquisa, sendo que o alfa mede a correlação entre as respostas através da análise do perfil das respostas dadas pelos inquiridos. Dado que todos os itens de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador.

A aplicação do Alfa de *Cronbach* contempla alguns pressupostos, tais como o questionário deve estar dividido e agrupado em dimensões; o questionário deve ser aplicado a uma amostra significativa e heterogénea: e a escala já deve estar validada (Hair *et al.*, 2005, Filipe, 2007; Grene, 2012). O modelo para estimação *Alfa de Cronbach* deve ser interpretado no intervalo entre 0 e 1, onde os valores negativos do alfa devem ser considerados como escalas sem confiança.

De acordo com os resultados obtidos na tabela 68, verifica-se que a 1ª componente - Determinantes da apicultura apresenta um intervalo de confiança elevado com 0,897, de seguinte, 2ª componente - Situação Profissional do Inquirido obteve um intervalo de confiança também considerado elevado mas menor com 0.842 e, por último, a 3ª componente - Componente - Atitude na compra que obteve um grau de confiança médio sendo de 0,541.

Tabela 68 - Análise de Componentes Principais

Itens	Componentes			
	Determinantes da apicultura	Situação Profissional do Inquirido	Atitude da compra	Habilitação literária
Aumento do consumo	0,854			
Cria factores distintivos na região	0,821			
Envolver a comunidade em questões ambientais, culturais e turísticos	0,814			
Valorização externa dos produtos na região	0,804			
Criar oportunidades de negócio	0,799			
Fixar pessoas na região	0,777			
Qual o setor económico do seu emprego:		0,902		
A que setor de atividade pertence?		0,888		
Qual o seu salário médio mensal:		0,829		
Qual a utilidade dos produto apícola que compra?			0,714	
Quais são as razões que o levam a adquirir os produtos apícolas locais?			0,635	
Quais são os motivos que o(a) levariam a frequentar atividades ligadas à Apicultura?			0,58	
Onde compra habitualmente os produtos apícolas?			0,575	
Quais são os produtos apícolas que conhece?			0,523	
Habilitações Literárias				0,966
Variância Explicativa	26,541	15,412	12,641	6,756
Alpha de Cronbach	0,897	0,842	0,541	

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 68 apresenta os quatro resultados da análise de componentes principais gerada pela matriz de componentes, após rotação varimax, gerando que:

1ª Componente - Determinantes da apicultura - As variáveis originais que permitiram a sua identificação foram: o aumento do consumo (0,854); criação de fatores distintivos na região (0,821); envolver a comunidade em questões ambientais, culturais e turísticos (0,814); valorização externa dos produtos na região (0,804); criar oportunidades de negócio (0,799) e fixar pessoas na região (0,777).

As variáveis obtidas na 1ª componente são fatores de grande relevância e interesse na criação da unidade apícola dado que estes dados refletem a própria justificação para a criação da mesma, desta forma podemos referir que estas variáveis são objetivos a alcançar por parte da unidade apícola.

Os valores mais elevados dos coeficientes factoriais indicam os itens mais significativos em cada componente, sendo que para a 1ª componente “Determinantes da apicultura” o modelo de análise mostrou que as variáveis mais significativas são o aumento do consumo (0,854) e a criação de fatores distintivos na região (0,821). O que sua vez significa que

estes dois itens são identificados como os mais significativos como determinantes da apicultura.

2ª Componente - Situação Profissional do Inquirido - As variáveis originais que permitiram a sua identificação foram: Qual o setor económico do seu emprego (0,902), A que setor de atividade pertence? (0,888) e Qual o seu salário médio mensal (0,829).

As variáveis obtidas têm grande importância na criação da unidade apícola dado que refere a situação profissional do inquirido e esses fatores irão certamente ter influência na promoção do consumo interno na própria sustentabilidade da região e estendendo-se a nível nacional dado que é com base nestes dados que se consegue analisar o poder de compra da população.

De acordo com a 2ª componente o modelo de análise mostrou que a variável mais significativa é a questão relativa ao setor económico do seu emprego (0,902) desta forma é considerado um o item mais significativo na situação profissional do inquirido.

3ª Componente - Atitude na compra - As variáveis originais que permitiram a sua identificação foram a Qual a utilidade dos produtos apícola que compra? (0,714), Quais são as razões que o levam a adquirir os produtos apícolas locais? (0,635), Quais são os motivos que o(a) levariam a frequentar atividades ligadas à Apicultura? (0,58); Onde compra habitualmente os produtos apícolas? (0,575) e Quais são os produtos apícolas que conhece? (0,532).

As variáveis identificadas que permitem avaliar a atitude na compra dos produtos apícolas é sem dúvida um elemento que permite adequar várias formas de promoções e políticas de marketing possíveis a adotar por parte da unidade apícola, isto porque é precisamente com base nas variáveis obtidas que se consegue identificar onde e porquê aplicar as diversas técnicas de marketing para obter um maior nível de consumo dos produtos apícola.

Relativamente a componente da atitude de compra verifica-se que após a análise a variável que tem maior significância é a questão da utilidade dos produto apícola que compra (0,714) sendo que por sua vez é considerado o item mais significativo da atitude na compra.

4ª Componente - Habilitação Literária - A variável original que permitiu a sua identificação foram as Habilitações Literárias (0,966).

A variável identificada é um fator que de certa forma irá ajuda a eliminar os mitos e utopias existentes sobre o mel, isto porque com o maior nível de habilitações literárias existências maior será conhecimento a nível geral e maior o nível de pesquisa e interesse sobre determinados assuntos e desta forma pode ajudar a ultrapassar a barreira existente

entre a população que não consome produtos apícolas derivado de mitos existentes e que de certa forma poderia ser um produto que poderia ajudar na sua saúde e não o adquire e consome por falta de conhecimento e de pesquisa de informação.

No que diz respeito a habilitação do inquirido a variável que tem mais significância e sendo também a única existente é a questão das habilitações literárias (0,966).

3.5. Considerações finais

No que diz respeito à investigação de campo efetuada, foi considerada uma forma de recolha de dados tendo tido por base diversas técnicas de obtenção de informação traduzindo em números as informações recolhidas sobre forma de análise estatística.

Destacando-se assim com base na análise de resultados que a população tem um maior nível de conhecimento sobre o mel e por consequência é o produto com maior nível de consumo. Contudo, a preferência de produção agrícola é a biológica.

Desta forma considera-se que a agricultura biológica é mais uma ferramenta ao dispor dos apicultores para o desenvolvimento da atividade dado que a própria agricultura também está a seguir essa vertente por ser vista como uma forma de produção ecológica.

Torna-se desta forma um fator relevante a ser posto em prática no que diz respeito a elaboração de um produto biológico na criação da unidade apícola. No que diz respeito ao consumo de produtos apícolas destaca-se o facto da população utiliza-los sob forma de alimentação e sua aquisição é feita de forma geral com planeamento. Seguidamente a preocupação existente na aquisição dos produtos apícolas é a aquisição de produção local e regional de forma a transmitirem confiança e enriquecerem as populações a nível económicas.

Relativamente a estratégia a adotar no projeto de investimento, verificando que atualmente os mercados estão numa constante mudança, verificou-se a necessidade de estudar os fatores inerentes a evolução e concretização da unidade apícola elaborando assim uma análise swot onde constam todos os aspetos internos e externos que possam provocar ameaças ou oportunidades bem como pontos forte e fracos. Estabeleceu-se uma interação positiva de acordo com as ameaças potencializadas e as oportunidades desperdiçadas bem como uma interação negativa referindo as ameaças combatidas aproveitamento da oportunidade.

No que se refere a análise estatística exploratória efetuada obteve-se quatro componentes principais que são extramente relevantes no decorrer da parte empírica do projeto. Essas componentes foram selecionada de acordo com a escolha de diversas hipóteses e considera que estas componentes trazem uma maior relevância para a avaliação do projeto referindo-se essencialmente na determinação da apicultura no concelho do Fundão, sendo as seguintes: a

situação profissional do inquirido, a atitude de compras bem como as habilitações do mesmo. É com base nestas componentes que o projeto se desenrola e vai atender em determinadas escolhas e propostas de acordo com a população apresentada no estudo efetuados.

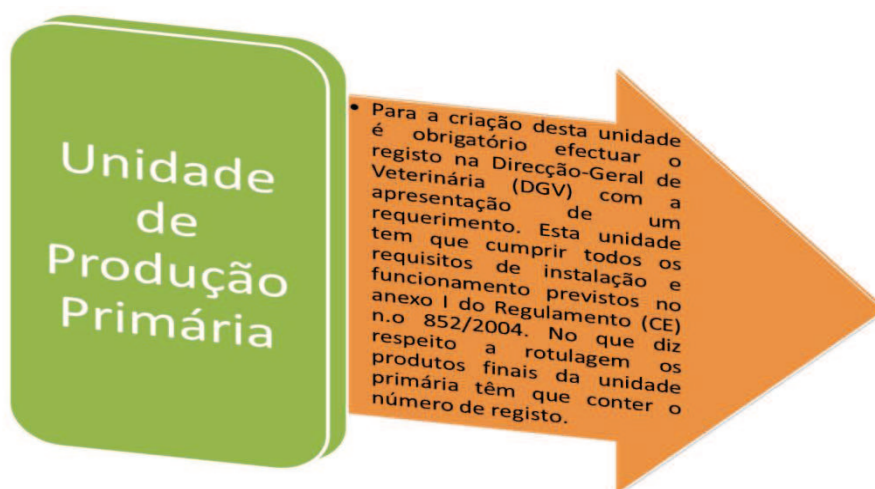
Capítulo 4. Viabilidade económico-financeira da unidade apícola

4.1. Enquadramento

A criação de uma unidade apícola é um projeto arrojado do setor agrícola que irá situar-se na região da Serra da Gardunha. Mais do que criar uma unidade de produção primária, pretende comercializar-se os produtos apícolas provenientes das colmeias desta unidade. Na realidade, a estratégia passará por divulgação e atrair outro tipo de clientes com perspectivas de mercado diferentes, nomeadamente: atividades de lazer e turismo do bem-estar.

De acordo com o que já foi referido anteriormente no ponto 1.4.2. Enquadramento Normativo e Legislativo aplicável ao sector apícola, a escolha da unidade apícola para este projeto incidiram sobre diversas variáveis. Sendo que de acordo com o Decreto-Lei nº 1/2007 (MADRP, 2007), existem dois tipos de locais de produção de produtos apícolas, a unidade de produção primária e os estabelecimentos. Para cada local de extração e processamento de produtos apícolas existem normas e procedimentos diferentes que os distinguem tal como podemos verificar na Figura 19.

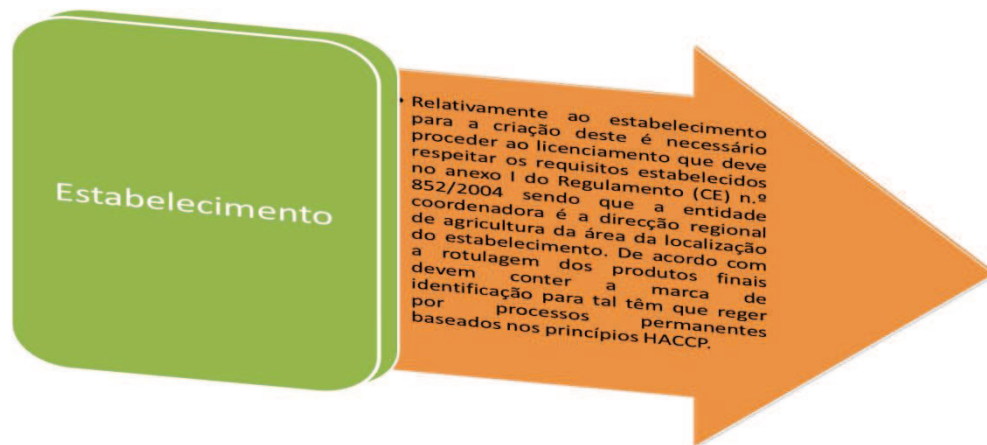
Figura 19 - Definição de Unidade de Produção Primária



Fonte: Elaboração Própria.

Desta forma verifica-se que mesmo sendo uma unidade primária esta não deixa de ser influenciada por normas a serem adotadas e a serem seguidas tanto a nível da instalação e funcionamento da mesma como na própria organização da unidade apícola, tal como se apresenta na Figura 20.

Figura 20 - Definição de Estabelecimento



Fonte: Elaboração Própria.

Desta forma, a unidade apícola escolhida para ser criada é uma unidade de produção primária em que de acordo com Barros *et al.* (2009: 14) é um:

“espaço onde se efetua a extração e acondicionamento de mel deve ser concebido de modo a evitar a contaminação do mel ao longo do processamento”.

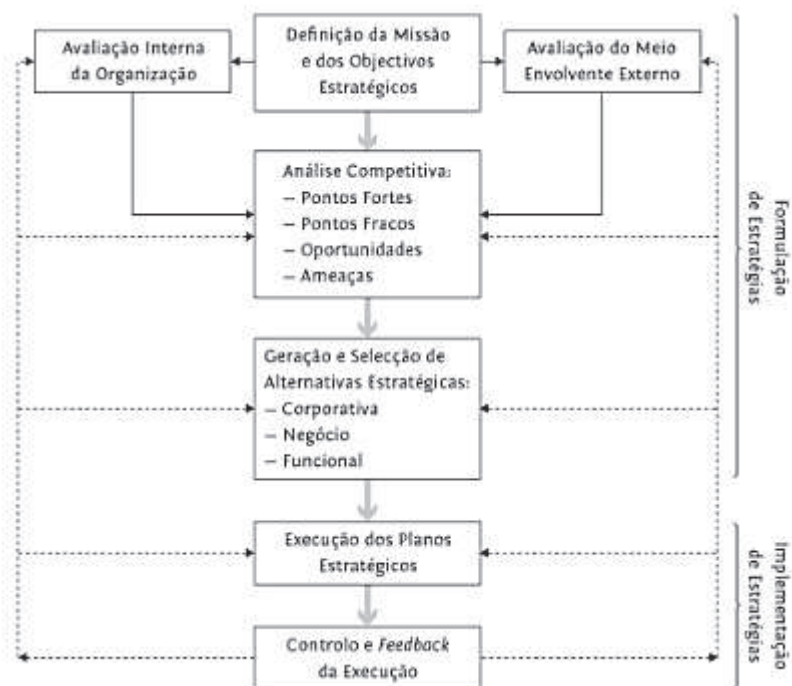
Esta unidade de produção primária procede a operações conexas reguladas pelo anexo I do Regulamento (CE) n.º 852/2004 (CE, 2004), sendo que se refere ao transporte, manuseamento e armazenagem dos produtos produzidos no local, desde que não altere substancialmente a sua natureza, tratando-se do mel ou outros produtos apícolas provenientes da sua própria exploração, com destino aos estabelecimentos que procedem à extração ou processamento de mel ou outros produtos apícolas e também com destino a venda ou cedência, a qualquer título, ao consumidor final ou ao comércio a retalho local, nos limites do distrito de implantação da unidade.

De acordo com Barros *et al.* (2009:49), a atividade apícola geradora de subprodutos de origem animal é uma unidade de produção primária, onde:

“todas as práticas geradores da cera, com o intuito do seu posterior tratamento por uma unidade transformadora licenciada para tal. O produtor que recolhe as ceras e transforma em “broa” para seu posterior envio para uma unidade transformadora, deverá ter os seguintes cuidados no manuseamento deste subproduto”.

A viabilidade económica e financeira de uma unidade apícola irá ser suportada na proposta de metodológica de planeamento estratégico, já consolidado e apresentado por Bartol e Martin (1998:221) e adaptado por Santos (2008:326). A sua inclusão neste projeto de investimento é bastante enriquecedora, dado que define o planeamento estratégico a adotar.

Figura 21 - Proposta de metodologia de planeamento estratégico



Fonte: Bartol e Martin (1998: 221) e Santos (2008: 326)

Desta forma o processo de gestão estratégica proposto tal como se pode observar na figura 21, é composto por vários elementos e desenrolam-se de forma sequencial em dois processos distintos e sucessivos designados pela formulação da estratégia e a sua implementação. No que diz respeito a formulação da estratégia este inicia-se a partir da definição da missão, visão e dos objetivos estratégicos, que por sua vez após a sua definição o processo envolve a análise da sua situação competitiva através de um estudo efetuado sobre o meio envolvente externo e dos fatores internos relevantes que por sua vez irá identificar a análise competitiva nomeadamente, as oportunidades, ameaças, pontos forte e pontos fracos.

Seguidamente no desenrolar do processo passa-se para a implementação de estratégias adequadas a adotar para consiga fazer face à realização dos objetivos estratégicos dentro das limitações existentes já analisadas anteriormente bem como com as suas oportunidades internas e externas. Concluindo assim a formulação das estratégias corporativas de acordo com o negócio e a sua área funcional, o segundo processo da implementação da estratégia encarrega-se de executar os planos estratégicos formulados e o controlo do feedback da execução do mesmo de forma a verificar os resultados obtidos.

4.2. Caracterização da unidade apícola

4.2.1. Planeamento estratégico de uma unidade apícola

A unidade apícola de produção primária terá como designação comercial “Gardunha Doce”. Esta é fundamentada no local onde se pretende implementar a referida unidade apícola

dado que se trata da Serra da Gardunha e podendo ser uma forma fácil de associar a região e a todo este projeto.

O projeto tem em vista a dinamização da região, bem como a comercialização de produtos ligados à apicultura, sendo eles originários da natureza dessa forma caracteriza-se por sendo único com vista a inovação e diferenciação. O objetivo fundamental deste projeto traduz-se na finalidade da criação de uma unidade apícola instalada na serra da Gardunha. A unidade apícola Gardunha Doce terá um logótipo (Figura 22) que irá identifica-la e diferencia-la das unidades apícolas já existente no mercado.

Figura 22 - Logótipo da unidade apícola



Fonte: Elaboração Própria

Apesar das dificuldades, a instabilidade e mudança nos mercados atualmente, o planeamento e um projeto é fundamental para não correr com maior possibilidade o insucesso. É importante nos dias que correm ter uma visão de futuro e uma boa interpretação do ambiente externo e interno para que haja uma prevenção e um aproveitamento das oportunidades.

A missão e a visão na elaboração de um planeamento é, fundamental, para a construção do projeto para que desta forma se consiga conhecer os aspetos essenciais e compreender as diferenças existentes no mercado deste tipo de negócio. A missão de uma empresa segundo Cavique e Nunes, (2008: 104) é:

“o conjunto de intenções de exercício de atividade da empresa no mercado, aplicando as suas capacidades atuais ou potenciais, especializando-se e desenvolvendo-se dinamicamente sem perder a concentração de propósitos, isto é com uma clara definição de rumo”.

Desta forma a missão tem que ter em conta vários atributos para que se consiga obter uma estratégia de mercado, sendo que se considera relevante, os tipos de produtos ou serviços a que a empresa se dedica, os mercados a que se dirige, a visão estabelecida ou o conceito atribuído e a imagem que pretende transmitir ao público, Gouveia (2007).

No que diz respeito à missão da unidade apícola esta trata de uma consolidação e divulgação de uma imagem de excelência e inovadora na conceção e fornecimento dos seus

produtos e serviços com níveis de qualidade para superar as expectativas dos clientes e satisfazer as suas necessidades de forma a dinamizar a região com a atividade apícola. Segundo Ash *et al.* (2001), a missão deve conter as respostas as seguintes questões:

- Qual a razão da nossa existência?
- O que é que é a nossa organização tem de único ou distinto?
- Que diferenças terá o nosso negócio daqui por 3 ou 5 anos?
- Quem são, ou deveriam ser, os nossos principais clientes, ou segmentos de mercado?
- Quais são os nossos principais produtos/serviços? E quais serão?
- Quem são, ou deveriam ser, as nossas principais preocupações económicas?
- Quais são os nossos valores, aspirações e prioridades filosóficas?

As oportunidades de mercado da unidade apícola suportam-se em duas áreas complementares: a definição da missão e o estabelecimento da visão, sendo que a reflexão do propósito da criação do negócio para atingir os objetivos estratégicos, suporá-se na Figura 23.

Figura 23 - Estratégia corporativa



Fonte: Adaptação de Bartol e Martin (1998: 221) e Santos (2008: 326)

A visão da unidade apícola é, fundamental, para o reconhecimento dos produtos e serviços inovadores provenientes da atividade apícola cooperando como fator de diferenciação no concelho do Fundão e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da região, bem como para a sustentabilidade da mesma. Os objetivos da unidade apícola tendem, de um modo geral, a proporcionar a satisfação das necessidades de bens e serviços, a aumentar o bem-estar da sociedade e a satisfazer os níveis de emprego e crescimento necessários em termos regionais.

De acordo com AJAP (2004), qualquer que seja o objetivo, tem sempre que cumprir o requisito de ser específico, ou seja, tem que ser muito claro e não deixar margem para dúvidas; deve ser mensurável, já que só assim se poderá confirmar, se de facto foi atingido; deve ser possível de concretizar. A prossecução de um objetivo impossível não só é um desperdício de tempo e de recursos como pode levar à frustração e ao desânimo. Deve ainda ser compensador,

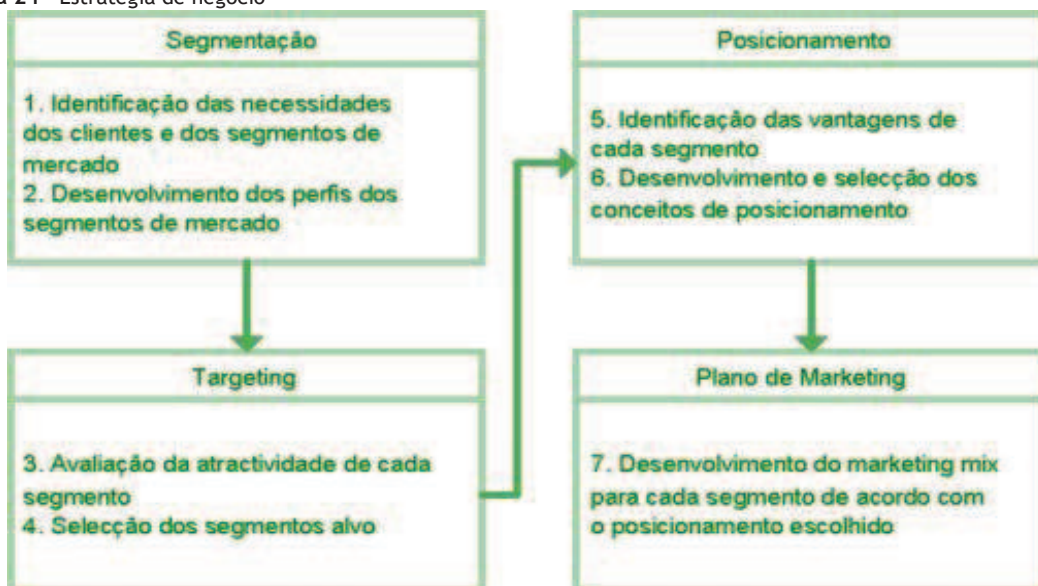
se o objetivo não traz nenhuma mais-valia, não acrescenta nada à empresa, pelo que então não faz sentido segui-lo; e deve apresentar razoabilidade de execução.

Os objetivos a atingir são fundamentais para obter o regular funcionamento da unidade apícola. Como já foi referido no ponto 3.2.1., para este trabalho de projeto, os objetivos estratégicos são a contribuição para:

- as tradições locais dinamizarem os produtos apícolas;
- o programa das terras do xisto poder ser divulgado;
- as barreiras do pagamento de portagens serem ultrapassadas (A23 e A25);
- as rotas turísticas se tornarem mais apetecíveis aos turistas;
- a procura do turismo na região aumentar;
- os produtos da região serem valorizados externamente;
- o consumo de bens e serviços produzidos na região aumentar;
- as pessoas se fixarem na região;
- os fatores distintivos na região (gastronomia, cultura) serem definidos;
- a comunidade em questões ambientais, culturais e turísticas ser esclarecida;
- as parcerias dinamizarem a economia da região;
- a mão-de-obra do concelho se adaptar às oportunidades oferecidas.

Na Figura 24 é definida uma estratégia de negócio que permite identificar o público-alvo a considerar e dividir o mercado em função das características que interessam. Contudo, é essencialmente a escolha dos segmentos que queremos atingir, bem como a definição da forma como queremos posicionar os produtos e serviços existentes. A divisão do mercado em segmentos tem um conjunto de características em comum que irá facilitar as diferenças de necessidades existentes.

Figura 24 - Estratégia de negócio



Fonte: AJAP (2004:24)

O desenvolvimento da procura poderá crescer por várias razões, nomeadamente: Interesse pela apicultura; Aumento dos tempos de lazer; Aumento de conhecimentos, nomeadamente para visitas de estudo; Melhoria das infraestruturas de acesso e das comunicações; Maior sensibilidade para as questões ligadas à saúde e ao seu relacionamento com a natureza; Abertura e receptividade às questões ecológicas; Maior interesse pelas especialidades gastronómicas; e à tranquilidade que o espaço oferece. Desta forma verifica-se as necessidades dos clientes e dos segmentos de mercado, podendo verificar-se vários segmentos alvo a designar neste projeto, havendo serviços e produtos relacionados para cada segmento a atingir. A segmentação torna um fácil, o conhecimento das necessidades e desejos dos consumidores, identifica as oportunidades para o crescimento, possibilitar a obtenção de maiores lucros, facilitar a criação de relações duradouras com os clientes em todas as fases do ciclo de vida do consumidor; direcionar a comunicação e estimula a sua inovação, AJAP (2004).

Assim, através da estratégia funcional proposta por Bartol e Martin (1998: 221) e Santos (2008: 326) pretende atrair-se turistas, essencialmente nacionais, oriundos de todo o tipo de estratos socioeconómicos. A Figura 25 importa dar resposta à procura por parte dos segmentos de turismo que se adequam aos diferentes tipos de necessidades, bem como às solicitações provenientes das faixas etárias que, por razões distintas, são atraídas ou suscetíveis de vir a ser aliciadas, para estas diversas funções do turismo. As crianças, numa função pedagógica; os adolescentes, numa função ecológica; os jovens, numa prática de aventura e desporto; os seniores, numa função de saúde e bem-estar; e todos os segmentos, numa função de lazer com os passeios no campo, a beleza e o revivalismo da memória de tradições ancestrais, bem como a função da gastronomia, num segmento geral.

Figura 25 - Estratégia funcional



Fonte: Elaboração Própria.

As propostas da Figura 25 são também suportadas no enquadramento teórico proposto por AJAP (2004) e Kotler e Armstrong (2010), sendo que cada função é composto por parâmetros que podem permitir uma classificação de eficaz, nomeadamente:

- Mensurabilidade: é necessário que seja possível de quantificar, de medir ou valorizar cada um dos parâmetros que se escolheram para efetuar a segmentação, sendo que o seu valor permite estimar comportamentos de venda;
- Relevância: é justificada na dimensão e no resultado provável do segmento, depois de adotar uma estratégia de marketing específica para esse segmento;
- Acessibilidade: é o canal que permite aceder a esse grupo de consumidores (segmento), por exemplo, internet ou revistas da especialidade;
- Diferenciação: é a forma como se pode responder aos vários segmentos de mercado, de acordo com o marketing mix aprovado;
- Viabilidade: é a possibilidade de alcançar determinado segmento-alvo e, deste modo, obter um resultado provável para o segmento.

Assim, o processo de segmentação tem êxito e é distinto, quando é único e irrepitível o que se apela a originalidade dos novos produtos/serviços. Rodrigues (2007) define mesmo regras de ouro da segmentação de mercado, sendo que considera que mesma é uma decisão difícil e complexa que a unidade apícola tem que estabelecer ao definir a sua estratégia.

Por um lado, deve procurar reduzir o mercado, sendo que os planos de marketing com maior êxito elegem um mercado maior ampliando a segmentação e não a redução da mesma. Por outro lado, deve valorizar o segmento e a sua identificação é o fator chave em termos de potencial, percurso, acessibilidade e rentabilidade devido ao aumento da eficácia da estratégia. Na medida em que deve ser distinta a chave na obtenção do êxito é a diferenciação, originalidade e eficiência na segmentação. E, deste modo, elegem adequadamente os eixos, a investigação no mercado a nível de segmentação de momentos e ocasiões de consumo de forma a testar e desafiar o mercado.

De acordo com a Figura 25 referida anteriormente, o público-alvo a ser atingido são vários e diferenciados por escalões de idade por necessidades e gostos de cada um de acordo com os produtos e serviços oferecidos. Após a identificação de todos os segmentos de mercado a atingir, torna-se necessário estabelecer uma estratégia para atingir esses mesmos segmentos, esta estratégia é conhecida como o “Targeting”. Segundo AJAP (2004: 8) para definir o alvo da estratégia:

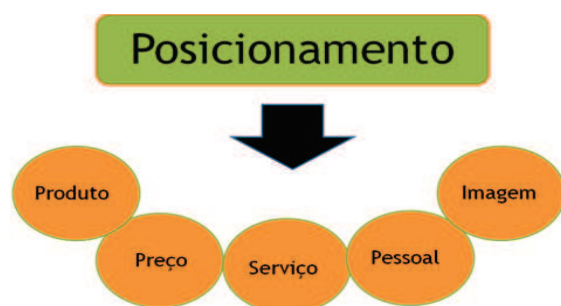
“É preciso saber qual a dimensão de cada segmento e qual a taxa de crescimento e os recursos da empresa. É importante que a empresa tenha recursos e competências que permitam oferecer a esse segmento um produto com mais valor do que o oferecido pela concorrência, e que consiga chegar a esses consumidores. Cada empresa pode trabalhar com um ou com vários segmentos de mercado, aos quais pode oferecer um ou vários produtos”.

Após a escolha do público-alvo a atingir torna-se essencial definir a estratégia a aplicar, para tal é necessário posicionar os produtos e serviços para saber quais as necessidades que

vamos satisfazer aos clientes. O posicionamento permite obter um conjunto de fatores de diferenciação da oferta da empresa face às ofertas existentes no mercado dos concorrentes, contudo pretende-se desta forma aumentar o valor oferecido para que a concorrência não seja vista como um problema.

Segundo Porter (2008), após ser definido o tipo de posicionamento, a natureza da competição pode ser avaliada em função de cinco forças: Poder de negociação dos fornecedores; Novos concorrentes; Poder de negociação dos clientes; Produtos substitutos; e competidores. Este investigador considera que a intensidade de cada força é que vai determinar as habilidades das empresas em obter ganhos sobre o investimento do custo do capital, já a estrutura da indústria é que vai influenciar na intensidade de cada uma das cinco forças, querendo referir-se que algumas estruturas industriais geram a competição por preços, com margens mais baixas ou mais alta, tal como se evidencia na Figura 26.

Figura 26 - Posicionamento e os fatores de diferenciação



Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito ao posicionamento da unidade apícola, tal como se pode observar na figura 26, verifica-se que a sua própria estrutura irá estar posicionada com a determinação de cinco forças. Desta forma destacam-se as seguintes:

- Os produtos apícolas produzidos na própria unidade apícola, são designadamente: mel, própolis, cera, geleia real, apitoxina e pólen;
- Os preços praticados são iguais à concorrência;
- A prestação de serviços está, diretamente, ligada a parcerias através de outras empresas, sendo que alguns serviços são prestados na própria unidade apícola e sempre ligados à apicultura;
- O pessoal implica todos os recursos humanos existentes na unidade apícola, bem como o seu desempenho e crescimento;
- A imagem não é só a caracterização da unidade apícola como também é a sua comunicação e divulgação.

4.2.2. Planeamento de localização da unidade apícola

O desenvolvimento rural na área do turismo constitui uma atividade geradora de desenvolvimento económico, quer por si só, quer através da dinamização de muitas atividades

económicas que dele são tributárias e que com ele interagem. Este desenvolvimento pode ser expresso nos seguintes fatores:

- A sustentação do rendimento da atividade apícola;
- A diversificação das atividades ligadas à sua exploração;
- A manutenção, a criação e a diversificação do emprego;
- O desenvolvimento dos serviços prestados por empresas que estejam ligadas diretamente com à atividade apícola;
- A conservação e preservação da natureza e do ambiente paisagístico;
- A dinamização de iniciativas culturais;
- O coletivismo ligado aos idosos, crianças e variados grupos de pessoas;
- A revitalização das coletividades, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas.

Todos estes fatores são determinantes para o sucesso da atração das zonas rurais, quer por parte de turistas, em particular, ou, da população, em geral, quer pelo gosto da apicultura. É, também, podem existir ou coexistir fatores, que assegurar, claramente, o sucesso dos investimentos a realizar, como sejam:

- Interesse da paisagem (Miradouro da Serra da Gardunha);
- Condições para práticas desportivas ou de lazer (Parceria - Gardunha Viva);
- Competência e eficácia na promoção da região e na comercialização dos produtos produzidos;
- Qualidade das instalações de acolhimento e hospedagem e competência dos serviços prestados (Parceria - casas de turismo rural);
- Possibilidade de usufruir de SPA com tratamentos e massagens a base de produtos produzidos pela unidade apícola;
- Possibilidade de participação na vida ativa das explorações apícolas (aluguer de fatos para observar de perto a “vida nas colmeias” e a respetiva produção);
- Demonstrações dos processos de fabrico;
- Degustação e para os mais interessados em participar nas atividades, elaboração de diversos produtos de pastelaria à base de mel e geleia real;
- Degustação de pratos confeccionados com produtos produzidos da própria unidade apícola (Parceria - Restaurante);
- Visita à Casa do mel em Bogas de Cima (Carrinhas disponíveis para esse efeito);
- Workshops relacionados com a apicultura (Parceria com a Escola Superior Agrária de Castelo Branco).

A unidade apícola irá localizar-se na Serra da Gardunha. Apesar das aparentes dificuldades de afastamento dos mercados (clientes e recursos humanos), o enfoque principal é a própria colónia de abelhas e o seu bem-estar. A principal virtualidade desta localização é o que no período da floração usufrui de um contexto agrícola muito favorável e uma espécie de árvore

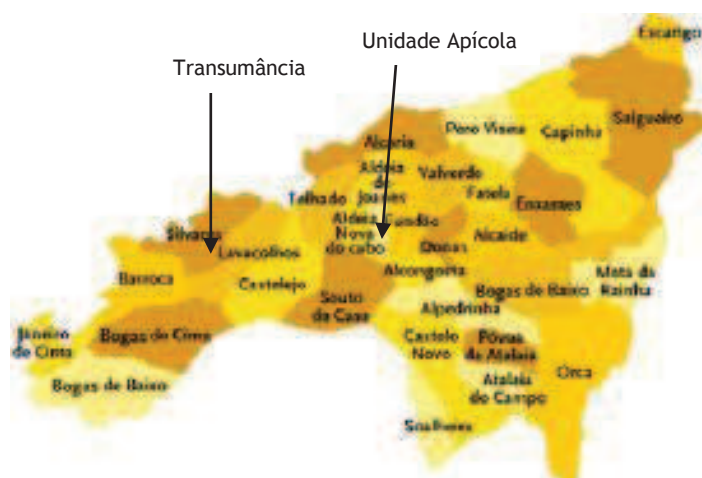
(cerejeiras) que lhe dão um sabor muito particular. A principal dificuldade é, sem dúvida, o Inverno, e não se pode desvalorizar a importante redução de baixas no efetivo que tal causa. Mas podem sempre ser equacionadas operações de redução de maneio, durante o Inverno, ou seja, reduzindo as deslocações ao apiário e, conseqüentemente, os gastos, ao mesmo tempo que se pode reforçar e fortalecer as colónias, preparando-as para a próxima época de produção.

Contudo, poderá ser utilizada a transumância, processo de movimento das colónias de um local para outro. De acordo com PAN (2011-2013: 25) tem as seguintes finalidades:

- Diversidade do produto, a produção de mel pode em outras zonas do território onde ocorrem florações distintas ou meladas em datas desfasadas, manter as mesmas colónias em produção por mais tempo e retornando de seguida aos locais de origem;
- Polinização de culturas, a produção de mel pode ser considerada secundária perante a rentabilidade inerente a contratualização do serviço de polinização.

A zona escolhida para colocar as colónias é de certa forma para ajudar na polinização das culturas e também para recolher outro tipo de floração como o Rosmaninho sendo este o predominante na região, tal como se identifica na Figura 27.

Figura 27 - Identificação da localização da unidade apícola e da zona de transumância



Fonte: IPCB (2012)

Tal como foi referido no ponto 1.4.1 - Evolução histórica no setor apícola, a origem floral do mel está associada a vários aspetos importantes como a cor e o sabor, sendo utilizada como medida de valorização do mel. De acordo com a sua origem floral, encontram-se várias tipologias para o mel, sendo que no concelho do Fundão é mais comum o Rosmaninho.

A unidade apícola vai fabricar um mel diferente, visto estar inserida na Serra da Gardunha, onde predomina, maioritariamente, as cerejeiras, sendo que as abelhas polinizam todas as árvores. Desta forma na altura da polinização das cerejeiras as colmeias irão ser direcionadas para junto por pomares para proporcionar uma maior polinização, com a subsequente obtenção de pólen.

A polinização das cerejeiras efetua-se por intermédio de insetos, principalmente as abelhas, que são atraídos pelos odores e coloração das formas florais e também pela necessidade de se alimentarem do seu pólen ou néctar. A qualidade do pólen encontra-se dependente da sua capacidade de disseminação e de adesão aos órgãos da flor e aos insetos polinizadores, principalmente, as abelhas.

A compatibilidade, a quantidade e qualidade do pólen e a preferência dada pelas abelhas são características para a grande maioria das variedades (Costa, 2009). Segundo Costa (2009:7), a reduzida temperatura:

“durante o início da Primavera baixa drasticamente o número de grãos de pólen produzidos bem como a sua vitalidade e qualidade. As temperaturas muito altas durante a Primavera também poderão originar a esterilidade do pólen produzido. O efeito provocado pelas temperaturas poderá ser indirecto ao alterar a actividade das abelhas.”

Apesar das variações de temperaturas, no período de polinização das cerejeiras, a colocação das abelhas irá depender desse mesmo fator dado que se trata de uma forma de obtenção de pólen de cerejeiras, bem como a polinização das mesmas é um trabalho gratificante para ambos: produtores dos pomares e própria unidade apícola.

O mel de Cerejeira será um produto fabricado na unidade apícola com intenção de, a nível nacional, se destacar a região dada a vasta área de exploração de cerejas, que pela sua qualidade e forma, ajuda na divulgação e na promoção do concelho do Fundão. No que diz respeito a este produto inovador fabricado pela própria unidade apícola foi desenvolvido uns rótulos bastante atrativos e diferente do que se vê habitualmente no mercado, os frascos de mel terão uma imagem relacionada com a própria unidade apícola como se pode observar na Figura 28 e 29. Os rótulos tal como já foi referenciado no ponto 1.4.2 (Enquadramento Normativo e Legislativo aplicável ao sector apícola) têm que estar de acordo com as normas estabelecidas e atualmente em vigor.

Figura 28 - Rótulo do mel de cerejeira da unidade apícola



Fonte: Elaboração própria.

Figura 29 - Frasco de mel de cerejeira da unidade apícola



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 30 é apresentado o modelo e saco e o frasco de mel que cada compra implicará. O frasco de mel de cerejeira a Gardunha Doce oferece um saco para o seu transportar, sendo bastante útil, prática e permite a reutilização, ao mesmo tempo que é um veículo de divulgação dos seus produtos apícolas

Figura 30 - Saco e frasco de mel da unidade apícola



Fonte: Elaboração própria.

A imagem da unidade apícola é diferente de todas as que existem a nível nacional, dada cor e formatos idênticos. Assim, apostou-se na diferenciação e na diversificação para que se destaque no mercado. A importância da comunicação, do valor da imagem corporativa e do design é cada vez maior nos dias de hoje dada a quantidade de ofertas existentes no mercado. Por este motivo apresentar aos clientes um conjunto visual foi considerado indispensável para a definição da viabilidade da unidade apícola, como um negócio forte e com bases sólidas. A unidade apícola terá uma imagem personalizada e para tal terá cartões-de-visita para entregar em feiras aos clientes, tal como também na forma de contactar os clientes por carta terá uns envelopes e folhas timbradas (Figura 31).

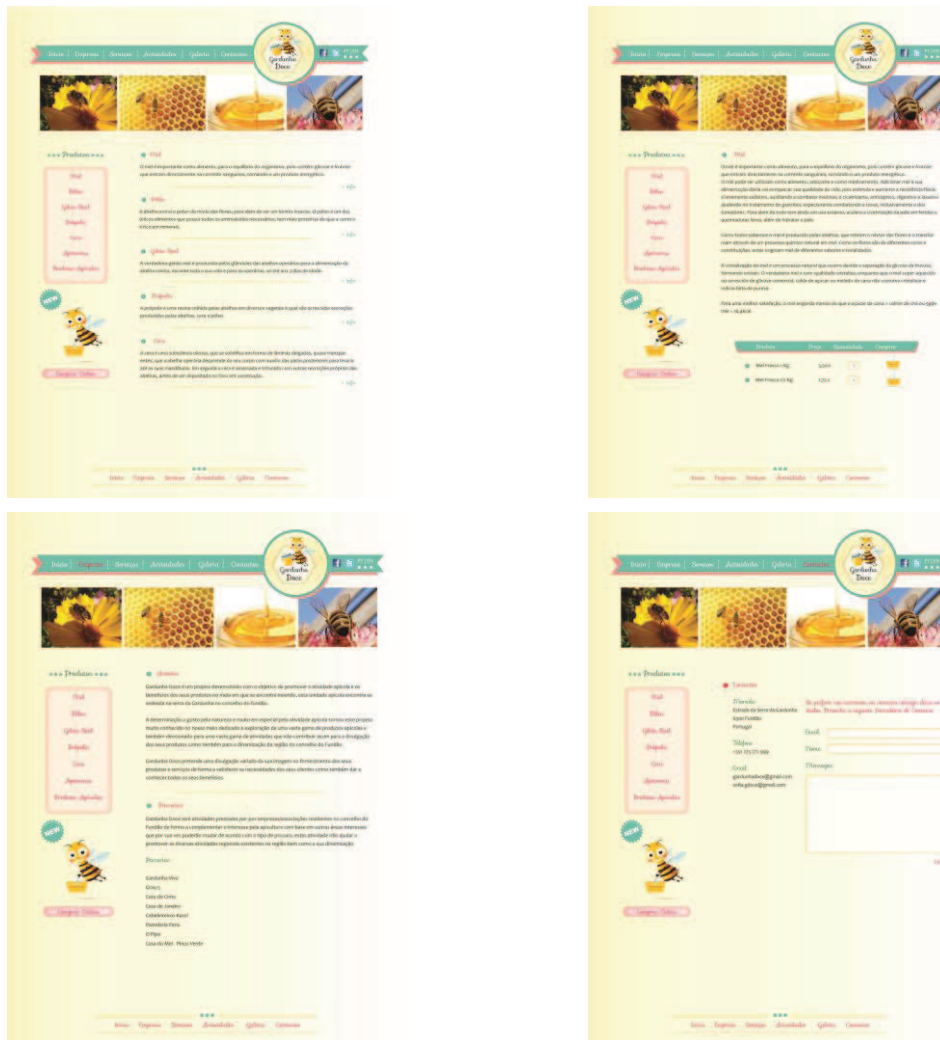
Figura 31 - Instrumentos da Política de Divulgação da unidade apícola



Fonte: Elaboração Própria.

A diferenciação também foi obtida através da inovação de produtos, da excelência da qualidade dos serviços prestados e principalmente numa campanha publicitária criativa, sendo fatores-chave para o seu sucesso (Porter, 2008). Assim, os meios de comunicação utilizados transmitem uma mensagem de modo atingir a atenção de diversas pessoas. Dado que a internet hoje em dia é um meio de comunicação mais procurado devido a sua rapidez de obtenção de produtos, de atividades e como forma de fazer encomendas sem se deslocar do seu local. Assim, a Figura 32 apresenta o site da Gardunha Doce, onde diversas páginas, alojadas num site da internet, proporcionam aos interessados um extenso conjunto de informação sobre os seus produtos e serviços e é, essencialmente, uma ferramenta bastante procurada nos dias de hoje, como forma de aumentar as vendas, efetuando uma encomenda com rapidez e sem se deslocar do local onde se encontra. Assim, uma das formas para dar a conhecer a unidade apícola é através de uma extensa ajuda de galerias de fotografias e informação complementar.

Figura 32 - Site da unidade apícola



Fonte: Elaboração Própria.

Face a tudo o exposto relativamente à campanha publicitária resta apenas reforçar que as principais formas serão através da imprensa, como por exemplo as revistas e os jornais, quer em

formato papel, quer em formato eletrónico e, ainda, a conhecida Televisão e Rádio e a internet, como a forma mais interativa e, por sua vez, cada vez mais procurada.

Por último, e de acordo com o manual de boas práticas elaborado por Barros *et al.* (2009:14), será importante estudar a localização da unidade apícola. Assim, a localização do edifício da unidade apícola deve destacar vários aspetos, nomeadamente: os acessos, a facilidade de movimentação de viaturas (carga e descarga), o fornecimento de energia elétrica e de água potável em quantidade e pressão suficientes; a construção do edifício deve ser sólida e mantida em boas condições de conservação; o acesso deve ser exterior e independente; e deve evitar estar próximo de possíveis fontes de contaminação (poeiras, gases, lixeiras, locais de produção de animais).

Na Figura 33 é apresentada uma proposta para o edifício da Unidade apícola que será um pré-fabricado em que como se pode observar irá ser construído no local pretendido com uma montagem bastante rápida e segundo um modelo já estabelecido.

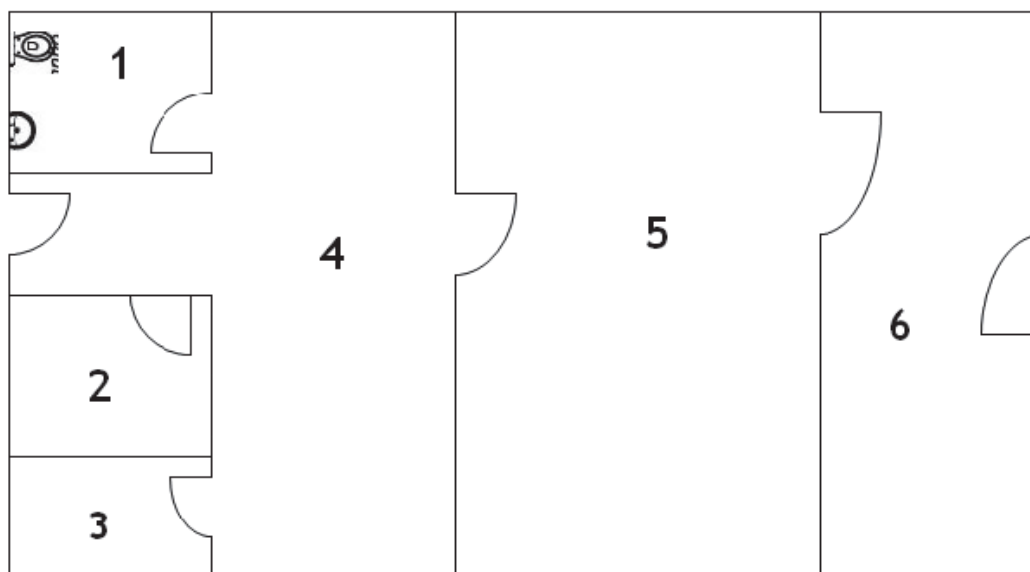
Figura 33- Edifício da unidade apícola



Fonte: Frisomat (2013)

De acordo com a Figura 34, o edifício terá 300m² e será dividido em 6 áreas distintas e complementares. Assim, terá instalações sanitárias, uma sala de formação que permitirá a realização dos workshops, um escritório para a realização dos trabalhos administrativos, um armazém para a arrumação de todos os utensílios necessários à própria unidade, bem como a toda a atividade apícola. A parte mais importante e a que exige maior cuidado de higiene é a zona de extração e de fabrico, onde são transformados de todos os produtos apícolas produzidos nesta unidade. Por último, o edifício irá ter uma garagem onde irão estar alguns dos materiais de transporte às colmeias, bem como o parque de uma viatura.

Figura 34 - Planta interior do edifício da unidade apícola



Legenda:

1. Instalações sanitárias
2. Sala de formação
3. Escritório
4. Armazém
5. Zona de extração e Zona de fabrico
6. Garagem

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito aos pavimentos do edifício, estes terão que ser revestidos com materiais impermeáveis, não absorventes, anticorrosivos, antiderrapantes e fáceis de lavar e desinfetar com inclinação adequada para permitir o escoamento adequado das superfícies, evitando-se, assim, a retenção de águas.

O material usado na unidade de processo de fabrico tem que ser em aço inoxidável e as instalações sanitárias não devem estar próximas das áreas de extração e acondicionamento de mel, segundo as regras estabelecidas de acordo com o anexo I do Regulamento (CE) n.º 852/2004 (CCE, 2004a). Desta forma o edifício da unidade apícola vai ter que seguir o modelo de acordo com a norma em vigor.

4.3. Viabilidade da unidade apícola

4.3.1. Pressupostos

O projeto de investimento da unidade apícola terá uma duração de cinco anos, considerando-se um projeto de médio prazo, sendo que:

- o ano de arranque será em 2014 (ou ano zero);
- o ano cruzeiro será em 2016 (ou terceiro ano);
- o ano de término será em 2018 (ou quinto ano).

A presente análise será desenvolvida a preço constantes, já que os preços correntes podem apresentar distorções que alteram o seu valor, nomeadamente por restrições às importações, taxas de câmbio oficiais e regimes de controlo de preços em produtos, bem como por incentivos à exportação (Barros, 2008). Assim, a taxa de atualização será oportunamente discutida dado que a presente estudo de viabilidade é baseado em documentos de prestação de contas previsionais (Martins, 1996)

De acordo com estudos sobre o nível de produção dos produtos apícolas por colmeia e em função do quadro normativo e legal em vigor, confirma-se que um dos pressupostos será que a quantidade produzida será igual à quantidade comercializada (Jaimbalvo, 2010). Tal pressuposto é definido, porque podem desenvolver-se estudos técnicos, conjugados com recursos disponíveis, mas a estimação dos níveis de comercialização está fortemente condicionado por serem produtos agrícolas (Riches, 1990; Reis, 2008). Neste sentido, a previsão das vendas será determinada de acordo com diversos pressupostos adaptados para a sua elaboração. Desta forma, na Tabela 69 consideraram-se as seguintes quantidades estimadas por produtos apícolas em cada colmeia.

Tabela 69 - Quantidade estimada por produtos apícolas em cada colmeia

Produto apícola	Unidade métrica de recolha	Quantidade
Mel	kg	18
Própolis	gr	500
Cera	%	1,5%
Pólen	kg	3
Geleia Real	gr	300
Apitoxina	gr	1
Enxames	unidade	128.000

Fonte: Elaboração própria.

Face ao exposto, num exercício económico coincidente com um ano civil, numa colmeia em normal e regular atividade pode ser obtida, após a colheita, uma estimativa de: 18 kg de mel, 500gr de própolis, 1,5% da produção de mel mais a troca de favos, 3 kg de pólen, 300gr de geleia real e 1gr de apitoxina.

A quantidade estimada por produto apícola, por cada ano do projeto de investimento, na unidade apícola poderá observar-se segundo a evolução expressa na Tabela 70. A unidade apícola terá 200 colmeias no seu primeiro ano do projeto (2014), 300 colmeias no segundo ano do projeto (2015) e 400 colmeias nos restantes anos do projeto (2016 até 2018).

Tabela 70 - Evolução da quantidade estimada por produtos apícolas em cada colmeia

Quantidade produção	Unidade métrica de comercialização	2014	2015	2016	2017	2018
Colmeias	Número	200	300	400	400	400
Mel	Kg	3.600	5.400	7.200	7.200	7.200
Própolis	Kg	100	150	200	200	200
Cera	Broa	54	81	108	108	108
Pólen	Kg	600	900	1.200	1.200	1.200
Geleia Real	kg	60	90	120	120	120
Apitoxina	gr	20	30	40	40	40
Enxames	Número de abelhas			128.000	128.000	128.000

Fonte: Elaboração própria.

Segundo os pressupostos expressos no ponto anterior e sabendo que a produção está condicionada pelo número de colmeias da Tabela 70 então a produção por produto será:

Mel. A produção de mel será de 3.600kg em 2014 e a produção irá aumentar, em 2015, para 5.400kg e nos restantes anos aumenta para 7.200kg.

Própolis. A produção de própolis, verifica-se que em 2014, a sua produção será de 100kg, em 2015 será de 150kg e os restantes anos será de 200kg.

Cera. A produção de cera será calculada em broas e em 2014 ascenderá a 54 broas, em 2015 será de 81 broas e nos restantes anos passará para 108 broas.

Pólen. A produção de pólen em 2014 será de 600kg, em 2015 será 900kg e nos restantes ascende a 1.200kg.

Geleia Real. A produção da geleia real irá ascender em 2014 a 60kg, em 2015 passará para 90kg e nos restantes será de 120kg.

Apitoxina. A produção de apitoxina será de 20gr por colmeia em 2014, 30gr em 2015 e 40gr nos restantes anos.

Enxames. Apenas a partir do ano de 2016 é que será possível a sua venda, dado que os primeiros anos da exploração do projeto irão servir para fortalecer os enxames. Assim, a partir do ano de 2016 e restantes a quantidade de abelhas por ano será de 128.000.

Dado que estamos perante produtos de um mercado muito específico, adoptou-se custo-objetivo como metodologia de cálculo do preço de venda estimado a proposta de Drury (2010: 253). Assim, a primeira etapa é determinar o preço-objetivo que os clientes estarão preparados para pagar cada um dos produtos. A segunda etapa será a dedução de uma margem de lucro do preço-objetivo de modo a determinar o custo-objetivo. A terceira etapa é a estimação do custo atual de cada um dos produtos. E, por último, se a estimação do custo atual exceder o custo objetivo então investigam-se formas de ajustar os referidos custos.

Apesar de aparentemente envolver uma fundamentação dos preços que a unidade apícola praticará, quer a nível nacional, quer a nível internacional, reforça-se que esta será suportada também num estudo sobre os preços dos mesmos produtos comprados por clientes aos

concorrentes da unidade apícola, nomeadamente: Apinorte, Apiguarda e Macmel. Face ao exposto e de modo particular pelo intenso nível de competitividade na atividade apícola, a unidade apícola irá praticar os preços, tal como se pode confirma na Tabela 71 e resultado da aplicação da Metodologia de Drury (2010).

Tabela 71 - Evolução de preço de venda estimado, 2014-2018

Preços de Venda	Unidade métrica de comercialização	2014	2015	2016	2017	2018
Mel	kg	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Própolis	kg	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Cera	broa	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Pólen	kg	20,15	20,15	20,15	20,15	20,15
Geleia Real	kg	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Apitoxina	gr	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00
Enxames	número de abelhas	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05

Fonte: Elaboração própria.

Por um lado, a tabela 71, também evidencia a Lei da Oferta e da Procura, e na perspetiva de *Gomes et al.* (2005: 12), nomeadamente pelo fato da:

“escassez de produção contribuir para fazer aumentar o preço, incentivando os produtores a produzirem mais, face à valorização do produto no mercado e ao maior rendimento que podem obter.”

Por outro lado, a aparente estabilidade de preços no mercado resultado do pressuposto de que o impacto do índice de preços ao consumidor será efetuado no cálculo dos cash-flows. Assim, durante todo o período 2014-2018, o mel será vendido a €5,50 por quilo, a própolis a €60,00 por quilo, a cera €3,50 por broa, o pólen €20,15 por kg, a geleia real €60,00 por quilo, a apitoxina a €35,00 por grama e os enxames a €0,05 por abelha.

Entre os pressupostos será de referir que os preços apresentados na Tabela 71 são apresentados com o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) já incluído. Assim, segundo o Código do IVA (ATA, 2013c) é aplicável à totalidade dos produtos apresentados na Tabela anterior a taxa de 6%.

As atividades de prestação de serviços que irão ser praticadas e diretamente ligadas à unidade apícola são Workshops relacionados com a apicultura, Visitas guiadas aos apiários; Demonstrações dos processos de fabrico. Assim, na Tabela 72 seguinte é demonstrada a quantidade máxima de prestação de serviços que permitirá a participação na vida ativa das explorações apícolas.

Tabela 72 - Quantidade estimada de cada prestação de serviços

Prestação de Serviços	2014	2015	2016	2017	2018
Workshop	480	480	480	480	480
Visitas guiadas pelos apiários	960	960	960	960	960
Demonstrações processos de fabrico	960	960	960	960	960
Total	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400

Fonte: Elaboração própria.

Entre os pressupostos para a realização destas atividades, cabe referir que serão consideradas sazonais dado que apenas irão funcionar no período de seis meses durante o ano e em 4 dias da semana, coincidindo com a maior produção apícola e para se consiga demonstrar todos os processos de fabrico, bem como o funcionamento na íntegra da atividade apícola. Estas atividades terão um mínimo de seis elementos e um máximo de vinte, de modo a explorar tal serviço com um adequado nível de satisfação entre os clientes.

Entre os pressupostos será de referir que os preços apresentados na Tabela 73 são apresentados com o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) já incluído. Assim, segundo o Código do IVA (ATA, 2013c) é aplicável à totalidade dos serviços apresentados na Tabela seguinte a taxa de 23%, tal como Anexo do CIVA.

Tabela 73 - Preço estimado de cada prestação de serviços

Prestação de Serviços	
Workshop	100,00
Visitas guiadas pelos apiários	35,00
Demonstrações processos de fabrico	35,00

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito aos workshops (tabela 73) estes terão um preço de €100,00 por pessoa, sabendo que serão realizados ao Sábado e Domingo e o almoço incluído será servido no restaurante típico do Concelho do Fundão o “Pipo” situado na freguesia do Souto da Casa.

As visitas guiadas pelos apiários serão realizadas com a ajuda de um guia (trabalhador sazonal) para que se consiga observar e adquirir conhecimentos com o decorrer da visita. Esta atividade terá um preço de €35,00 por pessoa (tabela 73) e inclui um lanche com produtos produzidos à base dos produtos apícolas fabricados na unidade.

Relativamente às demonstrações de processos de fabrico, estas funcionarão da mesma forma como a visita guiada pelos apiários, e terão um guia que presta esclarecimentos, incluindo um lanche servido no regresso à unidade apícola e o preço por pessoa será o mesmo de €35,00 (tabela 73).

De acordo com o desenvolvimento das atividades diretamente relacionadas com a componente prática dos apiários, para a realização das visitas das mesmas serão disponibilizados uns fatos de apicultura para cada elemento inscrito para que os indivíduos se consigam aproximar das colmeias em segurança. Como forma de agradecimento pela participação das atividades desenvolvidas serão oferecidos uns brindes relacionados com a unidade apícola (Figura 35).

Figura 35 - Brindes de oferta da unidade apícola



Fonte: Elaboração própria.

Outras atividades irão funcionar em parceria à própria unidade apícola de forma a complementar o interesse pela apicultura com base em outras áreas interesses que por sua vez poderão mudar de acordo com o tipo de procura e irão ajudar a promover as diversas atividades regionais existentes na região bem como a sua dinamização. Assim, entre as atividades que irão ser prestadas por outras empresas e/ou associações parceiras, tal como se pode confirmar no ponto 2.4.2. - Condições de vida deste Trabalho de Projeto, anteriormente abordado sobre esta temática, podem ser descritas como:

Atividades desportivas e lazer - Estas atividades serão prestadas pela Associação de montanhismo do Fundão “Gardunha Viva” e pelo “Grau 5”. As atividades à escolha serão: caminhadas onde poderão usufruir da paisagem e da natureza, assim como, pedestrianismo, orientação, montanhismo, escalada, canyoning, canoagem, BTT e ecoturismo e outras atividades mais radicais, como o paintball, passeios todo o terreno, tiro com arco e passeios de balão de ar quente.

Turismo rural - Em algumas freguesias do Concelho do Fundão pode-se encontrar o verdadeiro aconchego do turismo rural para quem pretende prolongar a visita pela nossa região como também para quem quiser ficar alojado durante os dias da permanência do workshop, irão poder ficar alojados na “Casa do Cimo” situada na Aldeia Nova do Cabo e a “Casa de Janeiro” situada em Janeiro de Cima que são casas típicas de turismo rural no concelho do Fundão.

SPA e tratamento de beleza - Esta atividade é sem dúvida um nicho de mercado sendo que atualmente também é considerado um fator cada vez mais importante e apreciado na vida das pessoas, desta forma irá existir um serviço que será realizado num salão

que será nosso parceiro (Cabeleireiros Karol) nesta atividade para que desta forma possam aproveitar de um SPA com tratamentos e massagens a base de produtos produzidos pela própria unidade apícola. O tratamento que se irá tornar mais conhecido será a massagem de mel em onde irá consistir numa técnica que hidrata a pele, remove toxinas e ativa os glóbulos brancos responsáveis pela defesa do corpo. Como filosofia, a massagem com mel leva em conta o senso de organização e disciplina das abelhas, e tenta transmitir essas características à personalidade da pessoa que a esta a usufruir.

A descoberta da pastelaria - Esta atividade é, sem dúvida, apreciada e procurada por toda a população e é de curiosidade geral. Esta atividade será desenvolvida numa pastelaria também conhecida e conceituada do Concelho do Fundão onde irá fabricar e produzir uma grande variedade de produtos à base de mel e geleia real que foram produzidos pela unidade apícola. Para que esta atividade seja considerada bastante enriquecida irá ser desenvolvida com a colaboração dos próprios participantes e interessados para que possam fabricar o seu próprio doce apícola.

Gastronomia com mel - Esta atividade poderá ser aproveitada e realizada em grupos de amigos e/ou família pois será praticada com base num menu dedicado e produzido com os produtos fabricados na unidade apícola. Esta é uma vertente que na maioria das vezes é muito procurada como sugestão de degustação. Desta forma estes menus serão confeccionados num restaurante bastante típico e conhecido no concelho do Fundão o “Pipo”.

Visitas à casa do mel - Esta atividade implica visitar na freguesia de Bogas de Cima a Associação *Pinus Verde*, esta irá conter uma visualização de apresentações multimédia ao longo de um percurso que ilustra as diferentes etapas da produção melífera como também visitar e conhecer a componente de laboração industrial da casa.

De acordo com todas estas atividades irá ser feito um roteiro turístico onde vários grupos poderão fazer a sua inscrição para a participação das atividades apícolas. Estas atividades poderão ser realizadas de forma “itinerário” como também inscrição individual de uma só atividade. Desta forma pretende-se assim atrair turistas, essencialmente nacionais, oriundos de todo o tipo de estatutos socioeconómicos. Contudo todas as referidas atividades complementares são apenas estratégias para diversificar o negócio num futuro próximo.

Importa assim dar resposta à procura por parte deste segmento de turismo que se adequam aos diferentes tipos de necessidades, bem como às solicitações provenientes dos diferentes faixas etárias que, por razões distintas, são atraídas ou susceptíveis de vir a ser aliciadas, para esta forma de turismo. As crianças, numa perspetiva de visitas pedagógicas, os adolescentes, numa perspetiva ecológica ou de prática de aventura ou de desportos, os seniores, que procuram a tranquilidade dos passeios no campo fora de estação, as pessoas que veneram a beleza e o bem-estar e o revivalismo da memória de tradições ancestrais, como o prazer da gastronomia.

Outro dos pressupostos mas relativos ao Plano de Investimento é a questão dos gastos de depreciações dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e de amortizações dos ativos intangíveis. Os ativos depreciáveis representam uma parte significativa dos ativos de muitas empresas e compreende-se que a depreciação tem um efeito bastante significativo na posição financeira e nos resultados das mesmas. Segundo o parágrafo 6 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 dedicada aos Ativos fixos tangíveis (MFAP, 2009c), a depreciação é:

“imputação sistemática da quantia depreciável de um activo durante a sua vida útil”.

Nesta medida, a depreciação é uma operação contabilística que visa registar o desgaste do investimento no processo produtivo da entidade, espelhando assim a sua realidade económica e financeira. Assim, o Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro (MFAP, 2009d) estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC). O Código do IRC dos artigos 29º ao 34º (ATA, 2013a) também define os elementos essenciais do regime de depreciações e amortizações, nomeadamente os elementos depreciáveis e amortizáveis, a respetiva base de cálculo e os métodos aceites para efeitos fiscais, fazendo referência ao Decreto Regulamentar citado.

4.3.2. Variáveis económicas da unidade apícola

Seguindo a apresentação constante na Demonstração de Resultados, verifica-se que a primeira variável é o volume de negócios subdividida em duas componentes. A primeira são as Vendas que será apresentada na Tabela 74 e a segunda serão a Prestação de Serviço apresentada na Tabela 75.

Tabela 74 - Evolução previsional das Vendas, 2014-2018

Vendas	Unidade	2014	2015	2016	2017	2018
Mel	kg	19.800,00	29.700,00	39.600,00	39.600,00	39.600,00
Própolis	Kg	6.000,00	9.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Cera	broa	189,00	283,50	378,00	378,00	378,00
Pólen	kg	12.090,00	18.135,00	24.180,00	24.180,00	24.180,00
Geleia Real	kg	3.600,00	5.400,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00
Apitoxina	gr	700,00	1.050,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00
Enxames	número de abelhas	0,00	0,00	6.400,00	6.400,00	6.400,00
Total		42.379,00	63.568,50	91.158,00	91.158,00	91.158,00

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 74 verifica-se que as vendas dos produtos apícolas terá um aumento de 50% de 2014 para 2015 e de 33,33% de 2015 para 2016, mantendo-se depois até ao ano 2018. Assim, terá a seguinte distribuição:

Mel. A comercialização de mel será de €19.800,00 em 2014; €29.700,00 em 2015, representa; e nos restantes anos aumenta 33,3% ascendendo a €39.600,00.

Própolis. A comercialização de própolis será de €6.000,00 em 2014, €9.000,00 em 2015 e €12.000,0 nos restantes anos.

Cera. A comercialização de cera será em 2014 de €189,00, em 2015 será de €283,50 e nos restantes anos passará para €378,00.

Pólen. A produção de pólen em 2014 será de €12.090,00, em 2015 será de €18.135,00 e nos restantes ascenderá a €24.180,00.

Geleia Real. A comercialização da geleia real em 2014 irá ascender €3.600,00, em 2015 passará €5.400,00 e nos restantes anos será €7.200,00.

Apitoxina. A comercialização de apitoxina será de €700,00 em 2014, €1.050,00 em 2015 e €1.400,00 nos restantes anos.

Enxames. No ano de 2016 e seguintes, comercialização de abelhas será, por cada ano, de €6.400,00.

Unidade apícola. O volume de vendas ascenderá a €42.379,00 no primeiro ano sendo em 2014, será de €63.568,50 em 2015 e nos restantes passará para €91.158,00.

Relativamente às prestações de serviço da unidade apícola, tal como já referido anteriormente o seu funcionamento no ponto 4.2.1. Os valores previsionais dos serviços prestados na unidade apícola foram calculados de acordo com as Tabelas 70 e 72 anteriores, logo apresenta-se na tabela 75 a evolução da prestação de serviços estimada para o período de 2014-2018.

Tabela 75 - Evolução previsional da prestação de serviços, 2014-2018

Prestação de Serviços	2014	2015	2016	2017	2018
Workshop	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
Visitas guiadas pelos apiários	33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00
Demonstrações processos de fabrico	33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00
Total	115.200,00	115.200,00	115.200,00	115.200,00	115.200,00

Fonte: Elaboração própria

Desta forma, e tal como se pode verificar na tabela 75, as prestações de serviços irão atingir um valor de €115.200,00, correspondendo a €48.000,00 na realização de workshop, €33.600,00 nas visitas guiadas pelos apiários e, ainda, nas demonstrações dos processos de fabrico, respectivamente. Complementarmente, a Tabela 76 sintetiza a evolução previsional do Volume de Negócios, entre os anos 2014-2018.

Tabela 76 - Evolução previsional do Volume de Negócios, 2014-2018

Volume de Negócios	2014	2015	2016	2017	2018
Vendas	42.379,00	63.568,50	91.158,00	91.158,00	91.158,00
Prestações de Serviços	115.200,00	115.200,00	115.200,00	115.200,00	115.200,00
Total da Prestação Serviços (com IVA)	157.579,00	178.768,50	206.358,00	206.358,00	206.358,00

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito aos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas sendo este projeto uma unidade apícola, ou seja, consiste na produção agrícola, desta forma os inventários são mensurados pelo justo valor menos os custos de venda sendo que as alterações no justo valor menos os custos de vendas são reconhecidos no resultado do período em que se tenha efetuado essa alteração. Contudo os produtos agrícolas sendo eles provenientes dos seus ativos biológicos são mensurados no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda. Verifica-se de acordo com a tabela 77 que o valor do CMVM diminuiu 13,4% na passagem do ano 2014 para 2015, no entanto a partir de 2016 aumenta 15,3% e mantém-se até 2018.

Tabela 77 - Evolução previsional do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, 2014-2018

	2014	2015	2016	2017	2018
CMVM	29.064,81	25.174,93	29.027,00	29.027,00	29.027,00

Fonte: Elaboração própria.

Também no âmbito da criação da unidade apícola, existem diversos gastos que devem ser incorridos para o normal e regular funcionamento da unidade apícola, tal como são os fornecimentos e serviços externos. Após um estudo das especificidades e no que diz respeito aos fornecimentos e serviços externos previsionais, estes foram calculados de acordo com custos variáveis e fixos essenciais no desempenho das atividades da unidade apícola e apresentados na Tabela 78.

Tabela 78 - Evolução previsionál dos Fornecimentos e Serviços Externos, 2014-2018

Fornecimentos e Serviços Externos	2014	2015	2016	2017	2018
622. Serviços Especializados					
6222. Publicidade e Propaganda	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
62211. Trabalhos especializados	7.380,00	7.380,00	7.380,00	7.380,00	7.380,00
622111. Reposição de ceras	40,00	90,00	160,00	160,00	160,00
622112. Reposição de quadros	300,00	450,00	600,00	600,00	600,00
622113. Alimentação artificial	550,00	825,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00
62212. Trabalhos de terraplanagem	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00
62213. Trabalhos de construção civil	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
62214. Trabalhos de instalação eléctrica	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
6226. Manutenção de viatura	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00
62271. Serviços de Sanidade Apícola	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
62272. Tratamento Sanitário	1.700,00	2.550,00	3.400,00	3.400,00	3.400,00
6228. Serviço Contabilidade	4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00	4.200,00
624. Energia e Fluidos					
6241. Eletricidade	900,00	1.000,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
6242. Combustível	2.400,00	2.500,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00
6243. Água	600,00	600,00	800,00	800,00	800,00
6244. Gás	400,00	500,00	750,00	750,00	750,00
626. Serviços diversos					
6262. Telecomunicações	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00
6263. Seguro Automóvel	340,00	340,00	340,00	340,00	340,00
Total	51.970,00	53.595,00	55.840,00	55.840,00	55.840,00

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente aos serviços externos apresentados na tabela 78, verifica-se que de acordo com o plano de contas do SNC, os Fornecimentos e Serviços Externos previsionais da unidade durante o período de 2014 a 2018 observa-se que de acordo com a conta 622 do código de contas do SNC - serviços especializados, neles constam a publicidade e propaganda e um prestador de trabalho especializado, que por sua vez, este irá fazer a reposição de ceras, reposição de quadros e a alimentação artificial das colmeias. Os serviços especializados na construção de instalação (terraplanagem), trabalhos de Construção civil, trabalhos de instalação eléctrica e manutenção da viatura com a mudança de pneus e revisão.

Os serviços especializados relativos as quotas da *Pinus Verde*, está subdividida em mais dois trabalhos especializados pela parte deles, referentes aos serviços de sanidade apícola realizado 1 vez por ano e o tratamento sanitário também realizado uma vez por ano por colmeia e por último contam os Serviços Contabilidade.

No que se refere a conta 624 do plano de contas do SNC, este refere-se a energia e fluidos, sendo que constante nessa divisão está inserido o fornecimento da eletricidade, combustível, água e gás. Relativamente aos Serviços diversos, estes representam a conta 626 do plano de

contas do SNC, onde constam os fornecimentos das telecomunicações e do seguro automóvel. Conclui-se assim que o valor total dos fornecimentos e serviço externos variam de ano para ano entre €22.071,81 em 2014, €21.441,84 em 2015 e €22.791,84 em 2016 e seguintes.

Na tabela 79 é apresentada a evolução previsional dos Gastos com o Pessoal, durante a realização do projeto (2014-2018). Assim, serão contratados dois trabalhadores, um deles para a direção da Unidade Apícola e um trabalhador sazonal, com o horário de trabalho das 9h da manhã as 18h, tendo uma hora para almoço das 13h as 14h.

Tabela 79 - Cronograma anual de atividades dos trabalhadores

Cronograma de Tarefas		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Tarefas	Descrição												
Direcção:													
T1	Administração da Unidade Apícola	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
T2	Administrativas, financeiras e de controlo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
T3	Gestão das parcerias e realização de workshops	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
T4	Comercialização de produtos apícolas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
T5	Processamento de produtos apícolas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Trabalhador Sazonal:													
T1	Preparação do material da unidade apícola				x	x	x	x	x	x			
T2	Avaliar e substituir as rainhas				x	x			x	x			
T3	Conservar Ceras								x				
T4	Substituir colmeias									x			
T5	Preparação das demonstrações dos processos de fabrico				x	x	x	x	x	x			
T6	Realização das visitas guiadas plos apiarios				x	x	x	x	x	x			
Prestadores de Trabalho Especializado:													
T1	Reposição de ceras		x										
T2	Reposição de quadros		x	x									
T3	Alimentação artificial		x	x							x		x
T4	Conservar Ceras								x				
T5	Produção dos produtos apícolas			x	x	x	x	x	x	x	x		
T6	Comercialização	x	x	x	x							x	x
T7	Preparação do material da unidade apícola	x	x										
T8	Avaliar e substituir as rainhas			x	x						x		
T9	Substituir colmeias									x	x		

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao trabalhador especializado este irá ser contratado, tem horário flexível mas com tarefas a cumprir ao longo de todo o ano de trabalho. Neste caso irá dedicar-se as seguintes tarefas tal como se pode observar na tabela 80, reposição de ceras, reposição de quadros, alimentação artificial, conservar Ceras, produção dos produtos apícolas, comercialização, preparação do material da unidade apícola, avaliar e substituir as rainhas e Substituir colmeias.

No que se refere ao trabalhador da direcção este irá assumir todas as responsabilidades de administração da unidade apícola, sendo que as suas tarefas, tal como se pode observar na

tabela 78, serão tarefas de ordem da administração da Unidade Apícola; administrativas, financeiras e de controlo; gestão das parcerias e realização de workshops; comercialização de produtos apícolas e processamento de produtos apícolas.

Relativamente ao trabalhador sazonal este irá desenvolver as atividades mais sazonais, preparação do material da unidade apícola, avaliar e substituir as rainhas; conservar Ceras; substituir colmeias; preparação das demonstrações dos processos de fabrico e realização das visitas guiadas pelos apiários.

Na tabela 80 é apresentada a evolução previsional dos Gastos com o Pessoal, durante a realização do projeto (2014-2018), com indicação das remunerações brutas auferidas por cada um dos trabalhadores no respetivo período, a quantificação dos subsídios (de refeições, de férias e de natal), retenções a efetuar e a determinação do rendimento líquido a pagar.

Tabela 80 - Evolução previsional das remunerações, 2014-2018

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
Direção					
Número	1	1	1	1	1
Meses de trabalho	14	14	14	14	14
Vencimento Mensal	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00
Remuneração Bruta Anual	9.800,00	9.800,00	9.800,00	9.800,00	9.800,00
Subsídio de Refeição Anual	939,40	939,40	939,40	939,40	939,40
Remuneração Líquida Anual	9.436,00	9.436,00	9.436,00	9.436,00	9.436,00
Pessoal Especializado					
Número	1	1	1	1	1
Meses de trabalho	7	7	7	7	7
Vencimento Mensal	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Remuneração Bruta Anual	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
Subsídio de Refeição Anual	512,40	512,40	512,40	512,40	512,40
Remuneração Líquida Anual	3.627,40	3.627,40	3.627,40	3.627,40	3.627,40

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma o processamento de salários é efetuado todos os meses e determina as remunerações que devem ser atribuídas, no fim de cada mês, aos trabalhadores e aos órgãos de direção que trabalham na unidade apícola, bem como as suas obrigações perante a Segurança Social.

Por sua vez a contabilização do processamento de salários é efetuada pelo débito das subcontas de gastos com o pessoal, as rubricas de remunerações, subsídio de alimentação, subsídio de férias e ajudas de custo, sendo que em contrapartida serão creditadas as respectivas contas, pelo valor da Retenção de IRS e Contribuições para a Segurança Social passando desta forma a ser creditado o valor líquido a pagar na conta de outros devedores e credores.

As remunerações dos trabalhadores contabilizam-se na conta de Gastos com o Pessoal -

(Conta 63 do SNC), sendo que se entendem como remunerações, os salários, o subsídio de Natal, subsídio de férias e o subsídio de refeição. Em contrapartida contabilizam-se as contribuições para a segurança social, a retenção de imposto sobre o rendimento e as remunerações a pagar ao trabalhador especializado e ao trabalhador da direção. Desta forma o processamento de salários é efetuado todos os meses e determina as remunerações que devem ser atribuídas, no fim de cada mês, aos trabalhadores e aos órgãos sociais que trabalham na empresa, bem como as suas obrigações perante a Segurança Social.

Considerando que a contabilização do processamento de salários é efetuada pelo debito das subcontas de gastos com o pessoal, as rubricas de remunerações, subsídio de alimentação, subsídio de férias e ajudas de custo, que por sua vez serão creditadas as respectivas contas, pelo valor da Retenção de IRS e Contribuições para a Segurança Social passando desta forma a ser creditado o valor líquido a pagar na conta de outros devedores e credores.

No decorrer do processamento dos salários, encontram-se a débito as respetivas subcontas dos gastos com o pessoal (conta 63 do SNC), por crédito de Remunerações a pagar (conta 231 do SNC), pelas quantias líquidas apuradas no processamento de salários que são consideradas as contas Estado e outros entes públicos (conta 24 do SNC) e Outros devedores e credores (conta 278 do SNC). No que se refere ao processamento dos encargos patronais sobre as remunerações, coloca-se a débito de encargos sobre remunerações (conta 635 do SNC) por crédito das subcontas Estado e outros entes públicos a que respeitem as contribuições patronais (conta 24 do SNC). Relativamente aos pagamentos ao pessoal e às outras entidades públicas, debitam-se as contas Remunerações a pagar (conta 231 do SNC), Estado e outros entes públicos (conta 24 do SNC) e outros devedores e credores (conta 278 do SNC), por contrapartida das contas dos meios financeiros.

Tabela 81 - Evolução previsional dos Encargos da Entidade Empregadora, 2014-2018

Encargos da Entidade Empregadora	2014	2015	2016	2017	2018
Segurança Social					
Direção (20,3%)	1.989,40	1.989,40	1.989,40	1.989,40	1.989,40
Trabalhador Agrícola (22,3%)	780,50	780,50	780,50	780,50	780,50
	2.769,90	2.769,90	2.769,90	2.769,90	2.769,90
Seguro Acidentes Trabalho (3%)					
Direção	294,00	294,00	294,00	294,00	294,00
Trabalhador Sazonal	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00
Total	399,00	399,00	399,00	399,00	399,00
Total	3.168,90	3.168,90	3.168,90	3.168,90	3.168,90

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com as taxas da segurança social aplicadas a entidade empregadora por cada trabalhador (tabela 81), verifica-se que a entidade empregadora tem um gasto anual com a segurança social de €2.769,90 acrescendo assim os seguros de acidente de trabalho no valor de €399,00 que perfaz um total de encargos anuais de €3.168,90.

As entidades empregadoras são responsáveis pelo pagamento das contribuições e quotizações à Segurança Social, relativas aos trabalhadores ao seu serviço. Desta forma os trabalhadores de direção têm uma taxa aplicada de 28,60% ficando 20,30% a cargo da entidade empregadora (tabela 81) e 8,3% a cargo do trabalhador (tabela 82).

Por sua vez o trabalhador agrícola esta abrangido por uma taxa aplicada com base na sua categoria de trabalhador sendo que de acordo com o artigo 96 do código dos regimes contributivos do sistema previdencial de segurança social (DGSS, 2013) se verifica uma taxa de 23,30% ficando 22,30% a cargo da entidade patronal (tabela 81) e 11% a cargo do trabalhador (tabela 82). Estes valores podem variar, de acordo com diversas situações sendo que a determinação do montante das contribuições das entidades empregadoras e das quotizações dos trabalhadores, considera-se base de incidência contributiva a remuneração ilíquida devida em função do exercício da atividade profissional ou decorrente da cessação do contrato de trabalho.

O seguro de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem de acordo com o nº 1 da Portaria nº 256/2011 refere que:

“É aprovada a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respectivas condições especiais uniformes, constantes do anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante, a adoptar pelos respectivos seguradores”

Desta forma e por ser um seguro obrigatório está inserido nos encargos da entidade empregadora sendo que a taxa estabelecida está de encontro com as cláusulas contratuais do seguro de acidentes de trabalho. Contabilisticamente encontra-se referenciado na conta de Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais - conta 636 do SNC. O cálculo efetuado para pagamento do encargo do seguro para cada trabalhador é realizado com base na remuneração de cada um sobre a taxa referida.

No que se refere à retenção da Taxa Social Única (TSU), esta é considerada da responsabilidade da entidade empregadora sendo que o cumprimento da obrigação contributiva abrange os trabalhadores por conta de outrem. O cálculo efetuado da TSU é relativo a taxa contributiva geral e deverá ser paga à Segurança Social até ao dia 15 do mês seguinte ao que as remunerações se referem.

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) incide sobre seis categorias específicas e distintas, sendo que, cada uma delas tem as suas próprias taxas e as suas próprias formas de calcular o rendimento calcetável. As categorias definidas pelo Código do IRS (ATA, 2013b) são as seguintes: Categoria A - Rendimentos do trabalho dependente; Categoria B - Rendimentos empresariais e profissionais; Categoria E - Rendimentos de capitais; Categoria F - Rendimentos prediais; Categoria G - Incrementos patrimoniais; Categoria H - Pensões

Segundo o n.º 1 do artigo 98 do Código do IRC (ATA, 2013a) refere que:

“A entidade devedora dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte, as entidades registadoras ou depositárias, consoante o caso, são obrigadas, no ato do pagamento, do vencimento, ainda que presumido, da sua colocação à disposição, da sua liquidação ou do apuramento do respetivo quantitativo, consoante os casos, a deduzir-lhes as importâncias correspondentes à aplicação das taxas neles previstas por conta do imposto respeitante ao ano em que esses atos ocorrem.”

A taxa de retenção de IRS é estabelecida de acordo com o valor mensal do trabalhador (ATA, 2013b), neste caso como recebe até €633,00 a taxa a ser aplicada é de 5%. Contabilisticamente verifica-se que as contas de Retenção de Imposto sobre o Rendimento são debitadas, pelo valor retido pela entidade empregadora, por contrapartida da conta de banco ou caixa, no momento da entrega da retenção.

Tabela 82 - Evolução previsionial dos Encargos dos Trabalhadores, 2014-2018

Encargos dos trabalhadores	2014	2015	2016	2017	2018
Taxa Social Única					
RB: Direção (8,3%)	813,40	813,40	813,40	813,40	813,40
RB: Trabalhador Agrícola (11%)	385,00	385,00	385,00	385,00	385,00
Total	1.198,40	1.198,40	1.198,40	1.198,40	1.198,40
IRS					
Retenção (Taxa média 5%)	490,00	490,00	490,00	490,00	490,00
Total	1.688,40	1.688,40	1.688,40	1.688,40	1.688,40

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere aos gastos com o pessoal - conta 63, tal como se pode verificar na tabela 83, este representa um valor anual total de €17.920,70 referente as remunerações brutas com um valor de €14.751,80, encargos da entidade empregadora €3.168,90 referente ao pagamento da segurança social e do seguro de acidentes de trabalho, por último os encargos dos dois trabalhadores no valor de €1.688,49 correspondendo a taxa social única e IRS.

Tabela 83 - Evolução previsionial dos Gastos com o Pessoal, 2014-2018

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
Remunerações Brutas	14.751,80	14.751,80	14.751,80	14.751,80	14.751,80
Encargos da Entidade Empregadora	3.168,90	3.168,90	3.168,90	3.168,90	3.168,90
Encargos dos Trabalhadores	1.688,40	1.688,40	1.688,40	1.688,40	1.688,40
Gastos com pessoal	17.920,70	17.920,70	17.920,70	17.920,70	17.920,70

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito aos impostos previsionais tal como se pode observar na tabela 84, estes referem-se ao imposto de circulação de veículos. Sendo que segundo o artigo 1º do Código do IUC (ATA, 2013d):

“O imposto único de circulação obedece ao princípio da equivalência, procurando onerar os contribuintes na medida do custo ambiental e viário que estes provocam, em concretização de uma regra geral de igualdade tributária”

Considera-se um imposto obrigatório de acordo com o nº 2 do artigo 16º do Código do IUC (ATA, 2013d):

“A liquidação do imposto é feita pelo próprio sujeito passivo através da Internet, nas condições de registo e acesso às declarações electrónicas, sendo obrigatória para as pessoas colectivas”.

Tal como foi referido anteriormente, foi efetuada a aquisição de uma carrinha correspondendo a categoria A, considerada automóveis ligeiros de utilização mista com peso bruto não superior a 2500 kg assim se verifica um valor a pagar de IUC de €55,00.

Tabela 84 - Evolução previsional do Imposto de Circulação de Veículos, 2014-2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Imposto circulação de veículos	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere a rubrica outros gastos e perdas (conta 6858 do SNC) sendo eles considerados todos os gastos e perdas que não estejam incluídos em outra rubricas, logo desta forma conclui-se que a contabilização dos gastos originados por imprevistos que posso ocorrer ao longo do período dado que a atividade agrícola refere-se a uma atividade que representa um elevado grau de risco no que se refere as necessidades que vão aparecendo ao longo da produção. No que diz respeito aos gastos e perdas previsionais da unidade apícola (tabela 85) representam um valor de €4.344,87 no primeiro ano, sendo que se deve ao facto de não existirem grandes imprevistos mas que ao longo dos anos se verifica um aumento.

Tabela 85 - Evolução previsional de Outros Gastos e Perdas, 2014-2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Outros gastos e perdas	4.344,87	13.287,27	15.942,17	15.942,17	15.942,17

Fonte: Elaboração própria.

As depreciações são contabilizadas em Gastos de Depreciação (conta 64 do SNC) em contrapartida Depreciações Acumuladas (conta 43.8 do SNC). No caso de ativo fixo tangível, a contabilização implica debitar depreciação de equipamento básico (conta 64.2.3.1 do SNC) em contrapartida das depreciações acumuladas de equipamento básico (conta 43.8.3.1 do SNC) pelo valor de € 542,58 (tabela 86).

Tabela 86 - Evolução previsional das Depreciações, 2014-2018

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
Depreciação	9.152,21	10.973,00	12.782,31	13.566,72	10.488,57
Amortização	174,48	199,93	225,44	76,35	76,35
Total	9.326,70	11.172,93	13.007,75	13.643,07	10.564,92

Fonte: Elaboração própria.

A depreciação de um ativo fixo tangível ou amortização de um ativo intangível segundo o § 6 da NCRF 7 do SNC (MFAP, 2009b) é a imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil. Na tabela 87 apresenta-se a evolução do mapa de depreciações e amortizações do exercício, sendo que o cálculo das depreciações foi feito, por regra, pelo método das quotas constantes.

Tabela 87 - Evolução previsional da quota de Depreciação, 2014-2018

Descrição	2014			Coef. Deprec anual (%)	Parcelas de Depreciação				
	Quant	Valor s/IVA	Valor C/IVA		2014	2015	2016	2017	2018
Ativo Fixo Tangível:									
Edifício	1	6.910,57	8.500,00	10,00%	691,06	691,06	691,06	691,06	691,06
Equipamento de Produção:									
material diversof(alicatete etc)	diversos	40,65	50,00	12,50%	5,08	5,08	5,08	5,08	5,08
Colmeias lusitana c/ cera	200	8.681,30	53,39	12,50%	1.085,16	1.085,16	1.085,16	1.085,16	1.085,16
Alça lusitana	200	2.190,24	13,47	12,50%	273,78	273,78	273,78	273,78	273,78
Ninho colmeia	200	2.900,81	17,84	12,50%	362,60	362,60	362,60	362,60	362,60
Meia alças	200	2.900,81	17,84	12,50%	362,60	362,60	362,60	362,60	362,60
Nucleos de transporte de enxames	50	1.162,60	28,60	12,50%	145,33	145,33	145,33	145,33	145,33
Alimentadores	200	432,52	2,66	12,50%	54,07	54,07	54,07	54,07	54,07
Suporte de Colmeias	200	5.284,55	32,50	12,50%	660,57	660,57	660,57	660,57	660,57
Padiola de transporte	2	137,27	84,42	12,50%	17,16	17,16	17,16	17,16	17,16
Fatos de apicultura com mascara	10	375,04	46,13	12,50%	46,88	46,88	46,88	46,88	46,88
Botas apicultor	10	425,04	52,28	12,50%	53,13	53,13	53,13	53,13	53,13
Lugas	10	48,21	5,93	12,50%	6,03	6,03	6,03	6,03	6,03
Fumigador	10	96,50	11,87	12,50%	12,06	12,06	12,06	12,06	12,06
Soldador cera	1	23,69	29,14	12,50%	2,96	2,96	2,96	2,96	2,96
Caldeira a vapor p/cera	1	213,06	262,06	12,50%	26,63	26,63	26,63	26,63	26,63
Capta polen	200	1.780,49	10,95	12,50%	222,56	222,56	222,56	222,56	222,56
Secador polen	1	225,21	277,01	12,50%	28,15	28,15	28,15	28,15	28,15
Redes plastico para propolis	200	780,49	4,80	12,50%	97,56	97,56	97,56	97,56	97,56
frascos Caixas de 12	1000	3.121,95	3,84	12,50%	390,24	390,24	390,24	390,24	390,24
Madurador inox 50kg	1	44,72	55,00	12,50%	5,59	5,59	5,59	5,59	5,59
Placa colectora de apitoxina	1	40,65	50,00	12,50%	5,08	5,08	5,08	5,08	5,08
Carrinha Mitsubishi	1	16.260,16	20.000,00	25,00%	4.065,04	4.065,04	4.065,04	4.065,04	
Material Administrativo	diversos	121,95	150,00	12,50%	15,24	15,24	15,24	15,24	15,24
Mobiliario	diversos	406,50	500,00	12,50%	50,81	50,81	50,81	50,81	50,81
Impressora	1	32,44	39,90	20,00%	6,49	6,49	6,49	6,49	6,49
Computador	1	607,32	747,00	33,33%	202,42	202,42	202,48		
Prensa	1	203,25	250,00	12,50%	25,41	25,41	25,41	25,41	25,41
Desoperculadora	1	731,71	900,00	12,50%	91,46	91,46	91,46	91,46	91,46
Tina de desoperculação	1	325,20	400,00	12,50%	40,65	40,65	40,65	40,65	40,65
Extractor eléctrico 42 quadros	1	447,15	550,00	12,50%	55,89	55,89	55,89	55,89	55,89
Embalagens		356,10	438,00	12,50%	44,51	44,51	44,51	44,51	44,51

Fonte: Elaboração própria.

A escolha e a decisão do investimento a adotar foi de encontro com o paradigma acima mencionado, sendo que neste caso o custo de oportunidade deste projeto seria a utilização do capital próprio dado que o investimento efetuado terá um retorno efetivo tal como se pode verificar essa situação de acordo com a tabela 88, a opção do financiamento através de um banco caso tivesse optado por essa forma de investimento o retorno seria recompensado em juros, logo de forma viável e optando pela melhor forma de investimento considerou-se a

utilização do capital próprio que como se pode verificar no segundo ano do investimento recuperou-se esse mesmo valor.

Segundo o artigo 1º do Código do IRC (ATA, 2013a):

“O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) incide sobre os rendimentos obtidos, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, no período de tributação, pelos respetivos sujeitos passivos, nos termos deste Código”.

Desta forma por se verificar que a unidade apícola é obrigada a declarar o valor da tributação de acordo com o ano civil a que se refere. Assim, encontra-se obrigada a elaborar demonstrações financeiras para a obtenção do apuramento imposto a pagar ou receber. Relativamente aos rendimentos ou gastos são imputáveis ao período de tributação em que sejam obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o regime de periodização económica (ATA, 2013a).

Tabela 88 - Evolução previsional do Imposto sobre o Rendimento do Exercício, 2014-2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Imposto sobre o rendimento do exercício	5.252,91	8.119,50	11.979,76	11.820,93	12.590,47

Fonte: Elaboração própria.

No fim de cada exercício económico será processada uma estimativa de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, baseando-se na matéria coletável, valor esse que será contabilizado a crédito - IRC Imposto Estimado (conta 2413 do SNC) e a débito Imposto sobre o Rendimento do Período (conta 81.2. do SNC), tal como se apresenta na tabela anterior.

4.3.3. Variáveis financeiras da unidade apícola

Plano de investimento. No que se refere ao investimento previsional tal como se pode verificar na tabela 89, no ano 2014, terá um investimento em ativo fixo tangível no valor de €70.489,05; e o ativo intangível ascenderá a €643,91 no mesmo ano, sendo que ambos diminuem ao longo dos anos.

Tabela 89 - Evolução previsional do Ativo Não Corrente, 2014-2018

Investimento	2014	2015	2016	2017	2018
ATIVO FIXO TANGÍVEL:					
Edifício	8.500,00	-	-	-	-
Automóvel	20.000,00	-	-	-	-
Mobiliário	500,00	-	-	-	-
Material Administrativo	150,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Equipamento Informático	786,90	-	-	-	-
Equipamento de produção	40.552,60	17.816,56	17.703,00	9.611,00	9.611,00
Total	70.489,05	17.916,56	17.803,00	9.711,00	9.711,00
ATIVO INTANGÍVEL:					
Software	643,91	93,91	93,91	93,91	93,91
Total	643,91	93,91	93,91	93,91	93,91
Total Investimento	71.132,96	18.010,47	17.896,91	9.804,91	9.804,91

Fonte: Elaboração própria.

O plano de investimento previsional no âmbito do ativo não corrente será dividido em fixo tangível e intangível, num total de €71.132,96 em 2014. Assim, o ativo fixo tangível é, essencial, para a atividade, do qual sobressai a aquisição de um edifício pré-fabricado no valor de €8.500,00, um automóvel *Mitsubishi Canter* no valor de €20.000,00, diverso mobiliário no valor de €500,00, diverso material administrativo no valor de €150,00 no ano 2014 sendo que nos restantes baixa para €100,00 e equipamento informático sendo considerado um computador e uma impressora por um valor de €786,90. Em 2014 ocorre a aquisição mais importante do equipamento de produção no valor de €40.552,60. Este consiste em todo o material utilizado nos processos de fabrico, bem como toda a maquinaria essencial para esse efeito, nos restantes anos o valor diminui dado que apenas será necessária a aquisição de mais quantidade de matérias.

O plano de investimento previsional no âmbito do ativo intangível trata-se assim dos programas computador (software, antivírus e programa de faturação) que no ano 2014 tem um valor de €643,91, sendo que se mantém ao longo dos seguintes anos um valor de €93,91 referente à manutenção de licenças do software.

Plano de financiamento. O investimento efetuado foi totalmente suportado com fundos próprios do investidor. Neste caso, o capital próprio considerado de €30.000,00. Esta decisão deveu-se ao facto de o investidor acreditar no projeto e ter economias que pensa aplicar em capital próprio. Desta forma, a problemática do financiamento está centrada na possibilidade de aproveitar fundos existentes com um custo de capital muito reduzido ou nulo, dado que os sócios não solicitaram a distribuição de dividendos. Em contraposição, ao custo de capital alheio e as respetiva taxas de juro praticadas pelas Instituições Bancárias, neste momento, muito elevadas pelo prémio de risco inerente à economia portuguesa.

O orçamento financeiro reporta os aspetos ligados aos investimentos, em ativos permanentes bem como em financiamentos (Marques, 2011). Desta forma pode-se justificar que

o orçamento financeiro visa gerir a estratégia de financiamento da unidade apícola face às necessidades a aplicar e os deficits/excedentes de tesouraria existentes.

Tabela 90 - Orçamento Financeiro, 2014-2018

Orçamento Financeiro	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo Inicial	0,00	2.538,61	35.496,31	75.162,69	118.371,47
Financiamento não corrente					
Capital Social	30.000,00				
Financiamento corrente					
Orçamento de Tesouraria	-27.461,39	32.957,70	39.666,38	43.208,78	3.066,98
Saldo Final	2.538,61	35.496,31	75.162,69	118.371,47	121.438,45

Fonte: Elaboração própria.

O orçamento de tesouraria destina-se a apurar as diferenças entre os recebimentos e pagamentos previstos em função dos orçamentos anteriormente analisados. Sendo que os objetivos principais são a indicação da situação de tesouraria e determinação dos meios líquidos.

Dado o excedente do orçamento de tesouraria, no último ano do projeto de investimento, entendeu-se estabelecer como pressuposto que os valores de 2018 fossem pagos aos fornecedores antes do ano terminar. Contudo, idêntica política foi exigida aos clientes.

Tabela 91 - Orçamento de Tesouraria, 2014-2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Recebimentos					
Vendas + Prestação Serviços	130.107,14	151.863,02	177.357,53	179.656,65	187.253,15
Total	130.107,14	151.863,02	177.357,53	179.656,65	187.253,15
Pagamentos					
Outros Ganhos e Perdas	56.314,87	66.882,55	71.782,17	73.387,73	82.313,34
Gastos com pessoal	17.920,70	17.920,70	17.920,70	17.920,70	17.920,70
Impostos a pagar		15.891,60	29.891,37	35.334,53	74.147,22
Ativos Biológicos	12.200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
Fornecedores de Imobilizado	71.132,96	18.010,47	17.896,91	9.804,91	9.804,91
Total	157.568,53	118.905,32	137.691,15	136.447,87	184.186,17
Saldo do Orçamento de Tesouraria	-27.461,39	32.957,70	39.666,38	43.208,78	3.066,98

Fonte: Elaboração própria.

Política de recebimento de clientes. No que diz respeito à política de recebimento de clientes, considerou-se um prazo médio de recebimento de 30 dias. O que significa o tempo que demora a converter as vendas em dinheiro vivo e esse tempo médio que a unidade apícola demora a receber dos seus clientes em termos de faturação é um indicador de bastante importância, dado que o não recebimento da mesma nos respectivos 30 dias é considerado uma dificuldade de tesouraria. Na tabela 92 é apresentada a evolução previsional da política de recebimentos, 2014-2018.

Tabela 92 - Evolução previsional da política de recebimentos, 2014-2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Prazo Médio de Recebimentos	30	30	30	30	30
Recebimentos total	130.107,14	151.863,02	177.357,53	179.656,65	187.253,15
Total de Clientes	3.531,58	5.297,38	7.596,50	7.596,50	

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere a estratégia adotada para a unidade apícola no âmbito comercial no último ano do projeto, decidiu-se optar por uma política de redução de créditos. Para esse efeito, confirmou-se a necessidade de implementar uma estratégia de pronto de pagamento, sendo que para a sua implementação tornou-se necessário a intensificação política de circulação de créditos para que seja possível a sua concretização. Esta estratégia permitirá reduzir e evitar que as dívidas por parte dos clientes se tornem incobráveis, mas ao mesmo retirou-se a opção do crédito. Esta política irá fazer com que a unidade apícola consiga gerar maior produtividade em relação ao valor recebido garantindo por sua vez um maior fluxo monetário durante o ano.

Política de pagamentos a fornecedores. No que diz respeito à política de pagamentos a fornecedores considerou-se um prazo médio de pagamento de 30 dias. O que significa que é o tempo médio que a unidade apícola demora a pagar aos seus fornecedores para tudo o que lhe foi faturado e desta forma é um indicador de bastante importância dado que o não pagamento da mesma nos respectivos 30 dias é considerado uma forma de financiamento sem ser onerado face à atividade desenvolvida.

Tabela 93 - Evolução previsional da política de pagamentos, 2014-2018

Pagamentos	2014	2015	2016	2017	2018
Prazo médio de pagamentos	30	30	30	30	30
Pagamentos total	56.369,88	66.882,27	71.782,16	73.387,73	82.313,29
Total de fornecedores	5.124,53	5.159,79	7.485,44	8.205,53	

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito ao Imposto sobre o valor acrescentado, por um lado, e de acordo com o artigo 1º do Código do IVA (ATA, 2013c) está sujeito ao imposto sobre o valor acrescentado, as transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal; as importações de bens; as operações intracomunitárias efetuadas no território nacional, tal como são definidas e reguladas no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias. Por outro lado, o artigo 18º do CIVA (ATA, 2013c) prevê uma taxa reduzida (6%) para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços constantes da lista I; uma taxa intermédia (13%) para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços constantes da lista II e uma taxa normal (23%) para as restantes importações, transmissões de bens e prestações de serviços 23%.

Tabela 94 - Distribuição das Taxas de IVA por produto da atividade apícola

Produto ou Serviço		Código do IVA
Vendas	Mel	6%
	Própolis	6%
	Cera	6%
	Pólen	6%
	Geleia Real	6%
	Apitoxina	6%
	Enxames	6%
Prestação de Serviços	Workshop	23%
	Visitas guiadas pelos apiários	23%
	Demonstrações processos de fabrico	23%

Fonte: Elaboração própria.

Na análise às referidas listas de produtos e serviços verifica-se que a apicultura está inserida na taxa reduzida de 6%, porque o mel de abelhas é considerado um bem de produção agrícola (tabela 94). No que diz respeito a prestação de serviços está sujeita à taxa normal de 23%, sendo consideradas tal como as restantes prestações de serviços existentes (ATA, 2013c).

Segundo o artigo 19º do Código do IVA (ATA, 2013c), o apuramento deste imposto resulta da diferença entre o imposto liquidado (aquele que a empresa fatura nas suas vendas e que deveria entregar ao Estado) e o imposto dedutível (aquele que é liquidado pela empresa a quem compra, e teria o direito a receber do Estado) em determinado período, considerando ainda as regularizações a favor do Estado e da empresa. Assim, o resultado do imposto apurado pode ser Negativo, quando o sujeito passivo tem imposto a recuperar que pode reportar para o período seguinte ou pedir o reembolso, se estiver nas condições para tal ou positivo, quando o sujeito passivo tem imposto a entregar (pagar) ao Estado.

A tabela 95 apresenta a evolução previsional do apuramento do IVA, que será feito no fim de cada trimestre, de modo a obter o valor a pagar ou a receber pelo sujeito passivo, e efetuar o preenchimento da declaração periódica. De forma a contabilizar o apuramento do IVA, a conta do IVA apuramento (2435) vai ser debitada pelos saldos devedores das contas do IVA Dedutível (2432), IVA Regularizações a favor da empresa (24342) e pelo saldo devedor da conta do IVA a Recuperar (2437), caso tenha sido reportado o IVA do período anterior, e é creditada pelos saldos credores das contas do IVA Liquidado (2433) e IVA Regularizações a favor do Estado (24341).

Tabela 95 - Evolução previsional do Apuramento do Imposto sobre o Valor Acrescentado, 2014-2018

Imposto sobre o Valor Acrescentado	2014	2015	2016	2017	2018
IVA Liquidado					
Prestação de Serviços	21.541,46	21.541,46	21.541,46	21.541,46	21.541,46
Vendas	2.398,81	3.598,22	5.159,89	5.159,89	5.159,89
IVA Dedutível	13.301,29	3.367,81	3.346,58	1.833,44	1.833,44
IVA Apuramento (IVA a pagar)	10.638,99	21.771,87	23.354,77	24.867,91	24.867,91

Fonte: Elaboração própria.

A unidade apícola terá de pagar ao Estado, após ter sido apurado o saldo da conta do IVA Apuramento, devendo ser creditada a conta do IVA a Pagar (2436) pelo montante do imposto a pagar, debitando a conta do IVA Apuramento (2435). Depois de ser efectuado o respectivo pagamento, deve ser creditada a conta de Caixa ou Banco (112 ou 121) por contrapartida do Débito da conta do IVA a Pagar (2436). Este movimento contabilístico acontece todos os anos da tabela 95.

No que diz respeito a conta Estado e Outros Entes Públicos, esta representa todos os pagamentos de impostos ou taxas relacionados com o estado, autarquias locais e outras entidades públicas. Desta forma verifica-se que a unidade apícola terá um pagamento ao estado no primeiro ano de €15.891,90 que representa os valores a pagar do IVA e do IRC estimado calculado no fim do exercício. Estes pagamentos vão aumentando com o passar dos anos derivado a variação existente nos pagamentos dos impostos IVA e IRC.

Tabela 96 - Evolução previsional do Estado e Outros Entes Públicos, 2014-2018

Pagamentos	2014	2015	2016	2017	2018
Pagamento do IVA	10.638,99	21.771,87	23.354,77	24.867,91	24.867,91
Pagamento do IRC	5.252,91	8.119,50	11.979,76	11.820,93	12.590,47
Total (EOEP)	15.891,90	29.891,37	35.334,53	36.688,84	37.458,38

Fonte: Elaboração própria.

4.4. Avaliação da unidade apícola

4.4.1. Análise económico-financeira da unidade apícola

Em 1 de Janeiro de 2010 entrou em vigor o novo modelo de normalização contabilística, designado por SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (MFAP, 2009a), o qual revogou o Plano Oficial de Contabilidade, então aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, os diplomas de alterações e as normas contabilísticas complementares. De acordo com o enquadramento adotado, o SNC refere que as demonstrações financeiras devem ser preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas, nomeadamente:

“decidir quando comprar, deter ou vender um investimento em capital próprio; Avaliar o zelo ou a responsabilidade do órgão de gestão; Avaliar a capacidade de a entidade pagar e proporcionar outros benefícios aos seus empregados; Avaliar a segurança das quantias emprestadas à entidade; Determinar as políticas fiscais; Determinar os lucros e dividendos distribuíveis; Preparar e usar as estatísticas sobre o rendimento nacional;”

Segundo o SNC (MFAP, 2009a), o objetivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação a cerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas. Desta forma segundo SNC o conjunto de demonstrações financeiras inclui: Um balanço; Uma demonstração dos resultados; Uma demonstração das alterações no capital

próprio; Uma demonstração dos fluxos de caixa; e Um anexo em que se divulgam as bases de preparação.

Neste sentido, a evolução previsional da Demonstração de Resultados por natureza, 2014-2018, que se apresenta na Tabela 97 proporcionar informação a cerca do desempenho económico da unidade apícola e a sua análise deve ser útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas (MFAP, 2009a).

Tabela 97 - Evolução previsional da Demonstração de Resultados por natureza, 2014-2018

Demonstração de Resultados	2014	2015	2016	2017	2018
Vendas e serviços prestados	133.638,73	153.628,82	179.656,65	179.656,65	179.656,65
Subsídios à exploração					
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					
Variação nos inventários da produção					
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29.064,81	25.174,93	29.027,00	29.027,00	29.027,00
Fornecimentos e serviços externos	51.970,00	53.595,00	55.840,00	55.840,00	55.840,00
Gastos com o pessoal	17.920,70	17.920,70	17.920,70	17.920,70	17.920,70
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)					
Provisões (aumento/reduções)					
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)					
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos					
Outros gastos e perdas	4.344,87	13.287,27	15.942,17	15.942,17	15.942,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	30.338,35	43.650,92	60.926,78	60.926,78	60.926,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9.326,70	11.172,93	13.007,75	13.643,07	10.564,92
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	21.011,65	32.477,99	47.919,03	47.283,71	50.361,86
Juros e rendimentos similares obtidos					
Juros e gastos similares suportados					
Resultado antes de impostos	21.011,65	32.477,99	47.919,03	47.283,71	50.361,86
Imposto sobre o rendimento do período	5.252,91	8.119,50	11.979,76	11.820,93	12.590,47
Resultado líquido do período	15.758,74	24.358,49	35.939,27	35.462,78	37.771,40

Fonte: Elaboração própria.

Os rendimentos apresentados na demonstração de resultados apresentam aumentos nos benefícios económicos gerados em cada exercício económico. Desta forma, o rendimento apresentado na unidade apícola refere-se às vendas e as prestações de serviços durante o período previsional e foi considerado como o valor de volume de negócios que ascendeu a €133.638,73 em 2014, €153.628,82 em 2015 e €170.656,65 depois de 2016 até 2018.

Os gastos previsionais contabilizados no período previsto de 5 anos referem-se ao decurso das atividades ordinárias da empresa e ascende a €103.300,28 em 2014, €109.977,90 em 2015 e €118.729,87 depois de 2016 até 2018. Assim, o seu peso relativo ascende a 77,% em 2014, 71,6% em 2015 e 66,1% depois de 2016 até 2018.

Por sua vez, os gastos apresentados que no decorrer do tempo previsto implicam o custo da mercadoria vendida e da matéria consumida, os fornecimentos e serviços externos, os gastos

com o pessoal e os outros gastos e perdas, já explicados anteriormente o funcionamento de cada rubrica. Assim, o seu peso relativo do custo da mercadoria vendida e da matéria consumida ascende a 28% em 2014, 24% em 2015 e 28% depois de 2016 até 2018 do total de gastos. O peso relativo dos fornecimentos e serviços externos ascende a 50% em 2014, 52% em 2015 e 54% depois de 2016 até 2018. O peso relativo dos gastos com o pessoal ascende a 17% entre 2014 e 2018, pelos motivos já expostos. E, por último, o peso relativo dos outros gastos e perdas ascende a 4% em 2014, 13% em 2015 e 15% entre 2016 até 2018.

Nas rubricas dos gastos apresentadas na demonstração de resultados por natureza referem-se ainda as depreciações de cada exercício económico e que origina uma diminuição ao valor do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos. No que se refere as atividades operacionais apresentada na demonstração de resultados, este reflete os ganhos ou as perdas resultantes da atividade principal da empresa. Trata-se dum conceito muito importante para a análise económico-financeira da empresa na medida em que ele representa a capacidade do negócio principal da empresa para gerar excedentes, (Martins, 2007) e conclui-se que a unidade apícola apresenta capacidade suficiente para gerar os excedentes previstos.

Relativamente ao resultado antes de imposto, esta rubrica tem por objetivo evidenciar os resultados antes de deduzida a estimativa para impostos sobre o rendimento (ATA, 2013c). Verificando-se, desta forma, que a unidade apícola terá um resultado de €21.338,35 tendo um aumento para €12.540,97 ou 139,68% até 2018. No que se refere ao resultado líquido do período, o apuramento de resultados no fim do período estimado, tal como se pode verificar na tabela 97, demonstra que a unidade apícola apresenta um lucro de €15.758,74 no primeiro ano 2014 aumentando para €37.771,40 por sua vez 139,68% até 2018.

Segundo o SNC (MFAP, 2009), o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação a cerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas. Neste sentido, a evolução previsional do Balanço, 2014-2018 que se apresenta na Tabela 98 proporciona a informação a cerca da posição financeira da unidade apícola em estudo e será útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas. Assim, durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio (Matos, 2011).

Tabela 98 - Evolução previsional do Balanço, 2014-2018

Balanço	2014	2015	2016	2017	2018
ACTIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	48.155,96	51.749,26	53.440,93	47.769,33	45.175,88
Ativos intangíveis	349,02	225,44	76,35	76,35	76,35
Total do ativo não corrente	48.504,98	51.974,70	53.517,29	47.845,68	45.252,23
Ativo Corrente					
Ativos biológicos	12.200,00	12.400,00	12.600,00	12.600,00	12.600,00
Clientes	3.531,58	5.297,38	7.596,50	7.596,50	
Caixa e depósitos bancários	2.538,61	35.496,31	75.162,69	118.371,47	121.438,45
Total do ativo corrente	18.270,19	53.193,69	95.359,19	138.567,97	134.038,45
Total do ativo	66.775,17	105.168,39	148.876,48	186.413,65	179.290,68
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital realizado	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Reservas legais		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
Resultados transitados		9.758,74	34.117,23	70.056,50	105.519,29
	30.000,00	45.758,74	70.117,23	106.056,50	141.519,29
Resultado líquido do período	15.758,74	24.358,49	35.939,27	35.462,78	37.771,40
Total do capital próprio	45.758,74	70.117,23	106.056,50	141.519,29	179.290,68
Passivo corrente					
Fornecedores	5.124,53	5.159,79	7.485,44	8.205,53	
Estado e outros entes públicos	15.891,90	29.891,37	35.334,53	36.688,84	
Total do passivo corrente	21.016,43	35.051,16	42.819,97	44.894,37	0,00
Total do passivo	21.016,43	35.051,16	42.819,97	44.894,37	0,00
Total do capital próprio e do passivo	66.775,17	105.168,39	148.876,47	186.413,65	179.290,68

Fonte: Elaboração própria.

O balanço previsional tem toda a informação baseada na previsão sendo que a data prevista é baseada na informação que se pretende obter. Os elementos diretamente relacionados com a posição financeira demonstrada no balanço tal como se pode verificar na tabela 98 anterior, são os seguintes para o ano 2014:

1. Ativos que ascendem a €66.775,17, sendo considerado um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a empresa benefícios económicos futuros.
2. Passivos que ascendem a €21.016,43, como obrigação presente da empresa proveniente de acontecimentos passados, e da qual se espera que resulte um fluxo de recursos da empresa incorporando benefícios económicos.
3. Capitais próprios que ascendem a €45.758,74, são o interesse residual dos ativos da empresa depois de deduzir todos os seus passivos.

No que diz respeito ao ativo não corrente este refere-se os ativos fixos tangíveis e os ativos fixos intangíveis que por sua vez representam as rubricas de Investimento tal como já foi referido anteriormente no plano de investimento previsional da unidade apícola. Relativamente ao ativo corrente, existem ainda os ativos biológicos, clientes e caixa e depósitos bancários. Desta forma respeitante a uma atividade agrícola importa referir que na rubrica de ativos biológicos encontram-se os ativos de produção neste caso são as colmeias e as rainhas que segundo a NCRF 17. Os ativos biológicos de produção são os que não sejam ativos biológicos

consumíveis tal como já foi explicado anteriormente no ponto 1.4.3. - Norma contabilística e de relato financeiro relativa à atividade agrícola.

No que se refere ao capital próprio da unidade apícola apresenta o capital investido bem como os resultados provenientes desse investimento. O Total do capital próprio da unidade apícola, tal como se pode observar na tabela 98, aumentou ao longo dos anos como resultado da existência de lucros que permitiram o aumento do montante em reserva legal e o restante foi distribuído para resultados transitados. Assim, a unidade apícola possui uma capacidade de auto financiamento cada vez maior, isto é, passou de €45.717,43 em 2014 para €179.249,43 em 2018, que coincide com o auto financiamento pois não existe dividendos.

O passivo representa o que é exigível à unidade apícola, considerando o que os credores podem exigir sobre os ativos da unidade. Desta forma tal como se pode observar no balanço (tabela 98), as rubricas que são exigíveis são os pagamentos dos fornecedores e estado e outros entes públicos, constituindo assim um valor total de passivo de €21.002,69 no ano de 2014 aumentando por sua vez nos restantes anos.

Tabela 99 - Evolução previsual dos Indicadores de Rendibilidade, 2014-2018

Indicadores de Rendibilidade	2014	2015	2016	2017	2018
Rendibilidade Bruta das Vendas					
Margem Bruta / Volume de Negocios	78,3%	83,6%	83,8%	84,7%	89,7%
Rendibilidade Operacional das Vendas					
Resultado Operacional / Volume de Negocios	15,7%	21,1%	26,7%	26,3%	28,0%
Rendibilidade Líquida das Vendas					
Resultado Líquido do Período / Volume de Negócios	11,8%	15,9%	20,0%	19,7%	21,0%
Rendibilidade do Ativo Líquido					
Resultado Líquido do Período / Ativo Total Líquido	23,6%	23,2%	24,1%	19,0%	21,1%
Rendibilidade do Capital Próprio					
Resultado Líquido do Período / Capital Próprio	34,5%	34,8%	33,9%	25,1%	21,1%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o indicador de rendibilidade bruta das vendas este permite conhecer a margem bruta das vendas que estão a produzir. Verificando de acordo com os cálculos efetuados tal como se pode verificar na tabela 99 que o valor da rendibilidade aumenta gradualmente do primeiro ao último ano analisado sendo querendo isto referir que quanto maior se encontra o rácio maior é a contribuição de cada unidade vendida para a formação dos resultados

Relativamente a rendibilidade operacional das vendas este indicador apresenta a informação sobre qual a capacidade dos ativos da unidade apícola utilizam para gerar resultados, sendo que servem para o investimento em ativos (máquinas, equipamento produtivo). Verifica-se de acordo com os cálculos efetuados que o indicador apresenta um valor elevado em 2014 (15,7%) e aumentando progressivamente até ao fim do projeto (28%), significando assim que os ativos da unidade apícola estão a ser bem utilizados e a produzir bons resultados.

No que diz respeito a rendibilidade líquida das vendas representa a percentagem das Vendas e Prestações de Serviços que ficam à disposição da unidade apícola para remunerar os capitais próprios verificando-se que houve um aumento desde 2014 (11,8%) até 2018 (21%) de rendibilidade líquida das vendas concluindo desta forma que o volume de negócios remunera os seus próprios capitais próprios.

No que se refere a rendibilidade do ativo líquido, este é conhecido como a taxa de retorno dos capitais investidos na empresa, ou seja, a capacidade do ativo da empresa gerar lucro. Desta forma verifica-se que a unidade apícola apresenta uma eficiente geração dos lucros de acordo com os seus ativos totais sendo que se verifica um indicador de 23,6% no primeiro ano mantendo-se até 2017 com uma ligeira descida mas que por sua vez volta a subir para 21,1%.

No que se refere a rendibilidade financeira ou também conhecida como rendibilidade do capital próprio este mede a eficácia com que a unidade apícola utiliza os capitais pertencentes aos sócios sendo que o valor obtido representa o equivalente à taxa máxima de remuneração obtida pelos Capitais Próprios aplicados. Relativamente ao indicador de rendibilidade do capital próprio este indicador permite medir a rendibilidade dos capitais investidos podendo desta forma ser utilizado como objetivo de gestão da unidade apícola, desta forma com base nos indicadores apresentados verifica-se que a unidade apícola apresenta uma capacidade de auto financiamento, sendo que desde em 2014 apresentam 34,5% de rendibilidade passando em 2018 para 21,1%.

Os Indicadores de Liquidez (tabela 100) pretendem medir a capacidade da empresa para solver os seus compromissos de curto prazo, utilizando para o efeito o seu ativo corrente, são rácios que evidenciam a partir do balanço de uma empresa, a relação existente num dado momento entre as dívidas a curto prazo e o total dos capitais.

Tabela 100 - Evolução previsional dos Indicadores de Liquidez, 2014-2018

Indicadores de Liquidez	2014	2015	2016	2017	2018
Liquidez Geral					
Activo Corrente / Passivo Corrente	0,87	1,52	2,23	3,09	n.d.
Liquidez Reduzida					
(Activo Corrente - Ativos Biológicos) / Passivo Corrente	0,29	1,16	1,93	2,80	n.d.
Liquidez Imediata					
Meios financeiros líquidos / Passivo Corrente	0,14	0,67	0,79	0,85	n.d.

Fonte: Elaboração própria.

A liquidez geral consegue-se medir a capacidade da unidade apícola para solver os seus compromissos a curto prazo. De acordo com os resultados calculados podemos concluir que no primeiro ano a liquidez geral foi €0,87 e reflete uma ligeira dificuldade de tesouraria. Contudo, nos anos seguintes, essa tendência altera-se e a liquidez gera valores satisfatórios verificando-se que apresenta um baixo risco para os seus credores.

A liquidez reduzida é obtida através da diferença do ativo corrente menos os ativos biológicos, que constituem as contas com menor grau de liquidez dentro do ciclo de exploração. Para se transformarem em meios líquidos, os Ativos Biológicos ainda estão sujeitas à respectiva venda e posterior recebimento por parte dos clientes. Desta forma verifica-se que no primeiro ano 2014 a unidade apícola irá ter dificuldades no que corresponde a solver os seus compromissos a curto prazo (€0,29). No entanto essa situação altera-se logo após um ano e mantendo-se assim dessa forma em crescendo.

A liquidez imediata dá-nos o valor imediatamente disponível para fazer face ao passivo corrente e conclui-se que no primeiro ano de 2014 a unidade apícola não será capaz responder de forma rápida a um determinado imprevisto (€0,4) e altera-se o volume de disponibilidades para o maior valor com €0,85 em 2017

A unidade apícola para que consiga fazer face aos compromissos face ao fato de liquidar a totalidade das suas dívidas a fornecedores em 2018, apresentam desta forma os depósitos bancários e caixa com alguma oscilação devido a esse mesmo motivo. E não permite a análise da liquidez em 2018.

No que diz respeito aos indicadores de financiamento, estes relacionam-se exclusivamente com aspetos financeiros, tais como a solvabilidade, estrutura financeira, a autonomia financeira e capacidade de endividamento, tal como se pode verificar na tabela 101.

Tabela 101 - Evolução previsional dos Indicadores de Financiamento, 2014-2018

Indicadores Financiamento	2014	2015	2016	2017	2018
Solvabilidade					
Capital Próprio / Passivo Total	217,7%	199,9%	247,6%	315,1%	n.d.
Estrutura Financeira					
Passivo Total / Capital Próprio	45,9%	50,0%	40,4%	31,7%	n.d.
Autonomia Financeira					
Capital Próprio / Activo Total Líquido	68,5%	66,7%	71,2%	75,9%	n.d.
Endividamento					
Passivo Total / Activo Total Líquido	31,5%	33,3%	28,8%	24,1%	n.d.

Fonte:

Fonte: Elaboração própria.

A solvabilidade financeira da unidade apícola é um indicador considerado para avaliar a capacidade de solver os seus compromissos a médio e longo prazo. Desta forma verifica-se que a unidade apícola reflete uma situação de baixo risco para os credores da empresa, dado que os Capitais Próprios são suficientes para fazer face à ao passivo e a unidade apícola ainda detém margem de segurança mais que suficiente.

A estrutura financeira é um indicador que mostra a relação entre o passivo total e capital próprio, sendo que se observa um valor com bastantes oscilações variando entre o mínimo de 31% em 2018 (face à estratégia de pagamento a fornecedores e recebimento de clientes) e um máximo de 50% em 2015.

No que diz respeito ao indicador de autonomia financeira, este possibilita avaliar a capacidade da entidade financiar os ativos através dos seus capitais próprios, sem necessidade de recorrer a financiamentos externos, verificando desta forma que a unidade apícola tem uma ótima autonomia financeira representada com indicadores elevados em 2018 de 75,9% como máximo e em 2015 com 66,7% de mínimo da autonomia financeira.

De acordo com o indicador de endividamento é utilizada a informação de qual o grau de dependência de recurso a capitais alheios mais conhecido como as dívidas de uma empresa, apurando a extensão das mesmas pela forma como a empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas atividades. Assim, verifica-se que a unidade apícola apresenta um bom indicador dado que varia entre um máximo de 33,3% em 2015 e um mínimo de 24,1% em 2018, podendo recorrer a aumentos de capital alheio, sem comprometer a sua solvabilidade e autonomia financeira.

Por último, será de realçar que a unidade apícola pode realizar investimentos em ativo fixo porque a análise económico-financeira determinou que a mesma não afetou o seu desempenho financeiro, dado que aumentou a autonomia financeira e reduziu o endividamento, com subsequente aumento da solvabilidade da unidade apícola, constituindo-se como uma maior capacidade em satisfazer os seus compromissos de médio e longo prazo.

4.4.2. Avaliação financeira da unidade apícola

No decorrer da avaliação financeira de um projeto de investimento é considerado essencial o mapa de cash-flow que evidencia a tradução monetária da atividade da empresa, nomeadamente os valores libertados pela atividade e as suas necessidades de financiamento. Assim, o referido mapa sustenta a decisão de investir por parte do investidor.

Durante o período previsto do investimento este irá produzir fluxos financeiros decorrentes do investimento e da exploração da própria atividade. Desta forma, a avaliação financeira será mensurada através do cálculo dos cash-flows que vão sendo gerados, sendo que essa avaliação tem por base os fluxos de benefícios e de custos económicos gerados pelo mesmo (Fernandez, 2001)

O mapa do cash-flow (tabela 102) está relacionado com a avaliação de projetos e divide-se entre o cash-flow de investimento, cash-flow de exploração e o cash-flow líquido.

Tabela 102 - Evolução previsional do Mapa dos Cash-Flows, 2014-2018

Mapa de Cash-Flow	2014	2015	2016	2017	2018
Cash-Flow Exploração					
Resultado líquido do período	15.758,74	24.358,49	35.939,27	35.462,78	37.771,40
Depreciação / Amortização	9.326,70	11.172,93	13.007,75	13.643,07	10.564,92
Imparidades / Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cash-Flow Exploração	25.085,43	35.531,42	48.947,03	49.105,86	48.336,32
Cash-Flow Investimento					
Investimento Activo Não Corrente	71.132,96	18.010,47	17.896,91	9.804,91	9.804,91
Investimento Necessidades Fundo Maneio	-17.471,10	-12.282,68	-5.469,69	-2.074,39	37.297,87
Valor Residual Activo Não Corrente					45.252,23
Valor Residual Necessidade Fundo Maneio					0,00
Cash-Flow Investimento	53.661,86	5.727,79	12.427,22	7.730,52	1.850,54
Cash-Flow Líquido	-28.576,42	29.803,63	36.519,81	41.375,34	46.485,78
Cash-Flow Líquido Atualizado	-28.576,42	26.125,21	28.061,41	27.868,46	27.446,19
Cash-Flow Líquido Atualizado Acumulado	-28.576,42	-2.451,22	25.610,19	53.478,65	80.924,84
Taxa de Actualização	14,1%				
Valor Atual Líquido	80.924,84				
Taxa Interna de Rentabilidade	68,9%				

Fonte: Elaboração própria.

O cash-flow de investimento obtém-se através do plano global de investimento, o cash-flow de exploração através do plano de exploração previsional e o cash-flow líquido é obtido através da diferença entre cash-flow de investimento e exploração. Por sua vez o cash-flow não é considerado um conceito contabilístico tornando-se num conceito ligado a atualização do investimento e exigindo um grande conhecimento do momento do investimento (Barros, 2007).

No que diz respeito ao Cash-flow de Exploração, este regista os fluxos líquidos associados à exploração da atividade relacionada com a implementação do projeto da unidade apícola, tendo variado entre €25.085,43 em 2014 e €48.336,32 em 2018. Relativamente ao Cash-flow de Investimento nele está inserido as despesas associadas à implementação do projeto e o valor residual pela sua extinção, sendo que o seu valor indica o montante das necessidades de investimento associados ao projeto, tendo variado entre €53.661,86 em 2014 e €1.850,54 em 2018. A diferença entre o cash-flow de exploração e o de investimento constitui o valor utilizado para a determinação dos critérios de rentabilidade.

No que se refere ao Cash-flow Líquido este é calculado pela diferença entre o Cash-Flow de Exploração e o Cash-flow de Investimento. A unidade apícola tem um investimento totalmente financiado por capitais próprios pelo que não existem juros e gastos similares suportados com financiamento externo. Desta forma, o valor do resultado líquido do período será deduzido da depreciação e amortização decorrente da política de amortização e depreciação da empresa.

No que diz respeito a taxa de atualização este indicador é de grande importância no que se refere a determinação dos valores atualizado do projeto de investimento para a estratégia de avaliação do mesmo. A determinação da taxa de atualização determina os fluxos que ficam disponíveis, considerado o custo de oportunidade, cujo valor reflete o custo das fontes de financiamento, quer em termos de capitais próprios, quer em termos de capitais alheios. Esta atualização é feita com base numa taxa de atualização calculada com base em alguns indicadores económicos: taxa de inflação; taxa de juro sem risco e prémio de risco inerente à realização do projeto no período de 5 anos.

A taxa de atualização obtida para este projeto de investimento conjuga:

$$\text{Taxa de atualização} = [(1 + 6,12\%) * (1 + 2,8\%) * (1 + 4,57\%) - 1,00] = 14,1\%$$

Inflação. A inflação é medida com base no aumento do nível global dos preços sendo que também é o reflexo das mudanças na oferta e na procura bem como a quantidade de dinheiro existente na economia por sua vez a inflação reduz o valor do dinheiro da economia. A variação dos preços de bens e serviços de uma economia ao longo do tempo é um fenómeno habitual, sendo que normalmente essa variação é definida como o aumento generalizado do nível de preços, conseqüentemente a variação dos preços interfere muitas vezes na análise da evolução de variáveis macroeconómicas do país. A taxa de inflação em 2012 reflete o aumento das taxas do IVA sobre alguns bens e serviços, com destaque para as alterações introduzidas em janeiro de 2012. Sendo que houve um conjunto alargado de bens e serviços alvo de incidência das taxas reduzida (6%) e intermédia (13%) que por sua vez transitou para a taxa normal (23%). Adicionalmente, sobre alguns bens e serviços, passou a ser aplicada a taxa intermédia em vez da taxa reduzida. As conseqüências da elevada taxa de inflação são as seguintes: Dá origem à perda do poder de compra das pessoas, fazendo com que estas fiquem mais pobres e as empresas tenham menos propensão para realizar investimentos a longo prazo. Assim, estabeleceu-se como

pressuposto tendo por base a informação do INE (2013) cruzada com a informação da Bloomberg (2013), logo no cálculo da taxa de atualização, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma valor de 2,8%, se excluíssemos a energia e os bens alimentares não transformados, então o valor seria mais baixo e passaria para 1,5%.

Taxa de Juro sem risco. No mercado secundário, as yields das OT fecharam em Janeiro de 2013 com os níveis mais altos. Assim, para o prazo a 5 anos ascendeu a 6,123%, segundo a Bloomberg (2013). A análise do custo de capital corresponde à estimativa da empresa sobre qual a taxa de juro de mercado a que se irá financiar. Esta estimativa deve ser a média ponderada das taxas sem risco que a empresa estimar para as diversas formas de financiamento que estejam disponíveis.

Prémio de risco. O prémio de risco mantém a descida para 4,62% à data de 11 de janeiro face aos 4,57% no fecho do mês de Janeiro de 2013, segundo a Bloomberg (2013). Este prémio consiste na diferença entre a remuneração exigida pelos investidores em ações e as taxas de juro sem risco. Na prática, este diferencial espelha a remuneração adicional exigida pela tomada de risco do investimento em ações. Assumindo por sua vez um papel central na temática dos mercados financeiros e é a sua análise é igualmente importante, constituindo uma das principais ferramentas de avaliação (Fernandes, 2011).

Atualmente verificando-se o país num contexto de elevado endividamento, a situação financeira dos particulares foi agravada pela queda da atividade económica, pela subida do desemprego, pela redução dos salários e pelos aumentos da carga fiscal. Em contraste, os particulares com crédito à habitação beneficiaram da descida das taxas de juro do mercado monetário, que teve um efeito favorável sobre o seu rendimento disponível (BP, 2012). Os riscos para a estabilidade financeira associados à situação financeira mantiveram-se significativos em 2012, num contexto de elevado endividamento, sendo que o processo de ajustamento do sistema bancário português continuará a desenrolar-se num quadro macroeconómico financeiro adverso. Em particular, a deterioração das perspectivas de crescimento económico a nível global e interno deverá continuar a afetar negativamente a qualidade do crédito concedido pelos bancos, com reflexo na constituição de provisões/imparidades e, conseqüentemente, nos resultados do sistema. Num quadro de manutenção do baixo nível de taxas de juro interbancárias, a margem financeira deverá permanecer comprimida, com implicações para a geração de resultados (BP, 2012).

Tal como já referido anteriormente, o prémio de risco estipulado pelo investidor para este projeto revela-se uma variável que interfere bastante com o valor do VAL sendo que permite avaliar a viabilidade de um projeto de investimento atualmente, tendo em conta a atualização dos valores a receber no futuro. Assim, o somatório dos cash-flows após atualização será comparado com o montante total do investimento, o que permite avaliar a viabilidade do projeto. Este valor será positivo e significativo, porque o projeto é viável, caso contrário não seria aconselhável a sua execução. Contudo, a identificação de fatores limitativos e os

obstáculos podem fazer sobressair a relação de recursos-chave com atividades-chave (Osterwalde e Pigneur, 2011)

De acordo com os cálculos efetuados, obteve-se um VAL positivo no valor de €80.924,84, o que significa que a criação da unidade apícola proporciona uma recuperação do investimento. E, ainda, se concluiu que o Capital Próprio está a ter uma adequada remuneração, ou seja, o valor do investimento é inferior ao valor acumulado dos cash-flows atualizados. Relativamente à TIR, esta é a taxa de remuneração dos capitais a investir que iguala o valor atual dos cash-flows esperados ao cash-flow de investimento. Para se considerar um projeto viável económica e financeiramente, o valor da TIR do projeto deve ser superior à taxa de atualização. Para o projeto em análise podemos concluir que a taxa de remuneração de capitais é superior (68,9%) à rentabilidade esperada (14,1%) para os investimentos com o mesmo nível de risco, remetendo desta forma à sua viabilidade financeira.

No que se refere ao *payback* simples (tabela 103) este permite medir o número de anos necessários para recuperar o montante investido tendo em conta os cash-flows esperados pelo investimento efetuados. Verifica-se desta forma que a unidade apícola para recuperar o valor do investimento realizado irá demorar dois anos cinco meses e dois dias. Conclui-se que o projeto é viável pois o *payback* apresenta um período inferior ao da vida do projeto

Tabela 103 - Evolução previsional do Payback, 2014-2018

Mapa de Payback	2014	2015	2016	2017	2018
Cash-Flow Exploração	25.085,43	35.531,42	48.947,03	49.105,86	48.336,32
Cash-Flow Exploração Acumulado		60.616,86	109.563,88	158.669,74	207.006,06
Cash-Flow Investimento	53.661,86	5.727,79	12.427,22	7.730,52	1.850,54
Cash-Flow Investimento Acumulado		59.389,65	71.816,87	79.547,38	81.397,93
Payback	2 de Maio de 2016				

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito ao *payback* atualizado, tal como se pode verificar na tabela 104, corresponde ao número de anos necessário para o reembolso do investimento inicial utilizando os cash-flows atualizados. Com a utilização de uma taxa de atualização no valor de 14,1% ao ano e assim considerando o valor do dinheiro no tempo, o *payback* atualizado é igual a aproximadamente 2 anos, 6 meses e 25 dias para recuperar o dinheiro investido.

Tabela 104 - Evolução previsional do Payback (atualizado), 2014-2018

Mapa de Payback (atualizado)	2014	2015	2016	2017	2018
Cash-Flow Exploração	25.085,43	31.146,04	37.610,30	33.075,32	28.538,73
Cash-Flow Exploração Acumulado		56.231,47	93.841,78	126.917,10	155.455,83
Cash-Flow Investimento	53.661,86	5.020,85	9.548,93	5.206,90	1.092,60
Cash-Flow Investimento Acumulado		58.682,71	68.231,63	73.438,53	74.531,13
Payback (atualizado)	25 de Junho de 2016				

Fonte: Elaboração própria.

O *payback* atualizado é diferente do *payback* simples, sendo que o primeiro considera o valor do investimento atualizado no tempo e utiliza a taxa de atualização (14,1%) para referir o período do recebimento do investimento. Contudo apresenta alguns problemas como não considerar os cash-flows após o período de recuperação do dinheiro. Concluindo-se assim que o *payback* é considerado mais vantajoso porque avalia o reembolso do capital investido no tempo. A diferença entre metodologias não é muito relevante mas verificando-se que se trata de um projeto de investimento considera-se os dias como um custo de oportunidade do investimento.

Tabela 105 - Evolução previsional do Índice de rentabilidade, 2014-2018

	2014	2015	2016	2017	2018
Resultado Líquido do período	15.758,74	24.358,49	35.939,27	35.462,79	37.771,40
Cash-Flow Investimento	53.661,86	5.727,79	12.427,22	7.730,52	1.850,54
Índice de Rentabilidade (anual)	0,29	4,2	2,8	4,59	20,41
Índice de Rentabilidade (média)	1,83				

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao índice de rentabilidade dá-nos a rentabilidade efetiva por unidade de capital investido obtendo o retorno do investimento, sendo que o seu cálculo faz-se através da razão entre o valor atual dos cash-flows de exploração e o de investimento, (Encarnação, 2009). Assim, o índice de rentabilidade de um projeto está relacionado com o respetivo resultado líquido gerado em cada exercício económico. Com base no cálculo do índice de rentabilidade tal como se pode verificar na tabela 105, verifica-se que um projeto é rentável em cada ano da sua previsão. Assim por cada euro investido a rentabilidade prevista média é de €1,83. Concluindo desta forma que o índice de rentabilidade origina uma evolução progressiva tornando o valor um projeto de interesse financeiro. As vantagens da utilização deste índice é que utiliza o resultado líquido do período e por isso pode hierarquizar os projetos tendo por base a sua rentabilidade e é recomendável quando existem restrições financeiras para realização de novos investimentos. A desvantagem na sua utilização é a insuficiência da sua atualização, com as dificuldades de interpretação financeira.

4.5. Considerações finais

O plano de investimento foi todo estruturado de acordo com um processo de gestão estabelecido desde inicio permitindo seguir uma linha bastante definida do que se pretende efetivamente com a elaboração do projeto a criação de uma unidade apícola. Este processo passou não só pela análise económico e financeira mas também pelas fases do processo e implementação, desde a localização, o layout produtivo do edifício, os produtos produzidos e vendidos, bem com a prestação de serviços complementares sempre suportada na revisão da literatura sobre diversas temáticas.

Na análise económica e financeira, os indicadores de gestão permitiram relacionar os valores do balanço e da demonstração de resultados de forma a avaliar a rendibilidade, o endividamento e a sustentabilidade de uma forma geral de toda a unidade apícola. No que diz respeito à elaboração e análise das demonstrações financeiras, em particular, o balanço ajudou a identificar o risco associado ao projeto, sendo de concluir que a estrutura financeira é equilibrada e a unidade apícola funcionará com normalidade, tendo capacidade para solver os seus compromissos.

Os indicadores previsionais mostraram que o projeto proposto, para o concelho do Fundão, foi financeiramente viável, com recursos próprios, dado que o período para recuperar o investimento é de 2 anos, 5 meses e dois dias. Concluindo assim o panorama da viabilidade do projeto de investimento numa unidade apícola verifica-se que o valor atual líquido ascende €80.924,84, disponibilizando um orçamento de tesouraria negativo no valor de €-27.516,39 pelos elevados investimentos realizados, mas com um volume de vendas de € 133.638,73 obtendo um resultado líquido do período de €15.758,74. Assim, o cenário para o primeiro ano da unidade apícola para além de conseguir recuperar os gastos face aos rendimentos gerados, gera ainda um lucro.

Sem dúvida que este capítulo tinha como proposta a descrição e comunicação da viabilidade económica e financeira de uma unidade apícola. De facto, o plano de negócios apresentado pretende, num futuro próximo, servir de implementação a um potencial investidor e a todos stakeholders da unidade apícola.

Conclusão

Conclusão

A conjuntura atual de Portugal impõe que o prémio de risco associado à criação de uma unidade apícola seja significativo. Desta forma, no processo de elaboração de um projeto de investimento é essencial que sejam reduzidas as omissões, as imprecisões ou os erros involuntários, que podem afetar de forma irremediável, o futuro do mesmo. Assim, este trabalho de projeto centra-se na viabilidade económica e financeira que, por sua vez, permite tomar decisões, sempre adequando-se ao perfil do investidor e, deste modo, aumentando a probabilidade de êxito do projeto, evitando o seu fracasso.

Para a estudar a viabilidade de uma unidade apícola foi necessário rever a bibliografia, legislação, normativos e regulamentos, quer da análise de projetos de investimentos, quer do setor de atividade económica subjacente ao mesmo - atividade apícola. Porém, é essencial perceber os condicionalismos do exercício da atividade apícola, num quadro de referência realista e sempre com a estratégia de implementação futura. Sem dúvida que, o interesse pela apicultura se justifica na exploração económica da abelha do género *Apis* e espécie *Apis mellifera*. Assim como, também, se justifica na diversidade de produtos agrícolas que podem ser obtidos, especificamente: mel, própolis, cera, geleia real, apitoxina, pólen e, em paralelo, a criação de abelhas e rainhas que representam um papel significativo na economia das explorações agrárias e, ainda, a prestação de serviços na área do turismo e do bem-estar.

Após verificar e constatar, a importância da abelha para a polinização das culturas existentes e dos ecossistemas, bem como os benefícios dos diversos produtos apícolas para a saúde e bem-estar do Homem, verificou-se que a criação de uma unidade apícola no concelho do Fundão não irá apenas dinamizar a região, mas ajudará a manter a sustentabilidade local, bem como inculcar na população os benefícios do empreendedorismo de base agrícola.

➤ Conclusões da Análise Teórica do Trabalho de Projeto

No que se refere às conclusões da revisão da literatura, este trabalho de projeto aprofundou conhecimentos, designadamente sobre os métodos de avaliação financeira e respetivos critérios de seleção do projeto de investimento, ao mesmo tempo que identificou as áreas sensíveis no estudo da viabilidade. Também confirmou que, num projeto de investimento, os efeitos dos investimentos mais relevantes podem ser isolados ou conjugados com rendimentos e gastos, bem como as entradas e saídas de fluxos monetários. Assim, comprovou-se que não existe a possibilidade de projetos de investimento alternativos, porque estes implicam uma decisão de financiamento e uma decisão de investimento, com uma vida económica muito específica.

Por conseguinte, a análise teórica associada ao projeto de investimento foi enquadrada no setor apícola, pois embora essa concretização implicasse um estudo aprofundado da história, das

normas, regulamentos e legislação aplicável e, ainda, das especificidades que uma unidade apícola está sujeita. Assim, para além de ser uma atividade de fácil manutenção e de baixo investimento inicial, no que diz respeito ao estudo da viabilidade, importa referir a necessidade de responder a três questões essenciais para a implementação dessa unidade.

➤ **Conclusões da Análise Empírica do Trabalho de Projeto**

No que diz respeito à primeira questão deste trabalho de projeto:

Q1: Quais as características do concelho do Fundão?

Cabe destacar na resposta, que foi essencial analisar a envolvente demográfica, económica e social do concelho do Fundão, concluindo-se que o mesmo pertence a uma das regiões de Portugal que menos produção de mel em modo biológico apresenta. Também as estratégias para explorar os recursos ligados ao património etnográfico, natural e às zonas de lazer do concelho podiam ser mais aproveitadas e potenciadas. Assim, considerando-se que as potencialidades turísticas do concelho do Fundão estão dispersas pelas diversas freguesias, sendo alguns recursos turísticos específicos à própria localização e outros recursos naturais ligados à natureza mas também sem a resposta, exigem-se ações de intervenção social, ambiental e cultural por parte de investidores.

Nesta medida foi caracterizado o concelho do Fundão a fim de identificar as variáveis externas que melhor podem refletir e identificar os condicionalismos deste concelho. Fundamentalmente, concluiu-se que a população diminuiu bastante, quer pelo aumento da taxa de mortalidade, quer pela diminuição da taxa de natalidade, agravado ainda pelos movimentos migratórios para os grandes centros urbanos e para o estrangeiro, sobretudo pela falta de emprego e saídas profissionais.

A caracterização do concelho do Fundão permitiu justificar que o projeto irá gerar emprego, sendo essencial para reduzir uma das ameaças da análise SWOT, em concreto o aumento do desemprego. De facto, a existência de tradições locais associadas aos produtos e serviços apícolas permitirá o incremento das atividades culturais na região, sendo por isso possível de distinguir a especialização dos apicultores como uma preocupação para aumentar a sustentabilidade deste projeto de investimento.

Face à importância económica da apicultura, considerou-se que esta unidade será localizada na Serra da Gardunha, no concelho do Fundão. A referida localização teve por base a identificação e a fundamentação da mesma através da legislação e da revisão da literatura que conduziu ao desenvolvimento do processo apícola, desde o manuseio de colmeias em terrenos do investidor, à produção dos produtos agrícolas pelas culturas de rosmaninho, à prestação de serviços com a subsequente calendarização das atividades no quadro de uma extensa promoção cultural, bem como ao processo de definição de uma estratégia comercial diferenciada dos

restantes apicultores locais, e face ao planeamento económico e financeiro inerente à sua implementação.

No que diz respeito à segunda questão deste trabalho de projeto:

Q2: Quais os fatores influenciam o consumo e a comercialização do mel no concelho do Fundão?

Cabe destacar na resposta, que a investigação de campo realizada através da distribuição do questionário aos residentes nas 31 freguesias do concelho do Fundão, abrangeu uma diversidade de juízos. Assim, para um nível de explicação de 87,6%, a análise estatística exploratória realizada através de uma análise de componentes principais permitiu identificar o consenso dos inquiridos relativamente aos fatores que influenciam o consumo e a comercialização dos produtos e serviços apícolas no concelho do Fundão, que são:

1ª Determinante da apicultura, nomeadamente: o aumento do consumo; a criação de fatores distintivos na região; o envolvimento da comunidade em questões ambientais, culturais e turísticos; a valorização externa dos produtos na região; e a criação de oportunidades de negócio e a fixação de pessoas à região;

2ª Situação Profissional do inquirido, nomeadamente: a influência do setor económico do emprego do inquirido; o setor de atividade a pertence; e, ainda, o salário médio mensal que auferir;

3ª Atitude na compra do inquirido, nomeadamente: a utilidade dos produtos apícola que compra; as razões que levam o inquirido a adquirir os produtos apícolas locais; os motivos que levam o inquirido a adquirir; a prestação de serviços ligados à apicultura; o local onde compra habitualmente os produtos apícolas; e a diversidade de produtos apícolas que conhece;

4ª Habilitação Literária do inquirido.

Estas conclusões aumentam a probabilidade de êxito da criação de uma unidade apícola. Igualmente, a estratégia comercial da sua implementação futura deve refletir a influência das quatro componentes principais, quer ao nível do plano de marketing, quer ao nível do plano operacional que seleciona e aplica a curto prazo, os meios necessários para os concretizar. O êxito quanto à viabilidade económica de uma unidade apícola, encaixa-se numa estratégia organizacional em que os recursos necessários devem estar disponíveis em termos de tempo e espaço para a sua implementação. Assim, assume-se que esta viabilidade ao ser perspetivada economicamente está entre as decisões mais importantes para o desempenho da unidade.

Este estudo identificou o público-alvo a ser atingido, que é diferenciado segundo uma vasta gama de produtos e serviços, pelas habilitações e situação profissional, pela atitude e preferência na compra. Assim, é definido o posicionamento estratégico a ser adotado pela unidade apícola, de forma a identificar a logística de comercialização e, deste modo, verificar a capacidade organizativa correspondente com a implantação destas estratégias.

No que diz respeito à terceira, e última, questão deste trabalho de projeto:

Q3: Qual é a viável económica e financeira uma unidade apícola no concelho do Fundão?

Cabe destacar na resposta, que a viabilidade financeira da unidade apícola é suportada pelos métodos de avaliação financeira que consideram critérios de seleção que asseguram que os pressupostos assumidos na fase de planeamento e conceção do projeto de investimento reduzem o nível de risco do investimento realizado face ao financiamento planeado.

De encontro a esta abordagem, vêm as perspetivas de rentabilidade em que o índice corresponde a um valor médio de €1,83 recuperado por cada €1,00 investido e a uma taxa interna de rentabilidade da unidade apícola de 68,9%. Numa perspetiva de avaliação de cash-flows atualizados, o valor líquido ascenderá a €80.924,84 para uma taxa de atualização de 14,1%, constituindo-se como uma remuneração bastante relevante. Por último, numa perspetiva de recuperação do investimento, o prazo médio na implantação distribui-se entre 2 anos, 5 meses e dois dias, quando os cash-flows são atualizados e de 2 anos, 5 meses e 25 dias, quando os cash-flows não são atualizados.

Em termos financeiros, e de acordo com a análise das demonstrações financeiras e dos indicadores de rentabilidade, liquidez e financiamento, pode concluir-se que financeiramente o projeto é viável, com elevado grau de autonomia financeira. Assim, a estrutura financeira desta unidade apícola apresenta-se equilibrada, com capacidade para solver os seus compromissos para com terceiros, dispondo de liquidez e capacidade de endividamento.

Com base no projeto de investimento planeado conclui-se que a implementação de uma unidade apícola irá contribuir para a sustentação do rendimento da atividade apícola, a diversificação das atividades ligadas à sua exploração, a manutenção, a criação e a diversificação de empregos no concelho do Fundão, bem como ao desenvolvimento de serviços de turismo, culturais e de bem-estar por empresas do setor apícola, à conservação e a melhoria das condições naturais e do ambiente paisagístico, à dinamização de iniciativas com diferentes público-alvo, como idosos, crianças, jovens e à revitalização da Beira Interior coletivamente, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas.

➤ **Limitações do Trabalho de Projeto**

Em todos os trabalhos de projeto existem limitações e este não foi a exceção. Já que, ao longo de todo o percurso de investigação, foram encontradas inúmeras adversidades no acesso à informação, quer de nível científico, quer de nível técnico.

Ao nível científico constatou-se a insuficiência de investigação aplicada à realidade Portuguesa da atividade apícola, a reduzida colaboração das Entidades responsáveis pelo setor

em Portugal, a fraca colaboração das mais diversas estruturas de apoio à criação de unidades apícolas, a densa e extensa publicação de legislação, normas e regulamentos, quer em Portugal, quer na União Europeia.

Ao nível técnico confirmam-se as expectativas de dificuldade de instalação e funcionamento da própria unidade apícola, as exigências de certificação, a falta de organização da cadeia produtiva associando os produtos da colmeia aos serviços complementares na área do turismo do bem-estar, a permanente fiscalização de polícias ambientais e fiscais, que condicionam o exercício da atividade, entre outras.

Outra das limitações coincidiu com a reduzida ou nula motivação dos inquiridos para responder aos inquéritos. De salientar que, a grande maioria, simplesmente, recusava o preenchimento dos mesmos, o que aumentava a preocupação da mestranda face aos resultados esperados. Em outros casos, os inquiridos demoravam a responder e tal facto implicou o aumento do tempo de recolha dos dados do inquérito.

Adicionalmente, entre as limitações, que foram surgindo no decorrer da elaboração do projeto, cabe referir que o estudo da viabilidade económica e financeira pode ser afetado pelos gastos versus rendimentos previsionais, bem como as especificações do plano de investimento, reduzindo a probabilidade de realização do mesmo. Assim como, a identificação de diversos fatores que podem levar o projeto ao sucesso ou fracasso, como por exemplo a excessiva expansão da *Vespa velutina nigrithorax* em Portugal. Contudo, a velocidade de alteração do meio envolvente será a maior condicionante da unidade apícola, a nível legislativo, contabilístico, económico e financeiro, podendo afetar a viabilidade da mesma.

➤ **Desenvolvimentos Futuros do Trabalho de Projeto**

No que diz respeito aos desenvolvimentos futuros, pretende complementar-se a viabilidade económica e financeira com viabilidade ambiental e social. Assim, se, por um lado, os estudos de viabilidade ambiental são fundamentais em novos investimentos, uma vez que avaliam objetivamente todas as particularidades das áreas em que se deseja instalar o investimento. Por outro lado, o resultado desses estudos conduz a uma tomada de decisão em que o investidor decide pela melhor alternativa de implementação e fornece diretrizes, para um melhor licenciamento ambiental e gestão futura do novo investimento.

A existência de eventuais limitações que inviabilizam projeto de investimento permitem aconselhar a redefinição entre alternativas, de modo a evitar problemas futuros. Assim, o estudo de viabilidade ambiental consiste na elaboração de uma proposta, levantando-se e analisando-se alternativas, sendo subjacentes restrições técnicas, por exemplo: geotécnicas, bióticas de recurso ambiental ou, ainda, por imposição legal.

Por outro lado, o estudo da viabilidade social consiste na avaliação da sustentabilidade integrada do projeto de investimento, quer ao nível da educação, saúde, cultura, habitação e logística da população inerente ao meio envolvente do projeto, quer ao nível do impacto causado pela iniciativa proposta em termos de sociedade, em geral. Assim, a viabilidade social do projeto pode responder, por exemplo às questões: Qual o grupo social que mais beneficia com o projeto? ou Qual a contribuição do projeto ao nível da economia do bem-estar?

Complementarmente, a estratégia futura a nível nacional poderia passar por concretizar a certificação com selo de garantia internacional de todos os produtos da atividade apícola, tais como: as denominações de origem protegida ou o modo de produção biológico, uma vez que são consideradas ferramentas que conferem aos produtos agrícolas nacionais a capacidade de se valorizarem ainda mais no mercado global, não só através da qualidade, mas fundamentalmente acrescentando valor e combatendo a concorrência através do preço.

Sobre o projeto de investimento seria importante aferir o nível de satisfação dos produtos apícolas que a unidade irá produzir, bem como a respetiva prestação de serviços. Desta forma, a avaliação seria efetuada através de questionário, mas de forma eletrónica, para abranger um maior número de respostas, quer a nível nacional, quer a nível internacional, de forma eliminar-se a limitação relacionada com a taxa de resposta.

Em jeito de conclusão, a mestranda não pode deixar de destacar que todo o trabalho de projeto foi extremamente interessante e cativante no que diz respeito à elaboração do mesmo e todas as discussões, quer com apicultores, agricultores e outros especialistas, bem como com a professora orientadora do projeto, conduziram a um processo de aprendizagem contínuo que levou a considerar que a formação ao longo da vida e neste caso no Mestrado de Gestão de Empresas da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco foi uma aposta ganha. A criação da unidade apícola será concretizada no futuro, passando a ser considerada mais do que uma proposta, uma realidade.

Bibliografia

Bibliografia

- Abreu, R; Almeida, A; Fernandes, B; Fonseca, A; Garção, H; Garcia, E; Gonçalves, E; Guedes, H; Matos, A; Mota, C; Neto, M; Ribeiro, M; Rodrigues, M e Pereira, E. (2009). *Hábitos de compra e consumo de mel*. Bragança: Escola Superior Agrária.
- Ackerman, R.W. (1975). *The Social Challenge to Business*. Cambridge: Harvard University Press.
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, 2011). *Portugal - Perfil do País*. Lisboa: Portugal Global.
- Almeida, C. M.V.B. (2010). *Detecção de Contaminantes do mel*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Almeida, K; Macedo, M. Á. S. e Lunga, A. (2007). *Análise de Viabilidade Económico-Financeira de projectos agropecuárias: O caso da implementação de um projecto de produção de produtos apícolas*. Brasil: XLV Congresso da Sober.
- Andrade, J. (2001). *Apontamentos de Econometria Aplicada*. Working paper, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Anjos, O., Capelo, S., Diogo, G., Gouveia, C., Peres, F. e Vitorino, C. (2009). Estudo de Variabilidade do Mel de Rosmaninho Produzido na região de Castelo Branco. In Encontro de Química dos Alimentos, São Miguel: Sociedade Portuguesa de Química e Centro de Investigação e Tecnologia Agrária dos Açores.
- Ash, K; Keep, J e Hamlin, B. (2001). *Organizational Change and Development: A Reflective Guide for Managers, Trainers and Developers*. London: Pearson Education Limited.
- Associação de Apicultores do Norte de Minas (Apsinorte, 2012). *Curso básico de apicultura*. Minas Gerais (Brasil): Apsinorte.
- Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP, 2004). *Gestão da Empresa Agrícola no Século XXI*. Manual I - Marketing dos Produtos Agro-Pecuários, co-financiado no âmbito da Medida 10 do Programa AGRO Convite Público nº 04/2004 - Projecto n.º 2005090010264. Lisboa: AJAP.
- Associação dos Jovens Empresários da Madeira (AJEM, 2008). *Estudo de Viabilidade Económica e Financeira*. Funchal: AJEM
- Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA, 2013a). *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas*. Lisboa: ATA.
- Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA, 2013b). *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares*. Lisboa: ATA.
- Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA, 2013c). *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*. Lisboa: ATA.
- Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA, 2013d). *Código do Imposto sobre a Circulação de Veículos*. Lisboa: ATA.
- Azeitão, J. e Roberto, J. (2010). O Planeamento Estratégico e a Gestão Estratégica nas PME. *Revista TOC*, vol. 120, 57-68
- Barros, A.; Nunes, F.; Costa, M. (2009). *Manual de boas práticas na produção de cera de abelha-Princípios Gerais*. Lisboa: Federação Nacional dos Apicultores de Portugal.
- Barros, C.P. (1999). *Avaliação financeira de projectos de investimento*. Lisboa: Vulgata.
- Barros, C.P. (2007). *Avaliação financeira de projectos de investimento*. Lisboa: Escolar Editora.
- Barros, H. (2008). *Análise de Projectos de Investimento*. Lisboa: Edições Silabo.
- Bartol, K. e Martin, D. (1998). *Management*. New York: McGraw-Hill
- Bertoglio, O. e Brasaga, B.A. (2008). *Projectos de investimentos, empreendedorismo e aspectos de mercado: Caracterização e importância para as organizações*. *Revista de Administração e Ciência Contábeis*, vol. 3, nº 7, 1-16.
- Bicho, S.I.S. (2009). *Plano de Negócios: Sweetbio*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Biri, M.; e Albert, J.M. (1979). *Moderna Criação das Abelhas*. Barcelona: Editorial De Vecchi.

- Bloomberg (2013). *Market data: World IS Analytics*. London: Bloomberg.
- Borrega, J.L.S e Franco, M. (2006). *Métodos e Critérios económicos de avaliação de empreendimentos - Aplicações práticas de investimento*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Bradbear, N. (2004). *Beekeeping and sustainable livelihoods*. FAO Diversification Booklet. 1 Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Cabo, P; Fernandes, A; Matos, A e Ribeiro, M. (2009). *Hábitos Alimentares Saudáveis: O consumo do mel no distrito de Bragança*. Bragança: IV Congresso de Nutrição e Alimentação.
- Cabo, P; Fernandes, A; Matos, A e Ribeiro, M. (2010). *O consumo do mel no distrito de Bragança*. Aveiro: IV Congresso Universidade de Aveiro.
- Calatayud, F; Feuerriegel, C e Madrid, L. (1990). *Empleo del Fluvalinato en la lucha contra la varroasis*. Valencia: Unió de Liauradors.
- Câmara Municipal do Fundão (CMF, 2010). *Diagnóstico Social do Fundão: Relatório Final*. Fundão: Conselho Local de Acção Social.
- Cândido, G.A e Holanda, L.M.C. (2006). *Estratégia competitiva e Posicionamento Estratégico: Um estudo Exploratório no Setor de Confeccções em Campina Grande*. Resende (Brasil): III SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.
- Cardoso, C. (2010). *Agricultura e ativos biológicos no âmbito do novo sistema de normalização contabilística*. Viseu: DRAAPViseu.
- Cardoso, G.A. (2010). *Análise Socioeconómica do distrito da Guarda. Sua Relação com os impostos sobre património*. Projeto Aplicado do Mestrado. Guarda: Escola Superior de Tecnologia e Gestão.
- Cavique, L. e Nunes, J C. (2008). *Plano de marketing Estratégia em Acção - Um instrumento prático para a actividade empresarial*. Alfragide. Publicações Dom Quixote.
- Cerbasi, G.P. (2003). *Metodologias para a determinação do valor das empresas: Uma aplicação no sector de Geração de energia hidroeléctrica*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.
- Clark, J. (2009). *Entrepreneurship and diversification on English farms: Identifying business enterprise characteristics and change processes*. *Entrepreneurship & Regional Development*, vol. 21, nº 2, 213-236.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 1994). *Resolução sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu -Documento de reflexão sobre a situação da apicultura europeia, COM/94/256-FINAL*. *Jornal Oficial*, C43, 20 de Fevereiro, 130.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2003). *Manual de análise de custos e benefícios dos projectos de investimento*. Fundos estruturais: Unidade Responsável pela avaliação da Política Regional da Comissão Europeia. Bruxelas: Publicações Oficiais.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2003). *Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)*. *Jornal Oficial da União Europeia*, nº L 154/1, 1-41.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2004a). *Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativo à higiene dos géneros alimentícios*. *Jornal Oficial da União Europeia* nº L 139, 1-54.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2004b). *Regulamento (CE) n.º 917/2004 da Comissão, de 29 de Abril, que altera o Regulamento (CE) n.º 917/2004 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 797/2004 do Conselho relativo a acções de melhoria das condições de produção e comercialização de produtos da apicultura*. *Jornal Oficial da União Europeia*, L163, 30 de Abril, 83-87.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2004c). *Regulamento (CE) n.º 2236/2004 da Comissão, de 29 de Dezembro, que adopta certas normas internacionais de relato financeiro (IFRS) 1 e 3 a 5, às normas internacionais de contabilidade (IAS) 1, 10, 12, 14, 16 a 19, 22, 27, 28 e 31 a 41 e às interpretações 9, 22, 28 e 32 do Standard Interpretation Committee (SIC)*. *Jornal Oficial da União Europeia*, nº L 392, 001-003
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2004d). *Regulamento (CE) n.º 2238/2004 da Comissão, de 29 de Dezembro, adopta certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativamente à IFRS 1, às IAS 1 a 10, 12 a 17, 19 a 24, 27 a 38, 40 e 41 a às SIC 1 a 7, 11 a 14, 18 a 27 e 30 a 33*. *Jornal Oficial da União Europeia* nº L 394, 1-175
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2005). *Regulamento (CE) n.º 1234/2005 da Comissão, de 28 de Julho, que fixa as restituições à produção no sector dos cereais*. *Jornal Oficial da União Europeia*, nº L 199, 0082

- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2007). Regulamento (CE) n.º 811/2007 da Comissão, de 11 de Julho de 2007, que altera o Regulamento (CE) n.º 917/2004 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 797/2004 do Conselho relativo a acções de melhoria das condições de produção e comercialização de produtos da apicultura. *Jornal Oficial da União Europeia*, L182, 12 de Julho, 5-6.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2012). Situação no sector da apicultura Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Novembro de 2010, sobre a situação no sector da apicultura. *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º C 99E, 3 de Abril, 60-64.
- Comissão Europeia (CE, 2010). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho relativa a Saúde das Abelhas, de 6 de dezembro de 2010. COM (2010) 714.Final. Bruxelas: Publicação *Oficial da União Europeia*.
- Comissão Europeia (CE, 2010). Regulamento (UE) n.º 726/2010 da Comissão, de 12 de Agosto, que altera o Regulamento (CE) n.º 917/2004 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 797/2004 do Conselho relativo a acções de melhoria das condições de produção e comercialização de produtos da apicultura. *Jornal Oficial da União Europeia*, L213, 13 de Agosto, 29-30.
- Comité Económico e Social Europeu (CESC, 2011). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões-Europa, primeiro destino turístico do mundo – novo quadro político para o turismo europeu. *Jornal Oficial da União Europeia*, C376, 22 de Dezembro, 44-54
- Confederação de Agricultura Portuguesa (CAP, 2007). *Manual de Sanidade Apícola*. Lisboa: Federação Nacional dos Apicultores de Portugal.
- Conselho da União Europeia (CUE, 2001). Directiva 2001/110/CE do Conselho, de 20 de Dezembro relativo ao mel. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L10, 12 de Janeiro, 47-51.
- Conselho da União Europeia (CUE, 2004). Regulamento (CE) n.º 797/2004 do Conselho, de 26 de Abril relativo a acções de melhoria das condições de produção e comercialização de produtos da apicultura. *Jornal Oficial da União Europeia*, L125, 28 de Abril, 1-3.
- Conselho das Comunidades Europeias (CCE, 1974). Directiva 74/409/CEE do Conselho, de 22 de Julho relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao mel. *Jornal Oficial da Comunidade Europeia*, L221, 12 de Agosto, 10-14.
- Costa, F. (2011). *Caracterização da Fileira da Cereja do Fundão e da Cova da Beira*. Fundão: Cerfundão-Centro de Embalamento e Comercialização de Cerejas da Cova da Beira, Lda.
- Costa, L. (2009). O Pomar Tradicional de Cerejeira na Cova da Beira (Caracterização geral e análise económica de 2004 a 2007). Fundão: Cerfundão-Centro de Embalamento e Comercialização de Cerejas da Cova da Beira, Lda.
- Crowther, D., Abreu, R., Magro, F.P. e David, F. (2003). Contabilidade Social e Desempenho Organizacional. *Revista de Contabilidade e Comércio*, vol. 59, n.º 234/235, 363-380.
- Cruvinel, P.E; Malagutti, E; Santos, C E.S. e Uchoa, P.R.M. (2009). *Perfil Profissional no meio rural: Subsídio para diagnóstico e definição de Estratégias: Cadeias Produtivas da Apicultura, Bovinocultura leiteira e Ovinocultura*. Lisboa: Embrapa Pantanal.
- Cruz, M. (2011). *Comportamento e Perfil do Consumidor de alimentos biológicos em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Universidade Técnica de Lisboa.
- Damacena, G.N. e Szwarcwald, C.L. (2008). Amostras complexas em inquéritos populacionais planejamento e implicações na análise estatística dos dados. *Revista Brasileira Epidemiologia*, vol. 11, suplemento 1, Maio, 38-45.
- Darolt, M.R. (2010). As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. In Darolt, M. R. (2010). *Agricultura Orgânica: inventando o futuro*. Londrina, Brasil: Instituto Agronómico do Paraná, 18-26.
- Dias, A.C.S. (2007). *Dinâmicas de Castelo Branco: Uma caracterização socioeconómica do distrito e das suas ONG'S REAPN*. Castelo Branco: IICB.
- Dias, A.L. (2002). *Análise qualitativa de projectos de investimento*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC, 2013). *Manual do Apicultor*. Castelo Branco: DRAPC. Disponível em [http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/manual_apicultor.htm]
- Direção-Geral da Segurança Social (DGSS, 2013). *Código dos Regimes contributivos do sistema previdencial de segurança social*. Lisboa: DGSS
- Donaire, D. (1999). *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas.

- Duarte, P.M. (2007). *Avaliação de uma empresa não cotada do sector da distribuição cinematográfica (Estudo de Caso)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Encarnação, C.F.G. (2009). *Indicadores Económico-financeiros: Os impactos da alteração normativa em Portugal*. Projeto de Mestrado. Lisboa: ISCTE Business School - Instituto Universitário de Lisboa.
- Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP, 2007). *Manual de sanidade apícola: sintomas - profilaxia - controlo*. Lisboa: FNAP.
- Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP, 2008a). *Apicultura - Zonas Controladas 2009*. Lisboa: FNAP.
- Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP, 2008b). *Zonas Controladas. Sanidade Apícola uma responsabilidade de todos*. Lisboa: FNAP.
- Federação Nacional dos Apicultores de Portugal (FNAP, 2010). *Manual de produção de pólen e propolis*. Lisboa: FNAP.
- Fernandes, D.I.F. (2010). *Análise da Participação dos sistemas de Produção Agrícola Característicos das grandes explorações nos programas agro-ambientais*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Fernández, P. (2001). *Valoración de Empresas*. Barcelona: Editorial Gestión 2000.
- Filho, M.C. (2004). *Avaliação das Empresas - "Valuation": Estudo de Caso de uma Concessão de Rodovia no Brasil*. Trabalho de Conclusão de MBA. São Paulo: Faculdade de São Luís.
- Filipe, N.C.L. (2007). *O capital humano e a heurística das opções reais: uma análise exploratória*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Instituto Politécnico de Leiria.
- Fonseca, A. (2010). *A Agricultura biológica na Beira Interior - Cooperativa "Bioguarda"*. Projecto Aplicado do Mestrado. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAOSTAT, 2012). *The honey and other bee products market in the EU*. Roma: FAO.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAOUN, 1993). *Guidelines for the design of agricultural investment projects*. FAO Investment Centre Technical Paper 7. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Franco, P. (2011). *O impacto da contabilidade e fiscalidade na agricultura*. 8 Junho. Santarém: Seminário CAP/OTOC.
- Frisomat (2013). *Proposta de edifício para unidade apícola*. Lisboa: Frisomat.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP, 2012). *Boletim Estatístico - Dezembro 2012*. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.
- Gaiola, A. J. F. (1997). *A gestão de informação num organismo Autárquico o caso da Câmara Municipal de Belmonte*. Dissertação de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Global e-Markplace trade (GSBC, 2013). *Site da Gtrade.or.kr*. Gyeonggi-do (South Korea): GBSC
- Gomes, R; Branco, L.C; e Sá, J.V. (2005). *Novos Produtos de Valor Acrescentado*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Gotze, U., Northcott, D. e Schuster, P. (2008). *Investment Appraisal: Methods and Models*. Berlin (Alemanhã): Springer-Verlag
- Gouveia, B. (2007). *Empresa: Conceito, visão, missão, objetivos, planeamento e estratégia. Bioempreendedorismo: Empreendedorismo e criação de empresas*. Aveiro: UA.
- Greene, W. (2012). *Econometric Analysis*. London: Prentice Hall Inc.
- Hair, J., Anderson, R., Tatham, R. e Black, W. (2005). *Análisis Multivariante*. Madrid: Prentice-Hall
- Helay, P. e Palepu, K. (2013). *Business analysis & valuation: using financial statements*. Ohio: Thomson Learning.
- Hill, M. e Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hilmi, M., Bradbear, N. e Mejia, D. (2012). *Beekeeping and Sustainable Livelihoods*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

- Hooper, T. e Morse, R. (1986a). *Enciclopédia Ilustrada de Apicultura. Volume 1*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Hooper, T. e Morse, R. (1986b). *Enciclopédia Ilustrada de Apicultura. Volume 2*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Hora, H.R.M; Monteiro, G.T.R.; e Arica, J. (2010). Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. *Produto & Produção*, vol. 11, nº 2, 85-103.
- Hotel Samasa (2011). *Site Promocional do Hotel: Mapa do Concelho*. Fundão: Hotel Samasa.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011a). Recenseamento agrícola 2009 - Dados definitivos. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011b). *Anuário Estatístico da Região Centro 2010*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011c). *Anuário Estatístico Regional - Informação estatística à escala regional e municipal*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012a). *Censos 2011-Resultados Definitivos*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012b). *Estatísticas Agrícolas 2011*. Lisboa: INE.
- International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM, 2008). *Annual Report 2007*. Bonn: IFOAM.
- Jacob, J. (1976). Consumer Psychology: An Octennium. *Annual Review of Psychology*, vol. 27, 331-358.
- Jiambalvo, J. (2012). *Managerial Accounting*. London: John Wiley & Sons.
- João, R; Viegas, V. e Rebelo, S. (2007). Métodos de Avaliação da Decisão de Investimento - A realidade empresarial do Algarve. *Revista dos Algarves*, Nº 16, 1º Semestre, 40-48.
- Kerr, W. E. (1998). *As abelhas e o meio ambiente*. Salvador: XII Congresso Brasileiro de Apicultura.
- Khan, A. S; Matos, V. D e Lima, P. V. P. S. (2009). *Desempenho da apicultura no estado do ceara: competitividade, nível tecnológico e factores condicionantes*. Ceara: Universidade Federal do Ceara.
- Knudson, W., Wysocki, A., Champagne, J., Peterson, H. e Christopher, K. (2004). Entrepreneurship and Innovation in the Agri-Food System. *American Journal of Agricultural Economics*, vol. 86, nº 5, 1330-1336.
- Kotler, P. e Armstrong, G. (2010). *Principles of Marketing*. New Jersey: Pearson Education.
- Kraychete, G. (1997). *Como fazer um estudo de viabilidade económica*. Economia Popular: Viabilidade e Alternativas. Salvador, Brasil: CESE- CEADE.
- Krell, R. (1996). *Value-added products from beekeeping*. FAO Agricultural Services Bulletin, n.º 124, Rome: FAO
- Krippendorff, K. (2004). *Content Analysis: an introduction to this methodology*. California: Sage Publications, Inc.
- Kurowski, L. e Sussman, D. (2011). *Investment Project Design: A Guide to Financial and Economic Analysis with Constraints*. Londres: Wiley
- Leite, G.L.G. e Rocha, S.L. (2005). Apitoxina. *Unimontes Científica*, vol. 7, nº 1, jan/jun, 115-125.
- Leite, L. R; Lezana, Á. G. R. e Menezes, E. A. (2009). *Diagnostico da condição empreendedora dos apicultores de Santa Catarina*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira, Administração e Sociologia Rural.
- Lengler, L. (2008). Sustentabilidade empreendedorismo e cooperação em associações de apicultores Gaúchos. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lopes, R. (2011). Editorial dos *Territórios em Rede*. Revista da Cooperação LEADER, nº 2, Setembro. Lisboa (Portugal): Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local.
- Madureira, M. G. F. B. (2004). *Avaliação do Impacte dos cursos de jovens empresários agrícolas em Trás-os-Montes*. Dissertação de Mestrado. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança
- Maroco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Lisboa: Report Number Editora.
- Marques, W.L. (2011). Gerenciamento financeiro. Brasil: Fundação Biblioteca Nacional

- Martins, B.R.G. (2007). Demonstração de resultados. Instituto Superior de Engenharia de Coimbra - Departamento de Engenharia Civil Coimbra: IPC
- Martins, C. (1996). Avaliação do Risco “á posteriori” no investimento produtivo. Porto: Vida Económica.
- Matos, H. A. P. (2011). A adoção do Sistema de Normalização Contabilística e os seus impactos nas demonstrações financeiras. Dissertação de Mestrado. Porto: IPP.
- McDonald, D. e Puxty, A.G. (1979). An inducement-contribution approach to corporate financial reporting. *Accounting, Organizations & Society*, vol. 4, nº 1/2, 53-65.
- Mendes, C. (2007). Enquadramento normativo dos ativos biológicos e suas problemáticas: uma análise comparativa. *Revista Revisores & Empresas*, nº 49, Abril/Junho, 32-39.
- Miguel, A. (2006). *Avaliação de projectos: Construção do Business Case*. Lisboa: FCA Editora.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 1985). Decreto-Lei nº 131/85, Determina que a produção e a comercialização de mel passem a obedecer ao disposto na Norma Portuguesa 1307 «Mel - Definição, classificação e características». *Diário da República*, nº 98, 1ª Série, 29 de Abril, 1130-1132.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2000a). Decreto-Lei nº 37/2000, Estabelece o regime jurídico da actividade apícola, relativa à detenção, criação ou exploração de abelhas da espécie *Apis mellifera*. *Diário da República*, nº 62, 1ª Série-A, 14 de Março, 927-928.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2000b). Decreto-Lei nº 74/2000, cria normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas da espécie *Apis mellifera*. *Diário da República*, nº 105, 1ª Série-A, 6 de Maio, 1909-1913.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2003). Decreto-lei n. 214/2003, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2001/110/CE, do Conselho, de 20 de Dezembro, relativa ao mel. *Diário da República*, nº 216, 1ª Série-A, 18 de Setembro, 6057-6060.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2005). Decreto-lei n.º 203/2005, estabelece o regime jurídico da actividade apícola e as normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas. *Diário da República*, nº 227, 1ª Série, 25 de Novembro, 67240-6729.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2007). Decreto-lei n.º 1/2007, estabelece as condições de funcionamento dos locais de extracção e processamento de mel e outros produtos da apicultura destinados ao consumo humano, complementares aos Regulamentos (CE) n.º 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, instituindo o respectivo regime e condições de registo e aprovação. *Diário da República*, nº 1, 1ª série, 2 de Janeiro, 5-7.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2008). Decreto-lei n.º 148/2008, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, e parcialmente a Directiva n.º 2001/82/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Novembro, que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos veterinários, e a Directiva n.º 2006/130/CE, da Comissão, de 11 de Dezembro, que determina os critérios de isenção da receita veterinária para determinados medicamentos veterinários aplicáveis a animais produtores de alimentos, e revoga os Decretos-Leis n.os 146/97, de 11 de Junho, 184/97, de 26 de Julho, 232/99, de 24 de Junho, 245/2000, de 29 de Setembro, 185/2004, de 29 de Julho, e 175/2005, de 25 de Outubro. *Diário da República*, nº 145, 1ª Série, 29 de Julho, 5048-5095.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2009). Despacho normativo n.º 24/2009, altera o Despacho n.º 23/2008 - Programa Apícola Nacional para triénio 2008-2010. *Diário da República*, nº 127, 2ª Série, 3 de Julho, 26002-26009.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2010a). *Programa Apícola Nacional: Triénio de 2011-2013*. Lisboa: MADRP/Gabinete de Planeamento e Políticas.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2010b). Despacho normativo n.º 27/2010, Estabelece as regras complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional (PAN), para o triénio 2011 -2013, aprovado pela Decisão da Comissão C (2010) 6102 final, de 14 de setembro de 2010. *Diário da República*, nº 228, 2ª Série, 24 de Novembro, 3175-3176.
- Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente, e do Ordenamento do Território (MAMAOT, 2013). Despacho normativo n.º 2/2013, altera o Despacho Normativo n.º 27/2010-Programa Apícola Nacional para triénio 2011-2013. *Diário da República*, nº 16, 2ª Série, 23 de Janeiro, 3175-3176.
- Ministério da Economia e da Inovação e da Agricultura do desenvolvimento Rural e das Pescas (MEIADRP, 2008). Portaria n.º 699/2008, regulamenta as derrogações previstas no Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, e no Regulamento (CE) n.º 2073/2005, da Comissão, de 15 de Novembro, para determinados géneros alimentícios. *Diário da República*, nº 145, 1ª Série, 29 de Julho, 5046-5048.

- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009a). Decreto-Lei n.º 158/2009, aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei 47/77, de 7 de Fevereiro. *Diário da República*, n.º 133, 1.ª Série, 13 de Julho, 4375-4384.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009b). Portaria n.º 986/2009, aprova os modelos de demonstrações financeiras. *Diário da República*, n.º 173, 1ª Série, 7 de Setembro, 6006 a 6029.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009c). Aviso n.º 15655/2009, homologa as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009. *Diário da República*, n.º 173, 2ª Série, 7 de Setembro, 36260-36359
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009d). Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro. *Diário da República*, n.º 178, 1ª Série, 14 de Setembro, 6270-6285.
- Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2004). Projecto Dom Hélder Câmara - Fundo de Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura. *Manual para a elaboração de projectos FISP*. Recife: MDA.
- Mithá, O. (2009). *Análise de projectos de investimento*. Lisboa: Escolar Editora.
- Moita, G.C; Neto, J.M. (1998). *Uma Introdução à análise exploratória de dados multivariados*. Química Nova, vol. 21, n.º 4, 467-469.
- Moraes, P. (2009). *Açúcar Mascavo, Adoçante e Mel: Esclarecendo Mitos*. São Paulo: ADJ Brasil. Disponível em: http://www.adj.org.br/site/noticias_read.asp?id=792&tipo=4
- Neto, J.G. (2009). *Manual de Criação de Rainhas autóctones em Portugal*. Lisboa: Federação Nacional dos Apicultores de Portugal.
- Neves, A. (2006). *Manual de boas práticas na produção de mel: Princípios Gerais de Aplicação*. Lisboa: Federação Nacional dos Apicultores de Portugal.
- Neves, J. (2000a). *Análise financeira. Volume I-Técnicas fundamentais*. Lisboa: Texto Editora.
- Neves, J. (2000b). *Análise financeira. Volume II-Avaliação do desempenho baseado no valor*. Lisboa: Texto Editora.
- Nunes, S. (2010). *Inferência Estatística Testes de hipóteses. Unidade Curricular do Mestrado em Gestão de Empresas*. Idanha-a-Nova: Escola Superior de Gestão.
- Oliveira, B. M. P. M; Santos, J. A. R e Silva, D. J. L. (2006). *A flexibilidade em Adolescentes - Um contributo para a avaliação global*. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, vol. 8, n.º 1, 72-79
- Osterwalder, A. e Pigneur, Y. (2011). *Criar Modelos de Negócios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pacheco, A.A.S. (2004). *Avaliação de Empresas: Uma pesquisa sobre as metodologias e as suas aplicações*. Dissertação de Mestrado. São Paulo (Brasil): Universidade de São Paulo.
- Parlamento Europeu (PE, 2010). *Parecer do Comité das Regiões sobre os «Projectos transregionais no domínio do turismo rural no contexto da Agenda 21*. Estrasburgo: PE.
- Penman, S. (2013). *Financial Statement Analysis and Security Valuation*. London: McGraw-Hill/Irwin.
- Pereira, A. (2006). *Guia Prático de utilização - Análise de dados para ciências sócias e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pereira, A.P.R. (2008). *Caracterização de mel com vista à produção de hidromel*. Dissertação de Mestrado. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Pike, R. e Neale, B. (1999). *Corporate Finance and Investment*. London: Prentice Hall.
- Plácido, C. e Ribeiro, D. (2012). *Ativos Biológicos: Aspectos Contabilísticos e Fiscais. Formação Segmentada da OTOC*. Lisboa: OTOC.
- Porter, M. (2008). *A Harvard business review book*. Boston: Library of Congress Cataloging.
- Rafael, J.P.A. (2007). *Avaliação do desempenho e análise do impacto socioeconómico do modelo de gestão do associativismo agrícola*. Dissertação de Mestrado. Vila Real: UTAD.
- Ricciulli, A.C. (2010). *Avaliação e decisão em projectos de investimentos*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- Rodrigues, J. (2005). *Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Lisboa: Áreas Editora, Lisboa
- Rodrigues, W. C. (2007). *Metodologia Científica*. Paracambi (Brasil): FAETEC/IST
- Santos, A.R. (2008). *Gestão Estratégica: Conceitos, modelos e instrumentos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Spurgin, A. (1997). *Apicultura*. Colecção Habitat. Lisboa: Editorial Presença
- Stacey, R. (1993). *Strategic Management and Organisational Dynamics*. Londres: Pitman Publishing.
- Thomas Apiculture (2012). *Fabricant Francais de Matériel Apicole*. Fay aux Loges (França): Thomas Apiculture
- Tibério, L.M. (2011). *Territórios em Rede-A cooperação e produtos locais*. Revista da Cooperação LEADER, nº 2, Setembro. Lisboa (Portugal): Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local.
- Vernimmen, P; Quiry, P; Dallochio, M.; Le Fur, Y. e Salvi, A. (2009). *Corporate Finance: Theory and Practice*. Cichester: John Wiley & sons.
- Vilas-Boas, M. (2008). *Manual de Apicultura em Modo de Produção Biológico*. Lisboa: Federação Nacional dos Apicultores de Portugal.
- Williams, M. e Humphrys, G. (2003). *Citizenship education and lifelong learning: power and place*. New York: Nova Science Publishers.
- Wooldridge, J. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Harvard: MIT Press.
- Zamberlan, L e Denise, M. (2010). *O Comportamento do consumidor de mel: Um estudo exploratório*. Revista de Administração e Ciências Contábeis, vol. 5, nº 10, 45-50.

Anexo

Anexo 1. Inquérito



Consumo e Comercialização de produtos e serviços apícolas



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Escola Superior de Gestão

Com este questionário pretende conhecer-se a opinião dos residentes no Concelho do Fundão sobre Consumo e Comercialização de produtos e serviços apícolas. O mesmo insere-se no âmbito do Projeto de Mestrado em Gestão de Empresas da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova integrada no Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Este questionário é estritamente confidencial e anónimo, pelo que se pede o favor de não assinar nem rubricar. A validade do estudo depende da sinceridade, objetividade e expressão significativa das respostas obtidas.

1. Identidade/Situação (Assinale com uma cruz (X) a resposta que corresponde à sua opção)

1.1) Sexo:

Feminino Masculino

1.2) Estado Civil:

Solteiro Casado Divorciado Viúvo

1.3) Idade:

0-14 anos 15-24 anos 25-64 anos 65 ou + anos

1.4) Habilitações literárias:

Nenhum Ensino básico Ensino Secundário Ensino Pós-Secundário Ensino Superior

1.5) Qual a freguesia onde reside:

Alcaide	<input type="checkbox"/>	Atalaia do Campo	<input type="checkbox"/>	Castelo Novo	<input type="checkbox"/>	Lavacolhos	<input type="checkbox"/>	Soalheira	<input type="checkbox"/>
Alcaria	<input type="checkbox"/>	Barroca	<input type="checkbox"/>	Donas	<input type="checkbox"/>	Orca	<input type="checkbox"/>	Souto da Casa	<input type="checkbox"/>
Alcongosta	<input type="checkbox"/>	Bogas de Baixo	<input type="checkbox"/>	Escarigo	<input type="checkbox"/>	Peroviseu	<input type="checkbox"/>	Telhado	<input type="checkbox"/>
Aldeia de Joanes	<input type="checkbox"/>	Bogas de Cima	<input type="checkbox"/>	Fatela	<input type="checkbox"/>	Povoa de Atalaia	<input type="checkbox"/>	Vale de Prazeres	<input type="checkbox"/>
Aldeia N.do Cabo	<input type="checkbox"/>	Capinha	<input type="checkbox"/>	Fundão	<input type="checkbox"/>	Salgueiro	<input type="checkbox"/>	Valverde	<input type="checkbox"/>
Alpedrinha	<input type="checkbox"/>	Castelejo	<input type="checkbox"/>	Janeiro de Cima	<input type="checkbox"/>	Silvares	<input type="checkbox"/>	Mata da Rainha	<input type="checkbox"/>
								Enxames	<input type="checkbox"/>

1.6) Qual a sua situação face ao emprego:

Desempregado Contrato a termo certo Contrato a termo incerto - privado Contrato a termo incerto - público Estudante

Sem termo Reformado Doméstico Procura 1º emprego

1.7) Qual o seu salário médio mensal:

Menor que €475 Entre €475 e €949 Entre €950 e €1425 Maior que €1425

1.8) Qual o setor económico do seu emprego:

Primário Secundário terciário

(Agricultura) (Indústria) (Comércio/Serviços)

1.9) A que setor de actividade pertence?

Público Privado Outro Qual? _____

2. Conhecimentos/Preferências sobre produtos e serviços apícolas (Assinale com uma cruz (X) na opção que pretende responder)

2.1) Quais são os produtos apícolas que conhece?

Mel Propólis Geleia Real Cera Pólen

2.2) Qual o produto apícola que costuma consumir com maior frequência?

Mel Propólis Geleia Real Cera Pólen

2.3) Qual o tipo de produção agrícola que prefere?

Biológica Orgânica Outra Qual? _____

2.4) Qual a utilidade dos produtos apícolas que compra?

Alimentação Culinária Saúde Cosmética Outra

2.5) Onde compra habitualmente os produtos apícolas?

Supermercado /Hipermercado Minimercado / mercearia Centros dietéticos Internet
 Directamente aos produtores Farmacias Lojas Gourmet Outra

2.6) Quando adquire produtos apícolas, faz:

Por impulso Com planeamento Por conselho de amigos Outra Qual? _____

2.7) Dá preferência a um determinado produtor apícola?

Sim Não Não sabe Outra Qual? _____

2.7.1) Se sim, qual a área de influência desse produtor?

Local Regional Nacional Internacional

2.8) Quais são as razões que o levam a adquirir os produtos apícolas locais ?

Conhece o Produtor Contribuir para a economia da região Qualidade Merchandising (embalagem) Preço

2.9) Se soubesse que iam ser comercializados produtos apícolas no seu Concelho, adquiria-os?

Sim Não Talvez

2.10) Sabe como funciona a apicultura?

Sim Não

2.11) Gostaria de conhecer o funcionamento da apicultura?

Sim Não Talvez

2.12) Se se desenvolvessem atividades ligadas à apicultura na sua região, estaria interessado(a) em participar?

Sim Não Talvez

2.13) Das atividades abaixo mencionadas, quais as que estaria interessado(a) em participar?

Workshop Visitas guiadas pelos apiários Demonstrações processos de fabrico SPA e tratamentos de beleza Gastronomia com mel
 Roteiros Turísticos À Descoberta da Pastelaria Atividades desportivas e lazer Visita à Casa do mel Turismo Rural

2.14) Quais são os motivos que o(a) levariam a frequentar atividades ligadas à Apicultura?

Gosto Curiosidade Diversão Ocupação Saúde e bem-estar

2.15) Existe na sua família algum membro que seja apicultor?

Sim Não Não sabe

2.16) Qual é a sua opinião relativamente às seguintes afirmações?

(Em cada linha assinale com X a opção que melhor corresponde à sua opinião)

1 - Discordo completamente; 2 - Discordo; 3 - Não concordo nem discordo; 4 - Concordo; 5 - concordo completamente; 6 - NR

A Apicultura:	1	2	3	4	5	6
Envolve a comunidade em questões ambientais, culturais e turísticas						
Cria fatores distintivos na região (gastronomia, cultura, entre outros)						
Contribui para a criação de oportunidades de negócio na região						
Contribui para fixar pessoas na região						
Contribui para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região						
Contribui para a valorização externa dos produtos da região						

2.17) Indique as suas Sugestões ou Comentários

Obrigado pela sua colaboração!

